

RAIMUNDA N. MONTEIRO
ENAILE DO ESPÍRITO SANTO IADANZA
HELENA MARIA MARTINS LASTRES (Coords.)

TENSÕES E VIVÊNCIAS AFIRMATIVAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA



Ediciones Universidad
Salamanca

TENSÕES E VIVÊNCIAS AFIRMATIVAS
NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

RAIMUNDA N. MONTEIRO
ENAILE DO ESPÍRITO SANTO IADANZA
HELENA MARIA MARTINS LASTRES (Coords.)

TENSÕES E VIVÊNCIAS AFIRMATIVAS
NA AMAZÔNIA BRASILEIRA



Ediciones Universidad
Salamanca

BIBLIOTECA BRASIL, 7

© Ediciones Universidad de Salamanca
y los autores

Motivo de cubierta: Amazônia metropólita
Fotografía de: Tiago Caramuru

Elisa Tavares Duarte y Esther Gambi Giménez (editoras)
Ignacio Berdugo Gómez de la Torre (director)

1ª edición: enero, 2024

ISBN: 978-84-1311-924-3 (impreso)

ISBN: 978-84-1311-925-0 (PDF)

ISBN: 978-84-1311-926-7 (ePub)

DOI: <https://doi.org/10.14201/0BR007>

Depósito legal: S 16-2024

Ediciones Universidad de Salamanca
Plaza San Benito s/n
E-37002 Salamanca (España)
<http://www.eusal.es>
eusal@usal.es

Hecho en UE-Made in EU

Maquetación y realización:

Cícero, S.L.U.

Tel.: +34 923 12 32 26

37007 Salamanca (España)

Impresión y encuadernación:

Nueva Graficesa S.L.

Todos los derechos reservados.

Ni la totalidad ni parte de este libro
puede reproducirse sin permiso escrito de
Ediciones Universidad de Salamanca.



CEP. Servicio de Bibliotecas

TENSÕES e vivências afirmativas na Amazônia brasileira / Raimunda N. Monteiro,
Enaile do Espírito Santo Iadanza, Helena Maria Martins Lastres (coords.).—1ª edición: enero,
2024.—Salamanca : Ediciones Universidad de Salamanca, [2024]

348 páginas.—(Biblioteca Brasil ; 7)

DL S 16-2024.—ISBN 978-84-1311-924-3 (impreso).—ISBN 978-84-1311-925-0 (PDF).

—ISBN 9978-84-1311-926-7 (ePub).—DOI: <https://doi.org/10.14201/0BR007>

I. Amazonas (Brasil)-Condiciones sociales-Siglo 21º. I. Amazonas (Brasil)-Condiciones
económicas-Siglo 21º. I. Monteiro, Raimunda N, editor. II. Iadanza, Enaile do Espírito Santo,
editor. III. Lastres, Helena Maria Martins, editor.

308:338(811.3)“20”

Índice

Prólogo	
Ignacio BERDUGO GÓMEZ DE LA TORRE.....	9
Introdução	
Raimunda N. MONTEIRO, Enaile DO ESPÍRITO SANTO IADANZA & Helena Maria MARTINS LASTRES	13
PARTE I	
EMERGÊNCIAS E DESAFIOS DO PRESENTE	
A Bioeconomia como oportunidade e desafio para a conservação da vida na Amazônia	
Raimunda N. MONTEIRO, Esther BEMERGUY DE ALBUQUERQUE & Itajaí OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE	25
Unidades de Conservação Públicas na Amazônia: evolução e ameaças	
Enaile DO ESPÍRITO SANTO IADANZA & Manoel PEREIRA DE ANDRADE ..	47
Pandemia, aprendizados e a necessidade de um pensamento apropriado à Amazônia	
Helena Maria MARTINS LASTRES & Danilo ARAÚJO FERNANDES	75
PARTE II	
PERSISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS SOCIOTERRITORIAIS	
“Essa casa é minha”: as dimensões simbólicas e funcionais da habitação em uma Reserva Extrativista marinha na Amazônia	
Tânia GUIMARÃES RIBEIRO & Débora MELO ALVES	103

O processo de colonização do município de Alta Floresta na Amazônia mato-grossense e suas ressonâncias no tempo presente Ronaldo Adriano FREITAS LIMA & Maria Thereza DE OLIVEIRA AZEVEDO .	133
Gênero, desenvolvimento e resistências: mulheres quebradeiras de coco babaçu na Amazônia maranhense Vanda PANTOJA	153
Educação, saberes tradicionais e inovação na Amazônia: discussões a partir de publicações na Revista <i>Exitus</i> Anselmo ALENCAR COLARES, Lucas DE VASCONCELOS SOARES & Maria Lília IMBIRIBA SOUSA COLARES	175
PARTE III ECONOMIA E TERRITÓRIOS	
Integração da agricultura camponesa à agroindústria do dendê no Nordeste paraense Rafael BENEVIDES DE SOUSA & Jacob BINSZTOK	201
Na Amazônia brasileira: experiências socioambientais de uma escola agroecológica e do pequi nas feiras livres no cerrado tocantinense Damião ROCHA, Gleiva GIUVANNUCCI & Valtuir SOARES FILHO	227
Ribeirinhos e Usinas Hidrelétricas do rio Madeira: impactos socioambientais, reconhecimento e expulsões Cleverton REIKDAL & Úrsula Gonçalves THEODORO DE FARIA SOUZA .	247
A democratização do saneamento em Manaus Sandoval ALVES ROCHA	269
Economia solidária e do cuidado em Zonas Libertárias na Amazônia Marco Antonio CHAGAS, Antonio Sérgio MONTEIRO FILOCREÃO & Lúcia Tereza RIBEIRO DO ROSÁRIO	297
O “vale-tudo” contra os povos indígenas no Brasil: da suspensão das demarcações à grilagem em terras indígenas Alessandra MARCHIONI & Matheus BARBOSA DE MELO	321

Prólogo

Qual o comportamento que um intelectual deve ter diante das preocupações da sociedade? Como universitário e como jurista, sempre tentei responder essa pergunta. Se como juristas devemos nos implicar de forma ativa, refletir, debater e formular propostas, ou se é correto submergir-nos em especulações teóricas que, frequentemente, nos apartam de avaliar a realidade regulada pela norma.

Um intelectual deve, em minha opinião, comprometer-se sempre com os princípios que fundamentam a dignidade, que todo ser humano é titular, independentemente de gênero, raça, religião, ideologia ou capacidade econômica. Esses princípios – e o compromisso com eles – são básicos para quem desenvolve sua atividade no âmbito das Ciências Sociais. Como cientistas sociais devemos projetá-los sobre nossas pesquisas e, muito especialmente, nos nossos questionamentos e propostas para a sociedade que nos rodeia.

A Amazônia é uma realidade que condicionou e condiciona a política brasileira. As páginas deste livro têm como objetivo pensar sobre a região, e são a contribuição que se exige de um intelectual, de um acadêmico. Assim, os estudos reunidos nesta obra expressam um compromisso com a dignidade humana, materializada na vigência de seus direitos, e analisam os atuais problemas e desafios da realidade amazônica, além de formular propostas. As críticas, dúvidas e proposições se projetam sobre uma realidade que determina o presente de todos nós, e não só do Brasil.

A região amazônica – não só a brasileira –, teve, tem e continuará tendo no futuro, um inquestionável valor simbólico. Esse valor se manifestou primeiro em seu nome: o rio e a região foram batizados por espanhóis como “O país das amazonas”, por causa das mulheres guerreiras da mitologia clássica. Hoje em dia, soma-se sua referência obrigatória na luta contra as mudanças climá-

ticas, e como expressão de todos os problemas que uma política ambiental deve abordar, ou nas dramáticas consequências de se omitir.

Em qualquer estudo sobre a Amazônia, é imperativo contribuir à elaboração de uma política para a região com o fim de evitar os riscos globais que afetam o planeta, ultrapassando as fronteiras de todos os países amazônicos. Esse, e não outro, é o significado que tem o termo internacionalização, quando se refere ao meio ambiente, e se aplica às florestas amazônicas ou às de outros lugares do planeta, como no Congo ou Bornéu. O meio ambiente como realidade não está delimitado pelas fronteiras nacionais, porque ele é global.

Se tomamos esse ponto de partida, são muitos os desafios que assumimos e, em especial, os riscos que enfrentamos. E fazê-lo requer adequar as políticas nacionais, fortalecer acordos e coordenar decisões a nível internacional, tanto em relação às políticas adotadas pelas indústrias que geram degradação ambiental como naquelas medidas que limitam o combate à degradação ambiental. Neste segundo grupo, devemos incluir as referidas à Amazônia.

Em relação ao Brasil, a presidência de Bolsonaro foi um exemplo do que não deve ser feito. Este livro *Tensões e vivências afirmativas na Amazônia brasileira* busca justamente propor alternativas, indagando por respostas positivas que conjuguem desenvolvimento econômico e política ambiental.

Entendo que é necessário retomar algumas políticas adotadas em épocas passadas – recordemos a Rio 1992 –, atualizá-las e recuperar apoios perdidos, que conduzam a uma economia na região, potenciando seus recursos naturais, sem os efeitos devastadores sobre suas fauna e flora.

Além disso, e em conexão com as políticas ambientais, considerar e garantir os direitos dos habitantes da Amazônia, em primeiro lugar, sobre suas terras, constitucionalmente reconhecidos, mas também sobre todas as suas culturas ancestrais. Não é admissível um neocolonialismo sobre esses povos - e os exemplos não são de épocas remotas -, plasmado em ações constitutivas de genocídio, termo que nos anos 1960 serviu de título para um provocador artigo de Norman Lewis (1969) no *Sunday Times*. O seu conteúdo tratava dos dados divulgados no *Relatório Figueiredo*, considerado pela imprensa da época como o escândalo do século.

A situação dos habitantes da Amazônia é complexa. De todos os habitantes: dos povos originários, ribeirinhos, quilombolas, além dos moradores das três grandes urbes da região: Manaus, Belém e Santarém, cujas carências em matéria de Educação e sanitárias ficaram dramaticamente evidentes na recente pandemia. O Brasil é uma realidade complexa e plural, e dentro dele também a Amazônia.

O modelo de Estado democrático exige das Ciências Sociais e dos cientistas sociais posicionamentos ideológicos, que defendam a dignidade da pes-

soa humana e o conteúdo material dos direitos vinculados a ela. Com essas primeiras linhas, o leitor já pode constatar a importância das Ciências Sociais para analisar o mundo em que vivemos. Esse é o compromisso que a sociedade deve exigir de nós, pesquisadores. E este prólogo abre uma obra que reúne os esforços de vários autores em cumprir com essa missão.

Por outro lado, os preceitos da Constituição Brasileira de 1988, as obrigações internacionais assumidas pelo Brasil e a normativa nacional criam um marco aparentemente suficiente para proteger a Amazônia. Mas, é importante sublinhar que não basta ter uma normativa considerada suficiente, é preciso que estas disposições sejam aplicadas. Para isso acontecer, é necessário vontade política, e nesses últimos anos faltou. O princípio é claro: não basta ter boas leis, e dialeticamente aceitemos que sejam boas, mas sua aplicação precisa de recursos materiais e humanos.

A exposição até aqui explica também que o estudo e a divulgação acerca dos problemas e desafios da Amazônia há muito tempo são um objetivo prioritário do Centro de Estudos Brasileiros. Esse compromisso se reflete nas atividades que vêm sendo organizadas, congressos e seminários, além de publicações. Para poder afirmar conhecer o Brasil, é preciso conhecer a Amazônia.

Publicar essa obra é fruto da implicação e compromisso das três organizadoras, as professoras Raimunda N. Monteiro (Universidade Federal do Oeste do Pará, UFOPA, Brasil), Enaile do Espírito Santo Iadanza (Universidade de Brasília, UnB, Brasil) e Helena Maria Martins Lastres (Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil). Manifesto por meio destas linhas o meu profundo agradecimento a elas, muito especialmente, a Raimunda, antiga reitora da UFOPA, nascida em Santarém, no Pará, comprometida com sua região, colaboradora e amiga do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca. Finalmente, e como sempre, esta publicação é possível graças ao trabalho da equipe do CEB, Esther Gambi, Elisa Duarte, Lucas Soares e Vicente Justo. A todos eles também a minha gratidão. Tenho certeza de que o conteúdo dessas páginas contribuirá para a elaboração de uma política que garanta a preservação da Amazônia e, portanto, de todo o planeta.

Salamanca, abril 2022.

IGNACIO BERDUGO GÓMEZ DE LA TORRE
Universidade de Salamanca

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEWIS, N. (1969). Genocide. *Sunday Times Magazine* (fev. 23). Recuperado em 31 de janeiro de 2022, de <https://assets.survivalinternational.org/documents/1094/genocide-norman-lewis-1969.pdf>.

Introdução

RAIMUNDA N. MONTEIRO

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA, Brasil)

ENAILE DO ESPÍRITO SANTO IADANZA

Universidade de Brasília (UnB, Brasil)

HELENA MARIA MARTINS LASTRES

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil)

ESTE LIVRO REÚNE trabalhos acadêmicos de pesquisadoras e pesquisadores dos estados da Amazônia brasileira e de outras instituições do Brasil. Resulta de reflexões e estudos apresentados em 2020 à *Revista de Estudos Brasileños*, por ocasião da publicação nos números 15 e 16 da revista dos dossiês intitulados “Amazônia brasileira: ocupação e políticas socioambientais”.

Os textos foram selecionados obedecendo critérios de relevância para a compreensão das questões contemporâneas que afetam a sociedade e a natureza, na região, bem como, iniciativas promissoras na gestão de recursos naturais e de estratégias e meios de vida. As questões que se impõem na contemporaneidade na Amazônia estão relacionadas principalmente ao desafio de conservar o bioma e os meios de vida das populações locais, num cenário em que o governo federal (2019-2022) adota políticas de retrocesso e destruição do sistema normativo de proteção sociocultural, ambiental e territorial e ignora os acordos internacionais de clima dos quais o Brasil foi signatário.

O livro reúne uma coletânea de artigos escritos durante o contexto da pandemia da covid-19 e a tormenta que se abateu também sobre a região amazônica, com o agravamento da crise ambiental, social e política e das decorrentes ameaças sobre as territorialidades e dinâmicas socioambientais, produtivas e culturais. Seu foco é, portanto, nas tensões novas e já existentes a serem enfrentadas. Os treze capítulos trazem ricas fontes de inspiração para o entendimento e novas hipóteses na elucidação dos problemas e fortalecimento da diversidade de pensamentos sobre os múltiplos desafios. Mas, trazem também valiosos exemplos de respostas, vivências e concepções afirmativas capazes de iluminar novas possibilidades para a Amazônia brasileira e diversas outras partes do planeta.

A Parte I, “Emergências e desafios do presente”, traz três artigos de autoria das organizadoras deste livro e seus coautores, discorrendo sobre temas candentes que pautam a discussão de questões de alta relevância na região e no país. Para além das reflexões de caráter teórico, as autoras e autores se posicionam, sugerindo abordagens nas políticas públicas. Como exemplo, os diferentes desafios colocados à conservação dos ecossistemas amazônicos protegidos por Unidades de Conservação e territórios de uso comum, sob ataque contundente, a partir de 2016 e intensificados sob a égide do Estado, a partir de 2019. A crise sanitária, social e ambiental situada nas realidades dos povos amazônicos, indica a necessidade de um pensar regional para as políticas públicas de saúde, assim como, as utopias relacionadas à descarbonização da economia e à integração da Amazônia aos esforços de mudança no paradigma de industrialização dominante no país e no mundo.

O capítulo I, “A Bioeconomia como oportunidade e desafio para a conservação da vida na Amazônia” tem como autores Raimunda N. Monteiro (Universidade Federal do Oeste do Oeste do Pará, UFOPA, Brasil), Esther Bemerguy de Albuquerque (Universidade Católica do Salvador, UCSAL, Brasil) e Itajaí Oliveira de Albuquerque (Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal, Brasil). Os autores problematizam o papel da Amazônia nas políticas de desenvolvimento industrial e discutem a Bioeconomia como solução para frear o processo de destruição de ativos ambientais.

Para tal, retomam o ideário de valorização da biodiversidade e argumentam que o florescimento de uma Bioeconomia com contornos regionais e identitários próprios da região deve ser acelerado. Apontam que a o fortalecimento das instituições de ensino e pesquisa no interior da Amazônia continua sendo essencial para a produção de conhecimentos, embora a infraestrutura e o número de pós-graduações ainda sejam insuficientes e inferiores em relação às demais regiões do Brasil. E reiteram a necessidade de valorizar os conhecimentos gerados e acumulados pelas populações e organizações locais e regionais, de forma orgânica, especialmente, para orientar a transição eco-

lógica proposta pelas vanguardas do pensamento sobre o desenvolvimento no país e no mundo.

O capítulo 2, “Unidades de Conservação Públicas na Amazônia: evolução e ameaças”, tem como autores Enaile do Espírito Santo Iadanza e Manoel Pereira de Andrade, ambos do Núcleo de Estudos Amazônicos (Universidade de Brasília, UNB, Brasil). O processo de criação de Unidades de Conservação Públicas no território continental brasileiro e na Amazônia, sua abrangência e relevância na proteção dos bens da natureza e na melhoria das condições de vida dos que nelas habitam e trabalham são examinados.

Os autores discutem os ataques e ameaças sofridas pelas Unidades de Conservação – especialmente as da Amazônia brasileira – por parte de grileiros, madeireiros, garimpeiros, mineradoras, latifundiários, criadores de gado e monocultores, estimulados pelas políticas do governo brasileiro a partir do golpe de 2016. Enfatizam que a grilagem, o desmatamento, as queimadas e a violação dos direitos são práticas que ganharam força nos últimos anos e que vêm ameaçando os povos originários, quilombolas, comunidades tradicionais e camponesas, assim como os seus territórios e a natureza da Amazônia brasileira. Reafirmam, assim, a importância das unidades de conservação e de uma robusta política socioambiental para a existência e conservação dos ecossistemas e o combate à crise climática. Ao final indicam que os próximos tempos serão difíceis, mas que é possível superar os desafios com organização, luta e solidariedade.

Na sequência, temos o capítulo 3, “A pandemia, aprendizados e a necessidade de um pensamento apropriado à Amazônia”, de Helena Maria Martins Lastres (RedeSist do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil) e Danilo Araújo Fernandes (Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil). Os autores discutem a emergência dos problemas de Saúde Pública na pandemia, assentados numa estrutura social plena de fragilidades estruturais e conjunturais, em que a questão ambiental está intrinsecamente vinculada à vulnerabilidade sanitária.

Com muita pertinência, os autores argumentam que a falta de conhecimentos adequados e a adoção de enfoques, indicadores e incentivos equivocados têm como consequência o reforço da degradação em larga escala do ambiente natural e dos meios de vida da população. Concluem que o enfrentamento da pandemia e demais desafios colocados à Amazônia requer a criação de novos modelos de pensamento e de política. Nessas linhas, reiteram a existência e a alta relevância dos conhecimentos contextualizados e sistêmicos, em grande parte gerados na própria região amazônica. E salientam a urgência de resgatar os principais marcos de resistência do pensamento apropriado a seu desenvolvimento.

A parte II, “Persistências e resistências socioterritoriais”, reúne capítulos que tratam de territorialidades e suas transversalidades com a economia, habitação, gênero, sistemas de produção sustentáveis e indígenas.

O capítulo 4, “‘Essa Casa é Minha’: as dimensões simbólicas e funcionais da habitação em uma Reserva Extrativista marinha na Amazônia”, de autoria de Tânia Guimarães Ribeiro e Débora Melo Alves, ambas da UFPA, discorre sobre o valor material e simbólico das habitações construídas pelo governo federal brasileiro para os extrativistas da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu. As autoras reafirmam a necessidade de adequar melhor os programas habitacionais populares às especificidades das populações locais. Mas, destacam que essas habitações são entendidas como uma conquista das lutas de afirmação territorial; e que as adaptações físicas realizadas nas mesmas introduzem aspectos culturais desses territórios tão relevantes para a conservação de áreas e proteção das populações vulneráveis da Amazônia.

A colonização recente da Amazônia, ocorrida a partir dos anos 1970 é abordada no capítulo 5, “O processo de colonização do município de Alta Floresta na Amazônia mato-grossense e suas ressonâncias no tempo presente”, de autoria de Ronaldo Adriano Freitas Lima e Maria Thereza de Oliveira Azevedo, ambos da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT, Brasil). Os autores discutem a colonização, a colonialidade e a decolonialidade, no contexto do processo de incorporação de vastos territórios amazônicos ao projeto econômico e cultural hegemônico no país.

Essa discussão é relevante dado que a colonização dirigida pelo Estado brasileiro completa meio século e que os autores demonstram que a colonialidade ainda está presente em todas as dimensões da vida do município. Adiciona-se que o caso focalizado no capítulo reflete uma realidade presente em centenas de outros municípios da Amazônia, que vivenciaram ou foram criados por essa forma de ocupação implementada nos últimos 50 anos.

O capítulo 6, “Gênero, desenvolvimento e resistências: mulheres quebradeiras de coco babaçu na Amazônia maranhense”, de Vanda Pantoja, do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA, Brasil), se soma aos estudos sobre como a chegada de uma grande empresa especializada em monocultura afeta a vida, o cotidiano e as expectativas de permanência de populações locais, que sobrevivem da coleta de recursos extrativos amazônicos.

No caso da Estrada do Arroz, no Maranhão, são as quebradeiras de coco babaçu, que predominam, e cujos domínios territoriais são determinados pela liberdade de acesso às áreas de ocorrência da espécie vegetal. A presença da empresa resulta na reelaboração das estratégias de defesa do território, de sobrevivência econômica e cultural das mulheres, estabelecendo tensões entre atores marcados pela desigualdade, determinando relações em que as

questões de sobrevivência social, de gênero e ecológicas estão profundamente associadas.

A formação de pesquisadores na Amazônia é um tema recorrente no livro, e da maior relevância, considerando a necessidade de fortalecimento do protagonismo dos cientistas da região, na geração de conhecimentos contextualizados, na interpretação dos problemas em suas especificidades locais e na proposição de políticas capazes de reverter a rota destrutiva do atual modelo de desenvolvimento.

Nesse sentido, trazemos o capítulo 7, “Educação, saberes tradicionais e inovação na Amazônia: discussões a partir de publicações na *Revista Exitus*”, de autoria de Anselmo Alencar Colares, Lucas de Vasconcelos Soares e Maria Lília Imbiriba Colares, todos da UFOPA. O capítulo relata a experiência exitosa do programa ao qual os autores estão associados, mostrando como a formação em Educação dialoga com a formação socioeconômica. Enfatiza-se a relevância dos conhecimentos sobre as realidades locais da Amazônia e as dinâmicas estruturais, que devem ser consideradas na busca de um desenvolvimento compatível com a conservação ambiental e sociocultural. Novos modos de formação interdisciplinar – para além das fronteiras das Ciências da Educação e que estimulem os educadores a focalizar questões e soluções que afetam a vida das sociedades da Amazônia – anunciam a criação de consciências transformadoras em seu mais coerente sentido freiriano.

A parte III, “Economia e territórios”, abrange trabalhos que demonstram práticas econômicas presentes em todo o interior da Amazônia. A disputa territorial entre atores, que subsistem de sistemas de produção tradicionais e de monoculturas voltadas para exportação, chega a lugares remotos e tidos como imperturbáveis. A substituição de agricultores familiares por médios e grandes fazendeiros e produtores de *commodities* em processos migratórios internos no país, ainda caracterizam o cenário rural amazônico.

Os cultivos de palma de dendê (*Elaeis guineensis*) estão entre os cultivos de exportação que ocupam grandes extensões de terras, representando um sistema dominante em vastas áreas do norte do Pará, em grandes áreas homogêneas, substituindo sistemas de produção da agricultura familiar e agroextrativistas. Os autores do capítulo 8, Rafael Benevides de Souza (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, UNIFESSPA, Brasil) e Jacob Binsztok (Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil), trazem uma análise instigante sobre a “Integração da agricultura camponesa à agroindústria do dendê no Nordeste paraense”, em comunidades rurais nos municípios de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará.

Os autores analisam “a imersão da agricultura camponesa no cultivo do dendê” e ressaltam as especificidades do “processo de monopolização do ter-

ritório e da autonomia da agricultura camponesa frente às articulações com os agentes da agroindústria capitalista no campo amazônico”. A imersão se refere à dependência de meios de produção, à insuficiência da produção de alimentos e à submissão das famílias ao “tempo-produção” da oleaginosa para atender demandas do mercado em detrimento da produção autônoma das famílias. Reafirma-se que a produção de *commodities* desterritorializa as populações locais de diversos modos, entre eles, pela integração compulsória de camponeses à produção hegemônica que determina os usos da terra.

As experiências agroecológicas que se multiplicam no Brasil e na Amazônia ganharam força amparadas pela Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. O capítulo 9, “Na Amazônia brasileira: experiências socioambientais de uma escola agroecológica e do pequi nas feiras livres no cerrado tocantinense”, de autoria de Damião Rocha (Universidade Federal do Tocantins, UFT, Brasil), Gleiva Giuvannucci (Universidade Estadual do Tocantins, UNITINS, Brasil) e Valtuir Soares Filho (UFT), apresenta resultados de pesquisas realizadas no Distrito de Taquaruçu Grande, pertencente a Palmas, capital do estado do Tocantins.

Os autores destacam o papel da Educação do Campo, a concepção pedagógica de afirmação de saberes tradicionais e o fortalecimento de políticas de compras governamentais como mecanismos de valorização de economias contra-hegemônicas. A agroecologia é apontada como sistema de produção apropriado para produtos florestais não madeireiros, neste caso, o pequi (*Caryocar brasiliense*), fruto que tem alta relevância na alimentação da população do Centro-Oeste e Amazônia Oriental.

O tema dos Impactos das Usinas Hidrelétricas na Amazônia é analisado tendo como caso estudado o Complexo do Rio Madeira, que banha a cidade de Porto Velho (Rondônia). O capítulo 10, “Ribeirinhos e Usinas Hidrelétricas do rio Madeira: impactos socioambientais, reconhecimento e expulsões”, de Cleverton Reikdal (Faculdade Católica de Rondônia, FCR, Brasil) e Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza (Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, EMERON, Brasil), mostra como as populações ribeirinhas, em mais esse caso, foram ignoradas em seus modos de vida e territórios, sendo impactadas pelas mudanças no regime das águas, após a construção das barragens. Deslocamentos compulsórios e dificuldades de adaptação a ambientes desconhecidos das culturas dos habitantes estão entre os impactos relatados.

Calcula-se que a população amazônica já totalize 27 milhões de habitantes com mais de 70% vivendo em áreas urbanas. Manaus, capital do estado do Amazonas, como todas as grandes cidades da Amazônia, cresce sem infraestrutura suficiente e com serviços públicos precarizados. O impacto da covid-19 afetou esta cidade de forma brutal. Uma metrópole de 2 milhões de habitantes, que

sedia um parque industrial multinacional de montagem de produtos eletroeletrônicos, no modelo Zona-Franca, carrega desigualdades sociais, fruto de fluxos migratórios estruturais internos e de dinâmicas socioeconômicas dos estados vizinhos. O viver urbano na Amazônia é refletido a partir dos movimentos populares de resistência à privatização da água, em Manaus.

O capítulo 11, intitulado “A democratização do saneamento em Manaus”, de Sandoval Alves Rocha (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, Brasil), discute a forma como esse serviço é apropriado para beneficiar os investidores às custas dos consumidores. O autor examina como setores organizados e influenciados pela União da Moradia Popular e organizações de bairros locais foram decisivos na formação de uma consciência crítica às privatizações dos serviços públicos básicos na cidade de Manaus.

A partir da trajetória social do bairro Colônia Antônio Aleixo, o autor nos apresenta uma imersão em uma cidade que passou pela privatização dos serviços de abastecimento de água, onde a população se contrapôs aos preços abusivos e à má qualidade dos serviços. Argumentando que a universalização de tais serviços valoriza os direitos de cidadania e a concepção de que os recursos naturais, como a água, devem ser tratados como bens comuns, o autor enfatiza que a luta pela água e o saneamento representa a própria luta pela democracia. Finaliza apontando que face à agressiva expansão capitalista em Manaus ainda há esperança de se construir uma cidade melhor.

O capítulo 12, intitulado “Economia solidária e do cuidado em Zonas Libertárias na Amazônia”, traz o caso específico das populações tradicionais do estado do Amapá, como exemplo de resistências socio-territoriais marcadas pela solidariedade e pelo cuidado. Os autores, Marco Antonio Chagas e Antonio Sérgio Monteiro Filocreão (ambos professores da Universidade Federal do Amapá, UNIFAP, Brasil) e Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário (mestranda em Desenvolvimento Regional na referida universidade), recorrem aos princípios da Economia solidária, do Bem-Viver e da Economia do cuidado, tendo como pano de fundo os aportes das Epistemologias do Sul para demonstrar que “comunidades e populações ancestrais/tradicionais – que vivem em territórios indígenas e em Unidades de Conservação e que mantêm artesanias das práticas voltadas para o extrativismo de produtos da floresta, como a castanha-da-Amazônia e o açaí” – são um contraponto necessário ao avanço da substituição da floresta por *commodities* agrícolas.

O artigo nos traz ainda uma reflexão sobre a breve trajetória de governos alinhados com a visão de sustentabilidade vivenciada no Amapá, em que políticas, programas e institucionalidades foram implementadas para valorizar os produtos da floresta e promover a biodiversidade como economia alternativa ao padrão mineiro-exportador que dominou o Produto Interno Bruto (PIB) do

estado a partir da exploração do manganês. Os autores apontam também as insuficiências desse esforço, como o desejado maior protagonismo das mulheres nas organizações cooperativas que tiveram, e ainda têm, grande relevância no projeto de valorização econômica, cultural e social dessas populações.

No capítulo 13, Alessandra Marchioni (Universidade Federal de Alagoas, UFAL, Brasil) e Matheus Barbosa de Melo (mestrando em Direito na Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil), nos trazem o artigo “O ‘vale-tudo’ contra os povos indígenas no Brasil: da suspensão das demarcações à grilagem em terras indígenas”. Partindo dos fundamentos da Ecologia de Saberes, os autores introduzem o assunto considerando as concepções de mundo traduzidas por Ailton Krenak e por Davi Kopenauer como sentido para as categorias “territorialidade” e “tradicionalidade”, tão caras na fundamentação da defesa das terras indígenas, já regularizadas, e que dependem ainda da pacificação jurídica do marco temporal a favor dos povos, que ocupam esses territórios.

A captura do Estado por setores liberais que avançam sobre as terras públicas, em especial, as terras indígenas, tendo como orientação o uso mercantil em confronto com o uso para a vida (epistemologias ancestrais), é examinada com a descrição da evolução do marco jurídico de proteção das terras indígenas a partir da Constituição de 1988. Os autores também apresentam uma breve análise do fenômeno da “grilagem”, termo que descreve, no Brasil, a obtenção de terras públicas por meios ilícitos. A riqueza de informações, bem como uma bibliografia que nos permite um mergulho profundo no assunto, enriquece o conteúdo deste livro, dando conta dos desafios contemporâneos da manutenção da integridade territorial e cultural dos povos indígenas brasileiros.

O principal objetivo do livro foi o de pontuar e discutir questões essenciais e revelar iniciativas e vivências amazônicas afirmativas, capazes de inspirar novas formas de ordem socioeconômica, que respeitem as especificidades e os tempos da natureza e convivam com as territorialidades humanas, diversas e ricas em lições para os projetos de futuro que concebem a saúde do planeta como essencial na conservação da vida humana.

A vastidão territorial e a multiplicidade de questões relacionadas aos temas abordados nesta coletânea de textos estão representadas como contribuições dos autores e autoras em estudos que problematizam e explicam a Amazônia por diversos olhares das Ciências Sociais, de forma interdisciplinar. Os textos selecionados reúnem conhecimentos informados por pesquisas, em sua maioria, associados a programas de pós-graduação das universidades sediadas nos estados da Amazônia e de outras universidades brasileiras.

O conjunto dos treze artigos têm no título *Tensões e vivências afirmativas na Amazônia brasileira* uma proposta de síntese de um esforço de vinte e oito autores e autoras que elaboraram esses trabalhos durante a pandemia da covid-19, período que coincide com o recrudescimento da reversão dos avanços civilizatórios em vários setores da vida brasileira. Desta forma, as reflexões constituem também um referencial histórico sobre as ideias e formas como a relação Estado e Sociedade conflitam e convergem nesse período tão sensível do início do século XXI em uma região em disputa no planeta.

A frase de Ailton Krenak, citada no artigo 13 deste livro, nos conduz à compreensão da natureza das tensões aqui tratadas:

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclerótica que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, (...) que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (Marchioni & Barbosa de Melo, como citado em Krenak, 2019, p. 8).

As vivências afirmativas podem ser vocalizadas pelo clamor da Carta do Encontro de Saberes de 28 outubro de 2021, dirigida aos governantes e povos da terra:

Estamos convencidos que a Amazônia é o coração do mundo. Aqui se travará o embate decisivo, onde será decidido o destino da Humanidade e da Biodiversidade. Não há como salvar o clima do planeta sem deter os ataques contra a Amazônia e nossa gente. Acreditamos que a força dos povos do mundo será capaz de mudar esta história. Uma Amazônia preservada e vitoriosa será o trampolim de uma nova Humanidade (Carta do Encontro de Saberes, 2021).

Cabe, finalmente, ressaltar que o presente livro se propõe a ser um espaço de diálogo de conhecimentos que não se esgota na presente edição. É mais um produto das reflexões de diversos pesquisadores e pesquisadoras, que – estimulados pelas atividades realizadas pelo Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca, em conjunto com outras organizações de ensino superior no Brasil – objetivam compreender os fenômenos que se abatem sobre a Amazônia e sobre os caminhos portadores de futuro. Dentre tais atividades, destaque especial cabe à *Revista de Estudios Brasileños*.

As organizadoras do livro e o Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca desejam uma leitura que produza inquietudes criativas para novos estudos e contribuições científicas sobre a Amazônia. Os artigos aqui

publicados adquirem um valor documental muito relevante, com as perspectivas de rápidas mudanças na superação dos retrocessos, a partir de 2023. Porém inúmeros desafios assinalados pelos autores continuam sendo muito pertinentes para que a Amazônia supere as crises socioambientais aprofundadas nos últimos anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Carta do Encontro de Saberes - Aos Senhores e Senhoras Governantes, Aos Povos da Terra. (2021, outubro 28). Recuperado em 13 de outubro de 2022, de <http://novacartografiasocial.com.br/carta-do-encontro-de-saberes-aos-senhores-e-senhoras-governantes-aos-povos-da-terra/>.

PARTE I
EMERGÊNCIAS E DESAFIOS DO PRESENTE

A BIOECONOMIA COMO OPORTUNIDADE E DESAFIO PARA A CONSERVAÇÃO DA VIDA NA AMAZÔNIA

*La bioeconomía como oportunidad y desafío
para la conservación de la vida en la Amazonia*

Bioeconomics as an opportunity and challenge
for the conservation of life in the Amazon

RAIMUNDA N. MONTEIRO

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA, Brasil)

ESTHER BEMERGUY DE ALBUQUERQUE

Universidade Católica do Salvador (UCSAL, Brasil)

ITAJAÍ OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE

Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal (Brasil)

RESUMO

Este artigo analisa os desafios dos múltiplos aproveitamentos da biodiversidade da Amazônia, considerando a Bioeconomia com matriz socioeconômica. A metodologia se baseia em revisão bibliográfica. Conclui-se que a Amazônia possui capital humano e tecnológico como partida para uma Bioeconomia alicerçada em arranjos de cooperação científica como política de Estado, com as Instituições de Ensino Superior, científicas e Tecnológicas da região, com o protagonismo dos povos e populações locais, indispensáveis à sustentabilidade socioambiental.

Palavras-chave: Amazônia; desenvolvimento industrial; Bioeconomia.

RESUMEN

Este artículo analiza los desafíos de los múltiples usos de la biodiversidad de la Amazonia, considerando la Bioeconomía con una matriz socioeconómica. La metodología se basa en una revisión de la literatura. Se concluye que la Amazonia tiene capital humano y tecnológico que sirve de punto de partida para una Bioeconomía basada en acuerdos de cooperación científica como política de Estado, con las Instituciones de Educación Superior, Científica y Tecnológica de la región y con el protagonismo de los pueblos y poblaciones locales, indispensables para la sostenibilidad socioambiental.

Palabras clave: Amazonia; desarrollo industrial; Bioeconomía.

ABSTRACT

This article analyzes the challenges of the multiple uses of biodiversity in the Amazon, considering the Bioeconomy as a socioeconomic matrix. The methodology is based on bibliographic review. It is concluded that the Amazon has human and technological capital as a starting point for a Bioeconomy based on scientific cooperation arrangements as a State policy, with Higher Education, Scientific and Technological Institutions of the region, with the protagonism of local communities and population, indispensable for socioenvironmental sustainability.

Keywords: Amazon; industrial development; Bioeconomy.

1. PROBLEMATIZANDO A POLÍTICA INDUSTRIAL (E AS AUSÊNCIAS) PARA A AMAZÔNIA

O DESAFIO DE TRANSFORMAR O capital natural da Amazônia em ganhos econômicos e sociais de maneira ambientalmente sustentável é singular. Não existe um “modelo” a ser copiado, pois não há sequer um país tropical desenvolvido com economia baseada em recursos naturais diversificados, principalmente de base florestal, intensivo em uso de c&t de ponta e força de trabalho educada e capacitada na utilização de c&t (ABC, 2008, p. 10).

O enunciado acima, sintetiza a proposição de cientistas brasileiros, para políticas afirmativas para a Amazônia, resultado de um Grupo de Trabalho formado em 2007 pela Academia Brasileira de Ciências (ABC). A contribuição da ABC apresentou alternativas para as florestas em pé, a partir da promulgação da Lei nº 11.284/2006, que estabeleceu os marcos normativos da gestão das florestas públicas brasileiras e instrumentos que, entre outros, promoveram o Ordenamento Territorial preconizado pelo Plano Amazônia Sustentável (PAS) (Brasil, 2008).

O PAS¹ tinha como primeira diretriz promover o desenvolvimento sustentável com valorização da diversidade sociocultural e ecológica e redução das desigualdades regionais. Outra diretriz é apoiar a pesquisa científica e a inovação tecnológica para o aproveitamento múltiplo de recursos em cadeias da sociobiodiversidade que veio a se tornar um programa do Ministério do Meio Ambiente (MMA). O PAS priorizou conter a apropriação ilegal de áreas públicas, o desmatamento e ordenar o uso da terra.

Com o ordenamento territorial e florestal², na época, a governança territorial foi possível, assim como prospectar políticas e instrumentos para o estímulo da economia sustentável. Essas formulações vieram dos meios acadêmicos regionais, de governos, de movimentos sociais e ambientalistas da Amazônia. A pressão sobre recursos e a fronteira continuava, mas havia ambiente para um novo paradigma de uso e conservação da biodiversidade.

A criação de Unidades de Conservação (UCS) e de assentamentos agrários com propósito de uso sustentável de florestas ampliou as áreas sob regime de proteção integral e de uso sustentável. A perspectiva de valorização das florestas em pé abriu novos horizontes de investimentos, mas eles não se materializaram no curto prazo (Monteiro, 2020).

Becker e Stenner (2008) aprofundaram o ideário da valorização da biodiversidade, com o título “Um futuro para a Amazônia”, em que a ideia da revolução tecnológica defendida por Bertha Becker em vários outros trabalhos, foi detalhada. “Um Futuro” parte da ideia de uma Geopolítica da Biodiversidade Amazônica, na qual:

A lógica da acumulação valoriza seus recursos sob novos usos mediante novas tecnologias. É o caso da natureza como fonte de informação sobre a vida, fundamento dos avanços da biotecnologia e da engenharia molecular com base na decodificação, leitura e instrumentalização da biodiversidade (Becker & Stenner, 2008, p. 35).

Os autores propõem a Biodiversidade como a especiaria do século XXI e a água como o ouro branco do século XXI e identificam os avanços institucionais ocorridos até então, além de gargalos como a baixa densidade de doutores e de programas de pós-graduação na Amazônia. Constatou-se que:

¹ Formulado pela Secretaria de Coordenação da Amazônia/MMA, em 2001, foi instituído pelo presidente Lula como Diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, no início de 2003.

² Em 2007, foi criado o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará (IdeflorBio), como resultado da Lei nº 11.284/2006 para exercer a gestão de florestas públicas no Brasil e no estado.

Novas formas de produção e desenvolvimento regional tornam-se necessárias, capazes de compatibilizar desenvolvimento com conservação ambiental, utilizando esse patrimônio natural para promover o crescimento econômico e a inclusão social sem destruí-lo, pois, que ele é a própria base do desenvolvimento (Becker & Stenner, 2008, p. 39).

A indução do desenvolvimento intensivo em conhecimento com e para a conservação socioambiental, exigiria investimentos na formação de nível superior, fortalecimento do sistema de c&t e Inovação e sinergia entre as instituições de pesquisa da região, com o protagonismo dos povos locais. Os Parques de Ciência e Tecnologia (PCTS) surgiram como *locus* de colaboração interinstitucional, em que as instituições públicas e privadas colaborariam para a pesquisa, produtos e processos (Barreiro & Ramalho, 2016).

As questões mencionadas acima apresentam uma via consensual entre setores que defendem a valorização da biodiversidade. As propostas e iniciativas avançaram nos últimos anos, da parte das organizações sociais, dos setores empresariais e da academia. Mas, dadas as mudanças e os retrocessos em curso no país, a partir de 2016, a valorização das florestas parece cada vez mais distópica.

A industrialização brasileira é historicamente dependente de capital e de tecnologias dos países desenvolvidos. O ciclo virtuoso da indústria de bens de capital e de consumo durou pouco mais de 30 anos (1950-1980), substituindo importações, com investimento estatal em infraestrutura e logística (às custas do endividamento externo) e com a urbanização que favoreceu um mercado interno com desigualdade social e regional. A reestruturação produtiva ocorrida a partir dos anos 1980, no mundo, a terceira revolução industrial, coincidiu, no Brasil, com um período de escassez de investimentos em c&t, resultando na perda de competitividade da indústria nacional.

A economia agrária, no mesmo período, teve incrementos tecnológicos, ampliou a produção e os produtos exportados, difundiu pelo território nacional, sistemas intensivos em agroquímicos e em concentração fundiária, forçando migrações, conversão de paisagens em monocultivos e escassez de recursos hídricos (Goodman, Sorj, & Wilkinson, 2008). O agronegócio avançou sobre terras do Centro-Oeste e da Amazônia. Os agricultores familiares, desprovidos de apoio e de tecnologias, foram marginalizados nas políticas de terras, infraestrutura e sociais.

Com financiamento público, o crescimento do agronegócio teve nas grandes *tradings* de alimentos (Monsanto, Cargill, Bunge, TDM, Amaggi, entre poucas outras) as propulsoras das novas frentes de ocupação para produção e exportação de grãos *in natura* (Leite & Wesz Junior, 2009, s. p.). Os solos brasileiros, assim como os da Argentina, do Paraguai e da Bolívia, foram inte-

grados à indústria multinacional de alimentos. No entanto, a competitividade do agronegócio brasileiro se construiu ainda sobre fatores identificados nos primórdios da economia agrária nacional: estoque de terras e disponível (Furtado, 2000, p. 246).

A incorporação da Amazônia no projeto nacional, ocorreu sem ganhos de avanços tecnológicos para o aproveitamento sustentável das florestas de forma ampla. Os mercados de *commodities* foram ampliados, tendo na China a maior compradora de grãos na atualidade (Schütte & Campos, 2020). A valorização das florestas pressupõe um paradigma de integração da Amazônia com os mercados e sociedades nacionais e globais, tendo na economia da biodiversidade o motor de um dinamismo que se compatibilize com os tempos da vida e das culturas locais.

1.1. *Um histórico de subordinação ao “Estado do Brasil”*³

Há grandes fossos entre a infraestrutura social, de conhecimento e econômica da Amazônia e as regiões mais avançadas do país, assim como em termos de urbanização e industrialização nos moldes atuais. Razões estruturais, historicamente dadas, persistem e devem ser superadas para que a Amazônia venha a ter territórios dinâmicos em produção e serviços assentados em economias sustentáveis. Regiões amazônicas como mosaicos de dinamismo socioeconômico compatíveis com a conservação da vida, sistemas de cidades saudáveis, territórios protegidos e de dominialidade comunitária e indígenas diferem em muito do modelo induzido pelas políticas nacionais para a economia da região.

A palavra integração, para a população da Amazônia, carrega historicamente uma simbologia de sofrimento humano e deterioração da natureza. A incorporação dos seus territórios como reserva de recursos e a recorrente ideologia do vazio demográfico foi construída com vistas à invisibilização de seus povos, saberes e crenças.

A Amazônia nunca é o presente, mas sempre o futuro que será redimido pelos seus recursos imensos reais e imaginários. Assim, a Amazônia nunca é; é sempre “o vir a ser”. E esse vir a ser nunca é o vir a ser das suas populações que, na região, constroem no seu dia a dia suas vidas, suas histórias, seus espaços, suas culturas (Gonçalves, 2015, p. 25).

³ GONÇALVES (2015) se refere à divisão colonial entre Estado do Brasil e Estado do Grão Pará, mostrando que essa divisão transcorreu os séculos, reproduzindo relações de subordinação da Amazônia primeiro à sede em Portugal e depois às regiões dominantes do Brasil.

Os recursos da natureza, vistos como reservas para o futuro, foram ampliados na exploração de ativos da região, sempre em relações periféricas.

É uma região periférica de países periféricos (...) subordinada à hierarquia de poder no interior dos seus próprios países. Ela é sempre vista a partir dos interesses nacionais e estes são definidos nos centros hegemônicos do poder nacional (Gonçalves, 2015, p. 25).

O Estado Nacional abriu as fronteiras para as migrações, o uso privado dos recursos de seus territórios, missão invariavelmente, realizada a *manu militari* e por meio do endividamento externo e de multinacionais. A orientação econômica privilegiou uma economia de base extrativa e imediatista, para suprir as metrópoles industriais modernas.

1.2. Uma política de (des)integração

Foi a partir das décadas de 1960 e 1970, que a Amazônia foi incorporada à industrialização do Sul/Sudeste do país e ao capitalismo nacional como fornecedora de matérias-primas abundantes. Foram criadas, no âmbito da chamada Operação Amazônia, um aparato de instituições e programas, para fomentar a exploração de recursos em larga escala e ampliar as exportações do país⁴. O 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), abriu o acesso aos recursos da Amazônia, para elevar a renda *per capita* do país e formar um mercado consumidor de massas, a partir da dinamização industrial e do aumento das exportações. Entre os objetivos do 1º PND se destaca a modernização.

A modernização implica, notadamente, mudança de concepção, no Governo, na empresa privada e nos demais agentes econômicos, e não simplesmente saltos quantitativos. Mediante esse processo, a comunidade brasileira constituirá uma forma de organização social dotada de alta criatividade e capacidade de realização, atenta, ao mesmo tempo, às oportunidades de desenvolvimento em todos os campos e à necessidade de consolidar um modelo de competição e integração (Brasil, 1971, p. 14).

Além de instrumentos de financiamento, o 1º PND propunha investimentos tecnológicos, à época dirigidos à indústria de base e a eletrônica pesada, por

⁴ Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia (BASA), a Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), posteriormente ampliada por meio do Programa de Integração Nacional (PIN), Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), Programa de Incentivos fiscais, entre outros.

meio de uma política de tecnologia industrial que permitia acompanhar a revolução mundial nesse setor, bem como adaptar tecnologia e inovar de modo autônomo. A construção de centros de tecnologia industrial, ou de fundações para pesquisa tecnológica, constituirá a base para colocar a empresa na vanguarda da inovação tecnológica e elaborar, até mesmo, as engenharias de produto e de processo (Brasil, 1971, p. 23).

Porém, não houve integração industrial entre a Amazônia e as demais regiões brasileiras. As desigualdades regionais foram tratadas como políticas setoriais. Créditos vultuosos e incentivos fiscais para financiar agentes externos à região, beneficiaram apenas parcelas das elites locais. Estava previsto no I PND que o Centro-Sul continuará, como é natural, a absorver a major parcela do capital físico do País em equipamentos, instalações e edificações, tanto na indústria, quanto na agricultura (Brasil, 1971, p. 26).

A partir dos anos 1970, a exploração mineral ganhou impulso. Mas, se tornou uma monoatividade, ao contrário do que prometeu o I PND e ignorou possibilidades de implantação de manufaturas. A política industrial para a Amazônia parecia ousada. As poucas espécies madeireiras mais valorizadas, cumpriram as trajetórias de boom-colapso, restando preservadas apenas em Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

A política de industrialização, além de substituir importações no Centro-Sul, mediante projetos realmente viáveis, objetivará a plena utilização do potencial do setor primário da região e dos seus recursos minerais. Incrementará, igualmente, a exportação para o exterior, de produtos manufaturados, seja em ramos tradicionais, seja quanto a componentes para bens de consumo duráveis ou para bens de capital (Brasil, 1971, p. 28).

Ao invés do impulsionamento das manufaturas com as matérias-primas diversas na região, os grandes projetos minerais (Castro, Moura, & Maia, 1994) foram privilegiados na política de crescimento da economia regional sobrepondo-se aos planos e programas para a Amazônia, com as agências regionais cumprindo funções meramente complementares aos investimentos. Na tabela a seguir se observa o salto gigantesco, em um ano, no interesse das empresas no caso da bauxita.

O I Anuário Mineral Brasileiro reuniu estudos de dez anos do setor mineral e informações do Radam⁵. O Amapá salta de 1.600% e o Pará mais de 400%.

⁵ Projeto RADAM (Radar da Amazônia; <http://geopara.blogspot.com/2013/09/projeto-radam-uma-saga-na-amazonia.html>) componente de estudos do Programa de Integração Nacional, com tecnologia da NASA e do INPE, executada pelo Departamento Nacional de Recursos Naturais e, posteriormente incorporado ao IBGE.

Este é o ponto de partida para a corrida vertiginosa de exploração mineral nas últimas cinco décadas.

TABELA 1. Pedidos de Pesquisa, Alvarás e Concessões de Lavra de Bauxita (1970/1971).

Estado	1970	1971
Amazonas	17	10
Amapá	01	16
Pará	58	331
Total Brasil	90	441

Fonte: DNPM (1971) *apud* Monteiro (2019).

Chelala (2010) demonstra o avanço da indústria extrativa mineral na estrutura industrial dos estados do Amapá, Pará e Brasil, em detrimento da indústria de manufatura. De 1967 a 2007, ocorreu o colapso da mineração no Amapá, esgotado o ciclo do manganês. O Brasil apresentou um crescimento da indústria extrativa de 1.754% contra 464% na indústria de transformação. O Pará apresentou um crescimento de 264.701.04% na indústria extrativa contra 1.530% na indústria de manufatura. Os minérios lideraram o Produto Interno Bruto (PIB).

Esse quadro não foi alterado nos últimos 13 anos, ao contrário. No caso paraense, os itens minerais exportados foram ampliados, assim como as solicitações de direitos de pesquisa e lavra que cobrem praticamente todo o território paraense e a Amazônia, adentrando territórios indígenas e Unidades de Conservação, no presente. Em 2018, 88% das exportações do Pará correspondiam às Indústrias de Mineração e Transformação Mineral. O ferro continua sendo o principal produto exportado, representando US\$ 9,196 bilhões, seguido por cobre, com US\$ 2,064 bilhões; manganês, US\$ 276 milhões; além de bauxita, níquel, caulim, ouro e silício, entre outros.

Entre os Grandes projetos minerais, se destacam o Programa Grande Carajás, abrangendo novas minas no Sul do Sudeste do Pará e a Mineração Rio do Norte (MRN), com exploração de bauxita (matéria-prima do alumínio), em Porto Trombetas (Oriximiná-PA), uma das maiores jazidas de bauxita do mundo. Iniciado com a canadense Alcan, o projeto foi assumido pela MRN, com 51% de capitais da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – na época estatal – e iniciou a sua operação em 1979.

Até 2011, a CVRD, por meio da sua subsidiária Alunorte, detinha 40% da MRN, a maior produtora brasileira de bauxita, e a sétima do mundo, com ca-

pacidade de produção de 18 milhões de toneladas/ano. A MRN pertence a oito grandes cartéis de mineração: Companhia Vale do Rio Doce (40%); South 32 Minerais (14,8%) – empresa ligada à australiana BHP e a inglesa Billiton; Rio Tinto – Alcan (12%); Grupo Alcoa (18,2%); Hydro (5%); e a Companhia Brasileira de Alumínio-Votorantim (CBA, 10%). Essa última, a CBA, da família Ermírio de Moraes, é a única empresa nacional na mineradora.

A cadeia da Bauxita não avança, em quase 50 anos de exploração, na industrialização local. É transformada em alumina, em Barcarena, propriedade da norueguesa Hydro, a partir de 2011. A Hydro, a maior produtora de alumina do mundo, detém uma participação de 5% na MRN, além de um contrato comercial de 40% da participação da Alunorte na Empresa. A venda da Alunorte para a Hydro incluiu a ALBRAS, a 8ª maior produtora mundial de alumínio metálico. Desta forma, a Hydro detém 51% e a *Nippon Amazon Aluminium Co. Ltd.* (NAAC), 49%, junto com a Mineração Paragominas, detentora de uma jazida de bauxita equivalente à da MRN⁶.

Até 2024, a indústria mineral prevê investir R\$ 22,013 bilhões no Pará, mais R\$ 18,863 bilhões em infraestrutura, transformação mineral e outros negócios, como a produção de biodiesel. Segundo o Sindicato da Indústria Mineral (SIMINERAL), gera atuais 266 mil empregos diretos e indiretos. Em 2020, o Pará foi o 1º no ranking das exportações minerais do país (Abreu, 2020).

2. A INDÚSTRIA DIVERSIFICADA COMO MEMÓRIA E COMO LIÇÕES PARA O FUTURO

A indústria paraense tem um histórico de relativo virtuosismo no início do século XX. Atendendo demandas de consumo interno pela riqueza gerada nas exportações do látex (*Hevea Brasiliensis*), surgiram indústrias de calçados, bebidas, saponáceos, louças, materiais de construção e decoração, chocolates, entre outros.

Essa indústria praticamente desapareceu, com a abertura das rodovias federais e a integração aos mercados nacionais, a partir de 1960 (Mourão, 2017). A autora destaca que o período de maior diversificação industrial e de manufaturas foi associado à imigração. Portugueses, italianos, espanhóis, judeus, ingleses e turcos compuseram um cenário metropolitano em que surgiram indústrias e trabalhos especializados.

⁶ Nota-se que, desde os anos 1970, vários países como o Japão, proibem a produção de alumínio primário em seu território, a qual é caracterizada pelo consumo intensivo de energia elétrica, e assim vista como um verdadeiro sorvedouro de energia. Em 2009, estimava-se que cada tonelada de alumínio produzida no país equivalia ao consumo de energia de cem famílias brasileiras em um mês (Melo, 2009).

Até a década de 1950, o bairro do Reduto se caracterizava por sua função industrial. Lá, situavam-se as fábricas de pregos, artefatos de fibras vegetais (Perseverança), cigarros, sabão e perfumes (Phebo e Perfumaria Flora, Saboaria Paraense), óleos, calçados, botões de Jarina, chapéus de palha, beneficiamento de sementes, extração e refinaria de óleos e essências, descascadora e polidora de arroz, a Companhia de Luz, entre outras. Havia no bairro, além dessas e outras indústrias, um comércio significativo, assim como diversas vilas operárias (Mourão, 2017, p. 16).

Chiacchio e Chiacchio (2017) também citam produtos manufaturados, no século XIX (derivados do látex), nas indústrias de Belém. O intercâmbio entre saberes locais e dos países industrializados produziu dinamismos econômicos. Contraditoriamente, o atual período, de maior dinamismo econômico do estado do Pará, não coincide com a diversificação industrial. São poucos os encadeamentos industriais regionais e locais a partir dos ativos da biodiversidade e da mineração.

A Amazônia não acompanhou o ciclo nacional de industrialização no paradigma dominante na modernidade capitalista. A participação da região no PIB nacional, em 2018, correspondia a apenas 5,5% e se refere à exportação de produtos *in natura*. Desenvolver atividades produtivas com base no uso sustentável da biodiversidade é um árduo caminho a desbravar. Costa (2006), identifica um dilema a ser tratado no que se refere ao uso sustentável de recursos naturais da Amazônia:

Justo é expor os dilemas aí vivenciados, para tratá-los institucionalmente: mediante necessidades presentes que só conseguem ser atendidas por usos tradicionais (insustentáveis) da base natural, usos modernos (sustentáveis) que se apresentam como promessa de atendimento das necessidades futuras serão sempre postergados. É função do Estado, na Amazônia, atuar no sentido de anular o hiato de tempo existente entre formas modernas (porque sustentáveis) de uso dos recursos naturais da região e as necessidades cotidianas de suas populações (Costa, 2006, p. 81).

A Amazônia continua sendo uma possibilidade de se vincular aos esforços mundiais de compatibilização de crescimento econômico com bem-estar climático e vida saudável, rompendo com seguidos ciclos de exportação de *commodities* às custas da saúde de seus ecossistemas e de seus povos? Em que medida as necessidades cotidianas de suas populações podem ser uma chave para essa estratégia, por meio de um novo paradigma de bem-estar?

3. ECONOMIA DA BIODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA – POSSIBILIDADES E DESAFIOS

A crise sanitária expôs, na maioria dos países, a incapacidade dos governos em garantir proteção social à população na situação de pandemia provocada

pelo covid-19 e para implementar políticas públicas vitais para a sobrevivência humana. Estamos nas mãos das farmacêuticas e de sistemas de saúde que negligenciam as doenças de largo alcance populacional porque os mais pobres não têm condições de pagar por sua saúde.

O Brasil, além de ser um país periférico na indústria farmacêutica mundial, apresenta um comportamento anômico no contexto da pandemia. O governo brasileiro é o principal disseminador da pandemia. A descrença declarada na ciência, a negação dos fatos e a indolência na aquisição de vacinas, impedem o Estado de combater a doença, tratar os danos sociais e econômicos e planejar o país em cenários adversos. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado brasileiro concluiu que houve práticas hediondas de políticos e de setores do mercado de Saúde na avareza por lucros em detrimento de vidas.

Por outro lado, a relação entre ambiente e saúde está cada dia mais evidente. A alteração de ecossistemas e de ciclos biogeoquímicos podem aumentar a incidência de doenças transmissíveis e não transmissíveis. Cinquenta por cento das doenças respiratórias crônicas e 60% das doenças respiratórias agudas estão associadas à exposição a poluentes atmosféricos, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS).

A interação entre poluição e clima deve ser considerada fator de risco para as doenças. Estudos epidemiológicos mostram aumento do risco associado às doenças respiratórias e cardiovasculares, assim como da mortalidade geral e específica ligadas a poluentes no ar, assim como elevam as hospitalizações, atendimentos de emergência e consumo de medicamentos, impactando o financiamento dos sistemas de saúde.

As emissões gasosas e de material particulado para o meio ambiente derivam principalmente das emissões das regiões industriais, enquanto na Amazônia a emissão deriva da queima de biomassa (74% de queimadas e 23% do setor energético). Segundo estudo de Barcellos *et al.* (2009, p. 293), em Rio Branco, no Acre, um dos principais impactos negativos ocasionados pela poluição do ar através das queimadas está na taxa de mortalidade, que, no período de 1998 a 2004, apresentou uma diferença de cerca de 21% no período de queimadas em relação ao período de não-queimadas.

No meio da crise sanitária e ambiental agravada nos últimos anos, se intensificam as discussões sobre o aproveitamento racional da biodiversidade. A Bioeconomia é uma alternativa para o desenvolvimento da Amazônia? Caso a resposta seja positiva, o que deve ser realizado para se alcançar esse objetivo?

A resposta à primeira pergunta é, sem dúvida, afirmativa, pois a Amazônia possui 15% de toda a biodiversidade do Planeta e é a maior bacia hidrográfica da Terra e, apesar desse acervo natural, parte significativa dessa riqueza

ainda é desconhecida e está sendo queimada, literalmente. Com o desenvolvimento da biotecnologia, cerca de 60 mil genomas já identificados poderiam se constituir na base para novos medicamentos e biomateriais, produtos da bioeconomia (Brasil/MCT, 2021)⁷.

Seus ecossistemas influenciam diretamente o regime de chuvas do Brasil e da América Latina, enquanto a queima de suas florestas libera considerável volume de CO₂ na atmosfera. Diante da magnitude dos impactos relacionados à perda de biodiversidade, a valorização econômica se intensifica.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) define a Bioeconomia como produção, utilização e conservação de recursos biológicos, a partir da aplicação de conhecimento, ciência, tecnologia e inovação para disponibilizar informação, produtos, processos e serviços para todos os setores econômicos que buscam uma economia sustentável.

O *Global Bioeconomy Summit in 2015* (GBS, 2015) definiu Bioeconomia como uma confluência de diferentes vetores científicos, tecnológicos e de mercado capazes de promover de forma inovadora “a produção baseada no conhecimento e utilização de recursos biológicos, processos biológicos inovadores e princípios para fornecer bens e serviços de forma sustentável em todos os setores econômicos” (Braun & Lang *apud* Wohlgemuth *et al.*, 2021, p. 23, tradução da autoria). A Biotecnologia por sua vez é um vetor para o desenvolvimento tanto de bioeconomias altamente desenvolvidas e diversificadas quanto para bioeconomias básicas do setor primário. A promoção da Bioeconomia deve partir de um profundo comprometimento com as populações locais da Amazônia, suas condições de inserção e conhecimentos a serem integrados, não privilegiando apenas os interesses do mercado. Avaliar a processos e *road mappings* diversos que permitam, em conjunto com vários setores sociais e econômicos, incorporar tecnologias como inovação não destrutiva, sustentáveis e socialmente justas, em movimento oposto ao paradigma schumpeteriano. A premissa de inevitabilidade destrutiva do processo inovador, prevalece na ideologia do capitalismo neoliberal (Wang, Cao, Zhao, & Li, 2018).

A segunda resposta revela a complexidade da tarefa, pois o desenvolvimento de uma Bioeconomia na Amazônia só ocorrerá como parte de um Projeto Nacional, pois a mobilização de recursos e de conhecimento ultrapassa as capacidades dos entes federativos regionais. Essa é uma economia que para desabrochar exige um forte sistema público de Ciência, Tecnologia e Inovação

⁷ BRASIL\MCT. Recuperado em 7 de julho de 2021, de <http://cienciatecnologiafoco.blogspot.com/2019/10/floresta-amazonica.html>.

e requer a mobilização das universidades, de instituições de pesquisa como Fiocruz, Biomanguinhos, Embrapa, entre outras, e estímulos coordenados pelo Estado para os investimentos privados.

4. CAPACIDADES INSTALADAS E DESAFIOS DE INSERÇÃO CIENTÍFICA DA REGIÃO

Parte-se do pressuposto de que a Amazônia e o Brasil podem crescer com base em seus recursos, sem necessariamente retroceder ao padrão industrial convencional, recorrendo aos conhecimentos e às experiências produtivas locais, tendo na biodiversidade e na conservação da vida, a sustentação da economia. A superação do quadro de desindustrialização do país tem na Amazônia a oportunidade de fazer diferente do que a industrialização clássica produziu em outras regiões do país e do mundo.

Convém pensar sistemas de CT&I inseridos nas dinâmicas socioterritoriais, considerando as especificidades das sociedades locais e as capacidades das instituições de pesquisa, tecnológicas e de ensino superior que atuam na região. Assim, faz sentido o conceito de inovação contextualizado territorialmente e o compartilhamento de conhecimentos articulado sistemicamente pelos atores e processos (Lastres, Cassiolato, & Arroio, 2005). Os agentes externos se somam em ambientes de mútuos aprendizados, ao invés de colonizar os sistemas cognitivo e produtivos locais.

A Bioeconomia como estratégia altera profundamente o papel que coube à Amazônia no desenvolvimento nacional. Possibilita a superação de uma economia extrativista para uma economia produtora de bens de alto valor agregado, em que a sustentabilidade ambiental e o respeito à vida sejam componentes centrais. A região possui uma infraestrutura científica e tecnológica em processo de consolidação, em especial, no campo da Biotecnologia.

O REUNI (Programa de Reestruturação e Expansão do Ensino Superior)⁸ criou duas Universidades Federais no interior da Amazônia: Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). A ampliação da infraestrutura de pesquisa e de ensino nas Universidades antigas fortaleceu as bases para uma Revolução Tecnológica clássica, embora poucos esforços tenham resultado em cooperação científica para a valorização da biodiversidade, com protagonismo de agentes locais.

O ensino tecnológico também foi interiorizado nos estados amazônicos, assim como os programas de pós-graduação e grupos de pesquisa, formando e firmando doutores na região.

⁸ Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

Apesar de ainda insuficiente, passos foram dados para a superação dos *gaps* de formação profissional, de pesquisa científica e de infraestruturas laboratoriais para o ensino e a pesquisa, nas cidades médias na Amazônia.

Em áreas como a Biotecnologia, Farmácia, Engenharia Física, Economia, por exemplo, novos profissionais estão sendo formados, não encontrando empregos industriais ou mesmo em sistemas cooperativos, na Amazônia do presente. O desafio presente é conectar conhecimentos e habilidades localizadas na região, com os processos econômicos existentes, a partir de uma concepção industrial diferenciada, com respeito a direitos intelectuais, territoriais e à regulação ambiental.

A partir de 2008, houve um ciclo de investimentos na pesquisa e pós-graduação, ano em que foram concedidas para os nove estados da Amazônia Legal, 2.681 bolsas de pós-graduação. Porém, no mesmo ano, a região Sudeste recebeu 22.715 bolsas, quase 10 vezes mais. As assimetrias históricas persistem, de acordo com as Instituições Federais de Ensino Superior (IFESS) da região.

De 2000 a 2016, o quantitativo de Grupos de Pesquisa certificados pelo CNPQ na região Norte cresceu 210% em sua participação nacional, saindo de 354 para 2.382 grupos, com um crescimento regional da ordem de 673%. Uma demonstração de que o investimento na formação de doutores foi determinante para a ampliação do ambiente de pesquisa e de novos estudos na região. Entretanto, ainda persiste a necessidade apontada na Carta de Boa Vista em 2011 pelo FOPROP-Norte, quanto à necessidade de superação das assimetrias regionais no desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, sendo este um dos maiores desafios da nação (FOPROP, 2020).

Os investimentos em c&t, nos breves anos deste século, voltados à valorização da biodiversidade da Amazônia, são reivindicados a partir da região, também por Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia, Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, acadêmicos, setores empresariais, gestores de desenvolvimento regional, entre outros (cerca de 100 atores), resultando no Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação (PCTI/Amazônia; CGEE, 2013). O Plano propõe o “reconhecimento de que a CT&I é o eixo central de um projeto de desenvolvimento regional” (FOPROP, 2020, p. 28).⁹

Mesmo em condição ainda desvantajosa em relação às regiões mais dinâmicas do país, as IFESS da região vêm ampliando as pós-graduações *strictu sensu*, somando na atualidade, quase 500 cursos. Algumas IFESS possuem pós-graduações interiorizadas, como a UFPA, UFTO, UFAM, UFMA e a UFMT. Entre os

⁹ As contribuições dos estados foram reunidas no documento *Por um Plano de CT&I para Amazônia: o maior desafio brasileiro do século XXI*.

programas de mestrado e doutorado, há um número significativo que está formando pesquisadores com potencial de incremento para a valorização econômica da biodiversidade.

Algumas instituições como a Universidade Federal do Pará (UFPA) têm mais de 30 programas de formação de pesquisadores que podem impulsionar a Bioeconomia¹⁰. O Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia Para a Inovação, em rede, possui turmas interiorizadas. Os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITS) e Agências de Inovação Tecnológicas (AITS), articulados pela Rede de Núcleos de Inovação Tecnológica da Amazônia Oriental (Redenamor)¹¹, desde 2010, funcionam como um arranjo de NITS e Instituições Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTS), inserindo as instituições da Amazônia em redes nacionais (MCTI, A Rede de NITS da Amazônia Oriental integra 12 instituições, e da Amazônia Ocidental, 38 instituições, entre elas o Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA).

Apesar dos incrementos, os grupos de pesquisa e os pesquisadores, fundamentais para o desenvolvimento das ciências, ainda estão majoritariamente fora da Amazônia. Na tabela abaixo, o recorte de região Norte, mostra uma participação de apenas 6,3% no cômputo do país:

TABELA 2. Distribuição dos grupos de pesquisa e pesquisadores por titulação máxima segundo a região geográfica onde o grupo se localiza (2016).

Região	Grupos de pesquisa	Part.%	Total pesquisado-res (P)	Titulação máxima					% (D)/ (P)
				Doutorado (D)	Mestrado	Especialização	Graduação	Não informada	
Centro Oeste	2.899	7,7	18.943	12.690	4.516	831	600	221	67
Nordeste	7.713	20,5	45.321	27.524	12.671	2.676	1.559	706	60,7
Norte	2.382	6,3	15.826	7.713	5.431	1.571	716	317	48,7
Sudeste	16.009	42,5	90.742	67.514	16.107	2.921	2.783	1.106	74,4
Sul	8.637	23,0	46.457	31.318	11.608	1.832	1.080	472	67,4
Total	37.640	100	217.289	146.759	50.333	9.831	6.738	2.822	67,5

Fonte: Autores. Dados da Plataforma Lattes, censo 2016.

¹⁰ Ciência e Engenharia de Materiais, Neurociências e Biologia Celular, Genética e Biologia Molecular, Farmacologia e Bioquímica, Ciências Farmacêuticas, Inovações Farmacêuticas, Química Medicinal e Modelagem Molecular, Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos, Imunologia Básica e Aplicada, entre outros de igual importância.

¹¹ MCTI/MPGE, Relatório das atividades da Rede (2010-2016), recuperado de https://issuu.com/redenamor/docs/publica___o_redenamor.

Na área de Biodiversidade e Biológicas também se destacam as disparidades regionais na distribuição de programas por região. Dados de 2017 apontam que, nessas áreas, a região Norte tinha 9% dos cursos exclusivamente de mestrado, 7% dos programas que oferecem mestrado e doutorado e apenas um programa de mestrado profissional (Medeiros & Leta, 2020).

Os programas de pós-graduação que foram criados nos últimos 10 anos estão em processo de consolidação, dependendo da manutenção do quadro de doutores, da infraestrutura de pesquisa instalada e de recursos de custeio para a manutenção dos mesmos. Ou seja, com a promulgação da Emenda Constitucional 95 (Teto dos Gastos), a partir de 2016, enfraqueceu programas, paradoxalmente, no período de crescimento mais virtuoso dos investimentos em formação de pesquisadores e em suporte para inovação na Amazônia.

5. PELOS CAMINHOS DE UMA INDÚSTRIA SAUDÁVEL

A proposta do Governo Federal (2018-2022) para o desenvolvimento da Bioeconomia na Amazônia se concentra na via empresarial e na privatização dos ativos da biodiversidade em Unidades de Conservação (UCS) como pode-se deduzir da proposta do vice-presidente Mourão (2020, p. 10):

O Estado brasileiro não é o protagonista do desenvolvimento sustentável da Amazônia. Esse papel será reservado aos empreendedores amazônicos e a seus parceiros nacionais e internacionais, dispostos a investir com segurança em busca de rendimentos e sustentabilidade.

Exemplos de outros países (Schütte, 2018) que estão alcançando sucesso no desenvolvimento da Bioeconomia demonstram a total inviabilidade desse projeto sem a forte indução estatal e planos de transição ecológica que alinhem políticas de Estado com forte capacidade de financiamento de projetos sustentáveis, a rígida regulação ambiental protetiva, com redução das emissões de gases de efeito estufa até o alcance da neutralidade de carbono entre 2050 e 2060.

É o caso do Pacto Verde Europeu, lançado em dezembro de 2019, que visa “neutralidade climática” até 2050, ou seja, zerar o balanço das emissões de gases do efeito estufa. O Plano prevê 91 bilhões de euros só para eficiência energética. O *Green New Deal Americano*, se revela como o plano climático mais ousado da história dos EUA e propõe um investimento de US\$ 2 trilhões em energia limpa para gerar energia livre de carbono até 2035. O país voltou a aderir ao Acordo Climático de Paris e comprometeu-se com 100% de energia limpa e emissões líquidas zero até 2050.

A China compromete-se com a construção de uma civilização ecológica, até 2060, capaz de fornecer bens ecológicos de alta qualidade e atender às

demandas do povo chinês por um ambiente belo e preservado, assim como, contribuir para uma governança ambiental global com forte influência do país que deverá ser, segundo esse planejamento, um grande fornecedor de tecnologias verdes para o mundo.

O planejamento dos países centrais demonstra que a estratégia ecológica é fundamental para o sucesso do novo modelo industrial. Não há espontaneísmo nessa trajetória. A forte regulação estatal envia uma mensagem clara à sociedade de que a economia assentada nos combustíveis fósseis tem prazo, aliada a estímulos econômicos para a nova trajetória tecnológica.

Os orçamentos dos Estados Unidos, China e Alemanha incentivam a migração para empreendimentos de base biotecnológica, pois os custos da mudança são elevados, principalmente as exigências de pesquisa e desenvolvimento que serão sempre pedras de toque a serem financiadas pelo Estado. Principalmente em países como o Brasil, onde o setor privado não financia pesquisa, desenvolvimento e inovação. O impacto social da Bioeconomia está suficientemente demonstrado nos países centrais. Conforme descreve o secretário de estado do Ministério da Educação e Pesquisa da Alemanha (BMBF):

Para o ano de 2010, a criação de valor no setor de bioeconomia alemão aumentou de 115 bilhões de euros para 140 bilhões de euros entre 2002 e 2010. Isso corresponde a uma taxa de crescimento de 22%, enquanto a criação de valor econômico global aumentou 16% de 1.995 para 2.310 bilhões de euros. A bioeconomia foi responsável por 6% da criação de valor econômico geral no setor agrícola e alimentício alemão. Mais de 12% de todos os trabalhadores alemães estavam vinculados à bioeconomia em 2010 (Schütte, 2018, p. 83).

Diante de uma visão governamental fundamentada em um *laissez faire, laissez aller, laissez passer* incompatível, quase anedótico, do que representa o desafio de organizar a Bioeconomia brasileira, o Brasil pode ficar isolado na questão climática, já liderado com folga pelo país, desde a emergência mundial desse tema na agenda dos governos. EUA, Europa e China, apesar dos distanciamentos e conflitos em diversos temas, sinalizam alinhamentos em suas posições sobre o clima e, uma vez estabelecida a aliança, arrastarão a reboque, em posição mais uma vez subordinada, o Brasil.

Conforme Wohlgemuth, Twardowski e Aguillar (2021, p. 24) destacam, “a biosfera mostra uma interconexão sem fronteiras e, portanto, a bioeconomia também é uma jornada global, embora as jornadas regionais, nacionais ou locais difiram consideravelmente”.

As demandas da saúde pública são necessidades pautadas como estratégicas. Tecnologias para prevenção, como a disponibilização de novas vacinas e de equipamentos e o diagnóstico precoce nos pontos de cuidado, precisos

e de grande escala, usando nanotecnologia e biotecnologia avançada, poderiam ser muito mais efetivas para melhorar a qualidade de vida e superar um paradigma baseado na doença como oportunidade de mercado. Ao invés de “mais hambúrguer, mais câncer e mais produtos para tratamentos de alto custo” poderia haver estratégias de “mais promoção e prevenção, mais tempo e qualidade de vida, e mais envelhecimento saudável” (Gadelha, 2016, p. 234).

O autor se refere ao complexo econômico-industrial da saúde como setor industrial promissor, que, de forma sistêmica, proveria a infraestrutura para a “saúde universal”. O conceito de Saúde Única, que associa a saúde humana à saúde dos ecossistemas (Menin, 2018) é útil nessa perspectiva, pois, como no caso da pandemia de covid-19 e suas variantes, foram aclaradas as suas relações com condições sanitárias estruturais. Logicamente, nessa estratégia nacional a inserção da Amazônia teria suas territorialidades socioculturais potencializadas.

A indústria 4.0, ou manufatura de 4ª geração (Coutinho, 2016) teria na Amazônia traduções específicas. A conservação ecológica e sociocultural é a base sem a qual não haverá futuro econômico durável. Os impactos econômicos positivos da conversão de produtos, serviços e infraestrutura para sistemas sustentáveis podem favorecer um “ciclo que precisará enfrentar outros desafios dos quais a inovação e a sustentabilidade ambiental deverão, necessariamente, ser endereçadas na forma de grandes estratégias” (Coutinho, 2016, p. 334).

De acordo com Laplane (2016), há uma necessidade de mudanças no padrão industrial global, a partir da pergunta: qual o tipo de sociedade que se quer construir? E o autor responde: “O Brasil deve perseverar na construção das bases para um crescimento inclusivo e sustentável” (Laplane, 2016, p. 89), considerando que este objetivo deve ter um pacto social amplo.

Romper com o ciclo de desindustrialização que ruma para a reprimarização da economia brasileira e a perenização da Amazônia sob o ataque aos seus recursos naturais, pressupõe uma visão sistêmica de dinâmicas industriais (Lastres, Cassiolato, Laplane, & Sarti, 2016, p. 268), com forte enraizamento territorial, com ruptura com a financeirização da economia (Chesnais, 2016) que preside o imediatismo rentista que depreda os ativos da biodiversidade e os meios de reprodução da vida.

6. CONCLUSÕES

Este trabalho conclui que não existe futuro para a Amazônia sem que haja um freio no atual modelo de uso de seus recursos e sem romper com as ro-

tas clássicas da industrialização, que se vincularam à produção, por meio de dependência tecnológica.

Os caminhos para o desenvolvimento da Amazônia podem se beneficiar de oportunidades de mercado num mundo que repensa seus rumos diante dos desafios da economia de baixo carbono, da demanda por alimentos saudáveis e de produtos que supram necessidades relacionadas às demandas de saúde a partir da biodiversidade.

A cooperação científica e tecnológica pode ser potencializada a partir dos territórios, ecossistemas e características socioculturais, em arranjos com as instituições de ensino superior, de pesquisa e tecnológicas presentes na região. O florescimento de uma indústria saudável requer uma ampla mobilização de atores institucionais, sistemas de ciência, tecnologia e uma inovação focada nos processos econômicos locais, assim como a indução de sistemas de consumo sustentáveis.

O Estado é essencial, assim como as políticas de desenvolvimento regional e territorial proativas e convergentes, para a valorização da biodiversidade da região. A distópica política de Estado em curso, que destrói ativos da natureza e desterritorializa os povos e populações indígenas e tradicionais precisa ser contida.

Políticas e instrumentos de fomento (como o Fundo Constituição do Norte e incentivos fiscais) precisam ser direcionados para economias sustentáveis.

É importante atualizar estudos sobre empresas e iniciativas comunitárias, bem como, produtos, mercados e parcerias interinstitucionais ativas. Inclusive sobre o sistema de financiamento público e privado, identificando as linhas de financiamento existentes para projetos de manejo e produção voltados ao uso sustentável de recursos da biodiversidade e valorização da vida.

A valorização da biodiversidade faz parte de uma compreensão crescente na sociedade e deve ser acelerada para que os mercados de produtos oriundos de sistemas industriais locais, adaptados ao manejo das matérias-primas da biodiversidade, se tornem atrativos, em detrimento dos produtos que destroem recursos e promovem destruição do clima e da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, G. (2020). Pará é o estado brasileiro que mais exporta produtos minerais. Agência Pará. Recuperado em 25 de abril de 2021, de rb.gy/fh5t6.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. (2008). *Amazônia: desafio brasileiro do século XXI*. São Paulo: Fundação Conrado Wessel.
- BARCELLOS, C., Monteiro, A. M. V., Corvalán, C., Gurgel, H. C., Carvalho, M. S., Artaxo, P., Hacon, S., & Ragoni, V. (2009). Mudanças climáticas e ambientais e as doen-

- ças infecciosas: cenários e incertezas para o Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 18(3), 285-304.
- BARREIRO, E. R. N., & Ramalho, Â. M. C. (2016). A importância dos PCTS para o desenvolvimento local e territorial: a experiência do Parque Tecnológico da Paraíba. *Revista Política e Planejamento Regional*, 3(1), 19-38.
- BECKER, B., & Stenner, C. (2008). *Um futuro para a Amazônia*. São Paulo: Oficina de Textos.
- BRASIL. (1971). *I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) - 1972/74*. Recuperado de <https://shorturl.at/IOY12>.
- BRASIL. (2008). Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira. Brasília: MMA. Recuperado de <https://shorturl.at/aFIR7>.
- BRASIL/CGEE (2013). Por um Plano de CT&I para Amazônia: o maior desafio brasileiro do século XXI. Série documentos técnicos, nº 17, Brasília.
- CASTRO, E. M. R. de, MOURA, E. A. F., & MAIA, M. L. S. (Orgs.). (1994). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: Ed. da UFPA.
- CHESNAIS, F. (2016). The entry into a totally new historical. In H. M. M. Lastres, J. E. Cassiolato, G. Laplane, & F. Sarti. (Orgs.). *O futuro do desenvolvimento, ensaios em homenagem a Luciano Coutinho*. Campinas: Unicamp.
- CHELALA, C. (2010). A indústria na Amazônia Oriental (1967-2007). *PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, nº 3, 1-17.
- CHIACCHIO, M. A., & CHIACCHIO, I. C. G. (2017). Indústria paraense: uma análise da trajetória da Fábrica Perseverança, Perfumaria Phebo e Fábrica Palmeira. *Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas*, Niterói, RJ, Brasil. Recuperado de <https://shorturl.at/vBGH6>.
- COSTA, F. (2006). Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais: as possibilidades do conceito na constituição de um sistema de planejamento para a Amazônia. *Revista Brasileira de Inovação*, 5(1), 77-98.
- COUTINHO, L. (2016). A terceira revolução industrial e tecnológica. As grandes tendências das mudanças. *Economia e Sociedade*, 1(1), 69-87.
- FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DAS IES BRASILEIRAS – FOPROP REGIONAL NORTE-AMAZÔNIA LEGAL. (2020). *Carta da Amazônia 2020/2030*. Vídeo-Encontro da Região da Amazônia Legal, 14, 15 e 16 de outubro de 2020. Recuperado de <https://shorturl.at/epuPT>
- FURTADO, C. (2000). *Formação econômica do Brasil* (27ª ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- GADELHA, C. (2016). Política industrial, desenvolvimento no Brasil: objetivos estratégicos e requisitos de modernização. In H. M. M. Lastres, J. E. Cassiolato, G. Laplane, & F. Sarti. (Orgs.). *O futuro do desenvolvimento, ensaios em homenagem a Luciano Coutinho*. Campinas: Unicamp.
- GONÇALVES, C. (2015). *Amazônia, Amazônias* (3ª ed.). São Paulo: Editora Contexto.

- GOODMAN, D., SORJ B., & WILKINSON, J. (2008). *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- LAPLANE, M. (2016). Globalização, crise e os novos requisitos de desenvolvimento. In H. M. M. LASTRES, J. E. CASSIOLATO, G. LAPLANE, & F. SARTI. (Orgs.). *O futuro do desenvolvimento, ensaios em homenagem a Luciano Coutinho*. Campinas: Unicamp.
- LASTRES, M. H., CASSIOLATO, J. E., & ARROIO, A. (2005). Sistemas de inovação e Desenvolvimento: mitos e realidade da economia do conhecimento global. In H. M. M. LASTRES, J. CASSIOLATO, & A. ARROIO. *Sistemas de inovação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Contraponto.
- LASTRES, M. H., CASSIOLATO, J. E., LAPLANE, G, & SARTI, F. (Orgs.). (2016). *O futuro do desenvolvimento, ensaios em homenagem a Luciano Coutinho*. Campinas: Unicamp.
- LEITE, S. P., & WESZ JUNIOR, V. J. (2009). Padrões de desenvolvimento e dinâmicas fundiárias no Brasil: a expansão do agronegócio da soja e seus efeitos sobre o meio rural. *Estudios económicos*, 26(53), 57-72.
- MEDEIROS, L. C., & LETA, J. (2020). Formação de mestres e doutores no Brasil: uma análise do currículo das pós-graduações em Ciências Biológicas. *Avaliação*, 25(2).
- MELO, L. (2009). *Alumínio, um sorvedouro de energia elétrica*. Recuperado de <https://shorturl.at/fryRZ>.
- MENIN, A. (2018). *Uma reflexão sobre o conceito de Saúde Única apresentado à Asociación de Universidades Grupo Montevideo*. Montevideo: Comité Académico de Salud Animal. Recuperado de <https://www.researchgate.net/publication/343239282>.
- MONTEIRO, R. (2019). *Para entender o dia do fogo*. Recuperado de <https://shorturl.at/epDLS>.
- MONTEIRO, R. (2020). Política florestal e desenvolvimento regional: caminhos que precisam se encontrar. In J. R. V. GAMA, & D. F. V. ANDRADE (Orgs.). *Ciência aplicada ao uso múltiplo da floresta no Baixo Rio Amazonas*. Curitiba: CRV.
- MOURÃO, H. (2020). Amazônia: a nova fronteira da Bioeconomia. *Interesse nacional*, ano 13, edição especial 01, 9-13.
- MOURÃO, L. (2017). Memórias da indústria Paraense. *Anais do xii Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas*, Niterói, RJ, Brasil. Recuperado de <https://shorturl.at/cmzAO>.
- REDAÇÃO INTEGRADA (2021, 24 de abril). Mineração contribui com 2,5% do ICMS do Pará. O Liberal. Recuperado em 25 de abril de 2021, de <https://shorturl.at/gpAWY>.
- SCHÜTTE, G., & CAMPOS, R. (2020, 17 de junho). *As bravatas do bolsonarismo e as exportações brasileiras para a China*. Recuperado em 25 de abril de 2021, de <https://shorturl.at/lxER>.
- SCHÜTTE, G. (2018). What kind of innovation policy does the bioeconomy need? *New Biotechnology*, 40, 82-86.
- WANG, R., CAO, Q., ZHAO, Q., & LI, Y. (2018). Bioindustry in China: an overview and Perspective. *New Biotechnology*, 40, 46-51.

- WOHLGELMUTH, R., TWATDOWSKI, T., & AGUILAR, A. (2021, March 25). Bioeconomy moving forward step by step – A Global Journey. *New Biotechnology*, 61, 22-28.
- WORLD WILD FUND FOR NATURE - Brasil. (2010). *Arpa, um novo caminho para a conservação da Amazônia*. Recuperado de <https://issuu.com/programaarpa/docs/arpabiodiversidade>.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PÚBLICAS NA AMAZÔNIA: EVOLUÇÃO E AMEAÇAS

*Unidades de Conservación Públicas
en la Amazonia: evolución y amenazas*

Public Conservation Units in the Amazon:
evolution and threats

ENAILE DO ESPÍRITO SANTO IADANZA
Universidade de Brasília (UNB, Brasil)

MANOEL PEREIRA DE ANDRADE
Universidade de Brasília (UNB, Brasil)

RESUMO

O artigo trata do processo de criação de Unidades de Conservação públicas no território continental brasileiro e na Amazônia, de sua abrangência e relevância na proteção dos bens da natureza e na melhoria das condições de vida dos que nelas vivem e trabalham. Ainda aborda as Unidades de Conservação como sendo importantes para a existência e conservação dos ecossistemas e diversidade biológica, e para o combate à crise climática. As Unidades de Conservação públicas no Brasil somam quase mil e quinhentas, abrangem uma área de mais de um milhão e meio de quilômetros quadrados e localizam-se em todos os biomas continentais brasileiros. Também são referidos os ataques e as ameaças que as Unidades de Conservação, especialmente as da Amazônia brasileira, vêm sofrendo nos últimos anos por parte de grileiros, madeireiros, garimpeiros, mineradoras, latifundiários, criadores de gado e monocultores e, principalmente, através das políticas do governo brasileiro a partir do golpe de 2016.

Enfim, aborda-se a grilagem, o desmatamento, as queimadas e a violação dos direitos como sendo as práticas dos últimos anos realizadas pelo latifúndio, pelos capitais e poderes constituídos no Brasil. Esses ataques e destruições têm afetado os povos originários, quilombolas, comunidades tradicionais e camponesas, os seus territórios e a natureza da Amazônia brasileira.

Palavras-chave: Amazônia; Unidade de Conservação; ameaças.

RESUMEN

El artículo aborda el proceso de creación de Unidades de Conservación públicas en el territorio continental brasileño y en la Amazonia, su alcance y relevancia para la protección de los bienes de la naturaleza y la mejora de las condiciones de vida de los que en ellas viven y trabajan. También analiza la importancia de las Unidades de Conservación para la existencia y conservación de los ecosistemas y la diversidad biológica, y para la lucha contra la crisis climática. Las Unidades de Conservación públicas en Brasil suman casi mil quinientas, abarcan un área de más de un millón y medio de kilómetros cuadrados y se localizan en todos los biomas continentales brasileños. También se hace referencia a los ataques y amenazas que las Unidades de Conservación, especialmente las de la Amazonia, han sufrido en los últimos años por parte de acaparadores de tierras, madereros, buscadores de oro, empresas mineras, latifundistas, criadores de ganado y monocultores y, principalmente, a través de las políticas del gobierno brasileño a partir del golpe de 2016. En definitiva, se aborda el acaparamiento de tierras, la deforestación, los incendios y la violación de derechos como prácticas habituales en los últimos años por parte del latifundio, el capital y los poderes constituídos en Brasil. Esos ataques y destrucciones han afectado a los pueblos originarios, quilombolas, comunidades tradicionales y campesinas, a sus territorios y a la propia naturaleza de la Amazonia brasileña.

Palabras clave: Amazonia; Unidad de Conservación; amenazas.

ABSTRACT

The article addresses the creation process of public Conservation Units in the Brazilian continental territory and in the Amazon, their scope and relevance in the protection of nature's assets and in improving the living conditions of those who live and work in them. It also addresses the Conservation Units as being important for the existence and conservation of ecosystems and biological diversity, and for combating the climate crisis. There are almost one thousand and five hundred public Conservation Units in Brazil, covering an area of over one and a half million square kilometers, located in all the Brazilian continental biomes. The attacks and threats that the Conservation Units, especially those of the Brazilian Amazon, have suffered in recent years by land grabbers, loggers, miners, mining companies, landowners, cattle farmers and monoculture producers, and especially through the policies of the

Brazilian government since the coup of 2016, are also referred to. Finally, we address the land grabbing, deforestation, burning and violation of rights as practices carried out in recent years by large landowners, the capital and constituted powers in Brazil. These attacks and destructions have affected the native peoples, quilombolas, traditional and rural communities, their territories and the nature of the Brazilian Amazon.

Keywords: Amazon; Conservation Unit; threats.

I. PANORAMA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PÚBLICAS NA AMAZÔNIA

OBJETIVO DESSE ARTIGO é realizar um breve histórico das Unidades de Conservação no Brasil e em particular na Amazônia brasileira, enfatizando a sua relevância, no sentido de contrapor ao desmatamento e às queimadas, à degradação e à contaminação do solo e da água, evitar a espoliação da biodiversidade e combater a crise climática. Especialmente na Amazônia brasileira, as Unidades de Conservação vêm sendo atacadas por grileiros, invasores e expropriadores de terras públicas e de uso comum, e ainda por parte dos governos brasileiros a partir de 2016. Destaca-se que esse quadro tem sido agravado no último governo pela crise política, social e sanitária, esta última piorada ainda mais pela irresponsabilidade do poder executivo federal no enfrentamento da pandemia de covid-19.

A Unidade de Conservação¹ no Brasil é definida, na atualidade, pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Segundo a referida lei, Unidade de Conservação é o

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

A institucionalização das Unidades de Conservação no Brasil tem fortalecido, em certa medida, a possibilidade de frear a dilapidação dos bens da natureza e reconhecer direitos e interesses de grupos sociais que defendem a preservação de seus territórios de trabalho e vida. Neste sentido, as Unidades de Conservação têm sido estrategicamente fundamentais para proteger os ecossistemas; para a preservação da diversidade biológica; para possibilitar o

¹ As Unidades de Conservação são áreas que, juntamente com as Terras Indígenas, formam o mosaico de áreas protegidas no Brasil. Este trabalho tratará das Unidades de Conservação, as Terras Indígenas serão abordadas em outro momento.

uso, manejo e conservação dos bens comuns; para evitar as crises climáticas e para a defesa dos direitos e da vida.

A partir da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em 2000, as Unidades de Conservação foram organizadas em dois conjuntos, cada um deles subdivididos em categorias. Os dois conjuntos foram definidos pela forma de proteção e pelo uso das Unidades. Um dos conjuntos é o de Proteção Integral que, conforme o artigo 7º, parágrafo primeiro, da Lei do SNUC, tem como objetivo “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais”, como por exemplo as pesquisas e visitas. O outro conjunto se refere a Unidades de Uso Sustentável, cujo objetivo, conforme o parágrafo segundo deste mesmo artigo da Lei do SNUC, “é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (Lei nº 9.985, 2000).

Em relação às categorias de cada conjunto, definidas também na referida lei, o das Unidades de Proteção Integral é dividido em cinco categorias: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; e Refúgio de Vida Silvestre. Já o conjunto das Unidades de Uso Sustentável é dividido em sete categorias. Neste trabalho são levadas em consideração seis das categorias de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, criadas e administradas pelo poder público, são elas: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. A única categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável cuja iniciativa de criação e a administração são de responsabilidade privada é a Reserva Particular do Patrimônio Natural, a qual não será tratada neste trabalho². As Unidades de Conservação são também organizadas em áreas continental e marinha. Neste trabalho serão consideradas apenas as Unidades de Conservação em áreas continentais.

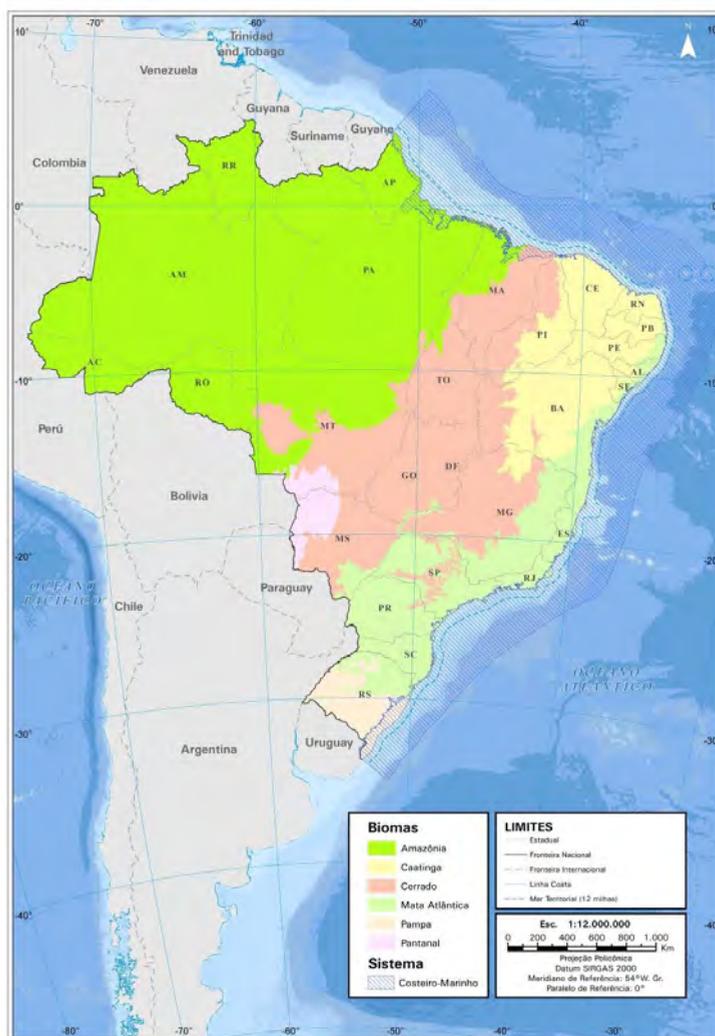
A efetiva implantação das Unidades de Conservação no Brasil ocorre nos três entes federativos do poder público, isto é no âmbito federal, estadual e municipal, e incidem em todos os seis biomas brasileiros e no sistema costeiro-marinho (Mapa 1). Este artigo aborda, especialmente, as Unidades de Conservação públicas localizadas no bioma Amazônia. Vale mencionar que no Brasil há uma divisão da Amazônia baseada em critérios físicos e geopolíticos, denominada de Amazônia Legal³, entretanto optou-se por dar destaque à área

² Sobre as Reservas Particulares do Patrimônio Natural ver Andrade & Iadanza (2014).

³ A Amazônia Legal é uma divisão política e administrativa que foi institucionalizada pela Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. É composta pelos estados do Acre,

do bioma Amazônia. Desta forma, quando o texto se referir à Amazônia brasileira, se estará abordando o bioma Amazônia.

MAPA 1. Biomas e Sistema Costeiro-Marinho Brasileiros.



Fonte: IBGE, 2019a.

Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e a porção do Maranhão a oeste do meridiano de 44°, perfazendo uma área de 5.015.068,18 km², mais de 58,9% do território do Brasil (IBGE, 2021).

Ocupando quase metade do território nacional, o bioma Amazônia tem uma significativa importância pela sua extensão⁴ e pela diversidade social, cultural e ecológica. É a maior floresta tropical do mundo, composta por uma infinidade de bens naturais e de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Essa importância ecológica, cultural e social; a imensidão de seu território e o desempenho ecossistêmico da floresta amazônica fez com que fosse vastamente conhecida e reconhecida internacionalmente (PNUMA & OTCA, 2008; IBGE, 2019a).

A Amazônia abrange porções de oito países da América do Sul, perfazendo cerca de 40% (6.909.421) de seu território. Está em território da Bolívia (8,2%), Brasil (60,7%), Colômbia (6,6%), Equador (1,1%), Guiana (3,1%), Peru (11,3%), Suriname (2,1%), Venezuela (5,7%) e o Departamento Ultramarino Francês (1,2%). No Brasil ela é composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e parte dos estados do Maranhão (34,8%), Mato Grosso (53,5%) e Tocantins (8,9%) (Aragón, 2018; PNUMA & OTCA, 2008). Nestes espaços amazônicos, as Unidades de Conservação são imprescindíveis para a manutenção das vidas humanas e dos ecossistemas.

No Brasil, conforme o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), em agosto de 2020, as Unidades de Conservação públicas nas esferas federal, estadual e municipal totalizavam 1.452 unidades. Destas, como é possível verificar na tabela 1, 298 (20,5%) localizam-se em áreas do bioma Amazônia e ocupam 76,8% da área total das Unidades de Conservação Brasileira. Ainda que ocupe uma boa parte da área das Unidades de Conservação públicas do país, quando se compara com a área total do Brasil (8.514.877 km²), verifica-se que o território da Amazônia protegido em Unidades de Conservação (1.215.255,72 km²) perfaz um total de 14,3% do território nacional. Esse total de Unidades de Conservação do bioma Amazônia ocupa 29,0% do total do bioma (4.196.943 km²). Se for considerada a importância social, cultural e ecológica da Amazônia, esses números de Unidades de Conservação e as respectivas áreas são insuficientes para garantir a conservação da biodiversidade e a melhoria das condições econômicas, sociais e de qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais que trabalham e vivem dos bens da natureza destes ecossistemas que coexistem no bioma.

⁴ O bioma Amazônia possui uma área de 4.196.943 km² (49%); o Cerrado 2.036.448 km² (24%); a Mata Atlântica 1.110.182 km² (13%); a Caatinga 844.453 km² (10%); o Pampa 176.496 km² (2%) e o Pantanal 150.355 km² (2%) (MMA, 2020).

Tabela 1. Número e área, em quilômetros quadrados, dos conjuntos e categorias de Unidades de Conservação públicas no território continental no Brasil e na Amazônia, até agosto de 2020.

Conjunto / Categoria	Brasil				Amazônia			
	Nº	%	Área (km ²)	%	Nº	%	Área (km ²)	%
Proteção Integral (PI)								
Estação Ecológica	98	6,7	119 606,69	7,6	17	5,7	107 000,95	8,8
Reserva Biológica	66	4,5	55 703,26	3,5	15	5,0	52 890,07	4,4
Parque Nacional	475	32,7	359 634,88	22,7	58	19,5	270 273,25	22,2
Monumento Natural	62	4,3	1 617,30	0,1	2	0,7	4,10	0,0
Refúgio de Vida Silvestre	75	5,2	5 875,88	0,4	5	1,7	114,15	0,0
SUBTOTAL (A)	776	53,4	542 438,01	34,3	97	32,6	430 282,52	35,4
Uso Sustentável (US)								
Área de Proteção Ambiental	374	25,8	464 429,58	29,3	36	12,1	213 897,11	17,6
Área de Relevante Interesse Ecológico	60	4,1	1 161,57	0,1	6	2,0	445,9	0,0
Floresta Nacional	108	7,4	314 010,40	19,8	60	20,1	312 549,73	25,7
Reserva Extrativista	95	6,5	148 523,70	9,4	76	25,5	146 991,86	12,1
Reserva de Fauna	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	39	2,7	112 393,75	7,1	23	7,7	111 088,60	9,1
SUBTOTAL (B)	676	46,6	1 040 519,00	65,7	201	67,4	784 973,20	64,6
TOTAL	1 452	100	1 582 957,01	100	298	100	1 215 255,72	100

Fonte: MMA, 2020.

As categorias de Unidades de Conservação possuem diferentes formas de acesso, manejo e uso. As de Uso Sustentável são aquelas que permitem o seu usufruto e onde vivem as comunidades tradicionais que participam na organização de seus territórios. Essas populações podem trabalhar, usar os bens e viver apenas em Reservas Extrativistas, em Reservas de Desenvolvimento Sustentável e em Florestas Nacionais⁵. No bioma Amazônia, se destacam as Reservas Extrativistas, que perfazem o maior número de Unidades de Conservação do bioma, representando 12,1% da área de todas as Unidades de

⁵ Nas categorias Área de Proteção Ambiental e Área de Relevante Interesse Ecológico, apesar de ser permitida a ocupação humana, não há especificação se deve ser ocupada apenas por comunidades tradicionais e nem qual deve ser o alcance dessa ocupação.

Conservação da Amazônia. Também se destacam por terem sido estabelecidas pela ação de milhares de famílias de comunidades agroextrativistas que nelas vivem e trabalham.

A Unidade de Conservação de Uso Sustentável Reserva Extrativista foi criada em 1990, resultado principalmente da luta dos seringueiros da Amazônia, sob a liderança de Chico Mendes⁶ e dos trabalhadores e das trabalhadoras dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Brasiléia e Xapuri, no estado do Acre e outros sindicatos, organizações e personalidades da Amazônia, do Brasil e do exterior. Deste processo de resistência, organização e luta, se construiu a proposta da categoria Reserva Extrativista, centralizada pelo Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)⁷.

Esta categoria se apresentou como um avanço, especialmente por ter sido forjada na luta dos trabalhadores e das trabalhadoras extrativistas, no combate ao desmatamento, na permanência da floresta em pé, na defesa de seus territórios de trabalho e das atividades cotidianas para sua manutenção. A construção desta categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável compreendeu a participação das populações e organizações extrativistas na conservação dos bens naturais e na estruturação do processo de trabalho e produção. Assim, as Reservas Extrativistas foram institucionalizadas em bases populares, o que as tornou visíveis politicamente, assim como os extrativistas, e garantiu o direito de acesso e uso dos bens naturais pelas comunidades tradicionais (Andrade, 2016).

Como mencionado, as Unidades de Conservação brasileiras, em especial as Reservas Extrativistas, do grupo de Unidades de Desenvolvimento Sustentáveis, têm se apresentado como uma importante instituição capaz de proteger os bens da natureza. São necessárias como objeto de trabalho e para a reprodução social dos povos originários, populações e comunidades tradicionais. É reconhecido seu papel, especialmente daquelas localizadas na Amazônia, na conservação da biodiversidade. Elas contribuem para combater a crise climática, na medida em que se constituem numa barreira institucional e física para a crescente frente de destruição das florestas, do solo e subsolo e das águas, e podem também

⁶ Chico Mendes nasceu em um seringal no município de Xapuri, estado do Acre. Seringueiro e sindicalista, ajudou a construir o “empate”, um movimento de resistência e ação de combate ao desmatamento e defesa da floresta e das populações que nela trabalham e vivem. Pelo que representava na defesa da Amazônia foi assassinado no dia 22 de dezembro de 1988. Seu legado de sindicalista e em defesa Amazônia permanece para gerações futuras.

⁷ O Conselho Nacional dos Seringueiros, criado no dia 17 de outubro de 1985, teve seu nome alterado para Conselho Nacional das Populações Extrativistas, mantendo a sigla CNS.

contribuir para evitar a ruína provocada pela apropriação desmesurada das terras e territórios e pela espoliação dos bens comuns do povo.

2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

A criação de Unidades de Conservação federais ocorreu tardiamente no Brasil⁸. Se os Estados Unidos da América criaram, na segunda metade do século XIX, seu primeiro parque, o Parque Nacional de Yellowstone, no Brasil isto somente foi ocorrer em 1937 com a criação do Parque Nacional do Itatiaia, abrangendo porções dos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Nessa mesma década, outras duas Unidades de Conservação foram elaboradas na esfera federal brasileira. Em 1939, foram criados o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no estado do Rio de Janeiro e o Parque Nacional do Iguaçu, no estado do Paraná (Dean, 1996; Diegues, 1994; Vallejo, 2002).

Deve-se referir que as Unidades de Conservação no Brasil, na esfera federal, foram institucionalizadas no governo provisório (1930-1934) a partir de um conjunto de medidas de proteção ao meio ambiente⁹. O decreto de criação do primeiro Código Florestal e a promulgação da Constituição brasileira de 1934¹⁰, pelo presidente Getúlio Vargas, foram importantes marcos legais para dar início à institucionalização das Unidades de Conservação e para impulsionar a implantação de áreas protegidas no Brasil (Dean, 1996).

As políticas, instituídas na década de 1930 pelo governo brasileiro, destinadas à proteção da fauna, das florestas, do solo e subsolo, e das águas

⁸ As primeiras Unidades de Conservação no Brasil foram iniciativas municipais. A cidade do Rio de Janeiro criou, em 18 de dezembro de 1861, as áreas denominadas de Floresta da Tijuca e Floresta das Paineiras, através da decisão nº 577 do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, e da Portaria de 11 de dezembro de 1861. Após cem anos, estas áreas protegidas passaram a compor o Parque Nacional do Rio de Janeiro através do Decreto nº 50.932, de 6 de julho de 1961. Na atualidade, esta unidade é denominada de Parque Nacional da Tijuca, instituído pelo Decreto nº 60.183, de 8 de fevereiro de 1967.

⁹ Em 1934 foram assinadas pelo Presidente da República quatro importantes instrumentos de políticas relacionadas às questões ambientais: o Código da Caça e Pesca (Decreto nº 23.672, de 2 de janeiro de 1934), o Código Florestal (Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934), o Código de Minas (Decreto nº 24.642, de 10 de julho de 1934) e o Código das Águas (Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934). Essas medidas marcaram a presença do Estado nas áreas de políticas públicas e de interesse social relacionadas às temáticas ambientais.

¹⁰ A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil foi publicada no Diário Oficial da União em 16 de julho de 1934.

foram resultado de disputas políticas entre setores e grupos econômicos e sociais do país. Destaca-se, neste contexto, a participação de artistas e intelectuais brasileiros, e a implementação, pelo governo Getúlio Vargas, de políticas firmadas em estratégias de desenvolvimento nacional, importantes para a concretização das Unidades de Conservação (Dean, 1996). Segundo Franco e Drummond (2009) algumas organizações de cientistas e técnicos se organizaram em torno da defesa do meio ambiente através de suas ações políticas, educativas e práticas.

Organizações assumiram posturas ativas no que diz respeito à proteção da natureza: criticavam o desmatamento, clamavam por uma reforma na agricultura, defendiam a promulgação de uma lei florestal, distribuíam sementes e ministravam palestras. Esse tipo de atuação, aliado à capacidade de aconselhar e influenciar setores importantes da burocracia estatal, foi fundamental na definição das disposições do governo varguista em relação ao patrimônio natural (Franco & Drummond, 2009, p. 42).

Em menos de 30 anos da primeira Unidade de Conservação, já haviam sido criadas Unidades em quatro dos seis biomas brasileiros e no sistema costeiro-marinho. Elas não haviam sido criadas, nesse período, somente nos biomas Pampa e Pantanal. A criação das áreas protegidas e sua dispersão pelo território nacional, até a primeira metade dos anos 1960, pode ter sido influenciada pelo debate desencadeado após o conflito militar que resultou na Segunda Guerra Mundial. Verificou-se, na pesquisa realizada, que dos anos 1940 a 1945 não houve no território brasileiro criação de nenhuma Unidade de Conservação ambiental ao nível federal.

De 1934 a 1964, até o golpe militar no Brasil, as Unidades de Conservação alcançavam um número de 39, abrangendo uma área de 18.381,15 km², distribuídas em seis Estações Ecológicas estaduais, sete Florestas Nacionais, quatorze Parques Nacionais e doze estaduais. Apenas em 1961, o governo Federal criou oito Parques Nacionais nos biomas Cerrado e Mata Atlântica. No mesmo ano também foi criada a primeira Unidade de Conservação no bioma Amazônia: a Floresta Nacional de Caxiuanã, com 3.179,45 km², abrangendo os municípios de Gurupá, Melgaço e Portel, no Marajó, estado do Pará.

As estratégias de desenvolvimento e as políticas de proteção ambiental, estabelecidas a partir dos anos 1930, sofreram reformas e relativa estagnação, principalmente a partir de 1964. Ao analisar a evolução da criação e expansão de Unidades de Conservação de 1964 ao final de 1968, constatou-se que todas foram criadas apenas na esfera estadual. Nesses quase cinco anos, as sete Unidades de Conservação foram, em sua maioria, criadas pelo estado de São Paulo. O fato de o governo federal não ter criado nenhuma Unidade de Conservação no país, nesta meia década, pode ser explicado, em parte, pela

estratégia de planejamento e de políticas marcadas pela centralização e autoritarismo, asseguradas pelo capital nacional e internacional.

Em 1964 se passa uma inflexão (...), o conflito, levado ao seu limite, acarretou um desfecho autoritário. Implantou-se, por força de golpe de Estado, um governo ditatorial que, a toque de caixa e graças à força do bastão, liquidou as contradições, impondo uma ordem pretensamente homogênea (...). O regime autoritário tratou cuidadosamente do território, também através de forte intervenção estatal associada ao capital nacional e internacional (Iorio, 2015, pp. 1-3).

Nessa estratégia de planejamento, adotada pelos militares a partir do golpe de 1964, de essência autoritária e centralizada e de interesse dos capitais, não cabiam medidas relativas ao meio ambiente. O regime instalado no país era avesso à conservação da natureza e das terras públicas. Na Amazônia esta estratégia de planejamento foi denominada de “Operação Amazônia”. Baseada em três leis¹¹ de 1966, a “Operação Amazônia”, conspirada nos primeiros anos do regime militar de 1964, procurava arrumar o aparato administrativo e bancário na Amazônia para atrair capitais para a região. Esta “Operação” não deu atenção às questões ambientais, especialmente no que se refere à necessidade de criação de Unidades de Conservação.

Deve-se mencionar que a falta de interesse do regime, relacionada às questões de proteção ambiental não ocorreram por inexistência de instrumentos legais. O Estatuto da Terra e o novo Código Florestal haviam sido aprovados em 1964 e 1965¹², respectivamente. Esses instrumentos possuíam elementos que poderiam ter servido para este fim. Dentre os princípios e definições contidos no Estatuto da Terra, o seu artigo segundo afirma que o acesso à terra ocorrerá se cumprida sua função social, que é alcançada se assegurada a conservação dos recursos naturais, entre outros. Ainda no artigo 18º deste Estatuto consta ser de interesse social que a terra tenha áreas de “proteção à fauna, à flora ou a outros recursos naturais, a fim de preservá-los de atividades predatórias” (Lei nº 4.504, 1964).

¹¹ A Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966, dispõe sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S. A. A Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extingue a Superintendência de Valorização Amazônica (SPVEA), cria a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e dá outras providências. A Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966, dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências.

¹² O Estatuto da Terra foi instituído pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e o novo Código Florestal através da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

Em relação à Lei nº 4.771, que instituiu o novo Código Florestal, de setembro de 1965, seus cinco primeiros artigos tratavam de aplicar medidas de proteção de interesse social e ambiental. O primeiro artigo da referida lei afirmava que “as florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País”. Os três artigos seguintes tratavam dos temas relacionados à preservação permanente, à conservação das águas, dos solos, da fauna e das florestas, tornando proibida a sua supressão, permitida apenas quando “autorizada em caso de utilidade pública ou de interesse social”. Estes primeiros artigos do Código Florestal tratavam ainda de proteger os ecossistemas; a fauna e flora ameaçadas; as belezas naturais e possibilitar as condições necessárias à vida dos povos originários. O novo Código, de 1965, no artigo 5º da lei de sua criação, autoriza ainda o poder público a criar Parques e Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, e formas de uso e manejo para os mesmos. No entanto, é certo que tanto o Estatuto da Terra quanto o novo Código Florestal estavam de acordo com a estratégia do governo ditatorial. A maioria de seus artigos estava fortemente orientada para a apropriação privada e para a exploração intensiva e predatória das florestas e de seus bens comuns.

Apenas em 1967 com a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)¹³, vinculado ao Ministério da Agricultura, a questão ambiental passou a ser tratada pelo regime. De acordo com o artigo 2º da lei de sua criação, o IBDF destinava-se “a formular a política florestal bem como a orientar, coordenar e executar ou fazer executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do País”. Coube ainda ao IBDF administrar os Parques e Florestas Nacionais e as Reservas Biológicas.

O instrumento de criação do IBDF, de alguma forma, reafirmava a intenção de criar e manter as Unidades de Conservação sob a responsabilidade do Estado. Foi através do IBDF, no rescaldo da “Operação Amazônia”, que o governo federal se propôs a retomar a política de proteção ambiental. Em 1968 foram criadas dez Florestas Nacionais, interrompendo, desta forma, os sete anos sem que fosse criada pelo menos uma Unidade de Conservação federal, ainda assim, nenhuma no bioma Amazônia. Bioma este que, de 1964 até 1973, não viu criada nenhuma Unidade de Conservação federal, permanecendo com apenas uma até esse período.

¹³ O Decreto-Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967, cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências.

A criação de Unidades de Conservação apenas ganhou folego após os princípios consensuados na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, na Suécia¹⁴. A Conferência acabou por pressionar o governo brasileiro a tomar algumas medidas de cariz ambientalista. A criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), em 1973, foi uma tentativa de resposta à Conferência de Estocolmo.

O governo brasileiro apresentou oficialmente uma posição refratária à proteção ambiental na Conferência de Estocolmo, mas a repercussão desse evento direcionou desdobramentos importantes na política ambiental nacional, como a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) em 1973, vinculada ao Ministério do Interior. A atuação da SEMA circunscreveu-se à popularização da temática ambiental na sociedade brasileira, fomento da criação de órgãos estaduais e municipais de meio ambiente e ao aumento do número de áreas protegidas (Dias & Pereira, 2010, p. 75).

De abril de 1964 a 1978 foram criadas 59 Unidades de Conservação no Brasil, equivalentes a uma área total de 25.531,49 km². Das 59 Unidades criadas neste intervalo de quase uma década e meia, a maioria se localizava no bioma Mata Atlântica. Apenas uma dessas Unidades de Conservação estava localizada no bioma Caatinga, nove no Cerrado, duas no bioma Amazônia e sete nos Pampas. Até 1978 não havia sido criada nenhuma Unidade de Conservação no bioma Pantanal. Do total das 59 Unidades de Conservação criadas neste período, 15 (25,42%) foram na esfera federal, 42 (71,19%) na esfera estadual e 2 (3,39%) na municipal, com áreas totais de 19.254,39 km² (75,41%), 6.275,48 km² (24,58%) e 1,62 km² (0,01%) respectivamente. Das quinze Unidades de Conservação federais criadas de 1964 a 1978, dez foram criadas no mesmo dia de outubro de 1968, todas pertencentes à categoria Florestas Nacionais. No entanto, a soma de suas áreas nem chegava a 200 km².

No bioma Amazônia foram criadas apenas duas Unidades de Conservação de 1964 a 1978: a Floresta Nacional do Tapajós, no estado do Pará e o Parque Nacional da Amazônia, nos estados do Pará e Amazonas. Essas duas Unidades criadas na Amazônia correspondem a pouco mais de 3% de todas as Unidades criadas nesse período, correspondendo a mais de 60% (15.969,24 km²) do total da área das Unidades. Passados quarenta anos da criação da primeira Unidade de Conservação no Brasil, a Amazônia somava apenas três Unidades. Em que pese a pressão nacional e internacional, esse período foi praticamente de ma-

¹⁴ A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano foi realizada de 5 a 16 de junho de 1972.

rasmo nas políticas de proteção ambiental do país, em particular na Amazônia como foi verificado anteriormente.

Mas foi, principalmente, a partir da organização da sociedade brasileira, em meados dos anos 1970 e com o enfraquecimento da ditadura militar e sua queda em 1985 que as questões ambientais passaram a ser consideradas pelo governo federal. As mobilizações e lutas crescentes contra o regime militar no Brasil, em finais dos anos setenta, articuladas com os movimentos internacionais foram importantes nas ações de defesa do meio ambiente, em especial na Amazônia. Foi neste processo que a legislação que cria a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) foi aprovada em 31 de agosto de 1981 (Vieira, 1992; Andrade, 2016).

De 1979 até quinze de março de 1985, quando a Câmara dos Deputados e o Senado brasileiro formaram o Colégio Eleitoral para eleger, indiretamente, um presidente civil, o número e área das Unidades de Conservação se expandiram. Foram criadas Unidades de Conservação em todos os seis biomas brasileiros, num total de 92 Unidades de Conservação, ocupando um total de 130.313,02 km², ou seja, cerca de três vezes a área dessas Unidades nos mais de 40 anos de criação de Unidades de Conservação (1934 a 1978). Na Amazônia, neste período de 1979 até meados de março de 1985 foram criadas somente 19 Unidades de Conservação perfazendo um total de 92.285,79 km².

O número e área de Unidades de Conservação criadas no bioma Amazônia nos vinte e um anos de ditadura militar chamam a atenção. Se por um lado o número de Unidades de Conservação criadas nesse período no Brasil foi pouco mais de uma centena e meia (151), somente 13,9% delas foram criadas no bioma Amazônia, correspondendo a 69,5% da área total. É possível explicar esses números, tanto na Amazônia, como no Brasil, de alguma forma, pela forte pressão internacional aos governos da ditadura militar, como já referido, ocorrida principalmente a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano de 1972, que acabou também forçando tomadas de decisões relacionadas à conservação e preservação da floresta Amazônia (Medeiros, 2006).

Da redemocratização, a partir de 1985, até o golpe na primeira mulher presidente do Brasil, em 2016, o país foi marcado por momentos que entraram para a história brasileira e de significado para a proteção da natureza. Um dos episódios mais relevantes desse período foi a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, a chamada Constituição Cidadã. Tanto o processo de elaboração, quanto sua promulgação, no dia 5 de outubro de 1988, foram marcantes, especialmente para o povo brasileiro organizado em movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, entre outros. Sua construção foi a mais participativa da história do país e a que mais refletiu os interesses

populares, em todas as áreas. A Constituição Cidadã de 1988, que vigora no Brasil, prevê a criação de áreas protegidas e materializa o direito humano a um ambiente equilibrado ecologicamente. Ela destina a este tema um de seus artigos (art. 225), no qual consta que

todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Constituição Federal, 1988).

Os debates e acúmulos alcançados pelos movimentos sociais e ambientais no Brasil, há mais de uma década, refletidos de alguma maneira na Constituição de 1988, foram importantes no processo de construção e fortalecimento das Unidades de Conservação. Esse processo foi reforçado no decorrer da preparação e realização, em junho de 1992, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro, chamada de RIO 92 ou ECO 92. Importante considerar que a preparação da RIO 92 ganhou impulso em meados dos anos 1980, especialmente após o lançamento do Relatório das Nações Unidas *Nosso Futuro Comum*, em 1987¹⁵. Também se deve ter em conta que os movimentos sociais brasileiros do campo, da floresta e das águas tiveram participação e influência na pauta socioambiental do país, no contexto da preparação e realização da RIO 92, como por exemplo os movimentos de defesa da Amazônia e as articulações estabelecidas entre os povos da floresta, em especial entre indígenas e seringueiros (Delgado, 2006).

Foi nesse contexto de redemocratização, de participação popular e de avanços nas pautas ambientais que o processo de construção do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) se deu, sendo concluído após mais de uma década de discussão, com a sua aprovação em 2000. Este Sistema representou o esforço de construir um modelo capaz de possibilitar a organização e funcionamento das diferentes categorias de Unidades de Conservação criadas e em criação no país, abordadas na primeira parte deste trabalho.

Finalmente foi concretizada a ambição surgida no final dos anos 70 de estabelecer um sistema único – o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) – que definiria critérios mais objetivos para a criação e gestão de algumas tipologias e categorias de áreas protegidas que

¹⁵ O Relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas *Nosso Futuro Comum* ficou conhecido pelo nome de *Relatório Brundtland*, em referência à primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que coordenou a sua elaboração.

antes se encontravam dispersas em diferentes instrumentos legais (Medeiros, 2006, p. 56).

A assertiva destas políticas de proteção da natureza, contidas no processo de construção do SNUC, e de suas implementações, podem ser analisadas a partir da evolução da área criada e sua distribuição nos biomas e no sistema costeiro-marinho brasileiro. No período da redemocratização do país, a partir de 15 de março de 1985 até 12 de maio de 2016, data que marca o golpe contra a presidenta Dilma, foram criadas 1.149 Unidades de Conservação públicas no país, totalizando uma área de 1.387.545,55 km². Ou seja, nos 30 anos de democratização até o golpe de 2016 foram criadas quase oito vezes mais Unidades de Conservação do que nos 21 anos de ditadura militar no Brasil, ampliando em cerca de nove vezes a área das Unidades. Em relação à Amazônia, neste período, foram 257 Unidades de Conservação criadas no bioma, perfazendo 1.095.024,03 km². Esses números mostram que a área das Unidades de Conservação públicas criadas na Amazônia de março de 1985 a maio de 2016 representa 78,9% da área de todas as Unidades de Conservação criadas no Brasil neste período.

Em relação aos números das Unidades de Conservação na Amazônia, nesse período, chama a atenção a importância das Reservas Extrativistas, categoria de Unidade de Uso Sustentável criada a partir de 1990 nos âmbitos federal e estadual. Das 534 Unidades de Conservação de Uso Sustentável criadas a partir de 1990 até o golpe de 2016 no Brasil, 91 delas eram Reservas Extrativistas, perfazendo uma área total de 140.873,41 km² (15,89%). Levando em consideração todas as categorias de Unidades de Conservação públicas de Uso Sustentável, a categoria Reserva Extrativista foi a segunda mais criada nestes anos e a terceira em quantidade de área. Destaca-se que das 91 Reservas Extrativistas criadas no país nesse período, 72 pertenciam ao bioma Amazônia.

A partir de meados de maio de 2016 a 31 de dezembro de 2018, passa a governar o país o vice-presidente Michel Temer, sendo sucedido, em 2019, pelo atual governo¹⁶. Esses dois últimos governantes provocaram e têm provocado retrocessos ambientais, sociais e econômicos sem precedentes na história do Brasil. De acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, atualizado em de agosto de 2020, o atual governo não criou nenhuma Unidade de Conservação Federal. Apenas foram criadas dez Unidades nas esferas mu-

¹⁶ No ano de 2016, a presidenta legitimamente eleita com o voto do povo brasileiro foi deposta a partir de um golpe cujo vice-presidente foi o grande articulador. O governo golpista permaneceu até 2018, quando no Brasil ocorreram as eleições presidenciais. O atual governo tomou posse em primeiro de janeiro de 2019.

nicipal e estadual no ano de 2019 a 2020. Destas, apenas foram criadas duas na esfera municipal na Amazônia, com uma área ínfima de 0,62 km².

3. AMAZÔNIA AMEAÇADA

Desde o golpe de 2016, as ações adotadas pelos dois últimos governos brasileiros têm sido de ameaça, ataque, agressão e destruição deliberadas à natureza e aos povos indígenas, quilombolas, agricultores familiares e camponeses, populações agroextrativistas e comunidades tradicionais. Essas ações têm sido recorrentes, de diferentes formas e generalizadas por todo o país, no entanto na Amazônia têm ocorrido de maneira mais contundente devido à ganância dos exploradores e às significativas riquezas biológicas, minerais e hídricas deste bioma. As hostilidades e as ofensivas do governo em privatizar e provocar a sua espoliação desenfreada coloca em risco os bens naturais e comuns e as populações. Nessas investidas, as florestas e rios, as terras públicas e, principalmente, as Terras Indígenas, Territórios Remanescentes de Quilombos e Unidades de Conservação têm sido fortemente ameaçadas e atacadas.

Um dos ataques do governo golpista ao meio ambiente foi a medida provisória nº 759, enviada ao Congresso Nacional na calada do período natalino, em 22 de dezembro de 2016. Esta Medida Provisória (MP), instrumento autoritário cuja aplicação confirma o ataque à democracia, previa a “regularização fundiária” de áreas públicas que foram invadidas por grileiros¹⁷. Chamada popularmente de “MP da Grilagem”, ela impulsionou o desmatamento (Imagens 1 e 2), alavancado pelas invasões de terras públicas e intensificou a violência e os assassinatos por conflitos de terra, especialmente na Amazônia. O aumento da violência no campo é possível de ser verificado no *Relatório de Conflitos no Campo Brasil 2020*, da Comissão Pastoral da Terra. Segundo esse documento, em 2015 ocorreram 1.217 conflitos no campo brasileiro e em 2020 foram 2.054 (CPT, 2021). Em relação aos povos indígenas, os dados de 2015 e de 2019, do Relatório Violência Contra Povos Indígenas no Brasil do Conselho

¹⁷ Grileiro é um termo utilizado para definir aqueles que se apropriam indevidamente de terras públicas no Brasil e que, através de práticas de corrupção estabelecidas pelos cartórios, conseguem um registro fraudulento da terra. Esta denominação tem origem na institucionalização da propriedade a partir da Lei de Terras de 1850. Os documentos falsos eram colocados em recipientes fechados com grilos, inseto da família *Gryllidae*, com o objetivo de os envelhecer rapidamente devido à ação dos insetos, o que dava a falsa impressão de que os documentos eram verdadeiros. Esta prática fraudulenta recebeu o nome de grilagem.

Indigenista Missionário (CIMI), apontam 907 conflitos contra o território e a pessoa, em 2015, e um número de 1.397 conflitos, em 2019 (CIMI, 2020).

IMAGENS 1 e 2. Desmatamento e transporte clandestino na Amazônia brasileira.



Fonte: Acervo dos autores (2017).

Posteriormente, a medida provisória nº 759/2016 foi convertida na Lei nº 13.465, sancionada pelo governo em 11 de julho de 2017, após passar no legislativo federal, sendo também chamada de “Lei da Grilagem”. Segundo o Ministério Público, que questionou a constitucionalidade da lei e solicitou sua suspensão, ela favorecia a privatização de bens públicos, a grilagem e o desmatamento, e afrontava a função social da terra e a preservação do meio ambiente. O Procurador-Geral da República na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.771, de 31 de agosto de 2017, pediu a sua suspensão¹⁸. Argumentou que

a Lei 13.465/2017 distancia-se do cumprimento dessas metas. Ela autoriza transferência em massa de bens públicos para pessoas de média e alta renda, visando a satisfação de interesses particulares, em claro prejuízo à população mais necessitada, o que causará grave e irreversível impacto na estrutura fundiária em todo território nacional, seja por incentivar a ocupação irregular de terras (a “grilagem”) e o aumento de conflitos agrários, seja por suprimir as condições mínimas para continuidade daquelas políticas constitucionais (STF, 2017, p. 26).

A Lei nº 13.465, de julho de 2017, continua em vigor e seus questionamentos através de ações diretas de inconstitucionalidade, com destaque para a ADI

¹⁸ Há mais duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADI): a ADI nº 5.787, movida pelo Partido dos Trabalhadores e a ADI nº 5.883, pelo Instituto de Arquitetos do Brasil.

nº 5.771, de agosto de 2017, ainda continuam tramitando no Supremo Tribunal Federal, sem previsão para seu julgamento.

Posteriormente, ao iniciar o governo, em 2019, foi editada a Medida Provisória nº 910, no dia 11 de dezembro de 2019. Esta medida também tratava da regularização fundiária em terras da União. Ela foi fortemente combatida por favorecer o aumento do desmatamento e da grilagem, anistiar os crimes ambientais e estimular a espoliação e a apropriação de terras públicas. Como ela não foi apreciada pelo Congresso Nacional, perdeu a validade, sendo reeditada pelo Projeto de Lei (PL) nº 2.633, de 2020, que continuou oferecendo terras públicas para quem cometeu crimes ambientais, estimulando ainda mais os desmatamentos e queimadas, especialmente na região amazônica.

Apesar do PL nº 2.633/2020 não ter sido transformado em lei, as ameaças continuam e, mais recentemente, em julho de 2021, este PL foi colocado para votação com urgência no plenário da Câmara dos Deputados¹⁹. Avaliações indicam que este PL é ainda mais danoso por permitir que áreas em processo inicial de demarcação e titulação para indígenas e quilombolas e Unidades de Conservação, possam ser destinadas a grileiros, sobretudo na Amazônia.

É possível afirmar que os dois anos e quatro meses do governo golpista de Temer foram um desastre para a maioria da população brasileira e para o meio ambiente. Foram diversos os ataques diretos e indiretos promovidos pelo governo, particularmente ao bioma Amazônia, aos seus povos indígenas e comunidades tradicionais e seus lugares de trabalho e vida. Mas estes só foram o início de um turbilhão preparado pelo golpe que elegeu, em finais de 2018, o pior presidente que o povo brasileiro algum dia poderia ter imaginado que existiria.

Nada era esperado do governo que tomou posse em 2019, especialmente acerca dos interesses dos povos originários, comunidades tradicionais e da população brasileira em geral. Ainda em campanha eleitoral para presidente, as propostas apresentadas evidenciavam o que seria seu governo para o país, principalmente no que concerne às questões sociais e ambientais. Em campanha, Bolsonaro repetia os ataques ao meio ambiente, à Amazônia, aos indígenas, quilombolas e às comunidades tradicionais. Defendia o fim do Ministério do Meio Ambiente; a retirada de funções do licenciamento ambiental, entre outras ameaças. Em discurso realizado no dia três de abril de 2017 afirmou: “Se eu chegar lá, no que depender de mim, todo cidadão vai ter

¹⁹ No Senado Federal, os ruralistas elaboraram o PL nº 510, de fevereiro de 2021, que legaliza a apropriação de terras públicas por grileiros e radicaliza o atendimento aos seus interesses, ignorando os crimes ambientais realizados.

uma arma de fogo dentro de casa. Não vai ter um centímetro demarcado pra reserva indígena ou pra quilombola” (Bieri, 2020). Nesse contexto contra o meio ambiente, afirmou ainda que retiraria o Brasil do acordo de Paris²⁰, que tem como objetivo reduzir o aquecimento global, aprovado na COP 21 por 195 países em dezembro de 2015.

O governo, empossado em 2019, tem realizado o desmonte das instituições com muita pressa e voracidade, abrindo as porteiças para que seus aliados pratiquem as maiores barbaridades contra a natureza e as pessoas. Tem privatizado inúmeras empresas públicas importantes e essenciais para o desenvolvimento econômico e social do país e com isso desestruturando a administração pública, particularmente os órgãos ambientais. Tem adotado políticas que afrontam os direitos adquiridos dos/as trabalhadores/as, das mulheres, dos/as jovens, dos/as negros/as, dos povos indígenas e os direitos da natureza e estimulado a grilagem e o desmatamento, em especial na Amazônia. Também tem liberado centenas de agrotóxicos proibidos em outros países. O conjunto dessas políticas e ações ocorre para favorecer os interesses de um grupo de empresários e exploradores de riquezas naturais e humanas. Vale referir que essas políticas e ações só são possíveis de serem adotadas com a cumplicidade do poder legislativo.

A convivência com os crimes ambientais, o retrocesso da legislação sobre o meio ambiente e o sucateamento dos meios e condições para a fiscalização, por parte do poder público, têm estimulado a formação de grupos que destroem de forma incessante os bens comuns e os ecossistemas de acordo com seus interesses. Um caso emblemático chamou a atenção quando ganhou destaque nos noticiários nacionais e internacionais: a conspiração de latifundiários para a queima criminosa da floresta amazônica nos municípios de Novo Progresso e Altamira, no estado do Pará. Este fato criminoso, que ocorreu no dia 10 de agosto de 2019, ficou conhecido como “Dia do Fogo” e foi montado através da internet. Empresários, grileiros, agropecuários e latifundiários, buscando a consolidação de suas apropriações, muitas delas indevidas, e ainda a expansão das áreas de pastagens e criação de gado e das monoculturas produtoras de *commodities*, provocaram grandes incêndios na Amazônia num mesmo dia. Segundo mensagens divulgadas pela polícia federal, os “fazendeiros e empresários” com o “Dia do Fogo” estavam mandando uma mensagem de apoio às políticas ambientais do presidente da república (Camargos, 2019).

²⁰ O acordo de Paris foi aprovado em 12 de dezembro de 2015 na COP 21 e em 4 de novembro de 2016 entrou em vigor. O Brasil assinou em 2015 e ratificou o Acordo em 12 de agosto de 2016.

A estratégia do governo atual para o meio ambiente segue as diretrizes de sucateamento do Estado e de destruição da natureza. Ao colocar esta estratégia em prática, o Ministro do Meio Ambiente segue à risca os desmandos de seu chefe, o atual presidente da república. Em reunião ministerial, no dia 22 de abril de 2020, já em plena pandemia da covid-19, o Ministro do Meio Ambiente proferiu o seguinte discurso:

Precisa ter um esforço nosso aqui, enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de covid, e ir passando a boiada, e mudando todo o regramento, e simplificando normas (IHU, 2020).

E a boiada tem passado...

Várias têm sido as violações da legislação e das normas conquistadas que defendem o meio ambiente e especialmente as Terras Indígenas, Unidades de Conservação, Territórios Quilombolas e áreas da agricultura familiar e camponesa. Neste sentido também vem ocorrendo a desestruturação do Ministério do Meio Ambiente, principalmente com a extinção, nos primeiros dias de governo, de duas Secretarias importantes: a de Mudanças do Clima e Floresta e a de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, essa última tratava de ações específicas para comunidades tradicionais e populações agroextrativistas. O desmonte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) vem trazendo danos incalculáveis ao meio ambiente e, principalmente, às Unidades de Conservação, cujos bens naturais têm sido atacados a partir da sua invasão por madeireiros, empresas minerárias e grileiros.

Além do desmantelamento do IBAMA e do ICMBIO, são cada vez mais limitados os espaços de participação direta e de decisão das comunidades na organização e funcionamento das Unidades de Conservação em que trabalham e vivem, desconsiderando os seus interesses, saberes e experiências, e até mesmo a sua existência. Assim, os governantes ignoram a importância e o papel que os povos originários, quilombolas e as populações e comunidades tradicionais desempenham na proteção das Terras Indígenas, dos Territórios Remanescentes de Quilombos e das Unidades de Conservação.

Buscando diminuir ainda mais a participação decisória das populações e dos entes federados, o governo central reduziu drasticamente o número de componentes e alterou a composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), o mais importante órgão colegiado ambiental²¹. O órgão que

²¹ O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa. Foi criado pela Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981

possuía 96 membros com direito a voto passou a contar com 23 no total. Des-tes, apenas 4 são representações de organizações e movimentos sociais e ambientais, anteriormente eram 22. O CONAMA também viu alterado o mandato de seus representantes, que diminuiu de dois para um ano, sendo a sua escolha realizada por sorteio em vez de eleição de seus membros. O objetivo principal dessa desestruturação foi retirar o poder decisório da sociedade e dos entes federados e aumentar o poder do governo central, que passou a contar com mais de 40% de seus membros. Foram retirados do CONAMA representações importantes como a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, o ICMBIO, a Agência Nacional de Águas (ANA) e os ministérios públicos federal e estaduais. Essa redução no número de componentes, a sua alteração na composição e no período de mandato foi mais um golpe na defesa e proteção do meio ambiente, como também na Constituição brasileira que assegura a direta participação da sociedade na elaboração, implementação, gestão e controle das políticas públicas governamentais.

O desmonte do Ministério do Meio Ambiente e de seus órgãos colegiados se reflete no funcionamento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Como foi referido, ele foi criado no sentido de garantir a preservação da diversidade biológica; combater o desmatamento e queimadas; proteger a natureza e as populações; estabelecer regras de acesso e de manejo aos bens naturais. Também o SNUC vem proporcionando e estimulando a participação de organizações e movimentos sociais e ambientais, o uso sustentável e a conservação dos bens naturais e contribuído para combater a crise climática.

As ameaças e o desmonte das instituições públicas relacionadas ao meio ambiente colocam em risco a existência e a manutenção das Unidades de Conservação na Amazônia. Destacam-se os ataques que as Reservas Extrativistas (RESEX) passaram a receber nesses últimos anos. Elas têm sido ameaçadas com a diminuição de seu território, tanto pelo legislativo federal como estadual, condicionados por grileiros, madeireiros, garimpeiros e latifundiários.

Essas investidas na diminuição das áreas protegidas ganham força com o aceno do governo Bolsonaro a partir de seus discursos anticológico, favoráveis aos desmatamentos. A apropriação ilegal de terras públicas, com destaque às das Unidades de Conservação, e conseqüentemente o desmatamento desenfreado dessas áreas adquirem novos contornos, agora com o estímulo do governo federal. Assim, o roubo histórico de terras públicas através da grilagem é potencializado pela possibilidade de redução da área das Unidades

que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente. O Decreto nº 9.806, de 28 de maio de 2019, reduziu o número de componentes e alterou a composição do CONAMA.

de Conservação, mostrando que ocorre uma estreita relação entre o desmatamento, a grilagem de terras e o desmonte das instituições públicas ambientais.

Com este propósito da apropriação das terras das Unidades de Conservação, tramita na Câmara dos Deputados brasileira o projeto de Lei nº 6.024, de 2019, proposto pela bancada ruralista. Este PL diminui a área da Reserva Extrativista Chico Mendes e modifica o Parque Nacional da Serra do Divisor em Área de Proteção Ambiental, categoria de Unidade de Conservação mais fraca no que se refere à proteção da natureza do que a categoria de Parque Nacional. O PL 6.024/2019 é um duro golpe contra uma extensa área de preservação do estado do Acre e contra os direitos conquistados há décadas pelos e pelas extrativistas. É bom lembrar que a RESEX Chico Mendes foi resultado da luta dos/as seringueiros/as do estado do Acre em defesa da floresta e das famílias que nela viviam e trabalhavam. O assassinato do líder seringueiro Chico Mendes ocorreu no bojo dessa luta pelo direito à terra (Andrade & Iadanza, 2016).

A falta de compromisso do governo atual, mas também do anterior, com o meio ambiente, com a Amazônia e com o país, de uma forma geral, também são expressos nas taxas de desmatamento que têm sido registrados nos últimos anos no Bioma Amazônia e demais biomas brasileiros. A cada ano o desmatamento vem aumentando, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

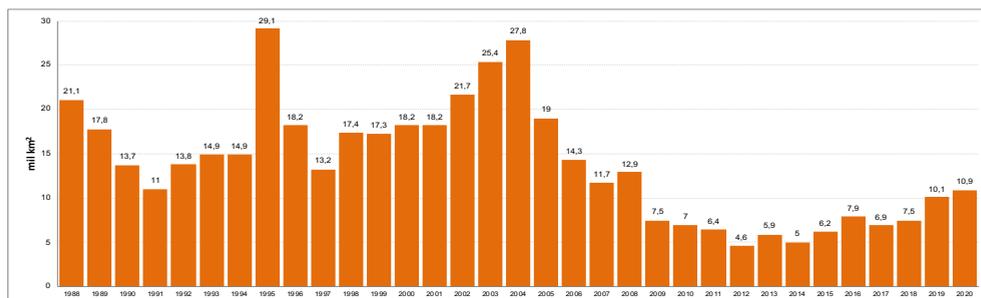
A partir de 1988 o Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES) passou a elaborar estimativas anuais de taxa de desmatamento. Nesse ano, a área desmatada atingia 377.600 km² (Maurano, Escada, & Rennó, 2017). A partir daí, a cada ano o desmatamento foi diminuindo até 1991 e posteriormente crescendo até atingir, em 1995, a maior taxa de desmatamento observada de 1988 até 2020. No ano de 1996 o desmatamento teve uma queda razoável, seguida de alguns anos de estabilização, mas ainda com altas taxas de desmatamento. Em 2001 a taxa de desmatamento começa a crescer novamente, atingindo um máximo em 2004.

O período seguinte apresenta uma série constante de queda no desmatamento, persistindo durante mais de 10 anos. Essa queda na taxa de desmatamento da Amazônia Legal se deveu, em parte, à implementação, em 2004, do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM)²². O golpe de 2016 inverte essa tendência de queda nas taxas

²² O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPDAM) foi resultado do Grupo Permanente de Trabalho Interministerial, criado pelo Decreto Presidencial de 3 de julho de 2003, que foi instituído com a finalidade de propor medidas e coordenar ações que visavam à redução dos índices de desmatamento na Amazônia Legal.

de desmatamento, fazendo com que ela crescesse constantemente até nossos dias. Esse movimento de aumento e diminuição dos indicadores de desmatamento pode ser observado no gráfico 1, que apresenta a taxa de desmatamento de 1988 a 2020 em quilômetros quadrados.

GRÁFICO 1. Taxa anual de desmatamento da Amazônia Legal em mil km² (1988 a 2020).



Fonte: INPE, 2020.

Essas taxas de desmatamento refletem a destruição da cobertura vegetal, as queimadas, a morte de animais silvestres, a degradação dos solos e de fontes de água, a redução da biodiversidade e as emissões alarmantes de dióxido de carbono, que aumenta o efeito estufa provocando crises climáticas. Em 2020 a taxa de desmatamento é a maior dos últimos 11 anos. Os dados preliminares estimados pelo INPE até julho indicam que a taxa de desmatamento de 2021 poderá ser ainda maior do que os números alcançados nos anos anteriores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia brasileira e continental tem uma importância estratégica pela sua imensa diversidade biológica e cultural; pelos seus enormes mananciais de água doce e por sua capacidade de contribuir com o equilíbrio do clima do planeta. A conservação do bioma Amazônia é necessária para seus povos originários, populações, comunidades tradicionais e para os camponeses agroextrativistas. É neste bioma que exercitam seus conhecimentos e saberes, sua cultura e experiências, práticas e modo de uso dos bens ecossistêmicos e comuns.

O Estado brasileiro, mesmo tardiamente, adotou medidas institucionais relevantes de proteção do meio ambiente, como a criação dos Códigos da Caça e Pesca; Florestal; de Minas e das Águas, nos anos 1930 e a Política Na-

cional do Meio Ambiente, no início dos anos 1980. Em relação à conservação da natureza, deve-se destacar a criação da primeira Unidade de Conservação Federal, em 1937, e a aprovação da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, em 2000. No âmbito da Amazônia brasileira, sobressai a criação da primeira Unidade de Conservação, em 1961; a primeira Reserva Extrativista, em 1990, e o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, criado em 2004.

Dos anos 1930 aos dias atuais, as Unidades de Conservação se multiplicaram e se distribuíram por todo o país, formando uma importante malha de proteção ambiental contra o avanço da destruição do meio natural e de direitos. Até agosto de 2020, as Unidades de Conservação públicas eram em número de quase mil e quinhentos, correspondendo a uma área de 18,6% do território nacional. Na Amazônia se encontram mais de 20% das Unidades de Conservação públicas existentes no Brasil, ocupando quase 77% do total da área a elas destinadas no país. Em relação à Amazônia, as Unidades de Conservação públicas ocupam pouco mais de 14% do território nacional e aproximadamente 30% da área total do bioma.

Os dados das Unidades de Conservação são significativos, mas apontam que ainda há muito a se proteger. As Unidades de Conservação devem ser fortalecidas institucionalmente, mantendo seu papel de preservação dos bens naturais. Também devem ser criadas Unidades de interesse ecológico e social; efetivadas políticas públicas e a participação das comunidades em sua organização e funcionamento. As medidas do atual governo brasileiro e o desmonte que vem sendo realizado nos órgãos públicos no país estão provocando a dilapidação da Amazônia e de seus bens comuns, colocando em risco a existência daqueles e daquelas que nela vivem e trabalham e da natureza como um todo.

Apesar do seu significado e importância, são crescentes os ataques, as ameaças, agressões e destruição que a Amazônia vem sofrendo nos últimos cinquenta anos, particularmente nos últimos cinco. O golpe de 2016 no Brasil violentou direitos, proporcionando a exclusão socioeconômica dos povos e populações da Amazônia e determinando a apropriação e destruição dos bens da natureza, das terras, das águas e das florestas.

O aumento da violência contra os povos originários, os quilombolas, os camponeses agroextrativistas e as comunidades tradicionais e o crescimento dos desmatamentos e queimadas na Amazônia brasileira estão fortemente relacionados. Estas ações têm sido o *modus operandi* do atual governo do Brasil, que busca atender aos interesses de latifundiários e grileiros e assim age como colaborador das atrocidades cometidas.

A taxa de desmatamento de 2020 da Amazônia Legal, calculada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, é a maior da última década, perfazendo quase 11 mil km² de florestas naturais destruídas. Como foi referido ao longo deste texto, são amplamente conhecidos os causadores dos desmatamentos e queimadas. As políticas públicas existentes no Brasil são capazes de coibir esses ataques que destroem a natureza e matam pessoas.

Às ações na esfera econômica, social e ambiental, soma-se o modo como o governo tem tratado a pandemia de covid-19 no Brasil desde 2020, o que levou a óbito mais de 600 mil pessoas. Esta pandemia, sem precedentes na história recente do mundo, tem tornado a vida mais difícil ainda. No Brasil, os brasileiros e brasileiras se viram frente a uma catástrofe, especialmente por não contar com seu governo para minimizar os efeitos da doença e salvar vidas. Todas essas ameaças e os momentos difíceis com a pandemia alimentam as ações danosas e perversas que provocam danos irreversíveis na Amazônia e em sua população.

A conjunção de toda essa realidade social, política, ambiental e sanitária assinala que os próximos anos serão de tempos difíceis para a maioria do povo brasileiro. O empobrecimento da população, a pandemia de covid-19, a instabilidade política e econômica, entre outros, são desafios que só com organização, e com muita solidariedade serão possíveis de serem ultrapassados, especialmente nesse momento em que o Brasil tem à frente um governo criminoso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. P. de. (2016). *Amazônia: história, economia e território*. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial; EdufMT.
- ANDRADE, M. P. de., & IADANZA, E. do E. S. (2014). Conservação ou expropriação: as RPPN no Pantanal matogrossense, Brasil. *Atas do X Colóquio Ibérico de Estudos Rurais* (CIER), Palencia, Espanha.
- ANDRADE, M. P. de., & IADANZA, E. do E. S. (2016). Unidades de Conservação no Brasil: algumas considerações e desafios. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, 5(1), 81-96.
- ARAGÓN, L. (2018). A dimensão Internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. *Revista Nera*, ano 21, nº 42, 14-33.
- BIERI, M. E. L. (2020). *Políticas de integração, infraestrutura e territorialidades: análise dos projetos de desenvolvimento na pan-amazônia e os impactos para as populações indígenas dos rios tapajós (BR) e putumayo (CO)*. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém. Recuperado em 10 de maio de 2021, de <https://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/TESES/2021/M%C3%81RCIA%20ELOISA%20LASMAR%20BIERI.pdf>.

- CAMARGOS, D. (2019, outubro 22). Investigações apontam fazendeiros e empresários de Novo Progresso como organizadores do “Dia do Fogo”. Recuperado em 15 de março de 2021, de <https://shorturl.at/pQRT7>.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. (2021). *Conflitos no Campo: Brasil 2020*. Goiânia: CPT Nacional; Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. (2020). *Violência contra os Povos Indígenas no Brasil: Dados de 2019*. Brasília: CIMI.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (1988). Brasília: Senado Federal; Centro Gráfico.
- DEAN, W. (1996). *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras.
- DELGADO, A. C. T. (2006). *Seringueiros: da luta pela terra à proteção da floresta tropical*. Dissertação de mestrado, Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- DIAS, J. M., & Pereira, N. M. (2010, janeiro/junho). Considerações sobre a evolução do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e o ordenamento territorial da Amazônia: interações entre o Estado e a Ciência. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, nº 21, 69-88.
- DIEGUES, A. C. S. (1994). *Populações tradicionais em Unidades de Conservação: o mito moderno da natureza intocada*. Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil (Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, nº 1). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.
- FRANCO, J. L. de A., & DRUMMOND, J. A. (2009). *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil: anos 1920 - 1940*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2019a). *Mapa de Biomas do Brasil. Escala 1:250.000*. Recuperado em 25 de janeiro de 2021, de <https://shorturl.at/dhADR>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA & COORDENAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E ESTUDOS AMBIENTAIS. (2019b). *Biomas e Sistema Costeiro-marinho do Brasil* (Relatórios metodológicos, vol. 45). Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado em 28 fevereiro de 2021, de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101676.pdf>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2021). *IBGE atualiza limites de municípios no mapa da Amazônia Legal*. Recuperado em 15 de agosto de 2021, de <https://shorturl.at/bmtW0>.
- INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS (IHU). (2020, maio 2021). *Ambientalistas apresentam pedido de impeachment de Bolsonaro à Câmara*. Recuperado em 13 de junho de 2021, de <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/600169-ambientalistas-apresentam-pedido-de-impeachment-de-bolsonaro-a-camara>.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. (2020). *Coordenação Geral de Observação da Terra. Programa de Monitoramento da Amazônia e Demais Biomas. Desmatamento – Amazônia Legal – 2020*. Recuperado em 10 de agosto de 2021, de <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/downloads/>.
- IORIO, G. S. (2015). *Segurança nacional, desenvolvimento e geopolítica: a institucionalização do Ministério do Interior no Brasil (1964-1969)*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

- LEI Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. (1964). Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília. 1964. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm.
- LEI 4.771, de 15 de setembro de 1965. (1965). Institui o novo Código Floresta. Brasília. 1965. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm.
- LEI Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. (2000). Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, Distrito Federal, vol. 138, Seção 1, 19 de julho de 2000, pp. 1-6.
- MAURANO, L. E. P., ESCADA, M. I. S., & RENNÓ, C. D. (2017). Desmatamento da Amazônia: O DETER pode ser utilizado como preditor das taxas anuais de desmatamento geradas pelo PRODES? *Anais do Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*, Campinas, SP, Brasil. Recuperado em 20 de março de 2021, de <https://shorturl.at/qj058>.
- MEDEIROS, R. (2006). Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas do Brasil. *Revista Ambiente & Sociedade*, IX(1), 42-64.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (2020, agosto). Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Recuperado em 13 de março de 2021, de <https://shorturl.at/djCMW>.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE & ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA. (2008). *Geo Amazônia: perspectivas do meio ambiente na Amazônia*. Brasília: PNUMA; OTCA.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. (2017). *ADI nº 5.771 PGR/DF, de 31 de agosto de 2017*. Recuperado em 20 abril de 2021, de <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/ADI-5771regularizaofundiaria.pdf>.
- VALLEJO, L. R. (2002). Unidade de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas públicas. *Revista GEOgraphia*, 4(8), 57-78.
- VIEIRA, P. F. (1992). A problemática ambiental e as Ciências Sociais no Brasil (1980-1990) (pp. 103-147). In D. J. HOGAN, & P. F. VIEIRA (Orgs.). *Dilemas socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas: Unicamp.

PANDEMIA, APRENDIZADOS E A NECESSIDADE
DE UM PENSAMENTO APROPRIADO
À AMAZÔNIA¹

*Pandemia, aprendizaje y necesidad
de un pensamiento adecuado para la amazonia*

Pandemic, learning and the need
for an appropriate thought for the Amazon

HELENA MARIA MARTINS LASTRES

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil)

DANILO ARAÚJO FERNANDES

Universidade Federal do Pará (UFPA, Brasil)

RESUMO

Após um ano da pandemia desencadeada pela COVID-19, mais de dois milhões de pessoas morreram e centenas de milhões estão sendo jogadas na pobreza. Essa pandemia explicitou e acelerou um conjunto de crises de múltiplas dimensões, expondo as fragilidades e incapacidades dos sistemas políticos, econômicos e sociais profundamente desiguais e concentradores. Este artigo visa analisar as principais características e aprendizados da pandemia, focalizando seus principais impactos na região Amazônica. Seu argumento central é que a superação dos atuais impasses ao desenvolvimento (a

¹ Agradecemos as sugestões feitas a versões anteriores deste artigo por Antônio Miguel Monteiro, o qual não tem responsabilidade pelas ideias defendidas aqui.

iniciar pelo enfrentamento da pandemia) exige a criação de novos modelos de pensamento e de ação capazes de enxergar e valorizar práticas inclusivas e sustentáveis, que há anos existem na Amazônia, no Brasil, como em diferentes partes do mundo, mas continuam invisibilizadas pelas teorias, indicadores e modelos analíticos e de política hegemônicos. Argumenta-se que a falta de conhecimentos adequados sobre a dinâmica da interface entre os sistemas ecológicos e econômicos e a adoção de enfoques, indicadores e incentivos errados, continuam a levar à degradação persistente e em larga escala do ambiente natural. Daí a importância de resgatar os principais marcos de resistência do pensamento apropriado ao desenvolvimento da região amazônica.

Palavras-chave: COVID-19; sustentabilidade; desenvolvimento da Amazônia; novos modelos de pensamento, análise e política.

RESUMEN

Después de un año de pandemia, desatada por el COVID-19, más de dos millones de personas han muerto y cientos de millones se están viendo abocadas a la pobreza. La pandemia puso en evidencia y aceleró una serie de crisis multidimensionales, exponiendo las debilidades y discapacidades de nuestros sistemas políticos, económicos y sociales profundamente desiguales y concentradores. Este artículo analiza las principales características y lecciones aprendidas de la pandemia, centrándose en sus impactos en la región amazónica. Su argumento central es que la superación del estancamiento, empezando por la lucha contra el COVID-19, requiere la creación de nuevos modelos de pensamiento y acción capaces de ver y valorar prácticas inclusivas y sostenibles que existen, desde hace años, tanto en la Amazonia, en Brasil, como en diferentes partes del mundo, pero que son invisibilizadas por las teorías, indicadores y modelos analíticos y políticos hegemónicos. Se argumenta que la falta de conocimientos adecuados sobre la dinámica de la interfaz entre los sistemas ecológico y económico y la adopción de enfoques, indicadores e incentivos incorrectos continúan conduciendo a una degradación persistente y a gran escala del medio ambiente natural. De ahí la importancia de rescatar los principales marcos de resistencia del pensamiento apropiado para el desarrollo de la región amazónica.

Palabras clave: COVID-19; sostenibilidad; desarrollo de la Amazonia; nuevos modelos de pensamiento, análisis y política.

ABSTRACT

One year after the pandemic unleashed by COVID-19, more than two million people died and hundreds of millions are being thrown into poverty. This pandemic made explicit and accelerated a set of crises of multiple dimensions, exposing the weaknesses and incapacities of the deeply unequal and concentrating political, economic and social systems. This article aims to analyze the main characteristics and lessons learnt from the pandemic, focusing on its main impacts on the Amazon region. Its central argument is that overcoming the current impasses to development (starting by confronting the pandemic) requires the creation of new models of thinking and action

capable of seeing and valuing inclusive and sustainable practices, which have existed for years in the Amazon, in Brazil, as well as in different parts of the world, but which remain invisible to hegemonic theories, indicators and analytical models and policies. It is argued that the lack of adequate knowledge about the dynamics of the interface between ecological and economic systems and the adoption of erroneous approaches, indicators and incentives, continue to lead to persistent and large-scale degradation of the natural environment. Hence the importance of rescuing the main landmarks of resistance found in the appropriate thinking on the development of the Amazon region.

Keywords: COVID-19; sustainability; development of the Amazon; new models of thinking, analysis and policy.

I. INTRODUÇÃO

QUANDO FINALIZÁVAMOS ESTE ARTIGO, em meados de abril de 2021, o Brasil já registrava quase 14 milhões de vítimas da covid-19 e 370 mil óbitos (<https://covid.saude.gov.br/>). Não se pode nem minimizar, e muito menos ignorar, o assustador e escandaloso número de vítimas e mortos da decorrente pandemia, assim como as demais adversidades derivadas da ausência de planejamento e de coordenação de políticas públicas de combate à pandemia no país. A falta de uma ação do Estado brasileiro, mais efetiva e imediata, capaz de mitigar os problemas sanitários e sociais gravíssimos no curto prazo, também compromete a nossa capacidade de planejar a retomada do desenvolvimento. E isso se torna ainda mais deletério face ao novo cenário mundial pós-pandemia, que exige a superação, tanto dos novos desafios, quanto de antigas distorções, muitas das quais levaram aos impasses vivenciados hoje.

Um ano após o reconhecimento mundial da pandemia, no início de 2021, o neurocientista Miguel Nicolelis – então um dos coordenadores da comissão científica do Consórcio Nordeste para enfrentamento da doença – apontou esse o pior momento da história do Brasil, devido ao alto número de mortes previsto: “nunca tivemos um evento capaz de matar tantos brasileiros em tão pouco tempo... estamos falando da vida de 1.500 pessoas por dia, são 5 boeings caindo.... Estamos diante de um prejuízo épico, incalculável, bíblico”² (UOL, 2021). Essas expectativas foram compartilhadas por vários outros cientistas, como a pneumologista Margareth Dalcolmo, professora e pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a qual lembrou que, em 2009, estávamos preparados para enfrentar a H1N1: o Brasil dispunha de 70 milhões de doses

² E como seus alertas não foram atendidos, o mês de março fechou com taxas que mais que dobraram (Jucá, 2021).

de vacina estocadas, com seringa, agulha, etc., mas que, no entanto, “não é o que está acontecendo agora... É hora de todos colaborarem, fazerem sua parte e terem consciência cívica... ou colaboraremos com a piora dessas estatísticas terríveis, que mais parecem filmes de terror” (Biernath, 2021).

É sempre extremamente difícil vivenciar épocas como a que experimentamos, desde o início de 2020, quando a pandemia da covid-19 foi caracterizada como um “ponto de mutação na história da humanidade” (Harvey, 2020; Morin, 2020). Mais difícil ainda é tentar captar as especificidades principais de uma época com tal importância histórica e selecionar os fatos mais marcantes, entre o turbilhão diário de acontecimentos, webinários e informações sobre a crise sanitária, suas origens e impactos. Assim, ao se abordar a pandemia, nota-se de início tanto a profusão de contribuições que visam retratá-la e compreendê-la, quanto a eloquência dos títulos dados por diferentes autores às mesmas. Exemplos incluem:

- A humanidade está em uma encruzilhada (ONU, 2020)
- Festival de incertezas (Morin, 2020)
- A cruel pedagogia do vírus (Sousa Santos, 2020)
- A pandemia da covid-19: uma crise sanitária e humanitária (Lima, 2020)
- O vírus da desigualdade (Oxfam, 2021)
- Maior perigo não é o vírus, mas ódio, ganância e ignorância (Harari, 2020)
- Desmatamento na Amazônia pode gerar novos vírus e uma próxima pandemia (Lapola, 2020)

Na ampla discussão desencadeada mundialmente sobre a pandemia, destaca-se que o enfrentamento da falta de sustentabilidade, da pobreza e das desigualdades já eram – e continuam sendo – considerados como os maiores desafios da humanidade. No Brasil, as consequências desastrosas da pandemia atingiram o país num momento de primado de mais de cinco anos de austeridade e gravíssima crise e fragilidade política e institucional. A consequência foi o aprofundamento da regressão nas dimensões sociais, econômicas, ambientais e políticas.

No caso da Amazônia brasileira, o rebatimento e acirramento dessa trágica situação³ despertaram especial atenção nacional e internacional, tanto

³ Não foram poucos os casos registrados de pessoas sem condições mínimas de seguir as recomendações para evitar a transmissão do vírus por simplesmente não as terem como opção possível. Para uma discussão sobre essa “não opção” ou “não direito” à quarentena dos povos indígenas e sobre biopolítica, pandemia e povos indígenas do Alto Solimões, no Amazonas, ver Almeida, Acevedo, & Eriki (2020).

pelo alto índice de desmatamento e de queimadas, quanto pela ausência de políticas capazes de enfrentar os problemas sanitários e humanitários que assolaram a região. Todavia, a pandemia e a quarentena, inegavelmente, também revelaram a capacidade de resposta e resiliência de diferentes agentes, atividades e territórios. Despontaram iniciativas sustentáveis de vários tipos, na Amazônia, no Brasil, assim como em diferentes partes do mundo, algumas novas e outras já em prática há anos.

Os novos desafios e exigências colocados nos obrigaram a repensar o que é essencial em nossas vidas, conhecimentos e trabalho. E sabemos que, da mesma forma, como muitos de nossos hábitos já mudaram, alguns de nossos modos de pensar, produzir, consumir, representar, mensurar e orientar políticas e seu financiamento serão definitivamente ultrapassados, enquanto outros reafirmarão sua pertinência e, portanto, serão aperfeiçoados e consolidados (Lastres *et al.*, 2021).

Esse artigo visa discutir a pandemia da covid-19, sua natureza, consequências e aprendizados, focalizando a realidade regional amazônica. Elaborar-se o argumento que o enfrentamento dessa – e outras possíveis pandemias – exige realizar uma mudança de perspectiva quanto à própria concepção de desenvolvimento e os ideais de progresso geralmente utilizados e valorizados. Assim como exige a criação e uso de novos modelos de pensamento e de ação capazes de reconhecer, valorizar e empoderar várias das iniciativas sustentáveis, que continuam invisibilizadas ou marginalizadas pelas teorias, indicadores e modelos analíticos e de política hegemônicos.

Daí a importância de focalizar os principais marcos de resistência do pensamento apropriado ao desenvolvimento da região amazônica. Desse modo, o objetivo maior do artigo é aprofundar a discussão sobre a premência e a oportunidade de atualizar, adequar e contextualizar as formas de pensar, os indicadores, os quadros teóricos, conceituais e analíticos, assim como os modelos de políticas e financiamento. Discussão essa que já se desenvolve há muitas décadas e que ganha novos relevos e importância no início da terceira década do século XXI.

Para tal o artigo conta com sete seções. As de 2 a 5 resumem o debate sobre a pandemia da covid-19, abordando suas origens, efeitos e revelações e focalizando as consequências perversas da destruição da natureza e da imensa desigualdade mundial e brasileira. Discute-se centralmente o imperativo da sustentabilidade, a importância de gerar e usar conhecimentos próprios e apropriados e a urgência de implementar novas políticas para o bem-viver e o desenvolvimento. No item 6, ao discutirmos a necessidade de buscar novos indicadores de sustentabilidade socioambiental, aprofunda-se a discussão das interações produtivas com o bioma amazônico e dos riscos de devastação

das florestas tropicais. O principal argumento elaborado é que a inadequação dos conhecimentos sobre a complexa interface entre os sistemas ecológicos e socioeconômicos – associada à adoção de enfoques, indicadores e políticas equivocados – continuam a degradar o ambiente natural da Amazônia. Finalmente, nas conclusões, reitera-se que a crise resultante da covid-19, além de seus gravíssimos efeitos no Brasil e na Amazônia, constitui um sério alerta para imediatamente buscarmos novos e sustentáveis caminhos para o desenvolvimento. Isso exige criar novos modos de pensar, avaliar e orientar políticas que visem articular e colocar em prática uma transformação capaz de: (i) reformular os modos usuais de produção e de relacionamento de seres humanos entre si e com a natureza; e de (ii) garantir a vida digna e sustentável e o bem-viver e conviver. A concepção e implantação do novo modelo de desenvolvimento proposto tem como base a ação de agentes endógenos – ribeirinhos, indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais – os quais possuem em comum o fato de apresentarem forte enraizamento histórico em suas formas de vida e de interação produtiva com o bioma amazônico.

2. A PANDEMIA DA COVID-19: ORIGENS, EFEITOS E REVELAÇÕES

Ao focalizarem a natureza da pandemia da covid-19, diversos analistas apontam tratar-se de várias crises em uma. O consenso maior é que, em diversas partes do planeta, além das crises econômicas e financeiras – resultantes da atual insustentável estrutura de produção e consumo, avanço tecnológico, financiamento e demais legados da desregulamentação generalizada – vivenciamos, várias catástrofes ambientais e crises ecológicas⁴, constantes conflitos armados e ameaça nuclear⁵.

Nesse debate são destacadas, sobretudo, as nefastas consequências das atuais formas capitalistas de produção e de distribuição de riquezas, também denominadas de “hipercapitalismo”⁶. E reitera-se que a pandemia expôs, de modo ainda mais enfático, as perigosas consequências da desmedida destrui-

⁴ A Organização Mundial de Saúde (2020) estima que a poluição atmosférica, apenas uma das dimensões da crise ecológica, seja responsável anualmente pela morte de cerca de 7 milhões de pessoas.

⁵ Fiori e Nozaki (2020) apontam que, ao ser registrado o início da pandemia, o mundo já se encontrava sob a pressão de duas grandes tendências internacionais de longo prazo altamente corrosivas: a “saturação sistêmica” e a “fragmentação ética”.

⁶ Piketty (2019) além de caracterizar o “hipercapitalismo globalizado, digital e desigual”, discute, à luz de experiências históricas, soluções para sua superação por novas formas de regime mais justas, descentralizadas e participativas.

ção da natureza e desigualdade que imperam no mundo, e especialmente no Brasil. De fato, pobreza, miséria, crises de diferentes dimensões, tensões sociais e geopolíticas alastram-se pelo planeta. No entanto, nota-se a tendência de “naturalizarmos essas monstruosidades” e passarmos a conviver com elas, apesar de várias já terem exterminado incontáveis vidas, humanas e outras, e ainda constituírem uma ameaça constante às mesmas⁷.

Acrescenta-se que, na virada da década, ao ser noticiado o surto da covid-19, o mundo já vivenciava essas diferentes tensões, muitas das quais sequer eram reconhecidas por parte dos dirigentes dos principais países e organizações. E que as tentativas de ignorá-las e invisibilizá-las, implicaram também na ausência de seu enfrentamento, em algumas outras partes do mundo e particularmente no Brasil, o que gerou os resultados catastróficos registrados acima. Nessa discussão, chama-se a atenção para duas questões gerais. Por um lado, que não precisamos continuar convivendo com as pressões e riscos diários à vida. Por outro, e como mostra a história, as mais efetivas formas de superação de crises dependem da velocidade de compreensão dos desafios colocados e das formas para seu equacionamento.

Fato é que várias transformações foram aceleradas e amplificadas pela pandemia e outras são urgentemente exigidas. Assistimos à falência de milhares de empresas, desestruturação de inúmeros sistemas produtivos, aumento do desemprego e da pobreza etc. Os relatórios da ONU e da Oxfam, publicados no início de 2021, estimavam que: (i) os casos confirmados de coronavírus em todo o mundo já ultrapassavam 100 milhões e mais de dois milhões de pessoas já haviam morrido; e que (ii) cerca de 500 milhões de empregos haviam desaparecido, trilhões de dólares haviam sido eliminados dos balanços globais e centenas de milhões de pessoas estavam sendo jogadas na pobreza, enquanto muitos dos mais ricos – indivíduos e empresas – prosperavam.

O relatório da Oxfam (2021) confirmou que a pandemia – além de revelar quem as sociedades privilegiam e quem é castigado – de fato contribui para ampliar as desigualdades em quase todos os países ao mesmo tempo e mostrou que as principais vítimas da pandemia são as pessoas não brancas e as mulheres. O relatório também revelou que o dinheiro acumulado pelos dez bilionários mais ricos do mundo, durante a crise, seria mais do que suficiente para evitar a pobreza e poderia pagar pela vacinação para todos, em qualquer lugar e com sobras.

⁷ Sousa Santos (2020) também nos incita a refletir sobre a “cruel pedagogia do vírus” dentro de uma “viragem epistemológica, cultural e ideológica” capaz de garantir a continuidade da vida humana digna no planeta.

Em linha convergente, o secretário-geral da ONU, António Guterres, reiterou que a pandemia expõe, se alimenta e amplia as desigualdades de renda, gênero e raça já existentes, sendo os que mais sofrem com o impacto da covid-19 aqueles cujas chances de vida já foram reduzidas pela desigualdade e injustiça. Guterres (2021) adicionou ainda que:

- a fome e a pobreza estão aumentando, pela primeira vez em décadas, os direitos das mulheres estão se revertendo, centenas de milhões de crianças estão perdendo educação, os direitos humanos estão sob ataque e a desigualdade encontra-se em níveis obscenos;
- essa tragédia humana mostrará dramáticas consequências nas próximas décadas e se não conseguirmos reverter essas tendências de desigualdade, perigosas sementes de discórdia, desunião e divisão para o futuro;
- o principal desafio é, portanto, garantir que a exigida mudança seja profunda o suficiente para resolver as desigualdades, as divisões geopolíticas, as generalizadas violações dos direitos humanos, o uso indevido da tecnologia e a proliferação nuclear.

Guterres (2021) também frisou que a crise global, desencadeada pela covid-19, era previsível e foi prevista, e que tal fato consiste em um sintoma de negligência, que oprime e mina o progresso duramente conquistado ao longo dos anos. Reafirmou que – apesar do enorme progresso mundial registrado, nas primeiras décadas do milênio, quanto à pobreza, fome, saúde, educação e igualdade de gênero – a estrutura de bens comuns públicos globais críticos foi negligenciada. E realçou a urgência de garantirmos a sustentabilidade social e ambiental, com cobertura universal de saúde, segurança cibernética e um sistema de coordenação e regulação internacional eficaz.

Essas conclusões são convergentes com as de vários outros analistas e contribuem para reforçar o argumento que a crise sanitária contribui tanto para (i) ampliar ainda mais as desigualdades e as vulnerabilidades sociais existentes, colocando-as em primeiro lugar no rol das revelações e aprendizados da covid-19; quanto para (ii) expor as distorções e as incapacidades do modelo socioeconômico e político hegemônico, profundamente díspar, injusto e insustentável.

Ressalta-se, portanto e sobretudo, a importância vital e as responsabilidades dos Estados em proteger a saúde, os meios de subsistência e a sustentabilidade socioambiental, enfatizando-se que várias ações transformadoras, as quais pareciam impensáveis antes da crise, passaram a ser consideradas como, além de possíveis, necessárias. Argumento adicional é que não pode haver retorno para onde estávamos antes, exigindo-se a atualização das for-

mas como vivemos, consumimos, descartamos, interagindo e pensamos, produzimos e trabalhamos com indicadores, análises, políticas e financiamentos.

Aqui cabem dois destaques centrais para a discussão proposta nesse artigo. Em primeiro lugar, à necessidade de avançar no entendimento da questão da sustentabilidade – em seus níveis multidimensionais: social, ambiental, político, econômico e cultural – e de seu papel central nas novas políticas para o bem-viver e o desenvolvimento. E em segundo, à sustentabilidade ambiental, mais especificamente, a qual é identificada como um dos principais possíveis elementos da deflagração e disseminação de epidemias e pandemias. De qualquer modo, reenfatiza-se o imperativo de tratar a sustentabilidade articulando suas indissociáveis dimensões, principalmente a ambiental e a social, pois, como apontado por Ignacy Sachs:

Ao sacrificarmos no altar da sustentabilidade ambiental o postulado da justiça social, corremos o risco de aprofundar ainda mais a distância abissal que já separa as minorias abastadas ocupando os camarotes de luxo no convés da Nave Espacial Terra das massas que disputam o triste privilégio de labuta nos seus sótãos. Por outro lado, a busca da justiça social não nos deve levar a comportamentos destrutivos do meio ambiente ao ponto de provocar mudanças climáticas deletérias, pondo em risco a própria sobrevivência a termo da nossa espécie (Sachs, 2012, p. 44).

3. O ELOQUENTE IMPERATIVO DA SUSTENTABILIDADE

No que concerne às possíveis origens da crise pandêmica, diversos especialistas argumentam que os vírus surgem e se espalham em grande escala como resultado de desequilíbrios ecológicos. Pesquisas realizadas em diferentes países mostraram também que alterar o equilíbrio ambiental pode de fato aumentar drasticamente o risco de propagação de vírus e que o desmatamento pode ajudar a criar as condições ideais para o crescimento dos vetores de doenças⁸.

O artigo da rede de pesquisadores da Fiocruz, UFPA, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), dentre outras organizações, Codeço *et al.* (2021) traz importante alerta sobre o impacto do desmatamento e das monoculturas na

⁸ Como exemplo, nota-se a associação do aumento dos casos de malária ao rápido desmatamento para produção de óleo de palma na Malásia. Outros casos investigados focaram a epidemia do vírus Zika, que se espalhou pelas Américas entre 2015 e 2016, e sua relação com o aumento do desmatamento da floresta amazônica e a criação de condições favoráveis aos mosquitos (Tollefson, 2021).

saúde mundial⁹. Os pesquisadores confirmaram (i) a associação entre o aumento de doenças, como dengue e chikungunya, e a conversão de terras, incluindo florestas, em plantações comerciais de borracha, dendê, etc. (ii) que surtos de doenças infecciosas são ainda mais prováveis em regiões de monocultura e desmatamento; e (iii) que as epidemias tendem a aumentar à medida que a biodiversidade declina.

A pandemia agravou ainda mais essa situação. Com o avanço da especulação fundiária na região, expansão da produção de *commodities*, menor coordenação de políticas e menos recursos, aparelhamento e agentes ambientais patrulhando as florestas tropicais, a pandemia progride juntamente com o desmatamento¹⁰. Ressalta-se, inclusive, a declaração do então ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, em reunião ministerial, em abril de 2020, que o governo deveria aproveitar a “oportunidade” do foco nas preocupações com a covid-19, para “ir passando a boiada” e mudando todo o regramento ambiental. Os protestos e alertas foram ainda mais intensificados no país e no mundo¹¹. No entanto, e apesar disso, continua sendo ampliada e tornou-se ainda mais intensiva a exploração das florestas, solos, águas e outros recursos naturais, resultando na destruição da sociobiodiversidade. Compromete-se, muitas vezes de forma irreversível, vários ecossistemas regionais e a sobrevivência dos povos originários e comunidades, fazeres, saberes e conhecimentos, especialmente aqueles da região amazônica (Lima, 2020; Nobre, 2020; Almeida, Acevedo & Eriki, 2020).

Nessa reflexão, sublinha-se, sob o ponto de vista dessa e demais regiões do Sul Global, a relevância de um denso e valioso legado que nos ajuda no resgate das principais lições que essa pandemia nos traz quanto ao entendimento que:

⁹ Ao examinarem a correlação entre cobertura florestal, plantações, população e doenças em todo o mundo, entre 1990 e 2016, os especialistas identificaram 3.884 surtos de 116 doenças zoonóticas (aquelas que passam de animais para seres humanos) e 1.996 surtos de 69 doenças infecciosas transmitidas por vetores, principalmente por mosquitos, carrapatos ou moscas. A expansão das plantações de dendê chamou atenção, pois correspondeu a aumentos significativos nas infecções por doenças transmitidas por vetores, principalmente na Ásia.

¹⁰ Segundo o Prodes, sistema de monitoramento do INPE, desde 2018, o desmatamento na Amazônia Legal apresenta uma tendência contínua e progressiva de crescimento. Estima-se que, somente em 2020, o Brasil tenha perdido 11.088 km² de floresta e que o tamanho das áreas desmatadas, em 2019 e 2020, tenha crescido em média 61%, em comparação aos dez anos anteriores.

¹¹ Ver por exemplo a nota de repúdio das entidades que atuam em defesa do meio ambiente sobre a referida declaração (Roberto Netto & Girardi, 2020).

- o sistema produtivo vigente tem levado à pauperização de pessoas e comunidades, à deterioração das condições de vida, em todas as partes do mundo e a catástrofes ambientais capazes de conduzir ao extermínio de várias espécies, inclusive a humana;
- as epidemias e os fenômenos climáticos extremos não são desastres naturais, são antropogênicos. A invasão de ecossistemas florestais, a destruição dos habitats de diversas espécies e a manipulação de plantas e animais resultam no surgimento de novas doenças. Nessa linha é que se alude à uma possível “crise de extinção”, caso não sejam realizadas as necessárias e urgentes alterações nas formas de relação dos seres humanos entre si e com a natureza¹².

Destaque especial cabe ao legado que nos deixou Celso Furtado, o qual já no início dos anos 1970 apontava que:

O estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo em termos de depredação do mundo físico desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. E alertava que o mito do desenvolvimento econômico era utilizado visando mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, destruir o meio físico, justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo (Furtado, 1974, p. 75).

Talvez a região brasileira que reflita mais vividamente tais perspectivas tão negativas de desajustes predatórios do “capitalismo industrial”, agora potencializadas pela pandemia, seja a Amazônia. Conforme apontado, por exemplo, por Nobre (2020)¹³, a soma de mudanças climáticas globais, desmatamento e aumento da vulnerabilidade das florestas tropicais ao fogo, em muito contribui para colocar a Amazônia à beira de uma ruptura de grande escala, o que pode ocorrer em 3 a 5 décadas. E isso teria um gigantesco impacto na probabilidade de vírus, bactérias, parasitas e outros patógenos migrarem para

¹² Shiva (2020) ressalta que a riqueza da biodiversidade são as matas, os cultivos e os alimentos que consumimos e a microbiota intestinal - um fio condutor que comunica o planeta e suas diferentes espécies. E que alerta que a atual pandemia pressiona por respostas e que podemos inaugurar uma “nova civilização planetária ecologista”, baseada na harmonia com a natureza; ou, então, podemos continuar a viver “a fantasia do domínio sobre o planeta... até a extinção”.

¹³ Carlos Nobre é o presidente do Programa Internacional da Geosfera-Biosfera e membro do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática.

humanos, aumentando perigosamente o risco de epidemias e pandemias. Daí a importância de refundar a relação da sociedade com as florestas, como advogado inclusive por aqueles que destacam que, embora a propagação de doenças seja um processo muito complexo e difícil de prever, recomenda-se ter precaução (Diário da Amazônia, 2020).

Assim, as lições mais relevantes da pandemia remetem centralmente à necessidade de estabelecer novas e sustentáveis formas de desenvolvimento igualitário e de convivência com a natureza. Além de realçar e aprofundar as sérias e urgentes questões ambientais e das desigualdades – refletidas nos numerosos dramas e perdas humanas, que continuam desafiando cálculos e previsões – outros importantes aprendizados relacionam-se à necessidade de rever os conhecimentos geralmente usados para analisar e orientar ações e à urgência de formular e implementar de novas e adequadas políticas para o desenvolvimento sustentável.

4. IMPORTÂNCIA DOS CONHECIMENTOS PRÓPRIOS E APROPRIADOS

A crise sanitária além de colocar às claras as consequências fatais de ignorar a relevância dos serviços públicos essenciais – como os de saúde, educação, habitação, acesso à água, saneamento, energia, mobilidade, cultura etc. – evidenciou ainda mais as consequências negativas da mercantilização, privatização e financeirização das atividades e das organizações de saúde, ensino e pesquisa. Isso num momento crucial marcado por cortes de recursos, questionamentos e até perseguições às mesmas, as quais foram recolocadas no centro das atuais atenções no mundo inteiro.

Foi, sobretudo, demonstrada a insuficiência do conhecimento que descontextualiza e fragmenta o que é inseparável. Há mais de meio século, Celso Furtado e diversos outros autores brasileiros alertaram muito sobre tal problema e especialmente as armadilhas de separar a dimensão econômica, da social, ambiental e política e de seu contexto¹⁴. Já Morin (2020) – ao considerar

¹⁴ Gadelha (2021), por exemplo, nota que Furtado foi o desenvolvimentista que mais avançou teoricamente essas conexões e argumenta que: (i) uma sociedade comprometida com os direitos sociais e a vida somente seria viável com uma base endógena produtiva, tecnológica e de inovação que lhe dê sustentação; (ii) a pandemia, ao confirmar essa hipótese, exige superar as falsas dicotomias e repensar as estratégias de desenvolvimento; (iii) é preciso um “projeto corajoso de transformação” capaz de integrar as várias dimensões do desenvolvimento, superando a insuficiência de escolas de pensamento, que descontextualizam o mundo econômico e o isolam da sociedade e da política.

essa como a mais significativa revelação da pandemia, pois mostra que tudo o que parecia separado na verdade está conectado – lamentou que o “pensamento disjuntor e redutor” reine soberano em nossa civilização e detenha o comando, tanto na política como na economia.

Nessa discussão, adicionam-se os alertas de autores como:

- Belluzzo e Galípolo (2019) que, ao desenvolverem seus argumentos sobre a “escassez intelectual na abundância capitalista”, chamaram a atenção para a “captura intelectual” e o empobrecimento do debate econômico, geralmente reduzido à ideologia justificadora e mistificadora da ordem neoliberal;
- Sousa Santos (2020) sobre as distorções da denominada “injustiça cognitiva” e da imposição das “epistemologias do Norte” no conjunto dos conhecimentos colocados como hegemônicos internacionalmente; e que alertou que, apesar de todas as condições desfavoráveis, era precisamente nos países periféricos que “se vinha produzindo conhecimento inovador.. pouco conhecido nos centros hegemônicos de produção de ciência” (Sousa Santos, 2004, p. 50);
- Quijano (2005) que ao criticar a perspectiva eurocêntrica – a “naturalização das relações coloniais de dominação” e a imposição de seus conhecimentos – ressaltou seu papel reforçador da legitimação das ideias e das relações entre “dominantes superiores e dominados inferiores”;
- Escobar (2005, p. 135) que assinalou que ao retirar ênfase da construção cultural do lugar “quase toda a teoria social convencional tornou invisíveis formas subalternas de pensar e modalidades locais e regionais de configurar o mundo” e que, no caso da ecologia, “o desaparecimento do lugar está claramente vinculado à invisibilidade dos modelos culturalmente específicos da natureza e da construção dos ecossistemas”;
- Mora-Osejo e Fals Borda (2004) que alegaram que a ciência hegemônica (i) desconhece a complexidade e a fragilidade das regiões tropicais, seus ecossistemas, biodiversidade, comunidades pluriétnicas e multiculturais e modos próprios de relacionamento entre natureza e cultura; (ii) além de reforçar a hierarquia entre países centrais e periféricos e as relações de colonialismo interno, impede a construção de um conhecimento científico ancorado nas realidades desse último grupo de países;
- Meneses (2004) que discutiu os problemas resultantes de concepções da ciência que não respeitam os saberes das populações, as suas memórias e aspirações, os seus espaços e os seus tempos e, sobretudo, os seus direitos à voz e à participação democrática;
- Shiva (2003, p. 25) que advogou que o saber científico dominante, ao criar uma “monocultura mental”, faz “desaparecer o espaço das alternativas lo-

cais, de modo muito semelhante à das monoculturas das variedades de plantas importadas, que levam à substituição e destruição da diversidade local”. Em consequência, o que não é validado por tal sistema passa a ser encarado como anticientífico e primitivo e, em todo o mundo, os sistemas locais de conhecimento têm sido subjugados por esse tipo de “políticas de eliminação”¹⁵;

- Sousa Santos, Meneses e Nunes (2006, p. 79) que elaboram o argumento que: “não há justiça social global sem justiça cognitiva global”. E que “a justiça cognitiva global só é possível mediante a substituição da monocultura do saber científico pela ecologia dos saberes”.
- Becker (2012, pp. 114-116) que criticou “o conhecimento hegemônico da colonização”, fundamentado “na economia de fronteira, em que o crescimento econômico, visto como linear, é alcançado mediante a incorporação contínua de terras e de recursos naturais encarados como infinitos” e realçou a importância dos conhecimentos gerados por grupos sociais latino-americanos conhecedores em profundidade do ambiente em que habitavam, com destaque à Amazônia.

Reafirma-se, portanto, a crítica à imposição de modos únicos de conhecimentos, especialmente para tratar das formas de exploração e transformação da natureza e das sociedades. E enfatiza-se ser preciso enfrentar um dos maiores desafios colocados às regiões periféricas: a hegemonia dessa forma de conhecimento abstrato e desterritorializado, imposto como superior e universal e que desconsidera e inviabiliza outras formas de saberes e fazeres. Ao mesmo tempo, sublinha-se a importância das visões e dos conhecimentos contextualizados, próprios e apropriados (Lastres & Cassiolato, 2017).

5. URGÊNCIA DE NOVAS POLÍTICAS PARA O BEM-VIVER E O DESENVOLVIMENTO

Sabemos que as épocas de transformações intensas requerem novas políticas para orientar a renovação das possibilidades de desenvolvimento. No entanto, diferentes autores (Harvey, 2020; Mazzucato, 2020; Lazonick e Hopkins, 2020; Sousa Santos, 2020) apontam que a covid-19 mostrou, nos países

¹⁵ Reiterando que poder e saber são indissociáveis, Shiva destaca que esse poder se torna ainda mais forte quando “a cultura e o saber científico ocidental” são colocados como “inerentemente superiores” a todos os demais e como “únicas formas possíveis de conceber e atuar no mundo”. Assim, a imposição de formas de exploração e transformação da natureza e da sociedade são especialmente criticadas e a autora aprofunda suas críticas aos modelos de conhecimento descontextualizados, distintos dos saberes acumulados através da prática e da mediação social (Shiva, 2003, p. 25).

centrais, a incapacidade do “Estado capitalista neoliberal” em responder à crise sanitária e retomar o desenvolvimento, revelando que o dogma da “superioridade dos mercados” fracassou (Mazzucato & Skidelsky, 2021). Já Dardot e Laval (2020) discutem exatamente essa “prova política da pandemia”. Essa discussão se desdobra com o questionamento das possibilidades de sobrevivência da própria democracia; e de mudança radical no regime de acumulação para outro que atenda aos requerimentos da sustentabilidade sanitária, social, ambiental, econômica e política.

Nesse intenso debate, Sousa Santos (2020) nota que – apesar da hegemonia das visões e “epistemologias do Norte” – diversos exemplos e experiências contribuem para a expansão do imaginário democrático e das concepções alternativas ao “capitalismo colonial e patriarcal”, além de constituírem exemplos importantes de formas sustentáveis de relação com a natureza. Aponta ainda que tais iniciativas e vivências são encontrados principalmente na Amazônia, Ásia e África e atualmente encontram-se sob altíssimo grau de vulnerabilidade e risco de extermínio.

No Brasil, autores como Becker (2012, 2014) e Costa (2014) desenvolveram argumentos convergentes, ao salientarem a ausência de um entendimento maior das particularidades da Amazônia. Com destaque para sua sociobiodiversidade, recursos naturais, serviços ambientais, dinâmica sociocultural e o conjunto de conhecimentos acumulados pelas comunidades locais, desde aquelas que agregam organizações de ensino e pesquisa, até aquelas que reúnem povos originários. Como resultado desse desconhecimento, registram-se: a inadequação das políticas governamentais e a não contemplação de atividades, atores, saberes e fazeres-chave para o desenvolvimento da região; a baixa capacidade das ações implementadas em realizar transformações positivas; e as resultantes distorções que contribuem para reforçar exclusões, dependências e desigualdades.

Em linha semelhante, vários outros autores sublinham a urgência de reconhecer as condições básicas e mobilizar as potencialidades da Amazônia. Candotti (2014), por exemplo, frisa ser preciso abandonar o ponto de vista externo e distante, que se inspira em experiências bem sucedidas em outros contextos e territórios, muito distintos dos amazônicos. Tanto ele quanto Chaves (2012) ressaltam a premência de entender que são igualmente diferenciados os modos de desenhar os conteúdos e os orçamentos das propostas de apoio, assim como são específicas as maneiras de sua implementação; e assinalam que tais especificidades não são em geral conhecidas por quem julga e seleciona tais propostas.

Já Costa (2014), ao enfatizar a necessidade de diferenciar as formas de entendimento e exploração da natureza e transformação de seus recursos, com a revisão e qualificação das noções de capital natural e de desenvolvimento,

reiterou a necessidade de reformular os modos como são definidos e implementados os projetos tradicionais de energia, mineração e agroindústria na Amazônia.

Daí o argumento de que as grandes mudanças exigidas por um projeto de desenvolvimento da Amazônia são, sobretudo políticas e institucionais e exigem: alterar as assimetrias de poder que cristalizam as distorções existentes; identificar e fortalecer os conhecimentos adequados e capazes de enfrentar o grande desafio que o contexto amazônico coloca para a ciência tradicional (Becker, Costa, & Costa, 2009); e aprofundar a complementaridade de saberes e fazeres, entre as organizações de ensino superior e pesquisa e os povos e populações locais (Monteiro, 2013; Fernandes, 2020). Em uma de suas últimas contribuições, Becker (2014) reforçou a necessidade de superar o falso dilema da conservação entendida como preservação intocável e da utilização como destruição¹⁶ e reiterou sua defesa à necessidade de compreender a Amazônia como uma nova fronteira de conhecimento e de implementar outro modelo de exploração do patrimônio natural, apoiado em uma nova perspectiva baseada no conceito de “produzir para conservar” e no aprofundamento da associação de conhecimentos científicos e práticos para orientar as novas políticas.

Dessa forma, é que reiteramos a argumentação central desse artigo que a superação da atual pandemia da covid-19 e outras futuras, assim como dos demais impasses ao desenvolvimento, exige a criação de novos modelos de pensamento e de ação¹⁷. A iniciar pelo resgate dos conhecimentos capazes de reconhecer, valorizar e empoderar as práticas sustentáveis, que já há anos estão em prática na Amazônia, no Brasil e em diferentes partes do mundo, mas que continuam invisíveis segundo os óculos das teorias e modelos hegemônicos.

De fato, diversas iniciativas virtuosas de transformação produtiva, inovativa e social têm florescido na Amazônia. Exemplos reafirmaram, sobretudo, a relevância científico-tecnológica, social, econômica e política das organizações de ensino e pesquisa, apesar das tentativas de desqualificação e ataques à sua

¹⁶ Como sempre salientava essa autora, há uma importante diferença conceitual entre conservar e preservar: “Preservação é diferente de conservação. Preservar é não tocar, é deixar como está. Conservação é utilizar sem destruir.” E acrescentando que 30% do território amazônico está protegido, o equivalente à área da Espanha, alertou que não basta delimitar áreas protegidas e reafirmou ser necessário passar do preservacionismo para o conservacionismo (www.ipea.gov.br/desafios/).

¹⁷ Para detalhes, Lastres *et al.* (2021) e para uma reflexão focada no tema epidemiologia, biodiversidade e trajetórias tecnológicas na Amazônia ver Codeço *et al.* (2021).

autonomia, seus trabalhos e até mesmo sua existência¹⁸. Em contraposição registraram-se as rápidas e expressivas respostas, tais como: o desenvolvimento e lançamento de produtos, produção de equipamentos e de equipamentos de proteção, cooperação para a produção de vacina, produção de vasta literatura e debates acadêmicos ligados à covid-19, entre outros. Essas respostas à covid reúnem também variadas iniciativas em reconversão produtiva, inovação e desenvolvimento de produtos e processos. Já foram registrados vários exemplos na Amazônia, os quais precisam ser complementados e melhor conhecidos (Apolinário *et al.*, 2021).

As entidades indígenas igualmente responderam aos desafios colocados pela pandemia. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) organizou um comitê para acompanhar a evolução da covid-19 entre as comunidades indígenas, criou um Boletim semanal e uma Plataforma Virtual para a notificação das contaminações e óbitos com casos, produção de mapas georreferenciados. O Povo Krahô, por sua vez, lançou campanha da internet chamada “Salve Krahô” e conseguiu adquirir termômetros, oxímetros, estetoscópios, medidores de pressão e glicemia.

Contando com parcerias, instalaram duas Unidades de Pronto Atendimento, com concentradores de oxigênio, e realizaram inúmeras campanhas para suprir de máscaras a mais de 3600 pessoas. Adiciona-se que, ao final de 2020, os povos indígenas SuruíPaiter e Cintas-Largas, de Rondônia e Mato Grosso, lançaram uma criptomoeda visando arrecadar fundos para apoiar indígenas em condições vulneráveis e evitar a extração ilegal de recursos da região onde se concentram. A expectativa é que a “Moeda Mundial Indígena Transcultural” garanta segurança alimentar, assim como a integração das aldeias e o desenvolvimento de outros projetos.

Reafirma-se, portanto, que não se trata de utopias distantes e nem são poucas tais iniciativas. Vale a pena conhecê-las e avaliá-las melhor. Nessa linha é que se reitera a urgência de mudar as formas de olhar e entender o desenvolvimento. daquelas tradicionais e que colocam agentes, atividades e regiões inteiras “fora do radar”, para outras que consigam enxergar essas e

¹⁸ Para citar apenas um caso, nota-se que, em julho de 2019, o então diretor do INPE, Ricardo Galvão enfrentou as acusações falsas que desacreditavam os trabalhos sobre os aumentos no desmatamento da Amazônia. Mesmo exonerado, Galvão continuou a defender publicamente a pesquisa científica brasileira, foi eleito pela revista *Nature*, em 2019, uma das dez pessoas mais influentes para a ciência mundial e, no início de 2021, recebeu o prêmio *Scientific Freedom and Responsibility* da principal sociedade científica dos Estados Unidos, por sua defesa ao trabalho de monitoramento do desmatamento da Amazônia.

outras incontáveis experiências virtuosas, assim como avaliar a capacidade das mesmas de iluminar novos caminhos para o exigido desenvolvimento apropriado, coeso e sustentável.

6. EM BUSCA DE UM NOVO SISTEMA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Na Amazônia, ao se polarizar a discussão sobre as possibilidades de compatibilizar a dinâmica de crescimento e a preservação do bioma amazônico e, em meio à guerra de narrativas entre as esferas do poder político local, nacional e internacional, aprofunda-se a crise e expandem-se os níveis de desmatamento, em grande medida impulsionado pelo crescimento da exportação de *commodities*, do garimpo e da “produção de terra” em diferentes contextos territoriais. Reitera-se, assim, a necessidade de discutir a real capacidade de manutenção e compatibilização do crescimento atual, por exemplo, das atividades de monocultivo de soja e da pecuária¹⁹ com a capacidade de conservação do bioma amazônico. Essas atividades, em grande medida voltadas quase que exclusivamente para os mercados externos, são aquelas consideradas as principais responsáveis pela escalada do desmatamento na região. Seu apoio consiste em exemplo de política de desenvolvimento que ignora historicamente a interconexão e os conflitos territoriais intrínsecos entre as dimensões social, econômica, ambiental e fundiária da região (Costa, 2014, 2021; Costa & Fernandes, 2016).

No curto prazo as atividades de monocultura podem até apresentar vantagens, em termos de capacidade de geração de maior quantidade física de produtos e de obtenção de renda monetária por áreas produzidas tipo exportação, em benefício de uma pequena parcela da população local. Mas ao avaliarmos essas atividades e seus impactos, no longo prazo, perceberemos a tendência de aumento de seus custos de produção e os rastros de devastação ambiental e social, sem garantia de eficiência econômica no médio e longo prazo. Por outro lado, os sistemas produtivos baseados em diversidade²⁰, que têm uma longa trajetória na região, orientados por “paradigmas agroextrati-

¹⁹ Para além do garimpo e demais atividades de exploração de recursos minerais, florestais e aquíferos

²⁰ A biodiversidade tem dois papéis principais na auto-organização de ecossistemas em grande escala: ao garantir suas propriedades funcionais e ao fornecer a resiliência para responder a abalos imprevisíveis. Assim, um inseto a mais ou um sapo a menos fazem muita diferença. Tanto os genes de cada espécie, quanto suas funcionalidades nas operações ecossistêmicas que integra, trazem benefícios. Estudos sobre

vistas”, como definidos por Costa (2009, 2021), mostram-se ecologicamente mais seguros e com menores custos e riscos no longo prazo.

Assim, diferentes padrões de uso e cobertura da terra podem resultar de diferentes modos de interação e produção de conhecimento sobre os meios de vida e o uso produtivo dos recursos do bioma amazônico, os quais podem ser medidos por indicadores sociais de pobreza e de desenvolvimento construídos com esse objetivo. Daí a necessária conexão entre os diversos indicadores que visam medir as condições de vida da população, em seu contexto territorial específico, e os níveis de interação da atividade produtiva humana e a natureza, mediadas por determinadas trajetórias tecnológicas (Costa & Fernandes, 2016; Vieira *et al.*, 2014).

Uma questão central aqui é que os benefícios dos sistemas agrários baseados, por exemplo, em monocultivo, além de muito concentrados, apenas se sustentam como expressão de eficiência econômica se monitorados com indicadores considerados inadequados para avaliar dinâmicas de desenvolvimento em termos de sustentabilidade e conservação da diversidade ecológica. As análises realizadas sobre essa temática salientam, sobretudo, as dificuldades de identificação e mensuração dos efeitos diretos e indiretos da transformação do meio ambiente sobre as condições, atuais e futuras, de vida das populações amazônicas e entre as próprias condições de preservação do bioma. Nesse sentido, fica clara a insuficiência da avaliação do papel da natureza em seu processo complexo de coevolução com a atividade produtiva, vista como um sistema vivo e dinâmico, passando na maioria das vezes a ser considerada como apenas insumo para o processo produtivo²¹.

Fato é que a maior parte dos indicadores e análises realizadas sobre a Amazônia desconsideram as condições ecológicas de produção no bioma, os serviços ecossistêmicos e os bens comuns gerados direta ou indiretamente pela natureza e pela floresta em interação com os conhecimentos produzidos pelas populações locais, em seus diferentes níveis de diversidade ecológica; os quais são utilizados na maioria das vezes como “insumos naturais e gratuitos”. Também se critica a limitação teórica de tratar a natureza – os minerais, os combustíveis fósseis e os nutrientes do solo – apenas como uma fonte de recursos, prontos para serem explorados pelo processo produtivo e como um sistema apartado da própria natureza. Mais grave ainda é que a falta de co-

os efeitos da biodiversidade confirmaram que as ações impactantes nos ecossistemas locais podem ser muito relevantes e irreversíveis (Tilman *et al.*, 2001).

²¹ Do ponto de vista da manutenção de serviços ecossistêmicos fornecidos diretamente pela natureza (em geral, de uso comum e gratuito) são identificadas diversas falhas nos sistemas de avaliação ou construção de indicadores econômicos e sociais.

nhecimentos sobre a complexa dinâmica da interface entre os sistemas ecológicos e econômicos e a adoção de enfoques, indicadores e incentivos errados, continuam a levar à degradação persistente e em larga escala do ambiente natural e humano.

Urge, portanto, alterar a concepção de progresso e avançar na compreensão sistêmica das formas e efeitos diferenciados de produzir e interagir com a região e o bioma amazônico. Mostra-se sobretudo necessário implantar novos modelos de conhecimentos e de indicadores que valorizem a interação do trabalho humano com a própria realidade do bioma em suas diferentes formas históricas. Com isso objetiva-se criar condições epistêmicas alternativas e configurar novos padrões de intervenção capazes de superar os modelos exógenos que, ao longo da segunda metade do século xx, foram construídos de fora para dentro, ignorando as bases de produção de conhecimento e uso eficiente dos recursos da sociobiodiversidade amazônica já estabelecidos localmente, que foram desenvolvidos durante séculos e que apresentam grande potencial (Costa, 2019).

7. CONCLUSÕES

Na discussão proposta nesse artigo, mostra-se fundamental sublinhar que, como estamos vivendo um período excepcional que marca a evolução da humanidade, precisamos entender melhor as causas e os efeitos dessa e outras possíveis pandemias e as formas de sua superação. Vimos que a pandemia do coronavírus revela, sobretudo, as perigosas consequências das enormes desigualdades e da invasão da humanidade no mundo natural. Outros elementos essenciais nessa discussão incluíram as constatações que: (i) o futuro não está predeterminado e sua forma dependerá das decisões e ações tomadas hoje; (ii) é necessário superar a ideia de que não há alternativa ao modo de vida imposto pelo “hipercapitalismo” em que vivemos; (iii) a pandemia enfatizou a necessidade de articular e colocar em prática uma transformação capaz de garantir a vida digna e sustentável, o bem-viver e o desenvolvimento sustentável.

De fato, os modelos mundiais, ainda hegemônicos, de sistemas sociais, políticos e econômicos, assim como de pensamento são característicos da chamada “era industrial”. Eles evoluíram e foram consolidados por modos de produção, acumulação e distribuição de riquezas, que orientaram o desenvolvimento de diversas partes do mundo. Todavia, sua adoção nunca foi simples e sem transtornos, mesmo naquelas partes que apresentam condições mais semelhantes às dos contextos em que foram formulados tais modelos. Além disso, considera-se que as tentativas de impor tais modelos – em regiões com especificidades tão diferentes, como a Amazônia – podem gerar um conjunto

enorme de distorções, como discutido neste artigo. Por outro lado, ressalta-se que no Brasil, e na Amazônia, com as criativas respostas à covid-19 de governos subnacionais, centros de ensino e pesquisa e comunidades, revelou-se um potencial que necessita ser mais bem compreendido. A qualidade e a importância dessas respostas precisam ser mais bem conhecidas e divulgadas. As organizações e associações responsáveis realizam um trabalho que merece ser potencializado em nível local, estadual, regional, nacional e internacional.

Do mesmo modo, vale a pena identificar, empoderar e fortalecer as práticas produtivas sustentáveis, inclusivas e solidárias que já há anos estão em prática na Amazônia e em diferentes partes do mundo, mas continuam invisíveis. Reafirma-se que não se trata de utopia e que não são poucas tais iniciativas. Essas têm que ser realçadas e colocadas no topo das prioridades do desenvolvimento. Soluções para problemas agroalimentares globais, assim como os de segurança alimentar para as populações locais, já existem e precisam ser reconhecidas, aprimoradas e valorizadas. Destaca-se em especial a importância dos saberes sobre manejo de ecossistemas complexos (como os presentes no bioma amazônico). Conforme defendido neste artigo, mais do que uma via alternativa, soluções como essas deveriam orientar as novas formas de desenvolvimento para a região.

Adicionalmente, reiteramos a importância de estimular as formas mais sustentáveis e autossuficientes de produção em nível local, em especial, o objetivo estratégico de promover os sistemas de produção e inovação e seus “arranjos produtivos locais (APLS) mobilizadores do desenvolvimento” com eixo nos serviços públicos essenciais: saúde, alimentação, educação, habitação, acesso à água (saneamento, tratamento de resíduos) e energia, cultura, mobilidade, informação, etc. (Lastres *et al.*, 2021). Nesse caso, são ressaltadas as possibilidades de avançarmos na produção dos bens, tecnologias e serviços vitais à vida, nos diferentes territórios brasileiros, visando alcançar autonomia, mobilizar e ancorar capacidades produtivas e inovativas espalhadas pelas diferentes regiões e renovando as oportunidades de desenvolvimento. Objetivos fundamentais aqui incluem os de aprofundar os conhecimentos necessários para adequar a produção às especificidades de cada contexto regional, modernizando e atendendo aos requisitos do bem-viver e da sustentabilidade socioambiental.

Como argumentado no artigo, o alcance de tais objetivos exige rever os usuais modelos de pensamento, análise, apoio e avaliação e criar de novas bases e parâmetros que os oriente. Nesse sentido, vale e pena reiterar que precisam ser urgentemente revistos os modelos de desenvolvimento hegemônicos que ainda orientam a exploração dos recursos amazônicos. E, em especial, da agropecuária brasileira baseada em padrão de monocultura, baseada em estratégias de adaptação de trajetórias tecnológicas de produção desenvolvidas e aprimoradas em e para biomas pouco diversos. Trajetórias essas que foram

elaboradas com o intuito de melhorar sua eficiência de curto prazo no trato e controle de fatores edafoclimáticos menos complexos e que criam relações trabalho/natureza de padrão homogeneizador. Ao contrário disso, em regiões como a Amazônia, precisamos de soluções criativas e endogenamente constituídas para a produção extrativa e agropecuária, com base em conhecimentos e padrões de produção desenvolvidos e acumulados por populações muitas vezes consideradas invisíveis.

A não observação dessas diferenças – e o não reconhecimento dos saberes produzidos por essas populações locais – acabam por ajudar no processo de consolidação da hegemonia do padrão mecânico-químico de evolução da agropecuária brasileira; fazendo com que cada vez mais se imponha, sobre a dinâmica agrária, um modelo de agricultura patronal (o tal do agronegócio). Modelo esse concentrador de renda e terra e que, ao mesmo tempo, se ancora em um padrão tecnológico que, além de dependente em insumos e equipamentos externos, luta contra os nossos biomas diversos. Esse padrão tem uma lógica de homogeneização e não de diversificação, o que o torna concorrente e nefasto aos objetivos de preservação dos nossos biomas bastante diversos. Os resultados, como vimos, são especialmente desastrosos e muitas vezes irreversíveis no caso da região amazônica.

Sublinha-se que a crise resultante da covid-19, além de seus gravíssimos efeitos no Brasil e na Amazônia, constitui um sério alerta para imediatamente buscarmos novos e sustentáveis caminhos para o desenvolvimento. Assim como exige a restauração do equilíbrio ecológico de todos os ecossistemas do mundo e, em especial, aqueles tropicais, onde se hospeda a maior parte dos micro-organismos. No caso da Amazônia, há muitos alertas indicando que já estamos perto de ponto de inflexão irreversível. Daí a premência em encontrar soluções tanto para o enfrentamento do colossal problema colocados à saúde humana, quanto para solucionar os imensos desafios colocados pela mudança climática. Proteger as florestas tropicais e especialmente a Amazônica exige um esforço global e, em particular, dos países da região, a começar pelo Brasil.

A concepção e implantação do novo modelo de desenvolvimento, proposto nesse artigo, teria como base a ação estratégica de fortalecimento de pequenos produtores camponeses e demais agentes endógenos – reconhecidos de maneira genérica como populações tradicionais, indígenas, ribeirinhos e quilombolas – os quais desenvolveram forte enraizamento histórico em suas formas de vida e de interação produtiva com o bioma amazônico. A concretização desse objetivo, além de garantir um padrão de evolução de trajetórias produtivas e tecnológicas mais aderentes à lógica de conservação, poderia iluminar novos caminhos para o desenvolvimento apropriado e sustentável em todas as suas dimensões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. W. B., ACEVEDO, R. E., & ERIKI, M. (Org.). (2020). *Pandemia e território*. São Luís: UEMA Edições, PNCSA.
- APOLINÁRIO, V. et al. (2021). *Impactos e respostas macrorregionais à covid-19. Nota técnica do Projeto Fiocruz e IE/UFRJ*. Rio de Janeiro: RedeSist. IE/UFRJ.
- BECKER, B., COSTA, F., & COSTA, W. (2009). Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.
- BECKER, B. K. (2012). Uma estratégia produtiva para defesa da biodiversidade amazônica. In H. M. L. Lastres et al. (Orgs.). *A nova geração de políticas de desenvolvimento produtivo: sustentabilidade social e ambiental*. Brasília: Editora da CNI.
- BECKER, B. K. (2014). A Amazônia como um território estratégico e os desafios às políticas públicas. In N. Siffert et al. (Org.). *Um olhar Territorial para o desenvolvimento: Amazônia*. Rio de Janeiro: BNDES.
- BELLUZZO, L. G., & GALÍPOLO, G. (2019). *Escassez na abundância capitalista*. São Paulo: Contracorrente.
- BIERNATH, A. (2021, 31 de março). *Covid-19: “Teremos o março mais triste de nossas vidas”*, prevê pneumologista da Fiocruz. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56250674>.
- CANDOTTI, E. (2014). É sustentável o desenvolvimento da Amazônia? In N. Siffert et al. (Org.). *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia*. Rio de Janeiro: BNDES.
- CHAVES, M. P. S. (2012). Inovação e aproveitamento de fontes locais de conhecimento na Amazônia: desafios de inclusão social e sustentabilidade. In H. M. L. Lastres et al. (Orgs.). *A nova geração de políticas de desenvolvimento produtivo: sustentabilidade social e ambiental*. Brasília: Editora da CNI.
- CODEÇO, C. T. et al. (2021). *Epidemiology, biodiversity and technological trajectories in the Amazon: from malaria to COVID-19*. *Frontiers in Public Health, Section Planetary Health: Planetary Health Impacts of Pandemic Coronaviruses*, in-print.
- COSTA, F. A. (2021). Structural diversity and change in rural Amazonia: A comparative assessment of the technological trajectories based on agricultural censuses (1995, 2006 and 2017). *Nova Economia*, 31.
- COSTA, F. A. (2019). A Brief Economics History of the Amazon (1720-1970). *Cambridge Scholars Publishing*, 1.
- COSTA, F. A. (2014). Dinâmicas produtivas e inovativas: perspectivas para o desenvolvimento sustentável da Região Norte. In N. Siffert et al. (Org.). *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia*. Rio de Janeiro: BNDES.
- COSTA, F. A. (2009, janeiro/junho). Trajetórias tecnológicas como objeto de política de conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. *Revista Brasileira de Inovação*, 8(1), 35-86.
- COSTA, F. A., & FERNANDES, D. A. (2016). Dinâmica agrária, instituições e governança territorial para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. *Revista de Economia Contemporânea*, 20, 517-518.
- DARDOT, P., & LAVAL, C. (2020). L'épreuve politique de la pandémie. *Les invites de Mediapart*.

- DIÁRIO DA AMAZÔNIA. (2020, 18 de maio). *Amazônia pode ser “maior repositório de coronavírus do mundo”, diz cientistas*. Recuperado de <https://www.diariodaamazonia.com.br/amazonia-pode-ser-maior-repositorio-de-coronavirus-do-mundo-diz-cientista>.
- ESCOBAR, A. (2005). O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In E. Lander (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (Colección Sur Sur, pp. 133-168). Buenos Aires: CLACSO.
- FERNANDES, V. R. *et al.* (Orgs). (2020). *IdeiaSUS: saberes e práticas nos territórios do Sistema Único de Saúde*. Rio de Janeiro: Cebes.
- FIORI, J. L., & NOZAKI, W. (2020). *Uma escalada militar, em meio à “crise pandêmica”*. Recuperado em 5 janeiro de 2021, de <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/05/>.
- FURTADO, C. (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GADELHA, C. A. G. (2021). O complexo econômico-industrial da saúde 4.0: por uma visão integrada do desenvolvimento econômico, social e ambiental. *Cadernos do Desenvolvimento, Especial COVID-19*, 16(28), 25-50.
- GUTERRES, A. (2021, 8 de março). Uma crise com rosto de mulher. Recuperado em 8 março de 2021, de <https://brasil.un.org/pt-br/115311-artigo-uma-crise-com-rosto-de-mulher>.
- HARARI, Y. N. (2020). *Maior perigo não é o vírus, mas ódio, ganância e ignorância*. Recuperado em 15 janeiro de 2021, de <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2020/04/26>.
- HARVEY, D. (2020). Política anticapitalista em época de COVID-19. In M. Davis *et al.* *Coronavírus e a luta de classes*. Brasil: Terra sem Amos.
- JUCÁ, B. (2021, 30 de março). *Brasil registra 3.780 óbitos em um dia e estaciona em um novo patamar de destruição na pandemia*. Recuperado de <https://shorturl.at/akuUY>.
- LAPOLA, D. (2020). *Amazon could be next virus hot zone*. Recuperado de <https://medicalxpress.com/news/2020-05-amazon-virus-hot-zone-scientist.html>.
- LASTRES, H. M. M. *et al.* (2021). Transformações e aprendizados da covid-19 e a dimensão territorial da saúde: por uma nova geração de políticas públicas para o desenvolvimento. *Cadernos do Desenvolvimento, Especial COVID-19*, 16(28), 87-114.
- LASTRES, H. M. M., & CASSIOLATO, J. E. (2017). APLs, conhecimento, desenvolvimento e os desafios da colonialidade do saber. In M. MATOS *et al.* (Eds.) *Arranjos Produtivos Locais: Referencial, experiências e políticas em 20 anos da RedeSist*. Rio de Janeiro: E-papers.
- LAZONIK, W., & HOPKINS, M. (2020, julho 21). “Maximizing Shareholder Value” minimized the strategic National stockpile: the \$5.3 trillion question for pandemic preparedness raised by the ventilator fiasco. *Working Papers, Institute for New Economic Thinking*, nº 127, 1-63.

- LIMA, N. A. (2020). Pandemia da covid-19: uma crise sanitária e humanitária. In P. M. Buss, & L. E. Fonseca (Orgs.) *Diplomacia da saúde e covid-19: reflexões a meio caminho*. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz.
- MAZZUCATO, M., & SKIDELSKY, R. (2021). *Economia do Comum, urgência máxima*. Recuperado em 31 de janeiro de 2021, de <https://shorturl.at/kmpV2>.
- MAZZUCATO, M. (2020). *Assim mudará o capitalismo*. Recuperado em 5 de janeiro de 2021, de <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597489-assim-mudara-o-capitalismo>.
- MENESES, M. P. (2004). Agentes do conhecimento? A consultoria e a produção do conhecimento em Moçambique. In: Sousa Santos, B. (Org.) *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez.
- MONTEIRO, R. (2013). *Biodiversidade da Amazônia e mercados locais*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil.
- MORA-OSEJO, L., & BORDA, O. F. (2004). A superação do eurocentrismo: enriquecimento do saber sistêmico e endógeno sobre nosso contexto tropical. In B. Sousa Santos (Org.) *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez.
- MORIN, E. (2020). Un Festival d'incertitudes. *Tracts de Crise*, nº 54.
- NOBRE, C. (2020, 18 de novembro). *Amazônia e meio ambiente em tempos de pandemia*, Centro de Estudos Avançados da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=_HAjPGfIRjU&t=22548.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. (2020). Recuperado em 5 janeiro de 2021, de <https://www.paho.org/pt/noticias/1-5-2018-nove-em-cada-dez-pessoas-em-todo-mundo-respiram-ar-poluido>.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (2020). *A humanidade está em uma encruzilhada: alerta o quinto relatório global da biodiversidade da ONU*. Recuperado em 5 de janeiro de 2021, de <https://www.iis-rio.org/noticias/>.
- OXFAM. (2021). *O vírus da desigualdade: unindo um mundo dilacerado pelo coronavírus por meio de uma economia justa, igualitária e sustentável*. S. l.: Oxfam Internacional.
- PIKETTY, T. (2019). *Capital et Idéologie*. Paris: Seuil.
- QUIJANO, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (Colección Sur Sur, pp. 227-278). Buenos Aires: CLACSO.
- ROBERTO NETTO, P., & GIRARDI, G. (2020, 22 de maio). *Entidades repudiam declarações de Salles sobre “passar a boiada”*. Recuperado de rb.gy/9f28g.
- SACHS, I. (2012). Nova era, responsabilidades acrescidas. In H. M. L. Lastres et al. (Orgs.) *A nova geração de políticas de desenvolvimento produtivo: sustentabilidade social e ambiental*. Brasília: Editora da CNI.
- SHIVA, V. (2020, 15 de abril). *Um vírus, a humanidade e a terra*. Recuperado em 5 de janeiro de 2021, de <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598043>.

- SHIVA, V. (2003). *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia.
- SOUSA SANTOS, B. (2004). Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez.
- SOUSA SANTOS, B. (2020). *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina.
- SOUSA SANTOS, B., MENESES, M. P., & NUNES, J. A. (2006). Conhecimento e transformação social: por uma ecologia de saberes. *Hileia Revista de Direito Ambiental da Amazônia*, nº 6.
- TILMAN, D. *et al.* (2001). Diversity and productivity in a long-term grassland experiment. *Science* 294, 843-845.
- TOLLEFSON, J. (2020). *Why deforestation and extinctions make pandemics more likely*. Recuperado em 28 de fevereiro de 2021, de <https://www.nature.com/articles/d41586-020-02341-1>.
- UOL (2021, 28 de fevereiro). *Nicolelis: março pode ser pior momento da pandemia e da história do Brasil*. Recuperado de rb.gy/v4kqy.
- VIEIRA, I. C. G. *et al.* (2014). Dinâmicas produtivas, transformações no uso da terra e sustentabilidade na Amazônia. In N. Siffert *et al.* (Org.). *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia*. Rio de Janeiro: BNDES.

PARTE II
PERSISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS
SOCIOTERRITORIAIS

“ESSA CASA É MINHA”: AS DIMENSÕES SIMBÓLICAS
E FUNCIONAIS DA HABITAÇÃO EM UMA RESERVA
EXTRATIVISTA MARINHA NA AMAZÔNIA

*“Esta casa es mía”: las dimensiones
simbólicas y funcionales de la vivienda
en una reserva extractivista marina
en la Amazonia*

“This house is mine”: the symbolic
and functional dimensions of housing
in a marine extractive
reserve in the Amazon

TÂNIA GUIMARÃES RIBEIRO

Universidade Federal do Pará (UFPA, Brasil)

DÉBORA MELO ALVES

Universidade Federal do Pará (UFPA, Brasil)

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar os efeitos do Crédito Habitação, uma política pública habitacional implantada na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, localizada no município de Bragança, no estado do Pará (Brasil). Buscamos entender a importância da habitação para os moradores da Resex e identificar as dimensões

simbólicas e funcionais incorporadas aos espaços. As entrevistas com mulheres moradoras da Resex mostraram que a posse da “casa verde” além de proporcionar a satisfação como um bem material é também símbolo de distinção. Às habitações são associados elementos subjetivos relacionados ao bem viver das populações extrativistas. A visão sociológica sobre as políticas públicas aliada aos conceitos de casa-lar, habitar, habitação, lugar, apego ao lugar, território (Perdigão & Costa, 2012; Norberg-Schulz, 1985; Escobar, 2005; Elali & Medeiros, 2017; Santos, 2006) revelam a dinâmica social dos grupos envolvidos e os contornos específicos que produzem no lugar. O espaço da casa é assimilado à vida cotidiana dos moradores da Resex a partir da socialização do núcleo familiar em torno da divisão do trabalho, educação e lazer. Limitações estruturais restringem o acesso universal ao direito à habitação e o respeito às singularidades locais.

Palavras-chave: Amazônia; Reservas Extrativistas; Políticas públicas; Políticas habitacionais.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar los efectos del *Crédito Habitación*, una política pública habitacional implementada en la Reserva Extractiva (Resex) Marina de Caeté-Taperaçu, ubicada en el municipio de Bragança, en el estado de Pará (Brasil). Buscamos comprender la importancia de la vivienda para los residentes de la Resex e identificar las dimensiones simbólicas y funcionales incorporadas a los espacios. Las entrevistas con mujeres que viven en la Resex demostraron que la posesión de una “casa verde” además de proporcionar satisfacción como un bien material también es también un símbolo de distinción. Las viviendas están asociadas a elementos subjetivos relacionados con el bienestar de las poblaciones extractivas. La visión sociológica de las políticas públicas aliada a los conceptos de casa-hogar, vivienda, lugar, apego al lugar, territorio (Perdigão & Costa, 2012; Norberg-Schulz, 1985; Escobar, 2005; Elali & Medeiros, 2017; Santos, 2006) revelan la dinámica social de los grupos involucrados y los contornos específicos que producen en su lugar. El espacio de la casa se asimila a la vida cotidiana de los residentes de la Resex en función de la socialización del núcleo familiar en torno a la división del trabajo, la educación y el ocio. Las limitaciones estructurales restringen el acceso universal al derecho a la vivienda y el respeto a las singularidades locales.

Palabras clave: Amazonas; Reservas Extractivas; Políticas públicas; Políticas habitacionales.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze the effects of *Crédito Habitación*, a housing policy implemented in the Caeté-Taperaçu Extractive Marine Reserve, located in the

Bragança municipality, Pará State. We sought to understand the importance of housing for the residents of the Resex and to identify the symbolic and functional dimensions incorporated into the spaces. The interviews with women living in the Resex showed that the possession of the “green house”, in addition to providing satisfaction as a material good, is also a symbol of distinction. The dwellings are associated with subjective elements related to the wellbeing of extractivist populations. The sociological view on public policies combined with the concepts of house-home, dwelling, housing, place, attachment to place, territory (Perdigão & Costa, 2012; Norberg-Schulz, 1985; Escobar, 2005; Elali & Medeiros, 2017; Santos, 2006) reveal the social dynamics of the groups involved and the specific contours that are produced in the place. The space of the house is assimilated to the daily life of the Resex residents from the socialization of the family nucleus around the division of work, education and leisure. Structural limitations restrict universal access to the right to housing and respect for local singularities.

Keywords: Amazon; Extractive Reserves; Public Policies; Housing Policies.

I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS RESERVAS EXTRATIVISTAS¹ se deu a partir da década de 1980, mas só a partir dos anos 2000 foram destinadas políticas públicas a esses territórios por meio de programas como o II Programa Nacional da Reforma Agrária (II PNRA)². O II PNRA é responsável por viabilizar o acesso às linhas de crédito, como o Crédito Habitação, que possibilitam a reforma ou construção de moradias em territórios reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como projetos de assentamento.

¹ As Resex representam uma das categorias de Unidades de Conservação especificadas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e são territórios protegidos pelo poder público que se destinam à exploração sustentável e à preservação dos recursos naturais pelas populações tradicionais desses espaços. O uso desses recursos renováveis, assim como a sua ocupação são garantidos por um contrato de concessão de direito real do uso orientada por meio de um Plano de Manejo (BRASIL, 2000).

² O II Programa Nacional da Reforma Agrária (II PNRA) foi apresentado durante a Conferência da Terra realizada em Brasília no ano de 2003, durante o governo Lula. Ele é fruto do esforço coletivo de servidores, técnicos, movimentos sociais e da reflexão acadêmica. A elaboração do II PNRA contou também com a importante contribuição do professor Plínio de Arruda Sampaio e uma equipe de especialistas de diferentes instituições acadêmicas. Entre os objetivos do II PNRA estão a garantia do acesso à terra, incentivos para que homens e mulheres possam produzir, gerar renda e ter saúde, educação, energia e saneamento (INCRA, 2003).

Este artigo tem por objetivo analisar a implementação de uma das políticas públicas do II PNRA, o Crédito Habitação. Essa linha de crédito é denominada pelos usuários e moradores da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu (Resex) como “casa verde” ou “casa do INCRA”. A partir dessa análise buscamos aprofundar o entendimento da dinâmica local que afeta e modifica as proposições funcionais da política atravessada pela dimensão simbólica inscrita na história de vida dos atores alvo. Questão que perpassa por conflitos e resistências das populações extrativistas envolvidas na luta pela produção e reprodução de seu modo de vida.

A Reserva Extrativista estudada está localizada em umas das cidades mais antigas do estado do Pará. O município de Bragança tem uma população estimada em 127.686 habitantes (IBGE, 2010), que dependem da atividade pesqueira, do turismo e do comércio em geral. A cidade obteve avanços significativos em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), passando de 0,325 em 1991, para 0,600, em 2010. Apesar disso, 66,91% da população ainda se encontra vulnerável à pobreza (IPEA, 2010). E resolver o problema habitacional é vital na busca pela diminuição da desigualdade ambiental, sobretudo ao se considerar o território de uma Reserva Extrativista.

O território da Resex possui aproximadamente 42.400 hectares e 7.500 km² de costa de manguezal. Foi criada por decreto em 20 de maio de 2005. Está situada na região do noroeste do estado do Pará e faz parte de um mosaico composto por outras Resex³, dividida para efeitos de zoneamento, em oito pólos comunitários e 55 comunidades que dependem dessa área para sua sobrevivência (Abdala, Saraiva, & Wesley, 2012). As principais atividades econômicas são a pesca e a catação de caranguejos no mangue aliada à pequena agricultura.

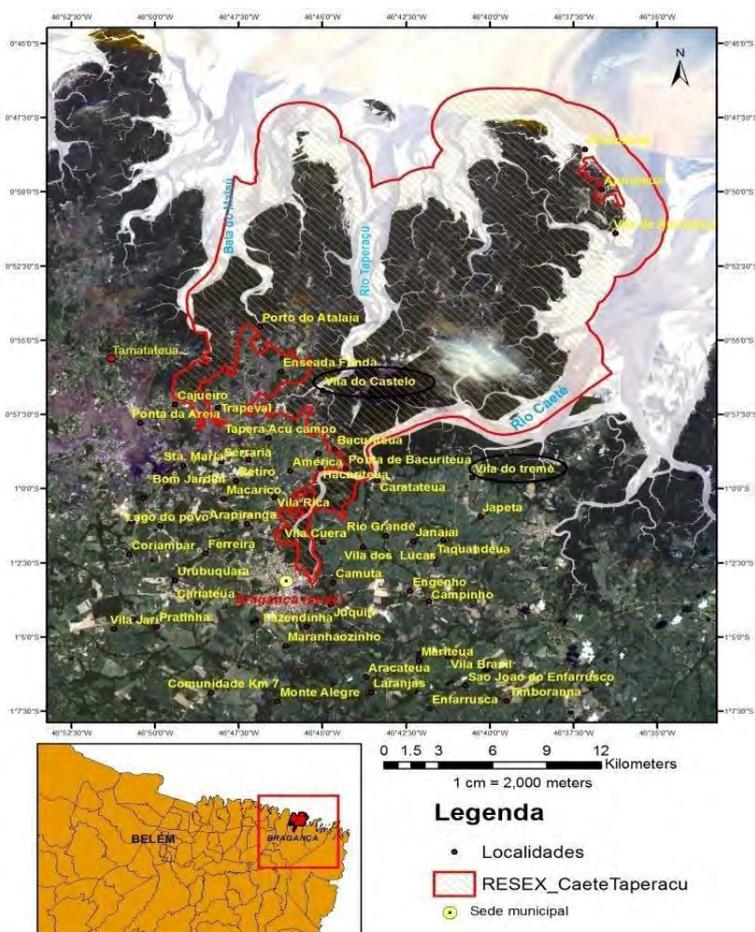
A gestão desse território é realizada por um Conselho Deliberativo⁴, presidido pelo ICMBIO, formado por várias organizações associadas às populações

³ Na Região conhecida como “Salgado Paraense” que compreende às Reservas Extrativistas Mãe Grande de Curuçá, São João da Ponta, Caeté-Taperaçu, Tracuateua, Araí Peroba, Gurupi-Piriá, Chocará-Mato Grosso e Soure, predomina, entre as populações tradicionais, a atividade de artesanato, associada à pesca artesanal e à cata do caranguejo (MMA, 2018).

⁴ Fazem parte do Conselho Deliberativo: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), que o preside; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA); Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Pará (SEMA) e a Universidade Federal do Pará – UFPA. Todavia, as populações tradicionais devem representar a maioria nesse conselho, compondo 50% mais um, dos assentos do Conselho.

tradicionais e do Estado, dentre as quais destacamos a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperapu (ASSUREMACATA), fundada em 8 de agosto de 2005. O papel da Associação, conforme seu Estatuto (art. 1º), é proporcionar aos seus associados uma forma de participação comunitária ativa e a de representá-los e defendê-los em seus interesses sociais, políticos, econômicos, ambientais e culturais (ASSUREMACATA, 2005). Cabe à organização, cogestora da Resex junto com o ICMBIO, representar seus associados na recepção das políticas públicas, organizando os cadastros dos beneficiários.

MAPA I. Localização das comunidades da Resex, com destaque para as comunidades do Treme e Castelo.



Fonte: Fernandes (2018).

Alguns estudos sobre essa Unidade de Conservação (UC)⁵ serviram de base para a contextualização histórica e social do processo de conquista, implementação e partilha das políticas públicas (Kasanoski, 2016; Moreira, 2017; Silva Junior, 2014; Sousa, 2017; Silva, 2018). Pesquisas como essas destacam a importância das políticas na vida de populações vulneráveis socioeconomicamente, captando a perspectiva dos moradores sobre os seus impactos num território de conservação ambiental (Ribeiro & Sousa, 2018).

O artigo se originou dos resultados de pesquisa qualitativa⁶ envolvendo a análise de fontes primárias e secundárias, como atas do Conselho Deliberativo e outros documentos relacionados à Unidade de Conservação (UC). As pesquisas de campo envolveram entrevistas com os(as) moradores(as) da Resex e associados da ASSUREMACATA, particularmente aqueles(as) que obtiveram o Crédito Habitação. O foco das entrevistas era captar a percepção dos sujeitos sobre as principais mudanças ocorridas no território e na vida dessas pessoas a partir da implementação dessa política pública. Bem como, observar as nuances afetivas, simbólicas e de reconhecimento social que as casas proporcionaram a esses atores sociais, para além da conquista material. Dentre as 55 comunidades da Resex, escolhemos duas, a comunidade do Treme e a do Castelo, para as visitas de campo considerando que possuíam o maior número de construções ou reformas de habitações apoiadas pelo Crédito, segundo depoimento das lideranças comunitárias (Silva, 2018). Todos os entrevistados são mulheres, com idades entre 30 anos e 49 anos, tendo em comum serem mães e donas de casa. Elas exercem ou já exerceram atividades relacionadas à pesca ou à catação de caranguejo.

A partir de uma síntese bibliográfica e dados oficiais, discutimos no item 2 o caráter excludente das políticas habitacionais no Brasil (Cardoso & Negrão, 2012; Valladares & Figueiredo, 1981) e sua repercussão na Amazônia (Perdigão & Costa, 2012; Santana, Holanda, & Moura, 2012). A seguir, interagindo com essas análises, buscamos compreender a questão no âmbito das Resex - parti-

⁵ Unidades de Conservação são territórios demarcados que visam a proteção de áreas naturais, sendo divididas em duas categorias: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. As Reservas Extrativistas estão incluídas na categoria de Uso Sustentável.

⁶ A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Projeto Participação, Território e Conservação Ambiental - CNPq/2018, coordenado pela Profa. Tânia G. Ribeiro, a partir do plano de trabalho e Monografia de Conclusão de Curso, finalizados entre os anos de 2018 e 2019, respectivamente. O projeto está ligado ao Núcleo de Pesquisa Ação Pública, Território e Ambiente - CNPq, que complementou com dados do seu acervo de pesquisas, esse trabalho.

cularmente na Reserva Extrativista Marinha de Caeté Taperaçu, na Amazônia paraense. Beneficiamo-nos de discussões que situam a partilha das políticas públicas nesse território e em outras unidades de conservação (Silva, 2018; Ribeiro, 2016; Rodrigues & Moreira, 2016; Simonian, 2018; Alves, 2019), assinando que ainda é escasso na literatura o debate sobre políticas habitacionais nas Resex. Ressaltamos, por fim, como a dinâmica local, originada nas práticas das populações extrativistas, repercutem nas dimensões simbólicas e funcionais as quais são separadas pelas políticas, mas reunidas pelas práticas sociais das populações tradicionais – da “casa do Incra” a “essa casa é minha”.

2. A POLÍTICA HABITACIONAL COMO DIREITO FUNDAMENTAL

A habitação é aqui situada como uma necessidade básica humana e como um direito fundamental, sendo este reconhecido internacionalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. No Brasil, está amparado pela Constituição Federal de 1988, em que podemos verificar, em vários incisos⁷, a normatização das responsabilidades do Estado em garantir o direito à moradia. A bibliografia na qual nos apoiamos situa as políticas públicas como instrumentos capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover inclusão social (Souza, 2006; Soares, 2010). Nessa direção, temos as políticas de habitação que são tratadas como uma necessidade para a reprodução da existência social, sendo um objeto de luta e do direito social coletivo (Valladares & Figueiredo, 1981; Gonçalves, 2014; Monteiro, 2017; Buonfiglio, 2018). Por outro lado, é possível observarmos que apesar da habitação ser reconhecida pelas leis como um direito fundamental, seu acesso continua a ser negado para as parcelas da população com menor poder aquisitivo.

Na Amazônia, o reflexo da exclusão dos direitos pode ser visto na luta das populações tradicionais em permanecer habitando determinados territórios. Este cenário, muitas das vezes, é marcado por diversos conflitos entre movimentos sociais e atores que representam o modelo de exploração capitalista (Schmink & Wood, 2012; Acselrad, 2014; Santos, 2009; Fleury, Almeida, & Premebida, 2014). Além do não cumprimento das leis que estão postas na constituição, em garantia à permanência de populações tradicionais em seus

⁷ XXII – é garantido o direito de propriedade; XXIII – a propriedade atenderá a sua função social; XXIV – A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição; XXV – No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

territórios, os gastos do governo federal em políticas de acesso à habitação na Amazônia ainda são seletivos e desiguais. Essa questão se agrava para os que vivem em territórios afastados das grandes cidades, sendo reflexo disso a precariedade da infraestrutura habitacional nessas localidades (Santana, Holanda, & Moura, 2012).

Entre os estados da região amazônica mais afetados pelo déficit habitacional está o Pará, onde a Resex em questão é localizada. Alguns estudos como o do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS) indicam que a unidade federativa possuía um déficit habitacional, até 2010, de 423,4 mil domicílios, dado que correspondia a quase 52% do total da Região Norte (816,0 mil domicílios). A região rural do estado se encontra com déficit habitacional de quase 38,3%. Em nível local, conseguimos visualizar que a região de integração denominada Rio Caeté, na qual se situa a Resex, possui um déficit habitacional na região rural de 60,15%. Esses dados podem ser visualizados na tabela 1, adaptada com dados do PEHIS (2014).

TABELA 1. Déficit habitacional por componentes e situação do domicílio (Brasil, Norte, Pará e Regiões de Integração, 2010).

UNIDADE TERRITORIAL	DÉFICIT HABITACIONAL			
	URBANA	RURAL	TOTAL	DÉFICIT RURAL
Brasil	5.475.281	1.273.439	6.748.721	18,86 %
Norte	569.191	246.876	816.067	30,25 %
Pará	261.062	162.375	423.437	38,35 %
Regiões de Integração – Rio Caeté ⁸	14.735	22.239	36.973	60,15 %

Fonte: Elaboração própria a partir de Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS) Síntese e Atualização (Alves, 2019).

O déficit das políticas habitacionais que atinge a região da Resex Marinha Caeté-Taperaçu está relacionado ao investimento desigual em políticas públicas no território brasileiro. Fato característico do espaço rural brasileiro, e que, no cenário regional, historicamente tem invisibilizado grupos sociais

⁸ A Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu está inserida na Região de Integração Rio Caeté.

amazônicos como as populações e povos ribeirinhos, indígenas e quilombolas. A esses são destinadas políticas que, ou não atendem a sua diversidade sociocultural e sua experiência de habitar e/ou são deficitárias de serviços urbanos (Gaia & Araújo, 2012). Sendo, também, inadequadas aos propósitos socioambientais. As carências de investimentos nas Unidades de Conservação por parte dos setores público e privado, podem estar ligadas ao fato de que as práticas de trabalho e uso do território são voltadas para a sobrevivência das pessoas que o habitam. Portanto, não estão orientadas para a exploração em grande escala, a fim de alimentar a cadeia econômica do capitalismo. E essa lógica do mercado tende a moldar, por meio das desigualdades, o espaço territorial (Santos e Silveira, 2001). Logo, quanto mais afastado dos centros urbanos, ou das “cidades planejadas” pelas grandes indústrias, maiores vão ser os déficits de saneamento básico e habitacional, por exemplo.

Milton Santos (2006) aponta as dificuldades de determinar uma noção única sobre a desigualdade territorial, visto que essa desigualdade possui um extenso número de variáveis, capazes de produzir uma gama enorme de situações de difícil classificação. No nosso estudo focaremos na análise da política habitacional a partir do olhar dos(as) moradores(as) e dos(as) usuários(as) de uma Reserva Extrativista marinha. O Crédito Habitação do II PNRA traz a perspectiva de atender a demanda de grupos como as populações tradicionais, na condição de assentados, em reconhecimento à luta desses atores sociais pelo direito à moradia. A importância social e sociológica da política torna relevante a análise face ao longo histórico de déficit habitacional regional e local e por trazer a perspectiva de uma ação específica para essas populações que não fora percebida por outros estudos (Gaia & Araújo, 2012). Contudo, é necessário observar seus efeitos no lugar e o atendimento às demandas que concebem a casa como um lugar, dotado de valor, tanto simbólico, como material. No qual, a reprodução biológica e a sociabilidade deixem espaço também para as experiências subjetivas e identitárias. Ou ainda, a casa, o habitar, devem ser entendidos como parte do território simbólico da comunidade envolvida. Pois, como define Santos (2006), esse espaço vai além de suas limitações físicas, pois se constitui pela relação entre as pessoas e o lugar, os quais, por processos variados se moldaram e moldam o espaço habitado.

A questão da habitação abordada aqui, também compreende a moradia como um bem social, um serviço, um direito conquistado, não se reduzindo a uma mera mercadoria. E que, a partir do ponto de vista do(a) morador(a) busca entender como se constitui essa dinâmica social de apropriação da casa. Destacamos os significados atribuídos pelos próprios moradores às suas habitações. Que, nesse caso, não se condicionam apenas como uma necessidade material, mas também, permeada por simbolismos que amalgamam relações sociais em suas dimensões material e simbólica. A incorporação do

sentido casa-lar é essencial para que se tenha uma maior humanização no debate da produção e nas construções sociais de acesso à moradia (Perdigão & Costa, 2012).

Diversos estudos das áreas do urbanismo, da arquitetura, da psicologia se juntam aos esforços da sociologia para constituir uma interpretação mais ampla que dê conta da complexidade do significado social e individual da habitação. Rolnik (1985) apontou a constituição do mecanismo de reprodução de um modelo habitacional que vem se transformando ao longo das últimas décadas. Todos os territórios que não se enquadram nesse padrão tendem a ser estigmatizados. Logo, as intervenções feitas nas habitações se dão a partir de um projeto-padrão, construído sob uma única fórmula arquitetônica. Para Bachelard (1993), a casa é como um ser privilegiado em face de sua unidade e a sua complexidade, podendo integrar vários valores particulares, em um valor fundamental. Ela é o primeiro mundo do ser humano, onde se encontra o fundamento do nosso inconsciente. É o espaço onde se produz os sujeitos e onde temos proteção e abrigo.

A habitação pode ser vista como resultado de um processo no qual o ser humano transforma o caos sem significado em seu mundo particular, organizado e definido. Através da casa ele qualifica e dota de valor simbólico um espaço, que é a referência da sua identidade e da identidade de sua família. Na habitação, o ser humano possui seu

mundo resumido, dominante da ordem natural, cultural e espaço-temporal. Um lugar que se consolida como centro do universo, de onde partem, por contraposição, todas as definições conferidas por nós ao meio exterior (Felipe, 2010, p. 301).

Habitar é uma prática essencialmente humana e universal. Norberg-Schulz (1985) a conceitua como uma relação entre o ser humano e determinado lugar, o que resulta em um sentimento de identificação e pertencimento. Para Milton Santos (2006), uma casa vazia não participa do processo dialético sem que antes lhe sejam atribuídos determinados valores, e esses valores são atribuídos a partir da transformação do vazio em espaço.

Os problemas com a moradia, que a partir do século xx passou a ser assumido pelo Estado como uma questão social (Bonduki, 1994), acumula um longo debate do qual destacamos alguns pontos que se conectam ao nosso trabalho. Várias são as intersecções que atravessam esse tema, talvez pelo fato de o déficit habitacional ainda ser um dos principais déficits sociais, sendo a habitação, portanto, um objeto que se projeta de forma material a solucionar um dos entraves à inclusão social nas sociedades contemporâneas (Monteiro, 2017). Tal fato se reflete também no reconhecimento e na construção da

identidade de grupos invisibilizados socialmente, como as populações tradicionais. Entendemos que a habitação está situada como uma necessidade humana básica para a reprodução social dos indivíduos independente de classe social ou da localidade a que pertencem (Buonfiglio, 2018). Logo, todas as sociedades, independentes da época ou região, sempre tiveram na habitação um lugar de proteção e sociabilidade.

Norberg-Schulz (2006) destaca a multiplicidade de sentidos das casas. Ele rebate o sentido estrutural e abstrato que predomina nos grandes projetos de planejamento, os quais visam popularizar e baratear a construção de conjuntos habitacionais, como ocorre no Brasil (Valladares & Figueiredo, 1981). O autor se pauta em uma perspectiva que vai além do dimensionamento e da distribuição espacial. As singularidades culturais, mesmo dentro de um país, ainda mais se tratando do Brasil, com diferenças regionais importantes, as atividades básicas humanas exigem decisões específicas

requerem lugares que possuem propriedades diversas, de acordo com as diferentes tradições culturais e as diferentes condições ambientais. Dessa forma a abordagem funcional deixou de fora o lugar como um “aqui” concreto com sua identidade particular (Norberg-Schulz, 2006, p. 445).

Entendemos que a habitação enquanto política pública precisa levar em consideração a multiplicidade do território brasileiro. Bem como deve-se atentar para diversidade cultural, que está presente, inclusive, em uma mesma região. E vem requerendo, também, a participação da comunidade na produção e implementação das políticas, possibilitando a autonomia das pessoas no processo de decisão, conforme suas necessidades. Essa participação pode ser entendida como um fator chave para que não se perca o *genius loci*⁹, ou seja, o espírito do lugar desenhado social e culturalmente pelos agentes locais, ao qual será destinada a política habitacional.

3. AS DIMENSÕES SIMBÓLICAS E FUNCIONAIS DA HABITAÇÃO NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CAFÉ-TAPERAÇU, NO PARÁ

No Brasil, a questão da habitação como política pública se inicia a partir da primeira metade do século xx. As primeiras iniciativas, apesar de terem mobilizado atores sociais e alterado agendas, se limitaram ao acesso de poucos

⁹ *Genius loci*: espírito do lugar. É um conceito romano. Na Roma antiga, acreditava-se que todo ser “independente” possuía um *genius*, um espírito guardião. Esse espírito dá vida às pessoas e aos lugares, acompanha-os do nascimento à morte e determina seu caráter ou essência.

trabalhadores. E mesmo a partir da década de 1950, com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), o acesso às linhas de crédito continuou limitado e delimitado sob um viés de classe (Cardoso & Negrão, 2012). Este cenário ainda pode ser presenciado hoje, em que grande parte das parcelas da população que possui menor poder aquisitivo ainda encontra várias dificuldades para o acesso à moradia (Monteiro, 2017). Na área rural essa questão ganha um grau a mais de complexidade, tendo em vista as dificuldades de acesso à recursos materiais para a construção ou melhoria das habitações.

Na tentativa de traduzir os significados dados à habitação, adaptamos um quadro a partir de um modelo de interpretação usado por Perdigão e Costa (2012) e que é composto por duas dimensões. A dimensão simbólica está relacionada ao universo de percepções, emoções e crenças pautadas no desejo de criar lugares e atribuir a eles significados. Esse, se liga às esferas abstratas e invisíveis no espaço, ou seja, é o sentido emocional dado a casa. A dimensão funcional se relaciona com o ordenamento espacial destinado ao desempenho de atividades do dia a dia familiar, que se materializa na esfera concreta. Seja pela utilidade da habitação ou através das alterações que os moradores realizam nas residências a fim de suprir suas necessidades.

Através desse modelo interpretativo foi possível construir um quadro com o objetivo de buscar separar as dimensões as quais nos propomos analisar neste artigo. Essas dimensões foram formalmente divididas entre simbólicas e funcionais para fins de análise, contudo, esses dois valores não devem ser percebidos de forma separada. Posto que, afirmando o território da Reserva Extrativista como um espaço coletivamente criado e historicamente situado (Little, 2018, p. 4), a casa, como parte dele, é fruto de “saberes ambientais, ideologias e identidades”. E apesar das imposições do modelo hegemônico, que se configura na racionalização do agir técnico e do formal (Santos, 2006), presentes nas políticas públicas e nos ditames do mercado, o agir simbólico é força de transformação, pois “não é regulado por cálculo e compreendem formas afetivas, emotivas, rituais, determinadas pelos modelos gerais de significação e de representação” (Santos, 2006, p. 82). Dessa forma, a partir da interpretação das entrevistas dos moradores delineamos características dessas duas dimensões e relacionamos os significados atribuídos à dimensão simbólica e à estrutura do espaço funcional (Quadro 1).

QUADRO 1. Dimensões da habitação na Reserva Extrativista Marinha Caeté-TAPERACU (Bragança, Pará, 2019).

DIMENSÕES DA HABITAÇÃO	
ESPAÇO SIMBÓLICO	ESPAÇO FUNCIONAL
Conquista de distinção e direito social na condição de população tradicional	Segurança de posse material
Educação dos filhos nas práticas tradicionais	Conforto e delimitação de espaços
Exercício do convívio social	Delimitação de espaços para a preparação das refeições e do consumo
Distinções da hierarquia familiar	Local de descanso
Proteção familiar	Onde se executa total ou parte do trabalho que gera o sustento da família, conforme a hierarquia de gênero
Dimensão do trabalho familiar	Onde se guarda total ou parte dos materiais utilizados no trabalho relacionado ao extrativismo

Fonte: Elaboração própria a partir de Perdigão e Costa (2012).

Somado a este modelo interpretativo, temos o conceito de apego ao lugar (*place attachment*), que está na base da psicologia do ambiente. O conceito visa explicar o sentimento de pertencimento ao território relacionado ao apego inconsciente, que ocorre devido à permanência contínua em determinado lugar (Elali & Medeiros, 2017). Nossa análise parte do princípio de que a permanência dos moradores na Resex pode estar relacionada a dois principais fatores: o primeiro seria o fato de dependerem desse território para sua sobrevivência; e o segundo, por sua moradia, uma conquista material e social, estar situada neste local. Esse apego inconsciente se revela enraizado, principalmente, nos que moram na Resex por mais tempo. Isso pode se justificar pelo fato de as famílias que residem por um grande período nessa localidade terem sua própria história, sua cultura, seu modo de vida, sua vivência espacial (Perdigão & Costa, 2012), conjugando a ideia de espaço e identidade nesse território ambiental.

A perspectiva de lugar elaborada por Escobar (2005), que se opõe à ideia de não-enraizamento disseminada através da globalização, nos ajuda a entender a importância das singularidades locais como um limite à imposição de modelos hegemônicos que subjazem às políticas habitacionais. Pois, o enfraquecimento do lugar enfraquece as alternativas locais,

o lugar é central no tema do desenvolvimento, da cultura e do meio ambiente, e é igualmente essencial, por outro lado, para imaginar outros contextos para pensar acerca da construção da política, do conhecimento e da identidade. É no espírito do pós-desenvolvimento que podemos repensar a sustentabilidade e a conservação como aspectos-chave da política de lugar (Escobar, 2005, p. 79).

3.1. *A dimensão simbólica*

A primeira função da casa é de ser habitada. A forma de habitá-la evidencia a percepção que o morador tem desse espaço e traz em si e na sua forma de uso inúmeros significados. Embora a ordem global busque impor um modelo de habitação, a partir de uma única racionalidade, alguns lugares seguem resistindo e empenham-se em responder a essa tentativa de imposição de um padrão, através da diversidade de sua própria racionalidade (Santos & Silveira, 2001). Na Resex Caeté-Taperaçu percebemos que o modo de vida extrativista se relaciona com a habitação na medida em que a casa cumpre papel fundamental no que se refere ao trabalho e a sociabilidade com a família e a comunidade. E apesar do Crédito Habitação ter imposto um modelo padrão para a construção das habitações, os moradores, de acordo com suas condições econômicas, realizaram modificações para atender ao modo como se relacionam com o ambiente.

Dentre as principais mudanças está a construção de uma área, conhecida entre os moradores como “puxadinho”, uma área externa aberta construída pelos moradores nos fundos ou ao lado das moradias, na qual realizam suas atividades de trabalho, como a catação do caranguejo, bem como outras atividades domésticas e de lazer, como reunir com os familiares e vizinhos, por exemplo. É um espaço utilizado para manter a sociabilidade, onde as pessoas se reúnem para várias atividades. De modo geral, é uma construção anexa à casa e que possui diversas serventias, como veremos mais adiante, conforme as dinâmicas familiares. O tamanho varia conforme as necessidades dos(as) moradores(as) e os recursos disponíveis para sua construção. Esse “puxadinho” esteve presente nas antigas habitações dos moradores que foram contemplados pelo Crédito.

Moradora da Resex há mais de 30 anos e catadora de caranguejo, Luzia destaca que em sua antiga casa, feita de barro e de apenas um compartimento, havia este espaço que ela utilizava para cozinhar.

Primeiro era de paxiúba, que é a coisa do açai, que a gente vai no igapó, corta ela, parte ela no meio, aí tira o bagaço de dentro e vai cortando os tamanhos que faz a parede. Aí depois passa o plástico preto por cima pra forrar. Era só um compartimento, era só mesmo uma casinha. Depois que a gente foi pro mato tirar, pra fazer a de barro. Cabia uma cama, uma penteadeira e uma rede. Cozinhava dentro, bem assim no puxadinho tinha um fogãozinho de lenha (Luzia, moradora mulher, 37 anos, Bragança, junho de 2019).

As antigas casas dos moradores da Resex eram construídas de paxiúba¹⁰ ou de barro, e normalmente, com apenas um compartimento. A moradora Claudiane, catadora de caranguejo e mãe de dois filhos, que mora na Resex desde quando nasceu, nos contou que sua casa primeiro foi construída de paxiúba, passando pela construção de madeira e barro até conseguir o Crédito Habitacional do II PNRA.

Logo assim que eu casei eu fui me embora pra Augusto Corrêa, e lá eu não me dei bem, e vim me embora pra cá. Aí falei pro meu marido que não dava certo lá que não me acostumava, aí eu vim. Chegou aqui eu pedi pro papai e o papai me deu uma casinha bem aí que ele cuidava peixe né, trabalha de curral, aí falei pra ele. Ele falou sim: “vem te embora, cobre, compra plástico”. A gente cercou de plástico preto né. Aí depois começou a apodrecer que era de paxiúba a casinha. Aí depois o meu marido disse assim: “não, vou no mangal, no mato cortar uns paus pra fazer uma casinha pra gente”. Ai, foi aí que fizemos uma casinha com só um compartimento. E ali era sala, cozinha, tudo. De barro (Claudiane, moradora mulher, 37 anos, Bragança, junho de 2019).

Além disso, ela conta que se mudou da Resex logo após o seu casamento. Mas que retornou depois de três meses por não ter se acostumado em outro ambiente, já que seus pais e irmãos moram na Resex, além de ser lá que ela exerce sua atividade de trabalho como catadora de caranguejo desde os seus quatorze anos de idade. Essa relação de apego ao lugar (Elali & Medeiros, 2017). está atravessada por várias questões. A fala de Claudiane nos revela que

¹⁰ A paxiúba é a palmeira do açai. Ela é utilizada na produção de moradias, principalmente em áreas rurais e ribeirinhas. Após o corte da árvore seu bagaço é retirado e em seguida são feitos cortes dos tamanhos necessários para a construção das paredes da habitação.

os laços familiares e o trabalho tendem a fortalecer a vontade de permanecer em determinado ambiente.

Não tinha o que eu fazia né. Que era o trabalho né, desde nova. Desde novinha eu já tinha esse trabalho, e eu não conseguia ficar longe dele não, até hoje. Quando não tem a gente fica triste, poxa não tem. Toda semana a gente ganha um dinheiro, a gente compra alimentação pra gente (Claudiane, moradora mulher, 37 anos, Bragança, junho de 2019).

Muitos moradores não acreditavam na possibilidade de obterem a casa através de uma política pública. A rotina de luta para conseguir o mínimo para sua reprodução socioeconômica, por vezes, impossibilita a luta por direitos. Uma rotina que envolve também a falta de informação por parte das representantes dos órgãos oficiais, implementadores das políticas, a dificuldade de comunicação pela falta de meios e a distância entre as localidades, bem como, pelas dificuldades de articulação entre as organizações sociais que representam essas comunidades. Conjunto de fatores que conformam os conflitos socioambientais pelo acesso às políticas públicas (Silva, 2018; Ribeiro & Sousa, 2018).

Claudiane nos conta que sua vida mudou muito depois que conquistou sua casa, e que antes, apesar de sempre tentarem, nunca conseguiam iniciar as obras de construção.

Saiu o nome e foi pra eu ganhar essa casa que mudou muito a minha vida, sim, mudou a minha vida. A minha menina tinha quatro anos quando eu consegui ganhar essa casa. E foi, mudou muito a minha vida mesmo, porque o meu marido não tinha condição, a gente, né, não tinha condição de comprar. Ia pra maré e dizia: “hoje eu vou pescar quando chegar quero ver se consigo comprar tijolo pra gente iniciar menos um quarto. Mas não dava certo. Aí foi que veio, aconteceu e foi de verdade mesmo. Tinha gente que não acreditava. Ele mesmo falava que, se for verdade isso, que vai sair essa casa eu quero andar de saia. Aí quando saiu eu falei “tá aí ó”. E vestiu saia (Claudiane, moradora mulher, 37 anos, Bragança, junho de 2019).

Sendo assim, a habitação não pode ser vista simplesmente como mais um produto do sistema capitalista. Isto porque, assim como ela é um espaço físico destinado ao abrigo e proteção (Bachelard, 1993), sendo definida como o primeiro universo do ser humano, ela também é constituída por elementos, que perpassam a sua organização social e temporal. São também constituídas pelas percepções das famílias residentes nessas localidades, cada uma com sua própria história, cultura, modo de vida e vivência espacial. Em uma Reserva Extrativista essas percepções são atravessadas pela relação com o meio ambiente. A resposta de Jandira, dona de casa de 46 anos, que sempre morou

na comunidade do Castelo, sobre o que é uma Reserva Extrativista, dá ênfase a essa relação entre a preservação dos meios de sobrevivência (manguezais e pesca) e da sociedade, que ela chama de “nossa sociedade rural”.

Preservação, né? Preservação do meio ambiente, dos manguezais, da pesca, da sociedade, a nossa sociedade rural (Jandira, moradora mulher, 46 anos, Bragança, dezembro de 2017).

Jandira, que mora na Resex “desde sempre”, completou o ensino fundamental, é casada, mãe de sete filhos e dona de casa. Ela nos disse que participa da associação dos usuários da Resex e que sua principal motivação para isso foram as dificuldades em conseguir construir uma casa de alvenaria. Que passa a ser um valor, mesmo que contrarie a perspectiva ambiental e regional, e que se origina em valores de superação de sua condição econômica, da pobreza.

A dificuldade de não ter uma casa, de não ter certos benefícios, porque a gente é pobre, né? Então, a reserva, ela vinha proporcionando isso para a gente. Eu achei que era uma boa coisa para a gente. Na época que a gente veio para cá, a gente não tinha condições de construir uma casa de alvenaria (Jandira, moradora da comunidade do Castelo, Bragança, dezembro de 2017).

A preocupação com aqueles que não conseguiram o benefício do Crédito Habitacional está presente na fala da moradora, mostrando os laços comunitários e a importância da conquista social do território ambiental. O agir simbólico (Santos, 2006) se faz pelo compartilhamento do afeto, cuidado e uma perspectiva de bem-estar, fruto de sua condição de pertencimento à reserva lhe oferta.

Não veio mais fomento, não veio mais benefícios pra reserva, não veio mais. Isso é um dos problemas, apesar de eu ganhar. Eu ganhei, mas tem outras pessoas que não ganharam, até porque a gente não tem condição, se não fosse a Resex, tem que dar graças a Deus pela Resex, graças a Deus, eu agradeço em ele mandar primeiro. Porque muitos de nós, a gente não tinha condições de fazer isso, de ter uma casa (Jandira, moradora da comunidade do Castelo, Bragança, dezembro de 2017).

O modo como a habitação é produzida é outro aspecto que influencia no sentimento de pertencimento ao lugar, isto porque além das dimensões simbólicas e funcionais estarem interligadas, são elas as responsáveis pela percepção dos moradores frente às suas necessidades mais básicas. Em um ambiente como a Resex, onde as pessoas também fazem uso de suas moradias para realizar parte de suas atividades econômicas (como ocorre com os pescadores e catadores de caranguejo), os padrões de construção urbanos não conseguem atender a essas necessidades. Portanto, as políticas públicas

voltadas para a habitação requerem a participação dos moradores e moradoras para captarem as especificidades de cada região. Esse seria o ponto de partida para tornar o debate sobre as construções sociais de acesso à moradia mais humanizado.

As falas das mulheres receptoras do Crédito Habitação reforçam a ideia de que a casa é vista, simbolicamente, como lar e centro de sociabilidade, destinada às relações familiares e de trabalho sendo, portanto, o espaço mais importante “em todos os sentidos”. É a referência da sua identidade e da sua família. Como destaca a Maria Joelma, é o lugar da autonomia, do exercício de seus anseios individuais.

Pra mim é muito importante, em todos os sentidos. Hoje em dia eu já posso entrar e fazer o que eu quiser, porque hoje eu posso dizer que hoje é minha, né. Os meus filhos tem seus quartos hoje em dia, coisa que antes nós nunca tivemos (Maria Joelma, moradora mulher, 42 anos, Bragança, junho de 2019).

Observamos nessas falas como a prevalência de uma abordagem que visa somente o aspecto funcional, do valor de troca, deixa de fora o lugar como um “aqui” concreto, animado pelas perspectivas da identidade particular (Norberg-Schulz, 2006), referida pelo valor de uso. E esse sentido é retomado por Luzia para quem a casa é símbolo de bênção, proteção e que agrega o valor material da moradia em seu meio social.

Representa tudo. Deus o livre. Hoje tem gente que precisa de uma casa e não tem nem um quatinho para morar. Então uma casa dessa representa tudo, sim. Deus o livre, isso é uma bênção (Luzia, moradora mulher, 37 anos, Bragança, junho de 2019).

Entendemos que a memória tem papel fundamental, seja para manter nas novas moradias aspectos fundamentais para a reprodução da vida simbólica dessas pessoas, quanto para sanar determinados problemas que dificultavam a vida deles. Nesse sentido, destacamos a importância da participação dos atores alvo da política em questão, pois esses é que são capazes de dizer quais as suas reais necessidades no que se refere à construção de suas habitações. Essa participação é importante para que se possa facilitar a criação de um vínculo simbólico dessas pessoas com o ambiente. Unir, portanto, o que os processos de racionalização social separaram para impor um projeto homogeneizador com base nas forças do mercado e da distinção dos poderes na sociedade. A separação do agir técnico, formal – próprios da racionalidade técnica – e simbólico provocam um estranhamento ao lugar e das referências socioculturais das comunidades, que “modelam o cotidiano, o projeto de vida, a inserção de vida de uma pessoa” (Franco & Stralen, 2012, p. 9), como num território da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu.

Cabe destacar que a moradia é um elemento de fundamental importância para a reprodução social, seja no meio urbano ou rural. Estando a casa ligada ao sentimento de pertencimento ao lugar e relacionada com as referências do passado de seus moradores bem como, às aspirações pelo futuro (Elali & Me-deiros, 2017). Elementos psicossociais se misturam aos eventos econômicos e políticos. Para Felipe, a habitação

congrega um conjunto de fatores que a tornam um retrato do morador e da família. Através dela, o homem reproduz seus limites, suas fronteiras com o mundo. Revelam-se memórias, desejos, esperanças, medos, rituais, ritmos pessoais e hábitos cotidianos. Por isso, a habitação é também o retrato de uma época e de sua maneira de enxergar as relações humanas (...) a casa ultrapassa a condição de espelho da alma, possibilitando uma espécie de autoanálise que leva à revalorização da própria humanidade... (Felipe, 2010, p. 301).

Essa discussão reforça a nossa ideia de pertencimento que estão sendo investidas às “casas verde” ou “casas do INCRA”, resultado do autorreconhecimento da condição de cidadãos desses sujeitos da política. O que vem refletindo numa nova designação para esse bem por parte dos contemplados: “a casa não é do INCRA, não. É minha. Fui eu que conquistei” (Marly, moradora da comunidade de Tamataeua, Bragança, 2019). Este reconhecimento de si, como detentor de direitos, é fator essencial, por exemplo, para o fortalecimento de reivindicações por melhorias desta e em outras políticas públicas. Mostrando também, a interferência dos atores sociais na concretização dessas ações de governo.

Tentar entender esses sentimentos sobre ter uma casa, identificando as dimensões simbólicas e funcionais do ambiente a fim de levar essas informações ao planejamento urbano e aos programas de habitação é um desafio para o pesquisador, mas é ponto essencial para políticas e planejamentos habitacionais mais humanizados (Gonçalves, 2014). Com vistas a solucionar problemas simples e até dificuldades mais complexas, como a adaptação do público-alvo às suas novas unidades habitacionais (Perdigão & Costa, 2012).

Para alguns moradores suas casas não tiveram o cuidado necessário na construção, conforme vamos destacar mais adiante. Dimensões exíguas, problemas de saneamento, acabamentos frágeis são parte dos problemas relatados. Portanto, é necessário dar destaque a importância e necessidade de investimento e valorização na produção habitacional, para que dessa forma as soluções apresentadas para a população possam corresponder às suas necessidades (Cardoso & Negrão, 2012). E a melhor forma de se valorizar conhecimentos antigos é através da memória, bem como, abrir espaço para a contingência e agência dos atores sociais envolvidos. Assim o conhecimento técnico poderá incorporá-los aos processos de criação da habitação nesses

espaços. E, portanto, garantir que essas novas construções não apaguem as sociabilidades entre os moradores e o seu entorno.

Para isso é necessário que a agenda nacional da política de habitação leve em consideração a posição dos futuros moradores dessas habitações, assim como as singularidades regionais, principalmente do meio rural. Fatores que devem fazer parte da formulação das políticas habitacionais, considerando as necessidades das populações que vivem em regiões como a da Amazônia, que inclui a dimensão da sustentabilidade socioambiental das populações tradicionais, alvo do crédito habitação, aqui em tela.

3.2. *A dimensão funcional*

Até aqui a habitação foi interpretada a partir da relação do ser humano com o espaço e dos símbolos que atribuímos a ele. Este espaço de que tratamos aqui não é o espaço das distâncias cósmicas, não é um espaço vazio e indiferente ao seu conteúdo ou dotado apenas de uma racionalidade modelar (Lefebvre, 2000). O ponto focal da nossa discussão sobre a dimensão funcional da habitação se refere aos modos de vida em uma Reserva Extrativista. Por outro lado, como dar sentido a um lugar novo? Inserir significados e simbolismos em uma nova habitação é um processo, e antes dele se iniciar passamos a incorporar no espaço nossos anseios estruturais. Camargo aponta que

ao passarmos a habitar uma nova casa – ainda um objeto comum para nós, por não termos agregado a ela nossos significados e valores pessoais –, começamos a incorporar à sua estrutura física nossas escolhas, em termos de funcionalidade, conforto, privacidade, estética, convenções espaciais, etc (Camargo, 2007, p. 73).

O modelo padrão de habitação com dois quartos, sala, cozinha e banheiro interno, construídos em 47 metros quadrados, é herdado de uma lógica de vida imposta nos centros urbanos. Esse padrão imposto pela lógica do capital tem por objetivo uma grande produção sob um custo pequeno. Nas grandes cidades esse modelo é destinado às classes mais baixas. Os conjuntos habitacionais cada vez mais apertados e afastados do centro são um exemplo disso. Contudo, o déficit habitacional no espaço rural que coloca a região norte com uma defasagem de mais de 30% (PEHIS, 2010) e o estado do Pará próximo a 40%, se acentua nas Regiões de Integração do Rio Caeté, onde se localiza a Reserva Caeté-Taperaçu, chegando a mais de 60% o déficit de moradias (ver Tabela 1), assim, esses modelos acabam sendo impostos às populações tradicionais, alvo do Crédito Habitacional. Essa questão tem sido fonte de ampliação das desigualdades sociais e ambientais, gerando conflitos na busca e distribuição

desses direitos através das políticas públicas. Contudo, a aquisição do espaço de moradia, agrega no desejo da casa própria as dimensões simbólicas e funcionais, conjugando as necessidades materiais e imateriais, econômicas e sociais, culturais e afetivas que somente são separadas pela lógica racionalista do mercado. Mas que no dia a dia estão conjugadas.

A mudança de localização da moradia de Ana ao conseguir as chaves de sua nova casa foi recebida com satisfação.

Melhorou bastante, porque a moradia ela não era assim, da gente se sentir bem na casa da gente. Não era uma moradia de “ah, eu moro num lugar”, até porque era beira de maré, né aí era mais difícil. Agora não, agora melhorou bastante (Ana, moradora mulher, 30 anos, Bragança, maio de 2018).

A forma de lidar com o espaço no meio rural, em especial em locais onde os moradores dependem do rio e do mar para sobreviver, se difere da lógica capitalista imposta a outros grupos sociais. Estariam os moradores desse território resistindo através de uma lógica própria de habitar? Para Brandão (2007), esses modos de se impor diante dos avanços uniformizantes do capital podem ser interpretados como diferentes alternativas de outras racionalidades.

A Imagem 1 mostra um pátio construído pela moradora Maria Joelma. São extensões que representam um dos vários tipos de alterações feitas na habitação, visto que o padrão imposto pela construtora responsável pelas obras, não foi capaz de atender às necessidades dos moradores. Em sua maioria, as casas necessitam de uma área aberta seja para exercerem suas atividades relacionadas à pesca e à catação de caranguejo, ou para as interações com a família e a vizinhança.

Maria Joelma se posta dentro do seu pátio, que em suas palavras “foi construído aos poucos”. Ela é mãe, tem 42 anos e trabalha como catadora de caranguejo, mora na Resex há 23 anos e vem fazendo alterações estruturais em sua habitação desde que esta lhe foi entregue. A casa está com a estrutura toda alterada, mais ampla e ventilada. A moradora utiliza o pátio para passar as tardes, que normalmente são muito quentes nessa região. O fundo da casa possui um quintal que cumpre o papel de uma segunda cozinha, onde ela realiza suas atividades cotidianas.

IMAGEM I. Habitação de moradora contemplada pela política do Crédito Habitação – II PNRA, no entorno da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança, Pará, 2019.



Fonte: Alves, 2019. Local: Bragança, junho/2019.

As falas das moradoras apontam a importância do espaço físico da casa em suas vidas, não só para as atividades domésticas, mas também para as atividades do trabalho. O que nos remete à ideia da dimensão funcional da moradia (Perdigão & Costa, 2012) ligada à questão do papel que o espaço físico possui na vida das pessoas para sua reprodução socioeconômica, bem como ao que este lugar tem a oferecer aos que foram contemplados pela política do Crédito Habitação, em termos de melhorias relacionadas ao acesso aos serviços urbanos. Esses são deficitários no município de Bragança, na região da Reserva Segundo dados do Plano de Saneamento Básico Integrado do Estado do Pará (2020a), o espaço rural do município apresenta déficits alarmantes para três componentes do serviço de saneamento básico: Abastecimento de Água (85,97 %), Esgotamento Sanitário (99%) e Resíduos Sólidos (81,63%). Mostrando que nem a face material da política habitacional vem sendo considerada em sua constituição, considerando-se a proposição do territorial que é a sua sustentabilidade social e ambiental.

A moradora Maria Joelma nos mostra como foi o processo de construção das casas.

Ela foi construída, aí, depois, aos poucos, nós fomos reformando, e até hoje nós estamos com ela aí pra terminar direito... melhorando aos poucos. Aí foi o tempo que eu casei, né e o meu marido é pedreiro, aí, aos poucos, a gente vai arrumando (Maria Joelma, moradora mulher, 42 anos, Bragança, junho de 2019).

A fala dessa moradora mostra a necessidade de um espaço maior nessas habitações, isto porque, a reforma e construção das habitações na Resex seguiram um único padrão, que não atende, por exemplo, muitas famílias que são compostas por até dez pessoas. Por este motivo, muitos dos que receberam o Crédito Habitação e tiveram condições, construíram extensões que eles denominam de “puxadinho”. Nesses espaços normalmente fica localizada a “nova cozinha”, onde ocorrem práticas que vão do convívio social até a realização de atividades voltadas para o trabalho, como a da catação¹¹ do caranguejo-uçá, espécie de crustáceo nativa nessa região.

Antes da reforma ou construção de suas casas, muitos moradores viviam em condições precárias. Mas, mesmo após a implementação do Crédito Habitação, muitos precisaram dar andamento na reforma ou ampliação de suas moradias, visto que o padrão de construção não atendia às necessidades das famílias, e o material utilizado fora de péssima qualidade. As moradoras Maria Joelma e Luzia apontam em suas falas alguns dos principais problemas nas primeiras casas construídas com o Crédito Habitação na Resex.

Eu sei que quando eles me entregaram, que o senhor abriu a porta dela pra ver o piso, era só buraco, parece que eles construíram o piso só com areia mesmo. Aí eu falei pra ele no dia que ele me entregou a chave, eu disse que não aceitava, aí ele disse “não, a gente vem trazer mais três sacos de cimento, não te preocupa, a gente vai mandar passar outra aguada”. Nunca passaram (Maria Joelma, moradora mulher, 42 anos, Bragança, junho de 2019).

Ela não veio rebocada, não veio pintada, essa parede aqui do meio não tinha, foi eu que mandei fazer essa parede, não era lajotada. Ela veio crua. Só jogaram esse chapisco aí na frente e nos lados todinho (Luzia, moradora mulher, 44 anos, Bragança, junho de 2019).

¹¹ A catação é realizada, normalmente, pelas mulheres. Consiste no ato de quebrar a carapaça do crustáceo para retirar a massa existente dentro dela. Esse procedimento é realizado após a lavagem e cozimento do caranguejo-uçá.

Mesmo quando a política pública é percebida como uma dádiva, os contemplados conseguiram perceber suas falhas. Este fator é importante para que críticas e demandas de melhorias sejam reivindicadas por essas populações, com o objetivo de alcançar condições para a reprodução da vida material, social e simbólica. Abrem-se condições para reivindicar o aperfeiçoamento das políticas, aliando-a a outras que complementem e favoreçam o cumprimento dos objetivos comuns da Reserva Extrativista, em conjunto com outras políticas públicas, inclusive ambientais, para a conservação da natureza e da reprodução sustentável da vida das mulheres e dos homens do mangue e do mar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a formulação de políticas públicas habitacionais, em sua maioria, sempre foi direcionada para o meio urbano, deixando de fora, por exemplo, populações tradicionais que vivem em locais afastados das cidades urbanas. Principalmente porque as populações que vivem nesses territórios, não se enquadram nas condições exigidas pelos programas e pelos bancos financiadores. Diante disso, percebemos que, embora haja leis que garantam o direito à moradia a todo cidadão, esse direito vem sendo negado, principalmente, aos que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O que poderia parecer ser uma contradição, na verdade atende a lógica do mercado que se sustenta na lógica do valor de troca das habitações e menos em seu valor de uso.

A precariedade das habitações nos lugares afastados dos centros urbanos reflete a desigualdade e a seletividade com que os governantes tratam as questões do acesso à moradia e a infraestrutura na área rural. E quando há investimento em algum tipo de política habitacional, não consultam a população que será contemplada, a fim de entender suas principais necessidades. Essa falta de estudo e atenção por parte dos que implementam as políticas habitacionais tem como resultado a inadequação dos projetos e a péssima qualidade dos materiais escolhidos para as construções, resultando em habitações com problemas estruturais, repassando-se para os moradores e moradoras o encargo de solucionar os problemas estruturais.

Apesar das políticas habitacionais, historicamente, serem marcadas pela seletividade, que beneficia sempre os que possuem maior poder aquisitivo, no meio rural os resultados negativos de uma má implementação tendem a ganhar uma maior proporção. Isto porque, essas populações encontram-se em situação de pobreza ou extrema pobreza. Sendo-lhes relegados serviços deficientes que são, por vezes, aceitos e entendidos como “benefícios”. O

não entendimento das políticas públicas enquanto um direito a todo cidadão, faz com que as pessoas alimentem, em demasia, um sentimento de gratidão. Como se as políticas públicas fossem uma espécie de favor, um benefício dado pelos governantes. Talvez a necessidade do amparo e abrigo se sobreponham aos anseios das subjetividades desses atores sociais.

Embora a política habitacional esteja na agenda governamental, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o bem-estar econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população, devendo-se considerar o próprio modelo liberal que influencia essas políticas e o contexto histórico que ora ampliam os direitos, ora reduzem o seu alcance. Levando-se em conta a correlação de forças sociais díspares quanto a posse dos capitais, alguns estudos e pesquisas nos dão pistas para que possamos pensar em possibilidades que priorizem a participação dos contemplados na criação e implementação das políticas habitacionais. Na Resex, apesar das falhas nessas duas questões citadas, reuniões sobre a partilha do Crédito Habitação foram realizadas pela ASSUREMACATA, a associação dos moradores da Reserva Caeté-Taperaçu. Essas reuniões tiveram como objetivo explicar as etapas de implementação da política até a construção das moradias. No entanto, muitos interesses, locais e extra-locais, atravessam e minam os acordos em prol dos direitos comuns.

Entendemos que, embora as políticas públicas não deem conta de enfrentar a raiz estrutural dos problemas históricos que causam a profunda desigualdade no Brasil, elas podem ser instrumentos capazes de amenizar alguns problemas que atingem as parcelas menos favorecidas da sociedade. Se por um lado, as habitações foram padronizadas, e não levaram em conta a quantidade de pessoas que iriam habitá-la e os espaços necessários para as atividades de trabalho; ou seja, deixam de fora as dimensões simbólicas das comunidades tradicionais, negando-lhes o direito ao seu território de identidade. Por outro lado, para os seus moradores, ela é vista como uma dádiva, entendida como presente, mas, é também tida como fruto de lutas e, portanto, uma conquista.

O Crédito Habitação proporcionou à uma parcela da população que vive na Resex a construção ou reforma de suas moradias, mas com o tempo, essas moradias foram modificadas pelos próprios moradores, isso porque o modelo proposto e adotado da casa não se enquadrava em questões do cotidiano das comunidades, relacionadas à vida material, social e simbólica dos mesmos. Por isto faz-se necessário identificar no papel do Estado o aliado no processo de produção e distribuição da moradia, bem como a inclusão da participação popular nesse processo. Faz-se necessário pensar a criação e implementação desse tipo de política pública a partir de uma construção coletiva fundamentada na multiplicidade de subjetividades para que os resultados esperados se-

jam os mais próximos possíveis daquilo que necessitam os futuros moradores dessas habitações. Vimos que no cotidiano dessas pessoas a casa, tal como o território ambiental, é um espaço social produzido e apropriado continuamente por esses sujeitos. E que, mesmo as políticas públicas tendo como base a separação do agir técnico e formal do agir simbólico, a casa, enquanto um objeto construído, contém os modos de fazer, de ser e pensar das populações tradicionais. Ela está em constante transformação atendendo a materialidade e a vida que a anima, sendo um espaço de aprendizado e de mudanças.

A subjetividade ganha destaque por ser aquilo que transforma e diferencia as coisas. É através dela que cada morador molda a sua habitação, inserindo seus gostos pessoais, suas projeções futuras e transformando o que não lhe servia em algo que atende às suas reais necessidades. Participar da construção de algo tão valioso materialmente e simbolicamente, é uma experiência que pode fortalecer o sentimento de pertencimento ao lugar.

Essa participação se justifica também, pela peculiaridade desse bem material, pelo peso simbólico que a habitação carrega consigo. Identificar as dimensões simbólicas e funcionais da casa, assim como, tentar entender o sentimento de pertença, pode direcionar a um novo olhar para as políticas públicas habitacionais. Essas, que são tratadas, muitas vezes, apenas como uma questão de déficit habitacional, uma questão quantitativa. Nesse sentido, as políticas públicas são um importante instrumento de melhoria de vida para os mais necessitados. No caso da Resex em estudo, vimos que a política do Crédito Habitação, também fortaleceu o sentimento de pertença ao território. Isso porque esse sentimento pôde se materializar em algo concreto, transformando a “casa verde” na “minha casa”, uma conquista que “Representa tudo” (Moradora, proprietária, 37 anos, Bragança, junho de 2019).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDALA, G., SARAIVA, N., & WESLEY, F. (2012). *Plano de manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu -Volume I/II - diagnóstico da Unidade de Conservação*. Brasília: ICMBIO.
- ACSELRAD, H. (2014). Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. *Sociologias*, ano 16, nº 35, 84-105.
- ALVES, D. M. (2019). *Moradia e pertencimento: a Casa Verde na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, Bragança-PA*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará PA, Brasil.
- ASSUREMACATA (2005). Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu - Estatuto da associação, art. 1.
- BACHELARD, G. (1993). *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes.

- BRANDÃO, C. R. (2007). Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. *RURIS - Centro De Estudos Rurais*, 1(1).
- BONDUKI, N. G. (1994). Origens da Habitação Social no Brasil. *Análise Social*, XXIX(127), 711-732.
- BRASIL. (2000). *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*, Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, Brasília, DF, Brasil.
- BUONFIGLIO, L. V. (2018). Habitação de Interesse Social. *Mercator*, 17.
- CAMARGO, E. N. de. (2007). *Casa, doce lar: o habitar doméstico percebido e vivenciado*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- CARDOSO, A. C. D., & NEGRÃO, M. R. G. (2002). O que custa uma moradia (in)sustentável? In J. SANTANA, A. HOLANDA, & A. MOURA (Org.). *A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia*. Belém: Edufpa.
- ELALI, G. A., & MEDEIROS, S. T. F. (2017). Apego ao Lugar (Vínculo ao lugar – *Place-Attachment*). In S. CAVALCANTE, & G. A. ELALI (Org). *Temas Básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis: Vozes.
- ESCOBAR, A. (2005). O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Editora CLACSO.
- FELIPPE, M. L. (2010). Casa: uma poética da terceira pele. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 299-308.
- FERNANDES, W. (2018). Mapa de localização das comunidades da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, com destaque para as comunidades do Treme e Castelo.
- FLEURY, L., ALMEIDA, J., & PREMEBIDA, A. (2014). O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. *Sociologias*, ano 16, nº 35, 34-82.
- FRANCO, R. F. C., & STRALEN, J. V. (2012). O espaço de habitação e sua importância para a produção de subjetividade. *Psicologia em Revista*, 18(3), 402-419.
- GAIA & ARAUJO. (2012). Indígenas, quilombolas e ribeirinhos: processos iniciais de superação da invisibilização histórica na política habitacional do estado do Pará. In J. V. Santana, A. C. G. Holnada, & A. Moura (Orgs.). *A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia*. Belém: Edufpa.
- GONÇALVES, T. (2014). Habitar: casa como contingência da condição humana. *Revista Invi*, 29(80), 83-108.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA (2003). II Plano Nacional de Reforma Agrária – Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. Brasília, Brasil.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2010). *Estimativa populacional da cidade de Bragança em 2019*. Recuperado em 21 de maio de 2020, de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/braganca/panorama>.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. (2021). *Vulnerabilidade Social do Município de Bragança/PA*. Recuperado em 21 de maio de 2021, de <http://www.atlas-brasil.org.br/perfil/municipio/150170>
- KASANOSKI, D. S. (2016). *Bolsa Verde: benefício social e incentivo à conservação ambiental: o papel do Programa Bolsa Verde como instrumento de conserva-*

- ção ambiental*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- LEFEBVRE, H. (2006). *A produção do espaço* (4^a ed., D. B. Pereira & S. Martins, Trad.) Paris: Éditions Anthropos.
- LITTLE, P. E. (2018). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico*, 28(1), 251-290.
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - *ICMBIO*. (2021). Uso sustentável em UCs - Região do Salgado Paraense.
- MONTEIRO, A. R. (2017). *A questão da habitação no Brasil*. Mercator, 16.
- MOREIRA, C. C. S. (2017). *Entre a conservação ambiental e a transferência de renda: o Programa Bolsa Verde em uma Resex Marinha na Amazônia*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.
- NORBERG-SCHULZ, C. (2006). O fenômeno do lugar. In K. Nenbitt. *Uma nova agenda para a arquitetura*. São Paulo: Cosac Nayfi.
- PERDIGÃO, A. V., & COSTA, M. G. (2012). Interpretações sobre a casa para produção de moradia. In J. V. Santana, A. C. G. Holanda, & A. Moura. (Org.). *A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia*. Belém: Edufpa.
- ESTADO DO PARÁ (2020). Plano de Saneamento Básico Integrado do Estado do Pará. Secretaria de Obras Públicas, vol. 1. Recuperado em 2 de maio de 2021, de <https://www.seop.pa.gov.br/plano-de-saneamento-b%C3%AAsico-o>.
- RIBEIRO, T. G. (2016). Limites e desafios da participação em processos decisórios numa Unidade de Conservação. In N. Esterici, M. J. da S. Teisserenc, & H. A. de Sant'Ana Junior (Orgs.). *Territórios, mobilizações e conservação socioambiental*. São Luiz: Edufma.
- RIBEIRO, T. G., & Sousa, V. P. (2018). *Cidadania, renda e conservação: percepções sobre uma política socioambiental na Amazônia*. *Nova Revista Amazônica*, VI, Número Especial.
- RODRIGUES, L. P. D., & MOREIRA, V. S. (2016). Habitação e políticas públicas: o que se tem pesquisado a respeito? *Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, 8(2), 167-180.
- ROLNIK, R. (1985). Lar, doce lar (a história de uma fórmula arquitetônica). *AU - Arquitetura e Urbanismo*, 1(3).
- SANTANA, J. V., HOLANDA, A. C. G., & MOURA, A. (Org.). (2012). *A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia*. Belém: Edufpa.
- SANTOS, L. B. dos. (2009). Trilhas da política ambiental: conflitos, agendas e criação de Unidades de Conservação. *Ambiente & Sociedade*, XII(1), 133-150.
- SANTOS, M. (2006). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (4^a ed.). São Paulo: Edusp.
- SANTOS, M., & SILVEIRA, M. L. (2001). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI* (9^a ed.). Rio de Janeiro: Record.
- SCHMINK, M., & Wood, C. H. (2012). *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Belém: Edufpa.
- SILVA JUNIOR, S. R. (2014). Conservação dos recursos naturais, práticas participativas e institucionalização: Reserva Extrativista de Caeté-Taperaçu/Amazônia Brasileira. *Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, XVIII(477).

- SILVA, T. I. (2018). *Conflitos sociais e partilha de políticas públicas: a atuação da Associação dos Usuários da Resex Caeté-Taperaçu - Bragança-PA*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.
- SIMONIAN, L. (2018). *Políticas públicas e participação social nas Reservas Extrativistas amazônicas: entre avanços, limitações e possibilidades*. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 48, 118-139.
- SOARES, L. T. R. (2010). Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas: retrocessos, recorrências e avanços. *Revista de políticas públicas*, 14, Número Especial, 15-24.
- SOUSA, V. (2017). *Identificação de políticas públicas e sociais destinadas aos usuários e moradores da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu*. Relatório Técnico Científico do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, PA, Brasil.
- SOUZA, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 8(16), 20-45.
- VALLADARES, L. do P., & FIGUEIREDO, A. (1981). Habitação no Brasil: uma introdução à literatura recente. Resenha Bibliográfica. *Revista brasileira de informação bibliográfica em Ciências Sociais Bib*, nº 11, 25-49.

O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO
DE ALTA FLORESTA NA AMAZÔNIA
MATO-GROSSENSE E SUAS RESSONÂNCIAS
NO TEMPO PRESENTE

*El proceso de colonización del municipio
de Alta Floresta en la Amazonia mato-grossense
y sus resonancias en el tiempo actual*

The colonization process of the city of Alta Floresta
in the Mato Grosso Amazon and its resonances
in the present time

RONALDO ADRIANO FREITAS LIMA

Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT, Brasil)

MARIA THEREZA DE OLIVEIRA AZEVEDO

Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT, Brasil)

RESUMO

O artigo discute como se deu o processo de ocupação da Amazônia mato-grossense, tendo como objeto de análise o município de Alta Floresta, fundado em 1976, através de um projeto privado de “colonização”. Questiona os termos colono e colonizador, amplamente usados no município e busca mostrar, a partir do conceito de colonialidade, como durante o processo histórico local, com suas peculiaridades

estratégicas para atração de pessoas, enaltecidas como pioneiras, desbravadoras, para a região, houve uma positivação da chamada “colonização”, a partir da figura do “colonizador” que, neste caso, é proprietário da empresa dona das terras, o que levou a solidificação de uma lógica de relações coloniais ressonantes nos dias atuais em função da presença dos elementos constituintes da matriz colonial do poder.

Palavras-chave: Amazônia mato-grossense; Alta Floresta; ocupação; colonização; decolonialidade.

RESUMEN

El artículo analiza cómo se llevó a cabo el proceso de ocupación de la Amazonia mato-grossense (estado de Mato Grosso, Brasil) teniendo como objeto de análisis el municipio de Alta Floresta, fundado en 1976, a través de un proyecto privado de “colonización”. Cuestiona los términos “colono” y “colonizador” ampliamente utilizados en la ciudad y busca mostrar, a partir del concepto de colonialidad, cómo durante el proceso histórico local, con sus peculiaridades estratégicas para atraer personas, enaltecidas como pioneras, hubo una positivización de la llamada “colonización” basada en la figura del colonizador, quien, en este caso, es propietario de la empresa dueña de la tierra, lo que llevó a la solidificación de una lógica de relaciones coloniales que aún resuenan en la actualidad debido a la presencia de los elementos constitutivos de la matriz colonial del poder.

Palabras clave: Amazonia mato-grossense; Alta Floresta; ocupación; colonización; decolonialidad.

ABSTRACT

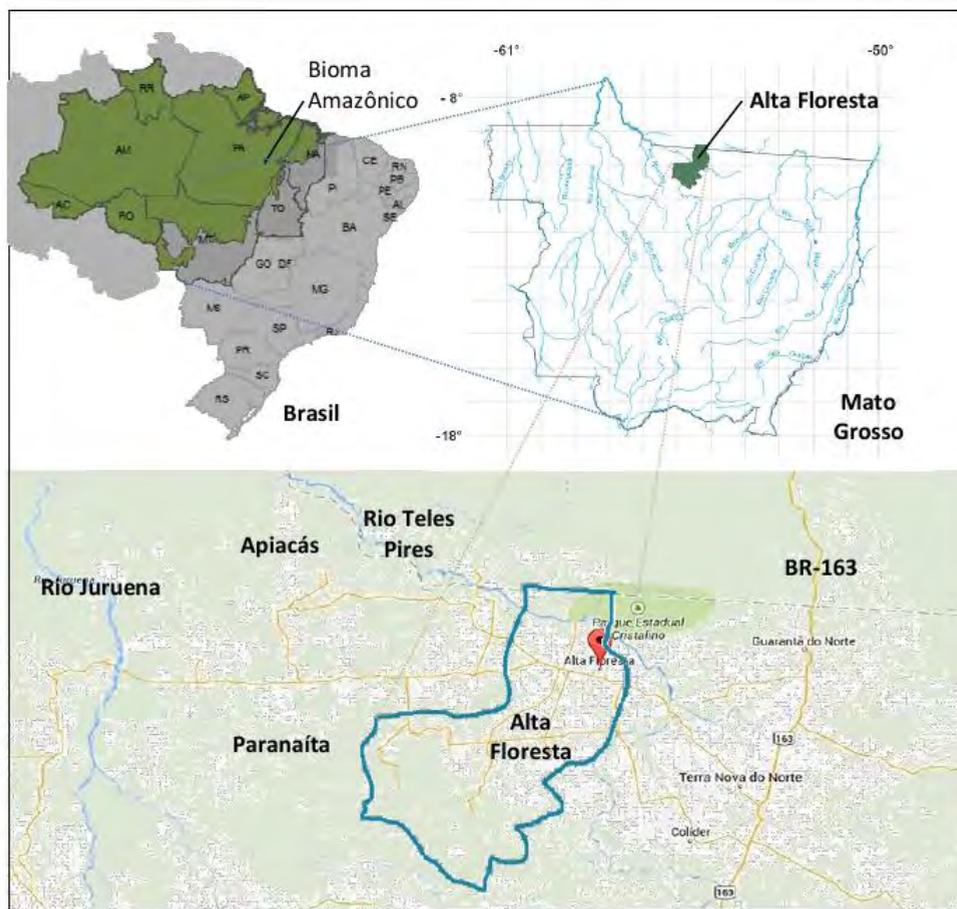
This article discusses how the process of occupation of the state of Mato Grosso was carried out, having as its object of analysis the municipality of Alta Floresta, founded in 1976, through a private project of “colonization”. It questions the terms colonist and colonizer, widely used in the city, and seeks to show from the concept of coloniality as during the local historical process – with its strategic peculiarities to attract people, praised as pioneers in the region – that there was a positivization of the so-called “colonization” based on the figure of the colonizer, who, in this case, owns the company that owns the land, which led to the solidification of a logic of colonial relations that resonates today, due to the presence of the constituent elements of the colonial matrix of power.

Keywords: Mato Grosso Amazon; Alta Floresta; occupation; colonization; decoloniality.

I. INTRODUÇÃO

NO BRASIL, a Amazônia tem sido ocupada por não-índios há várias décadas por meio de políticas adotadas pelo próprio Estado brasileiro. As mais recentes investidas de ocupação do solo amazônico foram capitaneadas pelos governos militares (1964-1985), sob o lema “integrar para não entregar”, cujo ápice foi na década de 1970. No Estado de Mato Grosso, muitas foram as transformações em decorrência destas ocupações. Um intenso fluxo migratório, com rápidas e drásticas alterações na paisagem natural, ocorreu nos últimos 40 anos em sua porção norte, região que tem por característica ser uma grande área de transição do bioma cerrado para o amazônico, por isso conhecida como Amazônia mato-grossense (Figura 1).

FIGURA 1. Localização de Alta Floresta em relação ao bioma amazônico e o Brasil.

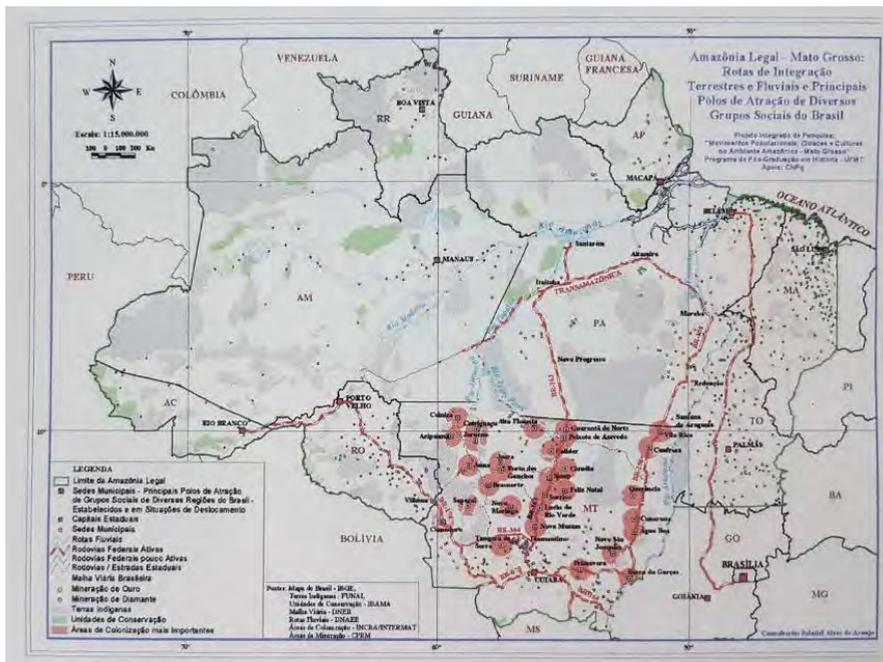


Fonte: Weihs (2015, p. 59).

Esse processo de avanço na fronteira sul da Amazônia, a partir de Mato Grosso, foi estimulado por um ideário desenvolvimentista que, por sua vez, se sustentou num discurso nacionalista dos militares. Levou à destinação de enormes extensões de terras para execução de projetos que deram origem a dezenas de novos municípios a partir de investimentos públicos e privados, tendo havido atuações de empresas, cooperativas e órgãos governamentais, alguns de forma mista, com associações entre o setor público e privado.

Dentre os vários municípios da Amazônia mato-grossense⁴ está Alta Floresta, localizado na divisa com o estado do Pará (Mapa 1). Município fundado pela empresa INDECO S/A (Integração, Desenvolvimento e Colonização). Ariosto da Riva, proprietário da INDECO, ganhou, em 1972, uma concorrência pública do Mato Grosso e adquiriu 400 mil hectares de terras. Como exigência do estado, era preciso executar na área “um projeto de colonização completo” e, em 1976, os primeiros 1.200 colonos se instalaram onde surgiu o núcleo urbano de Alta Floresta (Schaefer, 1985, pp. 77-78) (Figura 2).

MAPA 1. Localização de vários projetos de “colonização” implantados no Estado do Mato Grosso.



Fonte: Joanoni Neto (2007, p. 242).

⁴ Mais de 500.000 km² da Amazônia estão em território mato-grossense, com áreas de densa floresta formada por espécies de grande porte

FIGURA 2. Montagem com fotografias do início da ocupação de Alta Floresta/MT. (acima) Mateiros em 1975 e (abaixo) vista aérea do perímetro urbano de Alta Floresta no final da década de 1970.



Fonte: Lima (2020, p. 59).

Diante disso, pergunta-se como se deu essa valoração da colonização em Alta Floresta se efetivamente não temos as clássicas figuras do colonizador, colono e colonizado. Como uma positivação da colonização reafirmada e consolidada no município desde a sua fundação, levou a uma lógica de relações colonializadas que tem ressonância atualmente e afetam instituições, grupos culturais, dentre outras instâncias sociais?

Dentre os grupos culturais está o Teatro Experimental de Alta Floresta (TEAF), fundado em 1988, que motivou a pesquisa resultante na dissertação “O lugar e a cena: a territorialidade na poética do Teatro Experimental de Alta Floresta”⁵. Na pesquisa, acreditou-se que, o ideário sob o qual o TEAF desenvolveu suas poéticas e as incisivas afetações do território, o levou a buscar compreender seu teatro a partir dos processos de montagens, que se dedicaram a discutir (ou abordar) a dinâmica de ocupação da Amazônia mato-grossense e as implicações de suas etapas (ou ciclos), na vida das pessoas. O olhar e as respostas, no campo artístico teatral, às afetações do território que aparecem nas poéticas do TEAF,

⁵ Pesquisa desenvolvida no PPG ECCO da UFMT a nível de mestrado, orientada pela Prof.^a Dr.^a Maria Thereza O. Azevedo.

poderiam ser fatores essenciais para novos estágios em sua caminhada. Isto porque a intrínseca relação com o município tem origem já no nascimento do TEAF, quando o município possuía apenas doze anos de fundação (1976) e nove de emancipação (1979). Portanto, surge no momento em que quase tudo estava sendo criado no município e na região, e o fato de ser a primeira instituição artístico-cultural, formalmente criada no município, o leva a ser protagonista e referência para o setor cultural local. Setor que se desenvolve, naturalmente, sob as afetações das dinâmicas socioeconômica, socioambiental e sociocultural, da atribulada ocupação por não índios da Amazônia mato-grossense. Ocupação que se dá concomitantemente à formação de Alta Floresta e outros municípios da região norte de Mato Grosso. Dessa perspectiva, notou-se contaminações do cenário, no qual foram desenvolvidas as poéticas amalgamadoras dos acontecimentos teatrais, proporcionados pelo TEAF, que são responsáveis por lhe conferir determinadas marcas e características obtidas ao longo do tempo.

Para este artigo, ocorreram observações dos processos de montagem de três espetáculos do Teatro Experimental de Alta Floresta, por meio do acesso a diferentes documentos teatrais (registros fotográficos, croquis, vídeos, etc.), administrativos e memórias pessoais, visto que o pesquisador atuou como ator nas montagens e é integrante do grupo teatral, que abordou em suas produções aspectos da ocupação regional, economia, relações socioambiental. Dessa maneira, o estudo da territorialidade na poética do Teatro Experimental de Alta Floresta conduziu a pesquisas bibliográficas no campo dos estudos decoloniais que estimularam e culminaram em reflexões sobre o processo de ocupação da Amazônia mato-grossense e os fatores que levaram à construção e à presença de uma lógica colonial, a partir de dados contidos em pesquisas sobre as ocupações da Amazônia mato-grossense, com ênfase para Alta Floresta.

Diante disso, nos propomos traçar um panorama dos processos de ocupação territorial e, paralelamente, observar a questão na perspectiva decolonial, tendo como base o conceito de matriz colonial do poder. Portanto, tomaremos como base alguns estudos no campo da História e os estudos decoloniais para nossa discussão.

2. EM BUSCA DO PARAÍSO: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E A PERSPECTIVA DECOLONIAL

O processo de ocupação das terras mato-grossenses, sobretudo da porção Norte do Estado, já coberta pelo bioma amazônico, se dá a partir das décadas de 1970 e 1980, períodos em que houve a criação da maioria dos municípios da região. Segundo Joanoni Neto (2007, p. 23), antes da divisão do antigo estado do Mato Grosso e formação dos atuais estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em 1977, apenas a região do território do atual Mato Grosso continha em torno de 38 municípios. Hoje, o Mato Grosso possui 141 muni-

cípios, muitos deles localizados ao norte do estado sob um ideário militar de ocupação territorial para integrar a Amazônia ao resto do país e não a entregar a forças estrangeiras. Malheiro (2020), ao discutir o colonialismo interno e os grandes projetos na Amazônia, assim sintetiza o longo processo de “integração” brasileira, onde a Amazônia, inclusive sua porção situada em território mato-grossense, ocupa lugar de destaque.

A Amazônia, ou as Amazônias, para o Estado brasileiro, historicamente esteve/estiveram fora do Brasil. Tal afirmação encara que os discursos que inventaram o Brasil são práticas espaciais que carregam imaginários coloniais, sendo o espaço, nesse caso a região, também um produto de versões da história. As políticas nacionais para a Amazônia transformam esquemas de percepção em práticas espaciais ao pretenderem tornar o lugar distante uma região mais próxima da nação. Essa inclusão pela exclusão alisou ranhuradas, reduziu milhares de nações a uma só, desumanizou vidas, transformando qualidades diferenciais em diferenças abissais e diversidade em vazio (Malheiro, 2020, p. 75).

De alguma maneira, essa ideia de uma Amazônia não integrada ao país dá sustentação a uma lógica colonial empregada nos processos de ocupação da Amazônia ou das Amazônias, como Malheiro (2020) prefere dizer e, perseguindo essa invenção de um Brasil sustentado por discursos e práticas coloniais, vamos notá-los também em Alta Floresta, onde centramos nossa discussão. Regina Beatriz Guimarães Neto (2002), em *A Lenda do Ouro Verde*, discute o processo de formação de Alta Floresta e inicia com a expressão “terra fantástica da Amazônia”, onde segundo a autora é revelada a mesma “lógica estruturante das diversas formas de colonização da história do Brasil” (Guimarães Neto, 2002, p. 19). Observa como utilizaram “visões míticas” como a possibilidade de sair de onde a vida não era fácil e ir em direção a um “paraíso”, em busca de uma “lenda do ouro verde” onde não havia problemas como as geadas ocorridas no Paraná naquele período e que não prejudicaria os plantios de café nas terras “ricas” e férteis da Amazônia.

Para sustentar a ocupação, denominações como “colonos” e “colonizadores” foram formas de enaltecimento dos pioneiros desbravadores da floresta. Contudo, com base em dados sobre as terras destinadas à colonização em Alta Floresta, Guimarães Neto (2002, p. 129) constata que “os objetivos de colonização nada mais eram que o *pano de fundo* para a implantação de um grande empreendimento econômico e, a partir do controle das terras e do controle do mercado de trabalho, um projeto político de dominação social” (grifos da autoria). Já o historiador Vitale Joanoni Neto (2007), em *Fronteiras da crença: ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970*, observa a ocupação dos territórios de vários municípios na região, concordando com Guimarães Neto (2002).

Joanoni Neto (2007) relata o que ocorreu com os projetos de colonização no Norte de Mato Grosso após 1970.

O que ocorreu foi uma grande operação para comercialização de terras, adquiridas em condições muito favoráveis por grandes empresas privadas, ou repassadas a companhias estatais que agiam seguindo os modelos bem-sucedidos daquelas primeiras e repassadas aos camponeses em lotes que podiam variar de 10 a 10 mil hectares, com preço e condições de pagamento atraentes. Os baixos preços das terras ocultaram a falta de infraestrutura e o verdadeiro caráter dos projetos. Essa operação à qual se atribuía o mérito de fixar o homem a terra, de integração nacional, de ocupação de espaços vazios; que a propaganda se encarregou de consolidar como o equivalente a uma reforma agrária, serviu para desviar as atenções e aliviar as tensões (econômica, sociais e políticas), nas áreas que estiveram sob sua influência, além de auferir polpidos lucros a um pequeno grupo de empresários reconhecidos, hoje, em todo o Norte do Estado de Mato Grosso, como ‘Bandeirantes Modernos’, ‘Desbravadores’, ou ‘Pioneiros’ (Joanoni Neto, 2007, p. 81).

Na perspectiva da decolonialidade, tomaremos como base, autores que tratam dos conceitos de colonialidade do poder, partindo da tríade modernidade/colonialidade/decolonialidade explicadas da seguinte forma por Grosfoguel e Mignolo:

La tríada de conceptos remite a un proceso histórico de características muy definidas, que se consolida a partir de finales del siglo xv con la expulsión de Moros y Judíos de la Península Ibérica y la invención de América a lo largo de los siglos xvi y xvii. (...) Los dos primeros conceptos de la tríada (modernidad/colonialidad) con-forman el patrón o la matriz colonial de poder, que introdujo y desarrolló Aníbal Quijano. El tercero remite a la variedad de respuestas que se han dado a través de los siglos y en distintos continentes, al proceso de formación y consolidación de ‘Occidente’ (una formación epistémica que surgió al norte del Mediterráneo y se consolidó en el Atlántico) y su expansión alrededor del globo (2008, pp. 29-31).

Concentrando nosso foco nos dois primeiros conceitos, Tonial, Maheirie e Garcia Jr. (2017), ao discutirem a resistência à colonialidade fazem distinção entre colonialismo e colonialidade e nos ajudam a ter maior clareza sobre este último.

O colonialismo significa a chegada de um povo, com uma identidade X (os colonizadores/as), a um território de outro povo, com uma identidade Y (os/as colonizados/as) e, pela força política e/ou militar, subjuga essa população para garantir a exploração das riquezas e do trabalho da colônia (...). Por outro lado, a colonialidade é entendida como uma dimensão simbólica

do colonialismo que mantém as relações de poder que se desprenderam da prática e dos discursos sustentados pelos colonizadores para manter a exploração dos povos colonizados (Tonial, Maheirie e Garcia Jr., 2017, p. 19).

A ideia da “colonização do norte de Mato Grosso” traz em si mesma a lógica, ou padrão colonial. E isso tem relações diretas com o ideário que sustentou todo o movimento de estímulo à ocupação dos “espaços vazios” com a “nova colonização” na Amazônia mato-grossense nos anos 1970. Em geral, as empresas que adquiriram as terras passaram a ser conhecidas como colonizadoras. Por sua vez, seus proprietários passaram a ser conhecidos também como “colonizadores” e tornaram-se pessoas com grande influência e capacidade de controle das dinâmicas locais, dado a evidente ocupação de espaços de poder naturalmente conferidos às empresas, que também eram as interlocutoras com as instâncias governamentais.

Existem vestígios da presença, tanto de indígenas quanto de não-indígenas, em vários pontos da Amazônia mato-grossense, porém, segundo Joanoni Neto (2007, p. 82), estes foram “expulsos ou deslocados pela própria implantação do projeto”. No caso específico de Alta Floresta, nega-se, ainda hoje, que existiram comunidades indígenas na área. Com essas práticas negacionistas, a ideia de uma Amazônia “como área vazia”, recorrente à época, imagem criada em função da pequena densidade demográfica de então, foi consolidada quando os primeiros colonos chegaram e não encontraram a presença física de seus antecessores. Por sua vez, os migrantes pioneiros, tratados como colonos acabaram por não ter relações diretas com os “colonizados”, aqueles que já estariam instalados nas áreas dos projetos de municípios, inclusive em Alta Floresta, uma vez que o acesso à área foi controlado e organizado por etapas.

O processo de ocupação foi dividido em três etapas, sendo inicialmente construída uma estrada até o local das instalações do escritório da empresa e da cidade. Na segunda etapa foi realizada a tomada de posse da terra que consistiu na expulsão dos índios e posseiros e na abertura da mata, derrubando a floresta para ali construir as instalações necessárias à administração, serviços da empresa e demarcação dos lotes de terra a serem comercializados. No terceiro momento ocorreu a escolha do perfil de quem deveria participar do processo de colonização, ao mesmo tempo em que era estruturada a propaganda destinada a essa clientela específica. Após a escolha dos futuros compradores das terras, os colonos do norte do Paraná, a propaganda foi amplamente divulgada por meio de slides com fotos descritivas da região (Rosa, Perin, & Rosa, 2003, pp. 74-75).

Com a estrada construída, em 1976 foram chegando os primeiros migrantes do sul do país, os que tinham adquirido as terras, como confirmam Rosa, Perin e Rosa.

No ano de 1976 com a finalização da construção da estrada chegaram os primeiros colonos que encontravam na pequena vila, o barracão da INDECO com instalações administrativas e alojamentos, um posto médico, uma mercearia e a construção da escola, de igreja e do hospital em estágios bem avançados (2003, pp. 74-75).

Há no senso comum, uma crença de que não houve projeto de comercialização de terras na região. Mas a notória presença de vários elementos das práticas das colonizações, como aponta Guimarães Neto (2022), parece contrapor tal afirmação. Para além deste aspecto, esta aparente dubiedade nos leva a perguntar o porquê do recorrente orgulho de ser colônia em Alta Floresta. Uma resposta é a confirmação de que o caso de Alta Floresta é um claro exemplo de colonialidade, ou seja, há uma forte presença da colonialidade nas dinâmicas culturais, sociais e econômicas do município. Logradouros e patrimônios públicos como escolas, centros de cultura, auditórios e outros recebem o nome de familiares ou do próprio “colonizador”, ou seja, do dono da empresa que vendeu as terras; o aniversário do município é tratado como mais importante que outras efemérides e a não realização do desfile cívico é motivo de muitas críticas ao poder público; o Dia do Pioneiro é comemorado na data do aniversário de nascimento do “colonizador”; e dois monumentos alusivos a ele estão colocados em espaços públicos: um busto de Ariosto da Riva, na Praça Cívica (no centro da cidade) e uma estátua em bronze inaugurada em 2015, instalada na frente da empresa INDECO (Imagem 1).

IMAGEM 1. Estátua do “colonizador” inaugurada em 2015. Alta Floresta/MT.



Fonte: Foto de Ronaldo Adriano, arquivo pessoal.

Uma cerimônia simples, mas que reuniu um grande número de pessoas em frente à sede da Colonizadora INDECO na manhã de quinta-feira, 25.

O momento era dos pioneiros que, inclusive, tem uma Lei Municipal instituída em 2007, de autoria da vereadora Elisa Gomes, que fixa a data de 25 de novembro como “O DIA DO PIONEIRO” em homenagem àqueles que aqui chegaram entre 1976 até o ano de 1986.

Mas a cerimônia tinha também outro (e talvez o maior) fato a ser comemorado: o centenário de nascimento do colonizador Ariosto Da Riva, o homem que idealizou, desbravou e construiu Alta Floresta e, por isso, sua família capitaneada pelo seu filho Vicente Da Riva prestaram-lhe uma linda homenagem imortalizando-o com uma estátua *[sic]* confeccionada em bronze e fixada na calçada da empresa (Lima, 2020, p. 62).

Tudo isso se origina da construção de uma imagem mítica e heroica do “colonizador”, presente no discurso da própria empresa, que foi sendo reproduzida em outras instâncias locais de modo a sustentar o poder de controlar o processo de ocupação das terras. Em Alta Floresta a figura do “colonizador” foi adotada pelos migrantes como um bem absoluto. Assim como a figura do pioneiro obediente aos ideários do “pai do município”, o “homem que fez o município”, como é, repetidas vezes, colocado em uma revista especial comemorativa dos 7 anos de Alta Floresta (Pereira, Gaspar, & Severino, 1983) e podemos observar também no ato de inauguração da estátua de Ariosto. Na página eletrônica da INDECO, em um texto intitulado “Saga do Colonizador”, Ariosto é apresentado como “o último dos bandeirantes” que aprendera com um empresário que teria sido, segundo o texto, o “principal responsável por toda a colonização do Paraná”, sua profissão definitiva, a de “colonizador” (Lima, 2020, p. 63). A sessão “projetos de colonização” do site narra as primeiras incursões, inevitavelmente remetendo ao ideário das bandeiras no período colonial brasileiro.

Paralelamente à construção mítica do colonizador, outros elementos vão sendo reproduzidos e/ou apropriados para selar uma aliança entre os colonos (migrantes) fazendo com que estes se reconheçam desbravadores também heroicos, corresponsáveis pelo progresso da região com a exploração dos recursos naturais e superiores a outros personagens que vão sendo colocados à margem, mas, sem os quais, algumas práticas locais de controle de espaços de poder não seriam possíveis. Destacaremos três destes elementos que, cremos, nos ajudam a observar a presença da colonialidade com fortes manifestações do que podemos chamar de “cultura colonial”, levando até a uma determinada aceitação da afirmativa de serem projetos de colonização os responsáveis pelo surgimento dos municípios da região.

Primeiro é a ideia desenvolvimentista por meio da exploração das riquezas naturais, coisa que apenas poderia ser feita por indivíduos qualificados, carac-

terísticas inexistentes entre aqueles que já viviam na região. Segundo Joanoni Neto (2007, p. 14), a ocupação do Mato Grosso por não-índios vem desde o séc. XVIII e é motivada, desde então, pela procura de ouro. Esse mesmo autor cita Joaquim Ferreira Moutinho em carta endereçada ao governo Imperial em 1869, na qual expressa sua preocupação em ocupar e explorar as riquezas do estado, recomendando que, se

o governo do paiz não der um remédio ao desanimo do povo d'essa província, acreditamos que, breve talvez, ella seja reduzida a um estado lastimável. O único meio de que póde servir-se o governo brasileiro para salvá-la, é abrir mão das suas riquezas às companhias estrangeiras, principalmente às inglezas (...). Se os estrangeiros (...) não vierem arrancar do abandono esses thesouros quase fabulosos, ficarão para sempre sepultados no esquecimento (...) e a província de Mato-Grosso representará sempre um papel bem differente d'aquelle a que foi fadada pela beneficência da natureza [*sic*] (Moutinho, 1869, *apud* Joanoni Neto, 2007, p. 20).

O outro, no caso o povo da província, era subjugado, guardando total coerência com o discurso do colonizador desde o chamado “descobrimento”. A visão do “colonizador” está mais do que arraigada na população e acreditamos ser possível afirmar sua vitalidade na “nova colonização” aplicada na Amazônia mato-grossense como estratégia, mesmo que inconsciente por parte do dono da empresa, para garantir o sucesso do empreendimento imobiliário.

Para o migrante se reconhecer como essencial para o progresso do país e ainda poder melhorar sua vida era oportunidade imperdível. E aqui chegamos em outro ponto importante para Alta Floresta: a crise do café no Paraná. As sucessivas geadas ocorridas no norte do Paraná nas décadas de 1960 e 1970, responsáveis por erradicar a cafeicultura paranaense, certamente colaboraram. As geadas e suas consequências são fartamente documentadas, a última delas, em 18 de julho de 1975, foi denominada de Geada Negra.

Os cafeicultores estavam de luto, mas os órfãos, a história mostra isso, eram a população do Norte, em especial os colonos, os pequenos proprietários, os comerciantes, as cidades, todos aqueles que se relacionavam direta ou indiretamente com a cafeicultura. (...) Para aqueles que já eram proprietários, optaram em vender o que possuíam e comprar novas terras em regiões livres do frio, assim hordas de paranaenses rumaram a Mato Grosso, Rondônia e Acre. Rapidamente Rondônia virou um Estado. Mato Grosso virou dois (...). Dizem que foi o maior fluxo migratório em tempos de paz, o êxodo rural norte-paranaense retirou do Estado quase 2,5 milhões de pessoas na década de setenta e 1,6 milhão na década de 1980, segundo dados do IBGE (Bondarik, 2018).

O autor sugere que a migração do Paraná teria feito o Mato Grosso “virar dois”, quando sabemos que a divisão ocorrida em 1977 foi motivada por vários fatores políticos, econômicos e históricos, mas não podemos negar o impacto das geadas, uma vez que também foi fator indutor das migrações e é citado em vários estudos (Guimarães Neto, 2002; Joaroni Neto, 2007; Schaefer, 1985). A crise explica parcialmente, pois é preciso considerar a existência de outros fatores, na prevalência de sulistas na Amazônia mato-grossense, no caso de Alta Floresta, os migrantes oriundos do Paraná se destacam. Mas a crise certamente levou a venda de pequenas propriedades no Paraná e tornou-se um importante argumento para as empresas “colonizadoras” atraírem compradores para suas terras. Inclusive, Vicente da Riva, filho de Ariosto da Riva, comenta o fato ao enaltecer a atuação da empresa do pai, como pode ser visto no vídeo documentário Olhar Pioneiro - Alta Floresta (Albino, 2018).

A troca de pequenas propriedades no Sul por áreas maiores na Amazônia promoveram a mudança de *status* social desses proprietários que os colocaram em distinção na nova terra. Schaefer (1985) aponta esta questão falando do surgimento de falsos novos-ricos,

frações de classes que são beneficiadas com a migração, sobretudo para o norte de Mato Grosso, com pequenos proprietários do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, que se deslocam para as novas fronteiras agrícolas, num processo de descampenização, pois saem de uma pequena propriedade familiar, que dificilmente ultrapassa os 50 hectares, tornando-se proprietários médios com acesso a áreas até superiores a 500 hectares, passando a contratar terceiros para o trabalho nestas propriedades. São estes agricultores que muitas vezes, numa atitude de pseudonovos ricos, passam a explorar empregados, volantes, da mesma forma como eles próprios eram explorados no passado nas suas pequenas propriedades (Schaefer, 1985, p. 136).

3. O MITO E O DISCURSO DO COLONIZADOR *VERSUS* COLONOS “NOVOS RICOS”

Esses colonos chamados “novos-ricos” assumem o discurso do colonizador e se colocam num nível distintivamente superior aos outros habitantes. São esses mesmos “novos-ricos”, a elite formada sob a égide dos detentores do poder econômico e político, nas figuras dos donos das empresas e grupos que mantêm os controles dos projetos de colonização, que acabam tirando proveito e mantendo seus *status*, mantendo “as relações de poder que se desprenderam da prática e dos discursos sustentados pelos colonizadores”, como apontam Tonial, Maheirie e Garcia Jr. (2017).

O surgimento do garimpo e a entrada de um grande número de pessoas não pode ser contida. Com isso, a presença de indesejados pela empresa, os que

não se enquadravam nos moldes da colonizadora, como candidatos a adquirir uma propriedade de terra, foram tratados com hostilidade e a insistência em permanecer na área do projeto rendeu-lhes agressões tanto verbais como físicas (Rosa, Perin, & Rosa 2003, p. 73).

Na revista comemorativa do sétimo aniversário de Alta Floresta, a distinção entre o garimpeiro e o “colono do sul” é explicitada.

Sua história [de Alta Floresta], porém, envolve lances do mais puro pioneirismo, que nada têm a ver com a efervescência de suas ruas ‘ocupadas’ por exóticas figuras humanas, tão diferenciadas fisicamente (como o garimpeiro, queimado pelo sol marcado pelo sonho do ouro fácil, e os alourados filhos de colonos do sul) (Pereira, Gaspar, & Severino, 1983, p. 5).

Segundo Schaefer (1985), não existiram conflitos por terra entre colonos e a empresa. Para ele, os verdadeiros conflitos aconteceram por conta da entrada de milhares de garimpeiros na região, culminando em um episódio conhecido como “taca”.

A ‘taca’ foi, inicialmente, resultado da reação violenta da colonização contra a presença de trabalhadores pobres que, deslocados para a Amazônia em busca de trabalho, vislumbraram nos garimpos a possibilidade de enriquecer. (...) A expressão ‘olha a taca!’ passou a ser jocosamente usada sempre que alguém cometia algum ato que pudesse de alguma forma contrariar seus interesses. Passou a constituir-se um elemento de repressão que tomou conta do imaginário da cidade (Schaefer, 1985, p. 57).

A presença do garimpeiro e aqueles fora dos padrões esperados eram pessoas que ameaçavam o futuro do município e, por isso, acabaram por fortalecer o controle do projeto da colonizadora, tendo como aliados os próprios colonos. Schaefer cita uma publicação em revista de circulação nacional onde podemos ter uma dimensão das tensões ocorridas.

A revista ‘Isto É’ de São Paulo coloca o problema assim: ‘Tudo corria bem naquele Natal de 1978. Alta Floresta chegava a 12 mil habitantes, cerca de 3 mil peões, boias-frias ou volantes. Foi aí que surgiram os garimpeiros, mais de mil. Havia sido descoberto ouro nas margens do rio Teles Pires, dentro da gleba. Ariosto da Riva sabia que a corrida ao ouro resultaria em invasão de terras, abandono, desordem, enfim. Tentou organizar os garimpeiros. Registrou lavra em nome da Colonizadora Indeco e chamou o *factotum* de plantão, um certo Benedito Baina, atribuindo-lhe autoridade sobre toda a

área. (...) Um barracão para servir de escritório do garimpo e uma filial da Saramandaia [boate] foram construídos com material trazido de helicóptero. Montada a infraestrutura, Riva anunciou aos garimpeiros recém-chegados que abriria mão de qualquer lucro do garimpo desde que eles não se metessem em terras dos colonos. Seis meses depois, no entanto, houve a invasão das terras dos colonos por um grupo de garimpeiros originários de Itaituba no Pará. Calcula-se que 15 mil garimpeiros chegaram a trabalhar na área de Alta Floresta, fazendo nascer duas 'cidades'. Novo Planeta e Novo Satélite [dois garimpos surgidos no então distrito de Apiacás]. O professor Benjamin Pádua, responsável pela instalação das escolas rurais do projeto de colonização de Alta Floresta, lembra que 1979 foi o ano crítico. O ouro fascinava a todos e atemorizava. Todos se corrompiam. Riva, por seu lado, cona que naquela época teve que ir pessoalmente para a estrada segurar os caminhões já com mudança dos colonos, que, cansados dos conflitos com os garimpeiros, pretendiam voltar para o Paraná. Em Alta Floresta muita gente ainda cita o dia 11 de setembro de 1978 como o dia da vitória. Neste dia os colonos usando facões, enxadas, expulsaram centenas de garimpeiros e com eles algumas prostitutas' (Schaefer, 1985, p. 149).

Walter D. Mignolo (2017), em seu artigo "Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade", afirma que: "A colonialidade nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada" (p. 2). No caso específico do projeto de Alta Floresta, sustentado na lógica e práticas da colonização, levado a cabo na segunda metade da década de 1970, do século xx, é perceptível o quanto os desdobramentos mencionados por Mignolo, notadamente a presença da colonialidade (a matriz colonial do poder), uma vez que, como apontam o coletivo modernidade/decolonialidade, não pode haver modernidade sem colonialidade. Logo, estão presentes na contemporaneidade ao ponto de podermos identificar nas práticas e lógica observadas nos processos de ocupação do norte do Estado do Mato Grosso, que são reconhecidos e defendidos, por empresas e instâncias governamentais, como projetos de colonização. Sendo, portanto, um exemplo de Alta Floresta, corroborante com o pensamento deste autor, pois pode-se notar o quanto a colonialidade se faz presente, atuando como uma espécie de amálgama das características da recente história de ocupação desta porção territorial da Amazônia mato-grossense.

Segundo Ballestrin (2013), a partir de Ramon Grosfoguel, o conceito Colonialidade do Poder tem dupla pretensão: a de constatar que (as relações de colonialidades nas esferas políticas e econômicas não findaram com a destruição do colonialismo); e a de denunciar "a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzi-

das pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial”. A autora ainda faz uma menção a Mignolo que, segundo ela, define uma matriz colonial do poder como “uma estrutura complexa de níveis entrelaçados” (pp. 99-100) composta por: Controle da economia; Controle da autoridade; Controle da natureza e dos recursos naturais; Controle do gênero e da sexualidade; e Controle da subjetividade e do conhecimento.

Mesmo sem avançar com exposições de outros fatos ocorridos na ocupação da região, é incontestável a presença da colonialidade como elemento determinante das relações colonizantes ainda presentes no município de Alta Floresta. A matriz colonial com toda sua complexidade é claramente perceptível no contexto da colonização de Alta Floresta, pois havia um controle econômico representado pela posse de milhares de hectares de terras e investimentos em infraestrutura com recursos públicos geridos pelo capital privado e facilidades via políticas de governos. Ainda hoje, a empresa INDECO atua no município, no ramo imobiliário, visto ser proprietária de muitas terras dentro e fora do perímetro urbano. No campo político, já não detém total controle do cenário local, mas mantém-se como um importante agente, muito próximo ou até mesmo controlando atores da política local. Mas o poder, exercido justamente por conta do aspecto econômico, lhe permite estar próxima e/ou no controle de diversas instâncias políticas, produtivas e das instituições da sociedade civil organizada que formam as elites locais, com isso exerce fortes influências no campo das subjetividades.

O controle da natureza e dos recursos naturais poderia ser exemplificado pela delimitação de extensas áreas de terra públicas que passaram a ter donos. Mas não seria apenas isso, pois neste aspecto devemos levar em consideração a própria ideia que coloca a natureza a serviço do homem, o qual estaria na base da acelerada transformação da paisagem natural. Estava sob o controle do homem a substituição da floresta, o que não se faz sem o aporte e as intencionalidades econômicas. A dimensão do controle da sexualidade e de gênero fica evidente se relembrarmos da quase inexistência ou, se existente, relegada ao segundo plano da figura feminina em praticamente todos os relatos e registros históricos dos atuais municípios. Se formos observar, o patriarcado está extremamente instaurado. Em Alta Floresta, por exemplo, a figura do colonizador é tratada como uma espécie de “grande pai”. Vemos, então, aplicados na região modelos governamentais onde

os sistemas e as ciências governamentais modernas, as formas ocidentais progressistas de organização social e econômica coexistem dentro desse mesmo aparato de poder colonial e aparentemente justificam tal projeto (...). Se aceitamos a noção, deduzida de Fanon, da visibilidade peculiar do poder colonial, podemos acrescentar que, nesta forma de governo, o espaço

ideológico colabora mais abertamente com as exigências políticas e econômicas (Bhabha, 1992, p. 203).

Já no que se refere ao conhecimento e a subjetividade, componentes da matriz colonial do poder, veremos que o primeiro é tido como inexistente dentre os habitantes locais e somente os migrantes do Sul e Sudeste brasileiro seriam capazes de proporcionar o progresso. Como houve a retirada de povos originários das terras das “colonizadoras” quem ocupara esse lugar do outro subjulgado e incapaz de conduzir o projeto foram os garimpeiros. Nesse ponto, Joanoni Neto (2007) nos traz informações históricas que inclusive, a nosso ver, corroboram com os estudos decoloniais, em se tratando da epistemologia eurocêntrica, reafirmando a vivacidade de uma lógica europeia ainda nos tempos atuais.

Penso que, embasando estes discursos que afirmar a capacidade ou civilidade do colono do Sul, já uma representação que nasceu no passado escravista, altamente segregacionista. O imigrante europeu estabelecido no Sul, desde os açorianos, no séc. XVIII, aos italianos, alemães, entre outros, no final do XIX e início do XX, mantiveram-se em colônias relativamente isoladas, agregando-se em comunidades familiares e recebendo, inadvertidamente, como herança a representação do branco, presente em nossa sociedade, desde o séc. XVI, de grupo civilizado, empreendedor, dominante, oposto ao mestiço, ao negro e ao índio, tidos como inferiores (Joanoni Neto, 2007, p. 79).

É interessante considerarmos a complexidade de fatores e as várias imbricações constitutivas das colonizações, assim como os estudos decoloniais buscam fazer. A ocupação da Amazônia Mato-grossense tem elementos próprios, desvelando uma colonialidade formadora do Brasil que nos permite apontar os migrantes do norte de Mato Grosso não como colonizadores, pois são, na verdade, resultantes de uma colonialidade em curso desde o início da formação do país, portanto, colonizados. E nesse grupo não estariam excluídos nem mesmo as figuras dos donos das empresas colonizadoras, muito embora estes tenham gozado de condições e privilégios inerentes às elites econômicas.

La colonialidad, en consecuencia, es aún el modo más general de dominación en el Mundo actual, una vez que el colonialismo como orden político explícito fue destruido. Ella no agota, obviamente, las condiciones, ni las formas de explotación y de dominación existentes entre las gentes. Pero no ha cesado de ser, desde hace 500 años, su marco principal. Las relaciones coloniales de períodos anteriores, probablemente no produjeron las mismas secuelas y sobre todo no fueron la piedra angular de ningún poder global (Quijano, 1992, p. 14).

4. CONCLUSÃO

Retomando nossa questão inicial percebe-se que a construção de uma positividade da colonização determina as características do município de Alta Floresta, com ressonâncias sociais, em organizações e grupos locais que ainda se dão justamente porque a colonialidade é um desdobramento da colonização. No caso específico do estudo da territorialidade na poética do grupo teatral, observou-se que este experimentou modificações estruturais (formas de se organizar e produzir poéticas - destacadamente em alguns de seus espetáculos) importantes ao longo de sua trajetória de 33 anos, apenas 12 anos a menos que seu município sede. Na história do TEAF é possível observar a forte conexão do grupo com o território. A colonialidade é um elemento presente na história deste grupo teatral e foi importante compreender o cenário no qual está inserido. A colonialidade, no contexto da pesquisa da poética do grupo teatral, foi uma constatação que não deveria ser ignorada.

O que vemos, ao observar o processo e o contexto local, são as reverberações e práticas que sustentam os projetos de poder e de dominação da Amazônia através da colonialidade que se mantém presente na contemporaneidade. Vamos perceber que todos esses elementos não são coincidência, e sim, formas de manter as bases para a exploração dos povos colonizados e dos recursos naturais, razão pela qual os elementos constitutivos da matriz colonial do poder são vigorosamente defendidos.

É possível pensar que vestígios desta cultura colonizadora ainda estão bastante arraigados no país e se reproduzem em todo o Brasil. Na atualidade, revivemos as mesmas práticas negacionistas, classistas, de exclusão e destruição ambiental.

Isso traz preocupações em relação ao futuro da Amazônia, pois, como já apontava Milton Santos, em publicação da década de 1990, a opção por uma economia mundializada adotada como “um modelo técnico único que se sobrepõe à multiplicidade de recursos naturais e humanos” (Santos, 1998, p. 18), é algo indubitavelmente incoerente, mas claramente vivenciado na Amazônia mato-grossense nos tempos atuais. A sobreposição aos recursos da Amazônia, e aos homens e mulheres nela existentes, mantém-se em franco progresso, onde podemos ver uma contínua deformação do sistema social e cultural local, notadamente se observamos esses dois tópicos à luz das histórias locais.

Não nos parece demasiada qualquer preocupação sobre o futuro dos habitantes de municípios como Alta Floresta (Imagem 2), pois, seu contexto de formação corrobora com a construção de um ambiente altamente penetrável pelo modelo econômico em voga, profundamente enraizado no mundo colo-

nizado. E o momento político do Brasil inspira mais preocupações ainda, com a atual política destrutiva que estimula um rápido avanço rumo a Amazônia. O preço, conhecemos bem. Diante disso, a opção decolonial tem se firmado como uma alternativa necessária para estudos e práticas na Amazônia mato-grossense.

IMAGEM 2. Alta Floresta/MT na atualidade.



Fonte: Imagem de internet. Recuperado em 9 maio de 2021, de <https://web.facebook.com/eliandto123mt/photos/a.1787821084813663/2927470120848748>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LIMA, R. A. F. (2020). *O lugar e a cena: a territorialidade na poética do Teatro Experimental de Alta Floresta*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso, MT, Brasil.
- A SAGA DO COLONIZADOR. *Portal Colonizadora* INDECO. Recuperado em 25 maio de 2020, de <https://www.paranaita.mt.gov.br/O-Municipio/Colonizadores/>
- ALBINO, L. (2018). *Olhar Pioneiro - Alta Floresta MT*. *Alta Floresta*. Videodocumentário. Recuperado em 3 de janeiro de 2019, de <https://www.youtube.com/watch?v=S34ikKhhIAO&t=1005s>.
- BALLESTRIN, L. (2013) América Latina e o Giro Decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 11, 89-117.

- BHABHA, H. (1992). A questão do “outro”: diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. In H. B. de Hollanda (Ed.). *Pós-modernismo e política* (pp. 177-203). São Paulo: Rocco.
- BONDARIK, R. A. (2008, 11 de julho). *Geada Negra de 1975 - Erradicação da Cafeicultura Paranaense*. Recuperado em 30 de dezembro de 2018, de <https://robertobondarik.blogspot.com/2008/07/geada-negra-de-1975-erradicao-da.html>.
- GROSFUGUEL, R., & MIGNOLO, W. (2008). Descoloniales: una breve introducción. *Tabula Rasa*, nº 9, 29-37.
- GUIMARÃES NETO, R. B. (2002). *A lenda do Ouro Verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá: UNICEN.
- JOANONI NETO, V. (2007). *Fronteiras da crença: ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970*. Cuiabá: EDFUMT; Carlini & Caniato Editorial.
- MALHEIRO, B. C. (2020). Colonialismo interno e Estado de Exceção: a “emergência” da Amazônia dos grandes projetos. *Caderno de Geografia*, 30(60), 74-98.
- MIGNOLO, W. D. (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(94), 01-18.
- MOUTINHO, J. F. (1869). *Notícia sobre a província de Matto Grosso seguida d'um roteiro de viagem da sua capital à São Paulo* (pp. 35-36). São Paulo: Typographia de Henrique Schroeder.
- PEREIRA, W. A., GASPAS, O. R., & SEVERINO, N. A. (1983). Uma clareira fértil. *Revista Alta Floresta*, ano 7, edição especial.
- QUIJANO, A. (1992). Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. *Perú indígena*, 13(29), 11-20.
- ROSA, R. D., PERIN, C. L., & ROSA, R. D. (2003). Colonizador e colonos: na fronteira da terra o limite dos sonhos de um futuro promissor. *Revista do Programa de Ciências Agro-Ambientais, Alta Floresta*, 2(1), 71-82.
- SANTOS, M. (1998). *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional* (4ª ed.). São Paulo: Hucitec.
- SCHAEFER, J. R. (1985). *As migrações rurais e implicações pastoris: um estudo das migrações campo-campo do sul do país em direção ao norte do Mato Grosso*. São Paulo: Edições Loyola.
- TONIAL, F. A. L., Maheirie, K., & Garcia Jr., C. A. S. (2017). A resistência à colonialidade: definições e fronteiras. *Revista de Psicologia da UNESP*, 16(1), 18-26.
- WEIHS, M. L. (2015). *Conexão (in)visível: degradação ambiental e saúde na fronteira agrícola amazônica*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

GÊNERO, DESENVOLVIMENTO E RESISTÊNCIAS:
MULHERES QUEBRADEIRAS DE COCO
BABAÇU NA AMAZÔNIA MARANHENSE

*Género, desarrollo y resistencias: mujeres cascadoras
de coco babasú en la Amazonia maranhense*

Gender, development and resistance: babassu
coconut breaker women in the Maranhão Amazon

VANDA PANTOJA

Universidade Federal do Maranhão (UFMA, Brasil)

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de problematizar a relação entre gênero e desenvolvimento, tendo como chão de análise a relação entre quebradeiras de coco babaçu e uma multinacional do ramo da celulose, no estado do Maranhão. A partir da noção de infrapolítica e resistência cotidiana (Scott, 2000, 2002) procuramos entender os contextos de resistência forjados por elas. A participação em reuniões, entrevistas e conversas informais com as mulheres apontam que as relações entre elas e a empresa não colaboram para o processo de empoderamento das mesmas, uma vez que não são reconhecidas como sujeitas, mas sim como mulheres que precisam ser ajudadas. Tal lógica reproduz processos de dominação aos quais as mulheres em geral estão expostas quando atingidas por megaprojetos de desenvolvimento.

Palavras-chave: Gênero; Maranhão; quebradeiras de coco; resistência.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo problematizar la relación entre género y desarrollo teniendo como base de análisis la relación entre las mujeres cascadoras de Coco Babasú y una multinacional de la industria de la celulosa en el estado de Maranhão. Desde la noción de infrapolítica y resistencia cotidiana (Scott 2000, 2002) tratamos de comprender los contextos de resistencia forjados por ellas. La participación en reuniones, entrevistas y conversaciones informales con las mujeres apunta a que las relaciones entre ellas y la empresa no contribuyen a su proceso de empoderamiento, ya que no son reconocidas como sujetos, sino como mujeres que necesitan ayuda. Dicha lógica reproduce los procesos de dominación a los que las mujeres en general están expuestas cuando se ven afectadas por megaproyectos de desarrollo.

Palabras clave: Género; Maranhão; cascadoras de coco; resistencia.

ABSTRACT

This article aims to problematize the relation between gender and development, having as analytical basis the relation between babassu coconut breakers and a multinational cellulose company in the State of Maranhao. Starting from the notion of infrapolitics and everyday resistance (Scott 2000, 2002), we seek to understand the contexts of resistance forged by them. Participation in meetings, interviews and informal conversations with those women show that their relations with the company do not contribute to their empowerment process, given that they are not recognised as subjects, but as women who need help. Such logic reproduces processes of domination to which women in general are exposed when affected by development megaprojects.

Keywords: Gender; Maranhão; coconut breakers; resistance.

1. INTRODUÇÃO

NESTE ARTIGO PROPONHO PENSAR a relação entre gênero e desenvolvimento, tendo como fonte de reflexão a experiência de mulheres amazônidas quebradeiras de coco do estado do Maranhão em situação de confronto com um específico empreendimento capitalista neoextrativista¹.

¹ Segundo Gudynas (2009), o termo neoextrativismo não tem muita distinção em relação ao extrativismo dos regimes neoliberais que todos conhecemos. A expressão se refere à forma como governos “progressistas” aplicam e administram as políticas extrativistas em determinados lugares indevidamente chamados de subdesenvolvidos. Para Acosta e Brand (2018), o neoextrativismo é uma versão contemporânea do velho extrativismo e fora aplicada por governos “progressistas” como medida de “desenvol-

As mulheres quebradeiras de coco babaçu (*Attalea speciosa*) do contexto em análise, são em sua maioria senhoras, mães e avós, sem instrução formal, sem profissão, com prática e memória rural. Essas mulheres, desde 2013, estão em relação com uma multinacional do ramo de papel e celulose que se territorializou próximo ao local de morar e trabalhar dessas mulheres, por meio da instalação de uma unidade industrial de produção de celulose. A área da unidade fabril engloba grande parte das terras que elas utilizavam para juntar coco babaçu fazer pequenas roças, além disso, a empresa dispensa resíduos industriais no rio Tocantins, lugar de pesca e lazer para as mulheres e seus familiares². As quebradeiras de coco da área em estudo não possuem formações de base política, não são sindicalizadas, e até tempos recentes não entendiam o manejo do coco como algo que se relacionasse a uma profissão e que pudesse, portanto, colocá-las em situação de profissionais, apesar de sempre terem vivido do produto de seu trabalho com o coco.

O processo de autoafirmação e constituição de uma identidade que mobiliza o trabalho com o babaçu como elemento identitário central, e a organização em um movimento coletivo que daria origem às quebradeiras de coco babaçu como entidade política está relacionado ao processo de ocupação da região por grandes projetos de desenvolvimento financiado por empresas em parceria com o Estado. As mulheres quebradeiras dos estados do Pará, Piauí, Maranhão e Tocantins se organizaram no início dos anos de 1990 e deram origem ao Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, o MQCB³, coletivo que desde então tem sido atuante no processo de luta por liberdade, trabalho e melhores condições para as mulheres trabalhadoras do campo e da

vimento” no momento que utilizou o extrativismo para obter meios de distribuir renda entre as populações, assim como para aumentar o controle do Estado sobre a exploração de recursos naturais, no entanto, não modificou a matriz de exploração da natureza, apenas alterou sua gestão. A frase de Rafael Corrêa, presidente do Equador de 2007 a 2017, define bem o contexto latino-americano que alguns chamam de boom do extrativismo: extrativismo para superar o extrativismo (Acosta e Brand, 2018, pp. 55-58).

² Até o presente momento não há trabalhos acadêmico-científicos que tratem dessa situação. Os moradores dos povoados se queixam que os corpos hídricos têm estado com volume de água menor e que suas plantas de quintal têm morrido por falta de água. Por outro lado, a empresa garante cumprir todas as recomendações técnicas sobre uso dos recursos hídricos e que a água que devolve para o rio é tão limpa quanto a que captura.

³ Esta é uma questão delicada que merece ser tratada em outra ocasião. Sabe-se apenas que o contato que havia entre MQCB e Estrada do Arroz foi desfeito quando as mulheres da Estrada “aceitaram” compor o Conselho Comunitário da Estrada do Arroz, coletivo do qual a Suzano participa.

cidade. O slogan “babaçu livre” expressa bem os objetivos do grupo⁴. As quebradeiras de coco aqui tratadas, apesar de estarem em território maranhense, não estão inseridas no MIQCB, portanto, estamos tratando de mulheres que mesmo sendo quebradeiras de coco, não estão aglutinadas no coletivo que as representa enquanto entidade política.

Nosso objetivo é dar ênfase à incompatibilidade entre os interesses da empresa que se territorializou na região e os interesses das mulheres quebradeiras de coco da Estrada do Arroz, área rural do município de Imperatriz, distante do conjunto urbano cerca de 70 quilômetros. Pontuamos também que apesar da empresa, no contexto das quebradeiras de coco, lidar diretamente com mulheres não há nenhuma menção às questões de gênero, em particular às mulheres, nas redes sociais da empresa ou em suas falas locais, o que nos autoriza a pensar que há uma desconsideração da questão de gênero pela mesma no contexto tratado. Além disso, a identidade dessas mulheres como extrativistas parece se sobrepor à identidade de gênero, desse modo elas são vistas como extrativistas e não como mulheres. Suas necessidades advindas do fato de serem pobres, camponesas e sem instrução formal é evidenciada nas ações da empresa ao mencionar a possibilidade de torná-las mais produtivas por meio dos cursos e palestras que promove, mas, sua condição de mulheres e, portanto, todas as dificuldades que o marcador gênero lhes agrega não são levados em conta pela empresa.

Mesmo com interesses incompatíveis, mulheres e empresa permanecem em diálogo como se os horizontes de ambas fossem conciliáveis. Isso é possível porque a empresa precisa mitigar os efeitos nocivos que causou às populações residentes da Estrada do Arroz, em particular às quebradeiras de coco, e para isso necessita executar algumas ações mitigatórias; e as mulheres devem seguir alguns caminhos ditados pela empresa e pela burocracia das políticas públicas para continuar existindo como quebradeiras de coco e assim acessar as “benfeitorias” executadas pela empresa, que visam atingi-las através de cursos de capacitação, oficinas de culinária, de hortas, visitas técnicas, e demais ações voltadas para gestão e empreendedorismo. De forma geral, muitas mulheres acreditam que não há nada em comum entre os seus interesses e os da empresa, constatação que não faz com que se retirem dos grupos de discussão; mas também não as faz produzir enfrentamentos públicos aos discursos da empresa. Há outras mulheres que, por acreditarem nos discursos sobre melhoria de vida, ou porque entendem que podem conseguir alguma benfeitoria individual, demonstram alguma crença na importância da empresa

⁴ O MIQCB foi fundado em 1995 e reúne mulheres dos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins.

para suas vidas. De ambos os segmentos de mulheres não há enfrentamentos públicos, isso não significa que não ocorra ações de resistência à presença da empresa entre as quebraadeiras de coco da Estrada do Arroz.

Auxilia-nos na discussão desse contexto de resistência as noções de infrapolítica, discursos ocultos (Scott, 2000) e resistência cotidiana (Scott, 2002). Por infrapolítica Scott entende “a dimensão discreta da luta política”, lugar das ações de grupos sociais em situação de subordinação que por reconhecerem as assimetrias de poder, agem fora da cena pública. A dimensão não pública da política, a infrapolítica, é o lócus de produção dos discursos ocultos, definidos por Scott como “a conduta fora de cena, composta por manifestações linguísticas, gestuais e práticas que confirmam, contradizem ou distorcem o que aparece no discurso público” (Scott, 2000, p. 28, tradução da autoria). Resistência cotidiana é entendida pelo autor como:

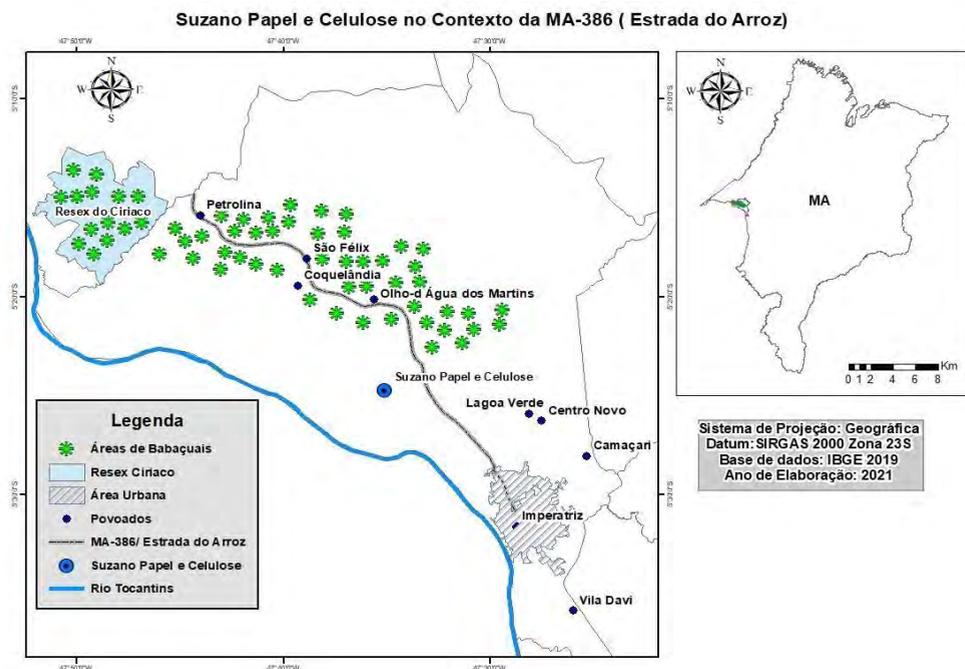
A luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros. A maioria das formas que essa luta toma cessa ao ser coletivamente desafiada. Aqui tenho em mente as armas comuns dos grupos relativamente sem poder: fazer “corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza. Essas formas brechtianas de luta de classe têm certas características em comum: requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de autoajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite (Scott, 2002, p. 12).

Entendemos ser necessário pensar a relação gênero e desenvolvimento do ponto de vista das mulheres e o trabalho destas que fora considerado outrora fora do circuito do modo de produção, como elemento ativo e fundamental das relações de trabalho no sentido mais amplo. Além disso, nos situamos no debate sobre desenvolvimento e gênero a partir de um olhar crítico, dialogando quando possível com autores latino-americanos ancorados na perspectiva decolonial. Esse artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla que tenta entender as repercussões da implantação da Suzano Papel e Celulose na Estrada do Arroz por meio do grupo de pesquisa DeGeM – Território, Desenvolvimento, Gênero e Modernidade, ligado ao programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFMA/Campus II. A coleta de dados para o artigo foi feita por meio de levantamento bibliográfico, pesquisas em sítios virtuais, participação em reuniões, acesso a atas, entrevistas e conversas informais com as mulheres da Estrada do Arroz.

A seguir localizamos a empresa em relação aos povoados na Estrada no sentido de dar ao leitor um melhor entendimento acerca da proximidade fi-

sica entre a empresa e nossas interlocutoras, em especial as que moram nos povoados de São Félix, Coquelândia e Petrolina⁵.

MAPA I. Suzano Papel e Celuloso no contexto da MA-386.



Fonte: Elaboração a partir de Labcart UEMASUL (2021).

As pesquisas do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida e do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia têm colaborado para o entendimento das quebradeiras de coco, em particular de suas articulações em torno do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco-MIQCB, coletivo organizado no início dos anos de 1990. Esse contexto dos anos de 1990 coincide, segundo a pesquisadora Helciane Araújo (2000, p. 176), com a emergência de uma identidade política de quebradeira. Dessa forma, os trabalhos do referido pesquisador e da pesquisadora são fundamentais para a compreensão das quebradeiras enquanto movimento organizado e institucional. No entanto, na região de Imperatriz, onde se concentra uma área

⁵ O mapa não mostra todos os povoados presentes ao longo da Estrada do Arroz, são mais de 10. Suas localizações precisam ser realizadas in loco com GPS, por razão do isolamento físico ficamos impedidos de voltar a campo e fazer tais marcações.

de 424,100 hectares de babaçuais, em particular na Estrada do Arroz, esse movimento político não se consolidou visto que as quebradeiras de coco da Estrada nunca estiveram de fato inseridas no MIQCB, apesar da aproximação entre elas e algumas integrantes que fazem parte do Movimento, o distanciamento se alargou nos anos 2000 com a chegada da Suzano na região, a razão para os desentendimentos foi a aproximação das quebradeiras de coco da Estrada com a Suzano e as posições contrárias do MIQCB em relação à territorialização da empresa na região.

Os efeitos de dominação que acompanham as políticas públicas que visam desenvolver e modernizar territórios por meio da implantação de megaprojetos de desenvolvimento criam perversidades em todos os sentidos e para todos os segmentos, em especial para populações periféricas do capitalismo global. Um dos efeitos mais nocivos que se atualizam por meio de projetos desenvolvimentistas é a crença de que precisamos dos mesmos. Tal crença paralisa possibilidades de se pensar modos de vida outros que não sejam pautados nos valores instrumentais, cumulativos e individualistas do capitalismo.

A crença na eficácia do desenvolvimento não impede que críticas sejam feitas ao modelo de organização econômica, e que alternativas não tenham sido pensadas para superá-lo. A crítica ao desenvolvimento de forma geral questiona a incapacidade do modelo em incluir à lógica capitalista todos os lugares e populações do mundo, tal incapacidade se deve ao alto grau de tensão que esse modelo de acumulação exerce sobre a natureza, o que faz com que alguns poucos territórios se especializem em mandar e outros tantos em obedecer, como dizia o intelectual negro Milton Santos (2006) perpetuando, assim, a desigualdade na qual o modo de produção vigente se funda e se reproduz.

Um olhar que parta da variável gênero se confrontará com uma crítica fértil do pensamento feminista ao desenvolvimento. Tal crítica aconteceu duas décadas após o histórico discurso de Harry Truman⁶ no qual as bases do subdesenvolvimento foram lançadas, consolidando a divisão entre um mundo moderno e desenvolvido e outros mundos subdesenvolvidos e não modernos. As críticas feministas ao desenvolvimento vão desde a constatação da exclusão das mulheres das políticas de desenvolvimento, até o reconhecimento de que as mulheres sempre foram incluídas no desenvolvimento, mas que “essa

⁶ Trata-se do discurso de posse de Harry Truman em janeiro de 1949 quando este conclama os Estados Unidos à tarefa de resolver os problemas de áreas subdesenvolvidas do mundo (Escobar, 2007).

integração serviu apenas para sustentar estruturas internacionais de iniquidades” (Barragán *et al.*, 2020, p. 220).

A inclusão das mulheres no desenvolvimento a partir do modelo neoliberal as obrigou, segundo Barragán, a se responsabilizar pela geração do próprio emprego, submeter-se a situações de desigualdade no mercado de trabalho e a abandonar a produção de alimentos, pois estas tiveram que compulsoriamente sair das terras onde praticavam a agricultura de subsistência tendo em vista a substituição, no modelo neoliberal, da agricultura de subsistência pela produção para exportação. Na divisão sexual do trabalho coube à mulher o trabalho não pago, do cuidado, considerado inferior e invisível, tal qual a própria imagem da mulher na sociedade moderna. Mesmo as que trabalham fora de casa, formal ou informalmente, continuam sendo as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico, educação dos filhos e demais trabalhos do cuidado. Isso leva à consideração de que o desenvolvimento não é bom para elas, mesmo quando incluídas, o desenvolvimento vê nelas apenas possibilidades de se autorreproduzir por meio de características que as aprisionam aos estereótipos ligados ao feminino, como atenção, cuidado, doçura, gentileza; estereótipos que cristalizam e universalizam um modelo de mulher, dócil, dominada e explorada, que é a própria razão para o surgimento dos feminismos em diferentes lugares do mundo (Federici, 2019).

Essas considerações mudam conforme se altera os contextos. Na situação em pauta, na qual as mulheres são interseccionadas por múltiplos marcadores de opressão, além dos convencionais de classe, raça e gênero, as dominações podem se apresentar com nuances tão sensíveis que podem passar despercebidas.

Como mencionado antes, as quebradeiras de coco da Estrada do Arroz, são senhoras, essa questão geracional é um importante marcador social; são de tradição oral, não dominam a escrita, outro importante marcador social; são camponesas e pobres vistas por muitos e, às vezes, até por elas mesmas como “necessitadas”. Nesse sentido, são entendidas como mulheres carentes que não podem dar-se ao luxo de não aceitar qualquer projeto que tenha como fim ajudá-las. Esse é o imaginário social que ronda o coletivo aqui tratado.

Desde a década de 1970, os países da América Latina passam por governos “progressistas”⁷, que propõem uma série de reformas que reforçam o extrativismo e enfatizam a divisão internacional do trabalho. Tais políticas têm como

⁷ O termo “progressista” se refere aos governos latino-americanos que ascenderam ao poder a partir da década de 1990, que se diferenciavam de governos, também latino-americanos, autodefinidos neoliberais e alinhados aos interesses dos Estados Unidos (Acosta & Brand, 2018).

resultado um alto custo social, com expropriações da terra, transformações em modos de vida local, migrações do campo para a cidade, acidentes naturais e enfraquecimento da segurança alimentar.

As mulheres de setores populares, as mulheres indígenas, mestiças, negras e camponesas foram o setor da população que não apenas levou sobre seu corpo a maior carga de trabalho doméstico e produtivo (de não reconhecimento e instabilidade, produto do empobrecimento brutal e dos conflitos pela ausência do Estado em áreas estratégicas, de investimento e garantia de direitos sociais e econômicos), mas também, além disso, a partir da dinâmica imperante de mercantilização neoliberal, viu suas demandas se fragmentarem, e com elas suas identidades (Barragán *et al.*, 2020, p. 233).

Partindo do princípio de que é inviável a reprodução do modelo capitalista em escala global até que todos os lugares sejam desenvolvidos, alternativas são pensadas tendo em vista a constatação que o modelo de produção vigente nunca respondeu às expectativas da maioria da população do mundo. Pensar as sociedades a partir de seus tempos e espaços específicos, com suas formas próprias de organizar as relações sociais e a relação com a natureza, aparece como possibilidade de pensar para além do paradigma do desenvolvimento. Entre as várias denominações dessas resistências, aparece o termo bem viver como possibilidade de pensar um mundo pós-extrativista⁸, em especial no contexto da América Latina. Em países como o Equador e a Bolívia, essas experiências ganharam terreno, constando, inclusive, nas Constituições Federais desses países, mesmo que críticos reconheçam que na prática seus governos entendidos como progressistas têm sido mais coniventes com políticas socioambientais predatórias que seus antecessores não progressistas (Acosta & Brand, 2018).

O debate sobre o bem viver atravessa diversos momentos da crítica feminista ao desenvolvimento, em especial no contexto dos chamados feminismos do sul, feminismos andinos, populares e comunitários (Barragán *et al.*, 2020) nos quais os movimentos de resistências às políticas desenvolvimentistas impostas pelo estado ganham destaque e o bem viver aparece não apenas como crítica, mas como alternativa ao desenvolvimento de caráter liberal.

⁸ A noção de pós-extrativismo se coloca como uma crítica ao capitalismo e combate às noções de progresso, desenvolvimento e crescimento, profundamente enraizadas em nossa sociedade. Entende que a maioria das reservas de combustíveis fósseis conhecidas deve permanecer intacta. Acosta e Brand (2018) discutem as aproximações e distanciamentos entre as noções de pós-extrativismo no contexto Latino Americano e a de decrescimento no contexto Europeu.

São as mulheres trabalhadoras produtivas e reprodutivas, não necessariamente, autodefinidas feministas, não necessariamente inseridas em movimentos institucionalizados, as sujeitas que conformam os feminismos do sul e que se encontram na linha de frente de resistência aos processos de expropriação por grandes projetos de desenvolvimento que se territorializam em diferentes lugares do mundo. São elas que realizam movimentos de resistências nem sempre públicos, quase sempre não visíveis, as resistências cotidianas, que no dia a dia fazem toda diferença e fornecem às mesmas condições para continuar existindo. Essa condição não pública dos processos de resistir que Scott (2000) chamou de infrapolítico se constitui como espécie de arma dos fracos que em situação de assimetria de poder, reconhecem como necessidade vital ocultar suas resistências. Tal prática se revela como estratégia fundamental para grupos subalternizados que enfrentam grandes desafios e privações quando são vítimas de políticas públicas desenvolvimentistas.

Pensar essas ações cotidianas como resistências forjadas no nível da infrapolítica pressupõe considerar as experiências dessas sujeitas como subjetividades construídas em contextos de diferentes processos de dominação, no qual a colonialidade do poder, categoria chave do pensamento decolonial, propõe a necessidade de pensar os processos sociais presentes, como efeitos das diferentes formas de colonialidade – do saber, do ser, da natureza e do gênero engendrados por ocasião do processo de colonização ainda no século XVI. Estas diferentes formas de atualizações do processo histórico de colonização, as colonialidades, ocorrem de forma interseccional dependendo das condições dadas em cada contexto. Para as mulheres da Estrada do Arroz, a palavra desenvolvimento aparece como chave que demarca, que define, que fala sobre quem são essas mulheres, nesse sentido são mulheres definidas por seu grau de acesso aos serviços públicos ou aos produtos industrializados; por sua idade, nível de instrução, atividades laborais. Nunca são ditas por elas mesmas, autodefinidas, como diria Collins (2019).

A noção generalizada sobre a condição subalterna e “tradicional” do trabalho que elas desenvolvem, está em oposição à noção de “novo”, “moderno” e “desenvolvido” trazida pelos discursos que chegam, antes mesmo da empresa se geografizar na região. As formas de trabalho trazidas pela empresa são a tradução da modernidade, do tecnológico, do desenvolvido. As palavras desenvolvimento e progresso foram largamente utilizadas pelos discursos das autoridades locais quando das primeiras notícias sobre a vinda de um “grande empreendimento” para o interior do Maranhão (Pantoja & Pereira, 2019), região considerada atrasada pelo imaginário social nacional, com baixos Índices de Desenvolvimento Humano-IDH's, altos índices de analfabetismo, grande ocorrência de trabalho análogo ao de escravo e altos índices de mortes e demais formas de violência no campo fomentado pelas frequentes e históricas

disputas por terra, tais práticas configuram um cenário descrito por Martins (2016) como fronteira.

Por volta de 2008, quando da chegada da notícia de que uma empresa multinacional iria se instalar no Maranhão, a euforia discursiva girava em torno da noção de urbano, a palavra desenvolvimento vinha sempre atrelada à ideia da cidade, da zona urbana, no entanto, a unidade industrial da empresa foi instalada numa região habitada por populações de origem, memória e prática camponesa, distante cerca de 70 quilômetros do núcleo urbano de Imperatriz, conhecida e denominada por ter sido grande produtora de arroz até a década de 1970: a Estrada do Arroz foi o espaço de instalação da Suzano papel e Celulose, inaugurada em dezembro de 2013.

Na Estrada do Arroz esses discursos foram recebidos com muita esperança por seus moradores, em especial as mulheres acreditavam que teriam empregos de “carteira assinada”, saúde e finalmente escolas para seus filhos e elas mesmas estudarem. O “progresso” finalmente chegaria à Estrada e esta superaria o estigma de lugar atrasado, habitado também por gente atrasada, pois sediaria nada menos que uma multinacional. Até então a estrada tinha sido um lugar de difícil acesso, esquecido pelos poderes públicos desde seu processo de formação ainda na década de 1940 por migrantes que fugiam dos conflitos fundiários e procuravam “terras livres” para trabalhar e viver (Franklin, 2005).

2. O MARANHÃO E A EXPANSÃO DA CELULOSE

De acordo com Marques (2015) a expansão da celulose no Brasil se deve a uma série de fatores e processos e tem a década de 1990 como marco para sua compreensão. A autora destaca quatro pontos importantes para entendermos a razão do crescimento do mercado de celulose no Brasil, que faz do país o maior exportador desse produto em nível mundial. Tais fatores seriam: a) grande disponibilidade de terras e mãos de obra barata; b) boas condições edafoclimáticas; c) elevado nível tecnológico; e d) políticas de incentivo adotadas pelo estado brasileiro. As análises de Marques dão sentido às colocações de Acosta & Brand (2018) sobre o contexto de alta valorização das commodities que propiciaram em alguns países da América Latina, incluindo o Brasil, que o governo fomentasse o extrativismo como política pública para o desenvolvimento. A Suzano expande seus negócios para o Maranhão nesse contexto.

O campo brasileiro tem passado por intensas mudanças associadas a processos econômicos globais e à atual redefinição da divisão internacional do trabalho. A reestruturação da produção de papel em nível nacional está

vinculada ao desenvolvimento geral do setor no mundo, marcado pela consolidação de grandes grupos empresariais e sua atuação em escala mundial (Marques, 2015, p. 122).

As análises de Ribeiro Junior (2014, p. 151), sobre a territorialização da Suzano no Maranhão colaboram com os pontos apontados por Marques sobre o fator preponderante que justifica a vinda da multinacional para o estado: o preço da terra no Maranhão chega a ser sete vezes mais barato, se comparado, por exemplo, ao preço da terra no estado de São Paulo, onde a indústria tem sede.

O plano de governança florestal do Maranhão (Suzano, 2017) disponibilizado no sítio da empresa, destaca como pontos importantes de atração da empresa para essa parte da Amazônia Oriental o fato de o Maranhão possuir “logística favorável”, pois se encontra “estrategicamente bem estruturado, através de seus sistemas de escoamento aéreo, rodoviário, ferroviário, hidroviário e marítimo” (Suzano, 2017, p. 2). As pesquisas com eucalipto adaptado às condições climáticas da região já aconteciam desde 1983, mas é somente no ano de 2008 que iniciam os trabalhos de construção da base florestal nos estados do Maranhão, Tocantins e Pará que culmina com a construção da unidade fabril em 2013. Nos estados do Maranhão, Tocantins e Pará a empresa atua a partir do que ela denomina de macrorregiões, assim, vamos ter as macrorregiões Cidelândia no Maranhão, macrorregião Dom Eliseu no Pará e macrorregião Porto Franco no Maranhão e Tocantins.

A macrorregião Cidelândia engloba 14 municípios: Açailândia, Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Centro Novo do Maranhão, Santa Luzia, Itinga do Maranhão, João Lisboa, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Cidelândia, Vila Nova dos Martírios, Governador Edson Lobão, Buritirana e Imperatriz. A macrorregião Dom Eliseu envolve 4 municípios: Rondon do Pará, Ulianópolis, Paragominas e Dom Eliseu. A macrorregião Porto Franco envolve 15 municípios dos estados do Maranhão e Tocantins, sendo 9 no Maranhão: Estreito, Grajaú, Riachão, São João do Paraíso, Feira Nova do Maranhão, Ribamar Fiquene, São Pedro dos Crentes, Sítio Novo e Porto Franco e 6 no Tocantins: Araguatins, Ananás, Darcinópolis, São Bento do Tocantins, Palmeiras do Tocantins e Angico.

São 33 os municípios nos estados do Maranhão, Pará e Tocantins com atividades diretas da empresa. A maioria deles é utilizada como área para plantação das “florestas de eucalipto”, que são na verdade monoculturas responsáveis por abastecer a unidade fabril na Estrada do Arroz.

3. SER FELIZ, BEM VIVER, VIDA TRANQUILA... O QUE PENSAM AS MULHERES CAMPONESAS DA ESTRADA DO ARROZ

É praticamente impossível para um sujeito socializado dentro de uma perspectiva “moderna” entender valores que não aqueles com os quais organiza sua experiência imediata, assim como é difícil o contrário.

O trabalho com o coco babaçu faz parte do processo de socialização das mulheres camponesas nessa região do Maranhão. Inclui aprendizados que se dão ainda quando são crianças, geralmente acontece sob supervisão da mãe ou alguma mulher adulta nas idas aos babaçuais ou ao barracão onde ocorre a quebra do coco. O trabalho com o babaçu é realizado por mulheres é, portanto, conjugado com as tarefas que envolvem o serviço doméstico, o cuidado com crianças e idosos e demais atividades do dia a dia. As crianças estão sempre presentes nas várias fases que envolvem a lida com o babaçu, conforme vão crescendo os meninos vão desaparecendo e ficando apenas as meninas. Não há um momento específico em que se aprende essa ou aquela tarefa relativa ao coco, sabe-se apenas que catar e quebrar coco é uma habilidade que as mulheres necessitam manejar.

A lida com o coco pressupõe um repertório de conhecimentos sobre a natureza tais como: controle sobre o tempo, pois é necessário conhecimento sobre a melhor época do ano para coletar o coco; conhecimento sobre a qualidade da palmeira visto que é preciso saber qual o coco adequado para fazer óleo, azeite e carvão, além de envolver o manejo de tecnologias nativas sobre as potencialidades do babaçu, seja como combustível, como alimento, como matéria prima de certas terapêuticas ou como material para feitura de habitações. “Do babaçu se aproveita tudo”, repetem com frequência as mulheres, afirmando que “a palmeira é igual mãe”, tudo dá.

O modelo de desenvolvimento pensado e posto em práticas via políticas públicas de desenvolvimento regional pelo estado desconhece as práticas e imaginários das mulheres quebradeiras de coco dessa região da Amazônia maranhense. Nas rodas de conversas e reuniões do Conselho das Quebradeiras de Coco da Estrada do Arroz⁹, as palavras-chave são empreendedorismo, estoque, gerência e lucro, palavras caras aos pressupostos do desenvolvimento pensado pelas políticas públicas; nas conversas informais e nas rodas de conversas entre as mulheres têm sentido os termos vida boa, felicidade, e vida tranquila. Tais palavras se aproximam da noção de bem viver, pois se

⁹ O Conselho Comunitário das Quebradeiras de Coco da Estrada do Arroz foi instituído em 2015. Congrega representantes dos povoados ao longo da Estrada e da Suzano, e das reservas extrativistas Mata Grande e Ciriaco (notas de campo).

referem a equilíbrio, satisfação das necessidades e empatia entre humanos e não humanos.

De acordo com Alcântara e Sampaio (2017) não se tem ainda um esboço teórico metodológico que sinalize o real significado do termo bem viver/ *buenvivir* ou *viver bien*. Sua origem está relacionada aos povos originários na América Andina e deriva de idiomas pré-hispanicos, advêm dos termos *sumakkawsai* (*quêchua*) e *Suma camaã* (*Aymarã*) sendo sua tradução mais conhecida o *buenvivir/viver bien*.

Surgido no campo acadêmico há menos de uma década, o bem viver pode ser entendido desde,

filosofia de vida (Acosta, 2010), cosmologia (Walsh, 2010), atitude de vida (Cortez, 2011), ontologia (Thomson, 2011), modelo de desenvolvimento (Radcliffe, 2012) e alternativa ao desenvolvimento (Gudynas, 2011). Alcântara & Sampaio, 2017, p. 4).

As mulheres quebradeiras de coco não quebram o coco apenas como atividade econômica ou atividade instrumental que tenha apenas função prática em suas vidas. Elas não dominam as teorias sobre desenvolvimento, bem viver ou qualquer outro saber formal que se aprende em escolas ou universidades, a maioria delas não maneja o conhecimento enquanto categoria moderna, nesse sentido, pode-se dizer que elas nada sabem sobre ciência. No entanto, a forma como vivem e se relacionam com a natureza traduz uma perspectiva de vida bastante alinhada com os pressupostos do bem viver como definido por Alberto Acosta (2016), como uma categoria que não se origina a partir do conhecimento acadêmico. O bem viver traduz, portanto, as diferentes formas de organização de povos em lugares, tempos e distintas organizações sociais, que prezam pela perspectiva coletiva do sentir-se bem e das relações justas entre pessoas e entre pessoas e natureza.

O trabalho para essas mulheres não é a centralidade da vida, mas uma dimensão indissociável da vida na sua totalidade, o lucro não é o fundamento das formas de trocas por elas elaboradas no seu dia a dia mas a condição de reprodução do grupo de acordo com as necessidades de cada um e do grupo. A concepção da palmeira do babaçu como “mãe” traduz menos uma relação de natureza como algo fora delas e mais uma concepção que entende natureza como parte da totalidade que é a vida.

Essas traduções do bem viver residualmente experimentadas por essas mulheres, coexistem com demandas “modernas” que envolvem pensar a partir da lógica instrumental tendo a competição como marca central. Nesse sentido, a experiência do bem viver, de formas de solidariedades e arranjos locais que os grupos travavam entre si em seu processo de reprodução, precisam coexistir

com formas outras de arranjo social que têm no modelo de desenvolvimento liberal sua regra e pressuposto. Contrato, empreendedorismo, eleição, reunião, ata, cartório, assinatura, conselho, direção, presidente, são alguns termos que passam a fazer parte do cotidiano das mulheres quebradeiras de coco da Estrada do Arroz com a chegada da empresa. Esses termos que não são apenas palavras, mas espécies de guias de conduta, são pouco assimilados em especial pelas três lideranças à frente das recém-criadas associações de quebradeiras nos povoados de Petrolina, São Félix e Coquelândia ao longo da Estrada.

4. AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU E A “EMPRESA”: DA INFRAPOLÍTICA À POLÍTICA

A chegada da empresa acirrou um processo de expropriação da terra que já acompanhava as famílias desde a década de 80, quando estas já despossuídas de suas terras, ainda conseguiam acessar as mesmas a partir da adoção de diferentes relações de trabalho forjadas em função das necessidades: assalariadas, meeiras, rendeiras foram alguns dos arranjos que mantiveram as trabalhadoras rurais ligadas à terra, apesar de expropriadas da mesma. Por volta do ano de 2008 quando se iniciam as operações da empresa na região, outras modalidades de trabalho, como o operário da indústria ou terceirizado, passa a fazer parte do contexto. Ainda assim, esse operário necessita de algum nível de especialização, o que não é o caso da maioria dos moradores dos povoados ao longo da estrada. Restou para muitos, em especial para as mulheres, o subemprego ou ser alvo das ações mitigatórias que a empresa desenvolve por meio de cursos de capacitação, oficinas e outras ações que envolvem o trato com atividades extrativistas desenvolvidas na região, a exemplo da coleta do coco do babaçu. No entanto, para acessar as ações as mulheres precisam se enquadrar no perfil de atingidos e organizarem-se em associações, para assim poder receber as ações que a empresa desenvolve. Isso implica que elas necessitam pensar e agir com a lógica do mercado, precisam ter ações empreendedoras e competitivas.

Ser empreendedora, dominar os segredos do mercado, ser proativa e trabalhar via CNPJ, é o desafio para as cerca de 100 mulheres associadas nas três associações de quebradeiras de coco organizadas em três, dos onze povoados ao longo da estrada que liga o município de Imperatriz ao município de Cidelândia. Antes vamos contextualizar um pouco sobre a presença de associações nos povoados.

A primeira associação de quebradeira de coco foi formalizada no povoado Petrolina no final da década de 1990, houve um empenho da empresa Celmar S. A. em ajudá-las no momento, pois havia necessidade de formalizar a cessão do uso da terra pelas mulheres - terras recém-adquiridas pela empresa que

as mulheres já trabalhavam há tempos. A necessidade de formalização estava relacionada à responsabilidade judicial do uso adequado da terra perante os órgãos de fiscalização do estado. Assim, a formalização da cessão de uso das terras para as mulheres as impedia, por exemplo, de fazer a queima do coco no local de coleta. Essa medida obrigou as mulheres a improvisarem o transporte do coco para fora dos babaçuais, o que para elas foi uma grande mudança na dinâmica do trabalho.

Parece-nos que as mulheres de Petrolina foram organizadas de forma compulsória em associação, sob o risco de não poderem acessar os territórios que antes utilizavam para trabalhar, o mesmo acontece na atualidade, pois para serem “beneficiadas” pela empresa as mulheres ao longo da estrada precisavam estar em associação. Em Petrolina, de 1990 para cá não se produziu no povoado aprendizados sobre os processos burocráticos que envolvem uma associação.

De fato, a associação tem uma relevância peculiar na vida das mulheres. Após a associação ser organizada com ajuda de consultores da empresa em questão, as mulheres ficaram responsáveis por manter os processos que envolvem sua gestão. No entanto, não houve formação para tanto, ações elementares como convocação para reuniões, condução de pautas, feitura de reuniões, organização de atas e arquivamento de documentos são tarefas muito difíceis de serem realizadas por elas, as condições físicas também não são favoráveis. Não há papéis, computadores, internet e, sobretudo, recursos humanos. As mulheres, em sua maioria, assinam apenas o nome, aquelas com mais instrução formal estão envolvidas em atividades fora de casa, o que as impede de dedicar tempo à associação.

Com a chegada da Suzano em 2008, houve necessidade de organizar novas associações e reorganizar as que já existiam, assim foram criadas duas entidades, além da que já existia em Petrolina. Nos Povoados de Coquelândia e São Felix foram criadas as duas novas associações e as mulheres foram convidadas a participar, pois quem não participasse não poderia acessar as benfeitorias feitas pela empresa no que se refere ao manejo com o coco. A sede da Associação das Quebradeiras de Coco de Petrolina, fundada em 1990, foi reformada e houve muito alvoroço entre as mulheres que pouco entendiam sobre o que estava acontecendo.

Voltamos às difíceis relações entre a empresa e as mulheres. O contato entre as três associações e a empresa acontecem no contexto do Conselho Comunitário, é nesse coletivo que se definem todas as ações que serão postas em práticas pela empresa em relação às quebradeiras de coco. Sobre o coletivo, as mulheres reclamam que têm pouca agência e que as decisões já aparecem prontas. De fato, elas não formulam as pautas, opinam pouco sobre as decisões e acabam sempre aceitando as soluções que são dadas pelas

representantes da empresa, estas, em sua maioria mulheres e de muito fácil comunicação, se comportam como “iguais” às quebradeiras, numa clara estratégia de ganho de confiança¹⁰. As decisões sobre oficinas e cursos feitos nos povoados seguem as regras do mercado, com consultorias vindas de fora da região, objetivos voltados pro mercado e desconhecimento das necessidades locais e dos saberes das mulheres, elas são tratadas como aprendizes, apesar de lidarem há tempos com o coco, precisam aprender a produzir produtos derivados do coco como bijuterias, sabonetes, flores artesanais ou mesmo reaprender a feitura de produtos que elas já realizavam como óleos, azeites e mesocarpo por meio de cursos de capacitação ministrados por homens. No contexto nativo os homens não dominam nenhum conjunto de saberes sobre o coco, mas na situação em questão são os que ensinam.

Mas se engana quem pensa que essas mulheres não entendem sobre os processos de dominação que acontecem as suas voltas, Collins (2019) ao tratar sobre as mulheres negras estadunidenses em situação de subalternidade nos põe a pensar sobre os corpos negros submetidos que por fora estão inertes, não podem ser mover por assimetrias de poderes, mas por dentro? Se pergunta Collins.

E as quebradeiras de coco? O que elas não falam, mas pensam e fazem? Nossas conversas fora da cena pública demonstram que elas sabem que a empresa não faz favor a elas, que não é “boazinha”, que não cumpre os prazos, que as trata “em banho maria”, que não se importa com elas. Elas também sabem que as representantes da empresa são pessoas que fariam de tudo para manter seus empregos. E onde esses corpos inertes por fora, falam rebeldias? Criam resistências? São muitas as formas verificadas por nós que traduzem o fazer resistência cotidiana: fazer “corpo mole”, não cumprir os horários, não fazer da agenda da empresa a pauta mais importante do seu dia, sair para tomar um café no meio do debate, alimentar ou produzir fofoca sobre a empresa, “falar mal da mesma”, são indícios do quanto as mulheres não prezam pela empresa, como às vezes podem sugerir suas falas públicas. Porém, além de constituírem atos de resistir, essas ações nos indicam também o quão é difícil pra elas lidarem com lógicas tão distantes das suas.

Esses discursos ocultos, conforme menciona Scott (2000), assim como as pequenas e isoladas ações individuais e pontuais que tentam enfraquecer ou sabotar a ação do dominador, são chamados pelo autor de resistências cotidianas (Scott, 2002), compõem um leque de ações que ocorrem todas no nível da infrapolítica, não porque essas mulheres sejam covardes, medrosas

¹⁰ Sobre a relação entre corporações empresariais e comunidades, consultar o excelente trabalho de Castro (2017).

ou estejam alinhadas a seus dominadores, elas ocorrem no nível não público exatamente por que seus agentes têm ciência dos contextos de assimetrias de poderes em que caminham e agem. Quando elas se perguntam “O que vamos fazer? A empresa já está aqui, ela não vai sair daqui”; elas já têm a resposta: “Temos que estar junto a ela [a empresa] pra tomar o que é nosso por direito. Mas bom mesmo seria se ela não tivesse vindo”.

Tanto os atos de resistir no infrapolítico, quanto o não domínio da “linguagem empresarial” faz com que as ações da empresa nos povoados, em particular com as quebradeiras de coco, se transformem em momentos de constrangimentos para as mulheres, estas são chamadas à atenção por não estarem se esforçando o bastante, por não tomarem posição de comando nas questões que envolvem seus interesses, enfim, de fazerem “corpo mole”. As representantes da empresa afirmam que são muitos os recursos financeiros investidos nas mulheres para a pouca participação delas, que a empresa precisa ter retorno de tal investimento. O discurso sobre empreendedorismo é uma espécie de mantra da empresa, isso impõe certa necessidade para as mulheres com as quais elas não podem lidar, dificuldades de ler e interpretar ideias verbalizadas e escritas, dificuldades de deslocamento de um povoado a outro, ou mesmo para a sede municipal para resolver burocracias, além do fato de elas se acharem “velhas” demais para aprender tantas coisas novas. Essas dificuldades enfrentadas fazem com que elas se sintam incapazes, velhas e inadequadas para fazer algumas das atividades hoje colocadas como necessárias para que elas continuem fazendo aquilo que sempre fizeram: quebrar coco.

A necessidade de ser empreendedora exige que elas adquiram conhecimentos que não fazem parte de seus processos de socialização, por outro lado, não são valorizadas as formas próprias de aprendizados elaborados por elas ao longo de suas vidas; as oficinas estão sempre preocupadas em adequar seus produtos ao mercado, com acabamento, tamanho e embalagens que tenham “apelo comercial”. Uma escuta sensível com essas mulheres nos faz aprender que esses valores são importantes para o mercado, mas para as mulheres não. Elas comercializam seus produtos fora do circuito do mercado neoliberal, óleos e outros derivados do babaçu, por meio de formas de trocas que elas controlam desde a cata do produto até a chegada dele ao consumidor. Isso indica que elas prezam pelo retorno financeiro, porém desejam também controlar seus processos de produção. É claro para nós que qualquer forma de comercializar o coco e seus derivados que não esteja sob o controle das mulheres, em vez de as empoderar no sentido da luta e do fortalecimento coletivo as tornará mais frágeis e suscetíveis a outros processos de dominação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres camponesas quebradeiras de coco da Estrada do Arroz experienciam as mudanças na organização do trabalho e nas relações com a natureza trazidas com a territorialização da Suzano Papel e Celulose tendo que passar por aprendizados que lhes são impostos, o que fazem com muita dificuldade, mas nunca respondem às expectativas da empresa, o que faz com que sejam entendidas como “necessitadas” e as vezes incapazes de resolver seus problemas cotidianos.

A organização em associações e o trabalhar a partir da lógica do mercado causa certa estranheza para essas mulheres que estavam habituadas a trabalhar dentro de uma lógica forjada por elas e sobre a qual elas tinham controle. O fato de desconhecem os meandros dos sistemas de burocracia que estão envoltos no processo de organizar associações e de não se portarem como empreendedoras, as deixa fragilizada em relação à empresa que, por outro lado, não valoriza os conhecimentos forjados por essas mulheres em seus processos de socialização, sobretudo em relação ao trabalho com o coco babaçu.

O desconhecimento acerca das burocracias e dos manejos que envolvem o processo de criar associações, e ao mesmo tempo certa resistência das mulheres em não aprender, forma um quadro favorável para ações de dominação da empresa em relação às mulheres, o que pode ocorrer de diferentes formas. No entanto, procuramos pontuar que apesar da dominação que se apresenta no dia a dia dessas mulheres, que tem origem na presença da empresa nos territórios em que as quebradeiras trabalham, elas resistem elaborando formas próprias de enfrentamentos no campo da infrapolítica. Esses enfrentamentos apesar de serem ações pontuais e não organizadas coletivamente, concorrem para que essas mulheres mantenham alguma memória de um tempo quando a empresa não estava lá, elas também sabem que para continuarem seu ofício, é necessário que sejam “colaboradoras” da empresa: que estejam abertas ao diálogo, que componham o Conselho Comunitário e respondam positivamente à empresa quando solicitadas. Esses eventos podem parecer ao olhar apressado como subordinação, quando é na realidade a condição para que elas mantenham suas identidades, mesmo que residual, de quebradeiras, além disso, os aprendizados que essas mulheres adquirem no processo de ter que se organizar para dialogar com a empresa, mesmo que seja um diálogo vertical, as ajuda no processo de construção de conhecimentos que pode colaborar para que sejam sujeitas livres, capazes de elaborar ações de resistências públicas em situações do porvir, quando os contextos forem outros.

Mostramos também que a forma de pensar o desenvolvimento tendo como matriz as necessidades do mercado e não das pessoas não é recente na Amazônia Brasileira, em particular na maranhense, tendo sido frequente nas políticas públicas a pouca atenção às necessidades locais. E por fim, que a relação entre a multinacional e as mulheres da Estrada do Arroz ilustra mais uma situação em que a inserção da mulher em políticas de desenvolvimento pensadas e forjadas fora de contexto, sem considerar as questões de gênero, em vez de as empoderar, as subordina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, A. (2016). O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. In C. M. SOUSA (Org). *Um convite à utopia* (pp. 203-233). Campina Grande: EDUEPB. <http://books.scielo.org/id/kcdz2/06>.
- ACOSTA, A., & Brand, U. (2018). *Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista*. São Paulo: Elefante.
- ALCANTARA, L. C. S., & SAMPAIO, C. A. C. (2017). Bem viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 40.
- ARAÚJO, H. de F. A. (2000). As diferentes estratégias de organização para a produção assumida por mulheres, quebradeiras de coco, na denominada Microrregião de Imperatriz. In A. W. B. ALMEIDA (Org.). *Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados*. São Luís: Balaios Typhografia.
- BARRAGÁN, M. et al. (2020). Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In H. B. Holanda. *Pensamento feminista hoje: perspectiva decolonial*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- CASTRO, R. A. (2017). *Estratégias de dominação empresarial e resistências comunitárias na Amazônia Maranhense*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará, Pará, PA, Brasil.
- COLLINS, P. H. (2019). Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In H. B. Holanda. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo.
- ESCOBAR, A. (2007). *La invención del Tercer Mundo Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana.
- FEDERICI, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante.
- FRANKLIN, A. (2005). *Breve história de Imperatriz*. Imperatriz: Ed. Ética.
- GUDYNAS, E. (2009). *Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual*. Recuperado em 19 de maio de 2020, de <http://www.gudynas.com/publicaciones/GudynasNuevoExtractivismo10Tesis09X2.pdf>.

- MARTINS, J. S. (2016). *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano* (2ª ed.). São Paulo: Contexto.
- MARQUES, M. I. M. (2015). Considerações sobre a expansão da indústria de papel e celulose no Brasil a partir do caso da Suzano Papel e Celulose. *Geographia*, ano 17, nº 35. Recuperado de <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13731>.
- MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU. (2023). *Sobre nós*. Recuperado de <https://www.miqcb.org/sobre-nos>
- MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU. (2005). Fascículo 6: quebradeiras de coco em Imperatriz. *Nova Cartografia Social da Amazônia*. São Luís: MIQCB.
- PANTOJA, V., & PEREIRA, J. M. (2019). Discursos do desenvolvimento: (in) visibilidade do social, modernidade e progresso em Imperatriz, MA. *Interações*, 20(1), 79-93.
- RIBEIRO JUNIOR, J. A. dos S. (2014). *O desenvolvimento geográfico desigual da Suzano Papel e Celulose no Maranhão*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- SANTOS, M. (2006). *Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp.
- SCOTT, J. (2000). *Los dominados y el arte de la resistencia: discursos ocultos*. México: Era.
- SCOTT, J. (2002). Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, 1(21), 10-31.
- SUZANO. (2017). *Resumo Público. Plano de governança florestal Maranhão 2017*. Recuperado de <https://shorturl.at/gqrE9>.

EDUCAÇÃO, SABERES TRADICIONAIS E INOVAÇÃO
NA AMAZÔNIA: DISCUSSÕES A PARTIR
DE PUBLICAÇÕES NA REVISTA *EXITUS*

*Educación, conocimientos tradicionales
e innovación en la Amazonia: discusiones
a partir de publicaciones de la Revista Exitus*

Education, Traditional Knowledge
and Innovation in the Amazon: discussions
based on publications in Revista *Exitus*

ANSELMO ALENCAR COLARES

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA, Brasil)

LUCAS DE VASCONCELOS SOARES

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA, Brasil)

MARIA LÍLIA IMBIRIBA SOUSA COLARES

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA, Brasil)

RESUMO

A Amazônia tem despertado interesses econômicos antes de ser conhecida com esse nome. E vem sendo estudada por diversos pesquisadores, inicialmente por conta de sua exuberância em termos de fauna e flora, até as preocupações com suas populações nativas e tradicionais e os problemas que as afetam, na contemporaneida-

de. Há também mudanças substanciais com relação a quem estuda a Amazônia. Do olhar externo, de estrangeiros ou de brasileiros de outras regiões, gradativamente tem aumentado o quantitativo de pesquisadores oriundos dessa região e que nela desenvolvem seus estudos. O texto apresenta um mapeamento de publicações da revista científica *Exitus*, vinculada a Universidade Federal do Oeste do Pará, no interior da Amazônia, no período de 2011 a 2020. A identificação ocorreu a partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, inicialmente contendo o descritor Amazônia. Em seguida, partiu-se para a seleção quanto ao eixo temático “Educação, saberes tradicionais e inovação”, obtendo-se, ao final, quatro artigos. Os resultados apontam pesquisas nas quais constata-se o fortalecimento de práticas educativas inovadoras com foco nos saberes tradicionais dos povos amazônicos.

Palavras-chave: Amazônia; Educação; saberes tradicionais.

RESUMEN

La Amazonia ha despertado intereses económicos ya antes de ser conocida por ese nombre. Ha sido estudiada por diversos investigadores, inicialmente debido a su exuberancia en términos de fauna y flora, y hasta por el interés por sus poblaciones nativas y tradicionales y los problemas que las afectan, en los tiempos contemporáneos. También se han producido cambios sustanciales en relación con quienes estudian la Amazonia. Desde la perspectiva externa, de extranjeros o brasileños de otras regiones, el número de investigadores oriundos de esa región y que desarrollan sus estudios allí ha aumentado gradualmente. El texto presenta un análisis de las publicaciones con uno de los temas de este dossier aparecidas en la revista científica *Exitus*, vinculada a la Universidade Federal do Oeste do Pará, en el interior de la Amazonia, en el período de 2011 a 2020. La identificación se llevó a cabo a partir de la lectura de los títulos, resúmenes y palabras clave, que inicialmente contenían el descriptor “Amazonia”. Luego, se realizó la selección con respecto al eje temático “Educación, conocimiento tradicional e innovación”, obteniendo, al final, cuatro artículos. Los resultados apuntan a investigaciones en las que se constata el fortalecimiento de prácticas educativas innovadoras con un enfoque en el conocimiento tradicional de los pueblos amazónicos.

Palabras clave: Amazonia; Educación; conocimientos tradicionales.

ABSTRACT

The Amazon has attracted economic interest even before it was known by that name. It has been studied by many researchers, initially because of its exuberance in terms of fauna and flora, then due to concerns about its native and traditional populations and the problems that affect them nowadays. There have also been substantial

changes with respect to who studies the Amazon. From an external perspective, that of foreigners or Brazilians from other regions, the number of researchers coming from and developing their studies in this region has gradually increased. This text presents a mapping of publications of the scientific journal *Exitus*, linked to the Universidade Federal do Oeste do Pará, in the interior of the Amazon, from 2011 to 2020. The identification occurred from the reading of titles, abstracts and keywords, initially containing the descriptor Amazon. After that, the thematic axis “Education, traditional knowledge and innovation” was selected, obtaining, in the end, four articles. The results point to research in which it is possible to verify the strengthening of innovative educational practices focused on the traditional knowledge of Amazonian peoples.

Keywords: Amazon; Education; traditional knowledge.

I. INTRODUÇÃO

O QUE ESTÁ SENDO VEICULADO em uma revista científica da área de educação da Amazônia sobre saberes tradicionais e inovação nesta região? Essa pergunta balizou a elaboração deste artigo. O estudo tem como objetivo analisar as discussões em torno da relação “saberes tradicionais e inovação” na região amazônica por meio de artigos veiculados em uma revista da área da educação, verificando contribuições e/ou desafios na valorização da cultura local.

Elegeu-se a Revista Científica *Exitus* – periódico criado no ano de 2011 e filiado ao Fórum de Editores Norte Nordeste/FEPAE-NN e ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará – do Norte do Brasil, e como recorte temporal contemplou-se as publicações no período de 2011 a 2020.

As análises foram embasadas em diversos estudiosos da educação na Amazônia brasileira como: Colares (2018), Loureiro (2002), Rodrigues (2018), Garcia, Yasuda & Bene (2020), Andrade (2014), Brasileiro & França (2011), entre outros, os quais constam nas referências do estudo.

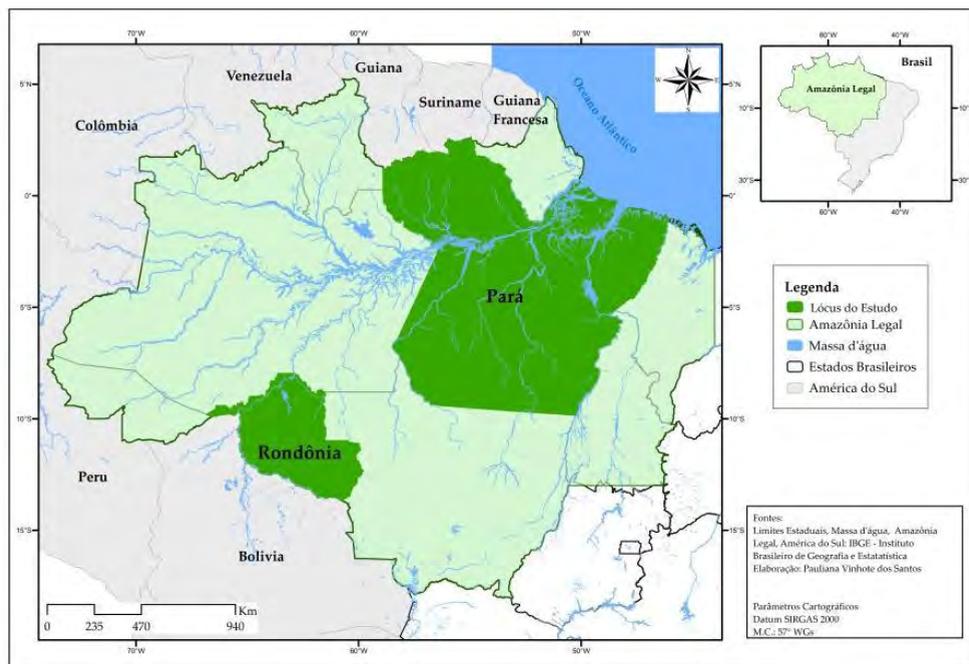
O artigo está organizado em três blocos: “da visão reducionista à valorização das diversidades”, analisando o processo histórico de transposição, na produção científica, de um cenário exótico para uma Amazônia humana, cercada de singularidades, destacando caminhos a valorização dos povos e saberes locais; “percurso metodológico do estudo”, descrevendo os passos empregados na realização da pesquisa, desde a concepção até os resultados quantitativos encontrados; “de práticas e desafios a novas perspectivas na Amazônia: diálogos sobre educação, saberes tradicionais e inovação”, apresentando a discussão das produções disseminadas pela Revista *Exitus* em torno da valorização dos saberes tradicionais amazônicos, enquanto práticas inovadoras no campo educacional.

2. DA VISÃO REDUCIONISTA À VALORIZAÇÃO DAS DIVERSIDADES

A Amazônia Legal, constituída integralmente por oito estados do Brasil – Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Mato Grosso e Tocantins – e parte do Estado do Maranhão, abarcando 772 municípios, incluindo toda a região norte, ocupa uma gigantesca área com extensão territorial de 5.015.067,75 km² (quilômetros quadrados), equivalente a 58,9% do território nacional (IBGE, 2020).

Possui vasta extensão de rios e florestas, além de uma exuberante diversidade de plantas e animais. E, principalmente, diversidade de povos, situados nos diversos tempos e espaços. Na Amazônia estão, aproximadamente, 20,3 milhões de moradores, sendo “68,9% residentes na área urbana e 31,1% na área rural” (Imazon, 2013). A Figura 1 apresenta a delimitação da Amazônia Legal e os estados *lócus* dos estudos selecionados.

FIGURA 1. Delimitação geográfica dos estados que compõem a Amazônia Legal.



Fonte: Elaborada pelos autores para este estudo, 2023.

É nesse contexto que se encontram inúmeras comunidades tradicionais, termo utilizado para referenciar os povos existentes ao longo da história da

Amazônia, e constituem “as diversidades que foram herdadas das tradições, as diversidades já contrárias à tradição e a diversidade das diversidades” (Sanfelice, 2016, p. 8), entre eles: indígenas, quilombolas, povos da floresta, extrativistas, ribeirinhos, assentados, imigrantes, etc., povoando uma cultura singular com características miscigenadas, traduzidas em um estilo de vida marcado pelo uso e manejo artesanal da terra, na extração e coleta de alimentos naturais, na busca pela sobrevivência em condições logísticas desfavoráveis, em lutas e resistências em prol de direitos sociais e na garantia do reconhecimento de suas culturas e terras. Portanto, é pertinente pensarmos em “Amazônias”, levando em conta que “A extensão territorial (...), a variedade de espécies (...) e a diversidade cultural, propiciam a esta região uma heterogeneidade que ainda é pouco conhecida” (Colares, 2018, p. 4).

Terra de culturas, saberes, sabores, estilos, diversidades, exuberâncias e, ao mesmo tempo, terra sem lei, sem justiça, sem direitos, de exclusão, de autoritarismo, de expropriação, de atrocidades. A Amazônia tem se firmado no contexto da contradição ao longo de sua história, pois, “está sob os olhares e a intervenção do capitalismo globalizado voraz” (Sanfelice, 2016, p. 8), devido à condição de apresentar “uma rica biodiversidade a qual tem sido objeto de cobiça internacional, especialmente por parte dos países mais ricos e que já destruíram grande parte de seus ecossistemas” (Colares, 2018, p. 3). Tal condição se perpetua por conta dos grandes potenciais econômicos da região, propensa a atrair grandes indústrias e, diante disso, vulnerabilizar os povos existentes. Consequentemente, os “interesses considerados públicos e privados se digladiam” (Sanfelice, 2016, p. 8).

No decorrer dos anos, as discussões sobre a Amazônia revelam visões reducionistas quanto aos potenciais recursos econômicos naturais, no cenário exótico e nos conflitos e impactos nas disputas pelo uso da terra, cujas pesquisas indicam

a existência da lógica do pensamento abissal que funda a racionalidade ocidental (...) em excluir (...) tudo aquilo que foge dos parâmetros hegemônicos por ela estabelecidos, atuando numa relação colonial, (...) de dominação, (...) de exploração (Garcia, Yasuda, & Bene, 2020, p. 49).

De fato, a Amazônia tem sido objeto de curiosidade/estudo desde nosso período colonial, por diversas expedições científicas, fase denominada por Loureiro (2002) como de “reconhecimento”. Por conseguinte, produziam “cartas e relatos sobre a descoberta de um novo mundo, que impressionavam os europeus e aguçavam o desejo pela obtenção de riqueza rápida e fácil” (Colares, 2018, pp. 6-7). Compreendia-se que:

Esse modelo de racionalidade ocidental gera um demasiado desperdício de diversos saberes que são desconsiderados pela sociedade, justificado pela razão indolente que assume como caráter de ordem a homogeneidade do todo e das partes. Desse modo, toda produção que fuja dessa lógica é excluída e afixada como inexistente para a sociedade (...), promovendo a desvalorização do que não se enquadra aos padrões hegemônicos (Garcia, Yasuda, & Bene, 2020, p. 49).

Estudos de cunho educacional sobre a Amazônia revelam uma produção marcada pela centralidade dos aspectos político-econômicos e quase ausência do sentido humanitário e cultural, apresentando uma visão excludente dos diversos povos e suas relações no decorrer da história. Tais produções projetam uma Amazônia exótica, mítica, imediatista, em uma leitura invertida da realidade. Diante desta condição, constata-se que por conta “da curiosidade diante do exótico, aos poucos, os textos, sob a influência do desenvolvimento da antropologia e outros ramos das ciências humanas e sociais, trazem reflexões críticas e procuram dar visibilidades aos (...) povos que habitam a Amazônia” (Colares, 2018, p. 8), focalizando em suas “tradições e culturas singulares, entendidas como expressões de conhecimentos ancestrais que merecem atenção e respeito” (Colares, 2018, p. 8). Eis que surge um compromisso com a valorização sociocultural dos povos amazônicos:

É muito comum vermos a Amazônia brasileira retratada pela mídia como sendo somente uma rica floresta em processo de desmatamento, sofrendo pela ação dos seres humanos, e que possui grande variedade de vida animal. Retrata-se também a presença de inúmeras tribos indígenas, que são constantemente filmadas, fotografadas, e que viram documentários em produções estrangeiras por serem exóticos. Essa propaganda cria uma imagem onde as pessoas que não conhecem os vários estados que compõem a Amazônia os veem como imensas regiões alagadas, onde os moradores convivem, mesmo em zona urbana, com sucuris e jacarés (Kluska, 2016, pp. 124-125).

A Amazônia como um espaço singular e, ao mesmo tempo, universal, é abordada por Colares e Colares (2016), analisando dois estudos. O primeiro, de Violeta Loureiro, destaca o processo de expansão e ocupação do território, alinhado aos períodos históricos da sociedade brasileira, cujas ações corroboraram na intensificação de embates e desigualdades ainda existentes na região, frutos da

implantação dos “grandes projetos” o que acarretou inúmeras consequências sociais, conflitos por terras, violação de direitos humanos, e (...) outros. Tais aspectos não podem ser desprezados pelos historiadores (Colares & Colares, 2016, p. 19).

O segundo estudo, de Daniel Klein, “revela um esforço que precisa ser ampliado” (Colares & Colares, 2016, p. 19), tratando das forças humanas durante o ciclo da borracha, na década de 1980, revelando pesquisas sobre os modos de vida destes trabalhadores, promovendo uma abertura na historiografia amazônica com a incorporação de outros objetos, tempos, espaços e sujeitos (Colares & Colares, 2016). Tais contribuições mostram-se relevantes no sentido de indicar novos rumos na produção acadêmico-científica da Amazônia, dado que “nos últimos 500 anos, a história da Amazônia tem sido construída entre a magia e a exploração desordenada da natureza” (Loureiro, 2002, p. 98).

Tangenciados pelas forças de produção-exploração capitalistas instaladas na região, os povos amazônicos tornam-se vulneráveis a um processo de desvalorização e enfraquecimento de suas tradições e direitos. Daí a necessidade de organização em movimentos de lutas e resistências em prol da sobrevivência, visto que, “o desafio dos povos que habitam a Amazônia (...) é integrar desenvolvimento econômico com proteção de seus recursos naturais” (Imazon, 2015).

Destacam-se três grandes acontecimentos propícios à reflexão, tanto da atuação massiva e desordenada do capital como, também, pela capacidade de organização dos sujeitos amazônicos na preservação de seus direitos e o acesso a uma propícia qualidade de vida.

1. A “Cabanagem”: ocorrida durante o Império do Brasil na antiga província do Grão-Pará, fruto da condição de extrema pobreza e desigualdades existentes na região e da busca pela independência das forças portuguesas no comando do governo. O nome do movimento associa-se a condição em que

os cabanos, isto é, os representantes da base explorada e dominada: liberais brasileiros, pequenos proprietários de terra, lavradores, foreiros e pescadores (...) moravam em “cabanas” (...) situadas às margens dos rios. Participaram do movimento também (...) índios, mestiços, negros libertos e negros escravos, além de militares e funcionários públicos, e o setor progressista do clero (Colares, 2018, p. 12).

Forças unidas contra o governo, e sua expulsão, com o objetivo de aumentar à valorização do território e o enfrentamento às questões sociais decadentes da época, formando “grupos rebeldes para atacar aqueles que eram favorecidos pelo poder” (Imazon, 2015). Este se consolidou como um dos episódios “mais violentos da história brasileira”, com ações que envolviam “a chacina de brancos, incêndios a estabelecimentos e ataques a navios de passagem” (Imazon, 2015), culminando na “morte de pelo menos 30.000 pessoas, de uma população, na época, de aproximadamente 130.000 habitantes” (Colares, 2018, p. 12). O movimento dos cabanos retrata um contexto de enfrentamentos em prol dos direitos, da igualdade e de condições favoráveis de vida, indi-

ca “uma luta política, luta social e luta de resistência”, pois, “havia um esboço de projeto político e não apenas a ação de rebeldes ou arruaceiros, como os primeiros escritos sobre o movimento os classificou” (Colares, 2018, p. 12).

2. Ouro de Serra Pelada: contexto socioambiental de um distrito do município de Curionópolis no sudeste do Pará, cuja ocupação é decorrente de atividades garimpeiras pela existência de áreas ricas em metais preciosos. No ano de 1979 um vaqueiro encontrou pedras de ouro próximo a bananeiras em uma área particular, dando a notícia ao proprietário, cujos funcionários passaram duas semanas escavando e encontraram quantidades cada vez maiores do metal precioso. Em 1980, um comprador de ouro espalhou a notícia por outras localidades, ocasionando em levas de garimpeiros migrando para a região, formando a vila Serra Pelada. Em 1984, tal área mineradora chegou ao declínio, ocasionando em uma série de condições vulneráveis a população residente na localidade, ou como afirma Loureiro (2002, p. 119), “vinte anos depois de descoberta da maior mina de ouro a céu aberto do mundo, o garimpo foi reduzido a um favelão infestado de doenças”. Consequentemente, mesmo com a recente ativação das minas e retomada das atividades garimpeiras, Serra Pelada perdeu sua essência, tornando-se uma área de extrema pobreza socioeconômica. O fato destaca a intervenção de grandes empresas em prol da exploração dos recursos e as consequências destas no enfraquecimento dos modos de vida da população amazônica, ainda subalternizada às ações do grande capital.

Nessa região, destaca-se a presença de grandes projetos e indústrias exploratórias, ainda em atividades, como o Projeto Jari, de produção de celulose, a Mineração Rio do Norte – MRN no distrito de Porto Trombetas/PA, com quarenta anos de atividade na região, e a ALCOA no município de Juruti/PA, estas duas últimas dedicadas à atividade de extração do minério bauxita, consolidando-se com a proposta do “desenvolvimento regional”, porém, culminando em altos riscos quanto à naturalidade dos espaços e a qualidade de vida da população.

3. Massacre de Eldorado do Carajás: Assassinato de dezenove sem-terra, em 17 de abril de 1996, em um acampamento formado no município de Eldorado do Carajás, no sul do Pará, decorrente da ação da polícia militar do estado. Cerca de 2.500 sem-terra estavam acampados na região, junto de outros manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), totalizando 4.221 pessoas, em uma marcha de quase 900 km até a capital Belém em protesto contra a demora do governo na desapropriação de terras, especificamente, dos 40 mil hectares de uma determinada fazenda (Nepomuceno, 2007). Ao longo da manifestação, a polícia militar foi chamada para tirá-los do local, momento em que ocorreu o conhecido massacre, cujo acontecimento carrega outras questões implícitas como, a exemplo, que o proprietário da fazenda pagou propina aos policiais para matarem os invasores, porém, nada com-

provado. Para Loureiro (2002, p. 90), “A resistência dos habitantes da região à expulsão das terras onde moravam, mesmo quando (...) era feita com violência pela polícia, constituiu um fato inesperado para os governos militares e (...) os pretendentes às novas terras abertas na Amazônia”. Este fato ilustra a intervenção governamental e dos detentores do poder em prol do acúmulo de bens e riquezas, revelando o desmando com a garantia dos direitos coletivos e das minorias, culminando em um enfraquecimento nas políticas assistencialistas aos povos amazônicos.

Seguindo uma ordem descronológica, o segundo e terceiro acontecimento demonstram a ação do grande capital em prol de abastecer suas riquezas e potencializar suas atividades na região, esmagando tudo o que estiver posto no caminho, corroborando na propagação de desigualdades sociais e na dissipação de povos, culturas e saberes na Amazônia brasileira. Por outro lado, ainda que raramente aconteça, o primeiro acontecimento ilustra um movimento essencial, de lutas e resistências pela preservação de direitos, na valorização de uma identidade própria e das relações construídas por estes povos ao longo dos anos. Tais ações destacadas nos encaminham a uma nova compreensão sobre a Amazônia.

Do paradigma político-econômico, tangenciado por conflitos, para uma visão humano-diversificada, alcançamos uma nova perspectiva, de valorização das diversidades, (des)silenciando os cerceios resultantes de sua condição histórica. Todavia, destaca-se que “continuam existindo os antigos problemas, que dificultam a vida dos habitantes, especialmente no que diz respeito à educação e à saúde” (Colares, 2018, p. 13), uma vez que o próprio sistema vigente na sociedade permanece com suas bases ideológicas, autoritárias e excludentes. No entanto, celebramos o grande avanço no campo das produções científicas sobre a região, ampliando pesquisas que contemplam a diversidade, dando novo sentido de interpretação e perspectivas em torno dos problemas identificados, introjetando mudanças, uma vez que este é um processo lento, resultante de “um esforço reflexivo e prospectivo, não uma proposta com fórmula mágica” (Sanfelice, 2016, p. 7). Um exemplo deste novo compromisso mostra-se nos artigos que integram a Coletânea “Educação e Realidade Amazônica”, do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), com cinco livros publicados, contemplando sete produções no vol. 1 (2016); quatorze no vol. 2 (2017); doze no vol. 3 (2018); dez no vol. 4 (2019) e quinze no vol. 5 (2020). Estudos realizados por pesquisadores locais sobre o contexto educacional da região, uma vez que:

Falar em educação (...) para a Amazônia significa incluir no diálogo as pessoas que se encontram em interação com a natureza. Portanto, não é algo que possa ser trabalhado enquanto uma receita a ser seguida, uma

“fórmula” que possa resolver os problemas. Até porque a educação por si só é incapaz de quebrar as estruturas sociais oprimidas; para tal, uma mudança do sistema econômico e político se fazem necessárias. Desta forma, ao se falar em educação, deve-se considerar sempre todos os outros fatores que envolvem esse ato, sejam de natureza política, religiosa, econômica, cultural (Pescaria & Colares, 2017, p. 10).

Tratar de Educação na Amazônia não é analisar o objeto em si (Educação), mas o conjunto de povos, tradições, crenças, culturas, histórias e, principalmente, os saberes existentes em torno dessa realidade. Um mix de diversidades que constituem práticas inovadoras nos processos educacionais, visto que, “uma educação para a região Amazônica deve contemplar assuntos que possam agregar o respeito, a valorização e a legitimação das diferenças” (Pescaria & Colares, 2017, p. 19).

Portanto, estamos diante de uma Amazônia multicultural, povoada por múltiplos saberes tradicionais dos povos locais como: a medicina popular, crendices, mitos, lendas, contos, etc., ações que simbolizam a grande singularidade explícita nas relações constituídas ao longo de sua história, conhecimentos que, muitas vezes, não são contemplados no currículo oficial da rede de ensino, a exemplo, substituídos por conteúdos importados. Sob essa perspectiva, é fundamental a visão de que

compreender o Multiculturalismo é perceber que existe o outro, e muitos outros dentro de uma sociedade, culturas, vocábulos, identidades variadas que contribuem para a formação de diversas organizações (Lopez, Nenevé, & Amaral, 2013, p. 208).

Considerar os Saberes Tradicionais na Amazônia é incorporar o amplo conjunto de bens culturais que são transmitidos de geração para geração, valores, costumes, crenças etc., preservados pela sua importância para o desenvolvimento dos povos e da região, passando por um processo de aprendizado ao longo da história entre os integrantes desta realidade. Estes diferem dos conhecimentos científicos, produzidos e acumulados historicamente pela sociedade, constituindo-se como algo que nasce no contexto das relações instituídas entre as comunidades populacionais, em um movimento histórico-social de transmissão/assimilação/incorporação/preservação. De fato, os saberes, se captados sua essencialidade e importância para o contexto local, tendem a proporcionar descobertas de práticas inovadoras e significativas no processo de formação humana, social, escolar e sistematizada na Amazônia, uma vez que a perspectiva multicultural nos ensina que “o respeito e o convívio à diversidade cultural e o reconhecimento de que existe o diferente, grupos distintos entre si, que não devem ser silenciados ou excluídos de seus direitos e oportunidades para afirmar sua identidade” (Lopez, Nenevé, & Amaral, 2013, p. 216). Assim:

O conjunto de produções sobre a Amazônia, passando por suas diferentes fases, até aos estudos da atualidade, constituem fontes essenciais para quem deseja compreender a realidade educacional desta região em uma perspectiva de totalidade. A leitura dos escritos, desde as cartas e relatos iniciais, com o necessário cuidado em observar as motivações, os interesses, e as visões preconcebidas, podem nos revelar importantes aspectos de nosso passado que ainda perdura, de forma positiva ou negativa (Colares, 2018, p. 14).

Por conseguinte, torna-se de grande pertinência verificar a relação entre a produção científica sobre a Amazônia na área da Educação e as discussões em torno dos saberes tradicionais e inovação, em busca de novas contribuições na ampliação da perspectiva humana sobre a região, na valorização dos povos amazônicos, na preservação de culturas e tradições, na afirmação desta como terra de singularidades, no engajamento de lutas e resistências em prol de direitos e conquistas e na apropriação de um conhecimento local em incorporação com o saber universal.

3. PERCURSO METODOLÓGICO DO ESTUDO

A Revista Científica *Exitus* (ISSN 2237-9460), criada no ano de 2011, vinculada ao Instituto de Ciências da Educação (ICED) e ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFOPA) da Universidade Federal do Oeste do Pará, com *Qualis* A4, é um periódico de publicação contínua, com a meta de “incentivar o debate e propiciar a divulgação da produção científica, como veículo de diálogo permanente entre os profissionais da Educação” (Ufopa, 2020), aceitando artigos, conferências e resenhas em diversos campos de pesquisa e nos idiomas português, inglês e espanhol, visando “contribuir para a difusão do conhecimento na área da educação, por meio de temáticas regionais, nacionais e internacionais” (Ufopa, 2020). Atualmente (julho de 2021), a revista contabiliza 11 volumes e 24 edições, com 25 resenhas e 398 artigos publicados. A Imagem 2 apresenta a capa do periódico, cujo estudo se justifica por ser essa a única revista editada por uma instituição da região Norte que está indexada na base Educ@ da Fundação Carlos Chagas.

Selecionada como base de dados, realizou-se uma busca na revista a fim de compreender o que se está veiculando acerca da Educação voltada para as discussões dos saberes tradicionais e inovação na Amazônia (questão central), delimitando o recorte temporal de 2011 (ano de criação da revista) até 2020 (em sua última publicação - até o fechamento do presente estudo) na análise da produção, constituindo um estudo do tipo estado da Arte, composto em duas etapas.

Na primeira etapa realizou-se a busca no site da revista a partir do uso de quatro descritores (palavras-chaves) a fim de selecionar estudos e pesquisas

realizadas no contexto da região amazônica e que tivessem tais palavras no título do trabalho, encontrando alguns dados quantitativos: o descritor Amazônia (contido em dez artigos); Amazônica (em dois artigos); Amazônico e Amazônica (ambos com nenhum resultado encontrado). Feito o primeiro levantamento nas produções, obtivemos um total de doze trabalhos, publicados nos anos de 2011, 2014, 2015, 2017, 2018, 2019 e 2020, desenvolvidos em torno de temáticas distintas, porém, contemplando a região como *locus* dos estudos.

IMAGEM 2. Capa da Revista Científica *Exitus*/PPGE-UFOPA.



Fonte: Revista *Exitus*, 2020 (<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus>).

O Quadro 1 apresenta os trabalhos encontrados, sistematizados a partir do título, nome dos autores e dos dados da edição em que estão inseridos na revista (volume, número e ano de publicação).

QUADRO 1. Mapeamento das produções encontradas na Revista *Exitus* pelo uso de descritores.

PRODUÇÕES ENCONTRADAS NA REVISTA <i>EXITUS</i>					
TÍTULOS ENCONTRADOS		AUTORES	DADOS DA EDIÇÃO		
			VOLUME	NÚMERO	ANO
01	Identidade, condições de trabalho e realização profissional do professor do aluno com deficiência no interior da Amazônia Paraense	Lídia Alves de Oliveira; José Roberto He-loani	7	3	2017
02	Desafios à gestão de um polo da UAB na Amazônia paraense	Aldilene Lima Coelho; Tania Suely Azevedo Brasileiro	9	3	2019
03	O currículo e o estágio supervisionado na formação do professor de educação física na Amazônia	Josué José de Carvalho Filho; Tânia Suely Azevedo Brasileiro	7	1	2017
04	A literatura oral nas vertentes dos estudos dos contos populares na Amazônia	Élida Luciane Vieira de Andrade	4	1	2014
05	Audição radiofônica em uma comunidade rural na Amazônia paraense B	Manoel Ednaldo Rodrigues	9	1	2019
06	HISTEDBR e GEPHE: uma década de história da educação da Amazônia	Jesus de Nazaré de Lima Costa; Maria José Aviz do Rosário	10	1	2020
07	O PARFOR na Amazônia paraense: reflexões sobre a formação inicial de professores em exercício	Evaldo Ferreira Rodrigues; Waldir Ferreira de Abreu	10	1	2020
08	Quando a escola é uma flecha: Educação Escolar Indígena e Territorialização na Amazônia	Gilberto César Lopes Rodrigues	8	3	2018

PRODUÇÕES ENCONTRADAS NA REVISTA <i>EXITUS</i>					
TÍTULOS ENCONTRADOS		AUTORES	DADOS DA EDIÇÃO		
			VOLUME	NÚMERO	ANO
09	A visão dos preceptores a respeito da residência multiprofissional com foco na ortopedia e traumatologia no interior da Amazônia	Monique Natálle Silva Pereira; Jorge Carlos Menezes Nascimento Junior; Edna Ferreira Coelho Galvão	8	1	2018
10	Os desafios de um Programa de Pós-graduação em serviço no âmbito da alfabetização e da educação infantil na rede municipal de educação na Amazônia Brasileira	Tania Suely Azevedo Brasileiro; Rosângela de Fátima Cavalcante França	1	1	2011
11	Um percurso pelas marcas invisíveis da violência em uma escola pública amazônica	Amisley Guale Araujo; Lilian Coroline Urnau	7	3	2017
12	Cultura surda em uma Região Amazônica: a diferença narrada pelos surdos	Daiane Pinheiro	5	2	2015

Fonte: Elaborado pelos autores para este estudo, 2023.

Partindo para a segunda etapa do estudo, deu-se início a análise das produções encontradas, selecionando, entre os doze artigos, apenas aqueles que apresentam relação com o eixo temático “Educação, Saberes tradicionais e Inovação na Amazônia”, determinando o processo de exclusão a partir da leitura dos resumos, palavras-chaves, problemas de pesquisa, procedimentos metodológicos adotados, principais resultados obtidos e, em alguns deles, pelas proposições lançadas no decorrer de suas investigações. Feito isso, selecionamos quatro trabalhos finais, entendendo a pertinência destes para a referida proposta de estudo, conforme o Quadro 2.

QUADRO 2. Produções finais selecionadas após o processo de exclusão.

PRODUÇÕES SELECIONADAS AO ESTUDO APÓS O PROCESSO DE EXCLUSÃO			
	ARTIGOS SELECIONADOS	AUTORES	PALAVRAS-CHAVE
01	A literatura oral nas vertentes dos estudos dos contos populares na Amazônia	Élida Luciane Vieira de Andrade	Literatura oral. Tradição oral. Amazônia.
02	Quando a escola é uma flecha: Educação Escolar Indígena e Territorialização na Amazônia	Gilberto César Lopes Rodrigues	Territorialização. Educação Escolar Indígena. Identidade Étnica.
03	Os desafios de um Programa de Pós-graduação em serviço no âmbito da alfabetização e da educação infantil na rede municipal de educação na Amazônia Brasileira	Tania Suely Azevedo Brasileiro; Rosângela de Fátima Cavalcante França	Pós-graduação. Formação de professores. Formação em serviço.
04	Cultura surda em uma Região Amazônica: a diferença narrada pelos surdos	Daiane Pinheiro	Surdez. Cultura. Representação.

Fonte: Elaborado pelos autores para este estudo, 2023.

Dos quatro artigos finais selecionados, vale destacar que, quanto aos seus processos metodológicos, estes se deram por meio de estudo de caso, com a utilização de entrevistas, revisão de literatura e aplicação de questionários na coleta de dados, característica similar entre as produções.

4. DE PRÁTICAS E DESAFIOS A NOVAS PERSPECTIVAS NA AMAZÔNIA: DIÁLOGOS SOBRE EDUCAÇÃO, SABERES TRADICIONAIS E INOVAÇÃO

O primeiro trabalho, de Andrade (2014), tem como foco a discussão sobre a literatura oral a partir de experiências realizadas em torno do levantamento, produção e divulgação de contos populares amazônicos, adentrando na perspectiva da reflexão e aprofundamento das “fronteiras e embates teóricos que são enfrentados diante da necessidade de registrar os contos de literatura oral da Amazônia, de modo a criar um acervo de histórias” (Andrade, 2014, p. 169). Foi desenvolvido em núcleos da Pastoral do Menor, localizados em comunidades rurais da Amazônia, envolvendo 500 crianças e adolescentes, em um concomitante exercício de apropriação dos saberes históricos do meio social ao qual estão inseridos, tornando-os elementos geradores de novos

conhecimentos de natureza empírica. Trata-se de um procedimento significativo, pois, destaca o valor dos contos amazônicos e as crenças das populações tradicionais que internalizam estes como verdades absolutas, indicando a necessidade de aprofundamento das tradições orais, uma vez que “a oralidade desempenhou um papel central na transmissão de conhecimentos nas distintas sociedades que se desenvolveram no território amazônico” (Colares, 2018, p. 8), podendo ainda ser compreendida como:

Um meio de comunicação nas comunidades amazônicas, tornando-se indispensável à vida dos moradores, que valorizam o mítico-simbólico e o mistério sagrado das matas. Os contos populares amazônicos contêm mensagens que fornecem subsídios para o desenvolvimento da diversidade cultural, valoriza as etnias, mantêm a história viva e resgata significados para nossa existência (Andrade, 2014, p. 177).

Das principais ações realizadas, contemplam-se rodas de conversas, contação de histórias e oficinas de literatura, em concomitante parceria com os moradores mais antigos no resgate a estas narrativas, um valioso exercício em prol do fortalecimento da literatura oral e de valorização dos saberes tradicionais amazônicos, dando notoriedade ao compromisso da formação articulada com a realidade destes indivíduos. Além disso, contemplam-se ações que visam “preservar a cultura popular local e de possibilitar a criação, por meio de registro das histórias, de um material precioso que coleciona um acervo de literatura oral das comunidades amazônicas” (Andrade, 2014, p. 171), produto final do referido trabalho. Na tentativa de resgate e ascensão dos saberes tradicionais na Amazônia, destaca-se um processo de invisibilidade, considerando que:

Podemos dizer que, no decorrer da dinâmica de inventividade do saber científico, foram estabelecidas barreiras (...), visíveis e invisíveis, entre sujeitos, realidades, além da produção de classificações e arquétipos por parte de quem se rogou ao poder/direito (a “autoridade científica”) de dizer quais saberes possuem validade e/ou veracidade e quais não, quais saberes são “verdade”, quais são “mentira”. O que tem ou não relevância ou conveniência (Moura, Domingues, Nascimento, Araújo, & Barros, 2018, p. 116).

Nesse sentido, é de grande importância implementar práticas de valorização de um saber próprio, entendendo que estamos inseridos em um espaço “de muitas identidades que transbordam as diferenças” (Lopez, Nenevé, & Amaral, 2013, p. 206). Pelo estudo em análise, identificamos um compromisso em prol do resgate aos saberes tradicionais que, muitas vezes, acabam se perdendo no decorrer da história, visto que, “o estudo de literatura oral certamente levará a um aproveitamento em busca de algo que poderá ter sido esquecido na cultura local, mas permanecerá adormecido em algum lugar na

memória viva deste povo” (Andrade, 2014, p. 177). Propõe ainda a inclusão destes conhecimentos no currículo escolar, incutindo o sentimento de pertencimento ao local e permitindo a dissociação entre os saberes singulares e universais na Educação, firmando-se como práticas inovadoras no sentido de que “o que está em jogo não é apenas o que conquistamos através da educação formal, mas sim o que todos nós carregamos de mais primitivo, básico e instintivo, o poder da nossa imaginação” (Andrade, 2014, p. 177).

A segunda publicação estudada, Rodrigues (2018), aborda pesquisa em uma terra indígena no Estado do Pará, sobre a escola diferenciada na perspectiva do processo de territorialização destes povos, vislumbrando um embate entre a valorização das realidades e culturas locais e os mecanismos excluídos operados pela onda capitalista e a ausência de direitos. Demonstra a ação da escola perante a inclusão de sua própria realidade nos processos educacionais, persistindo a indagação central do autor em que:

Em contextos assim de explícita ação das forças de “ponta de lança” de expansão do capital é importante um exame do papel da escola e de seus objetivos educacionais procurando desvelar se a escola deveria ficar neutra, ou se deveria incluir no currículo e, portanto, ensinar, defesa do território. Responder a essa questão conformou-se na força motriz dessa pesquisa (Rodrigues, 2018, p. 400).

Trata-se de uma pesquisa realizada no período de quatro anos consecutivos, totalizando mais de 600 horas de coleta de dados, com inserção do pesquisador nas atividades desenvolvidas pela escola no âmbito das discussões sobre territorialidade e em torno das realidades e saberes locais dos povos indígenas amazônicos, populações que aparecem nos estudos numa perspectiva alarmante, destacando que:

A Amazônia não é, nunca foi, um território vazio; o Brasil não é uma nação de um povo só, e os graves problemas que os povos indígenas têm enfrentado nos últimos anos não dizem respeito somente a eles próprios, mas envolvem tantos interesses e questões que afetam diretamente a todos nós, não indígenas, que se torna imprudente não nos atentarmos a eles. Não é somente um problema de direitos humanos dos outros: (...) a legislação indigenista e a demarcação de terras indígenas, em particular, são temas indissociáveis do modelo de desenvolvimento e exploração econômica atualmente predominante no Brasil e de diversos interesses públicos e privados que nos afetam diariamente (Dias, 2019, p. 50).

No decorrer das descrições e análises, Rodrigues (2018) destaca uma interrupção no processo de construção sociocultural que a escola vinha realizando, fruto de uma intervenção da Justiça Federal brasileira que, naquele

momento, “negava a existência destes indígenas e determinava o fracionamento do território em lotes destinando-os às ‘famílias tradicionais’ que lá habitavam” (Rodrigues, 2018, p. 415), discurso fundamentado em “um suposto processo de miscigenação dos indígenas da região com migrantes nordestinos” (Rodrigues, 2018, p. 415), eximindo-os do direito de reconhecimento étnico-racial-territorial, dado que a “ausência ou exclusão, histórica e política de sujeitos (...) é fruto da perversidade do projeto hegemônico de sociedade (...) dentro de jogos de poder vivenciados local ou globalmente” (Moura *et al.*, 2018, pp. 117-118). Em posse do material, Rodrigues (2018, p. 415) afirma que “o prolator da sentença utiliza informações duvidosas retiradas da grande imprensa nacional supostamente publicadas como matérias pagas para justificar seus argumentos de miscigenação e apagamento da identidade étnica”. Outra vez, contempla-se a massiva atuação do capital em prol do enfraquecimento da identidade e do campo dos direitos na Amazônia. Felizmente, esta decisão foi revogada em segunda instância.

Consequentemente, tais acontecimentos se tornam fortalecedores no sentido de introjetar à valorização de suas culturas, saberes, tradições, realidades e materializar estas características em âmbito formal, na prática escolar, incluindo atividades direcionadas ao “fortalecimento das atividades escolares ligadas à reafirmação identitária indígena, e a determinação em movimentar a escola para incluir atividades de defesa e vigilância do território” (Rodrigues, 2018, p. 416), pressupondo que:

Concretizou-se uma ideia que já vinha sendo esboçada com o descontentamento em mobilizar a escola nas comemorações tradicionais da Semana da Pátria, já entendidas como inadequadas ao propósito de afirmação identitária. Ocorreu uma espécie de síntese em torno da seguinte ideia: ‘nós somos indígenas e essa sociedade nacional que nega isso não merece ter seus símbolos reverenciados nas atividades escolares. Vamos utilizar os períodos de comemorações dos símbolos nacionais para fortalecer a cultura indígena e defesa do território (Rodrigues, 2018, p. 416).

O trabalho esboçado reforça a necessidade da preservação e valorização dos saberes tradicionais amazônicos diante das forças externas opressoras, emanadas por agentes do capital, em busca da aniquilação de povos e o aumento de riquezas. A experiência apresenta um caráter inovador para a educação desenvolvida em aldeias indígenas na Amazônia, a escola diferenciada, cujo papel “enquanto resgate identitário e defesa territorial ganha dimensões importantes e transforma a escola em uma flecha que devidamente utilizada contribui para a defesa do território” (Rodrigues, 2018, p. 419).

O terceiro artigo analisado, de Brasileiro e França (2011), discute os desafios que permeiam a associação entre os conhecimentos formais de ensino e

a contemplação dos saberes tradicionais nas práticas pedagógicas, em uma experiência desenvolvida no âmbito de um programa de pós-graduação em alfabetização e educação infantil, envolvendo 100 professores de escolas públicas municipais de Porto Velho no Estado de Rondônia, numa perspectiva que “valoriza os saberes dos professores e compreende a prática pedagógica não apenas como um campo de aplicação teórica, mas sim, como espaço de problematização, de reflexão e de formação para transformá-la” (Brasileiro & França, 2011, p. 45).

Dos conteúdos ministrados, dá-se maior ênfase na questão da identidade e linguagem, em uma articulação entre o saber local e universal, visando à transposição/incorporação destes conhecimentos no currículo e a afirmação de pertencimento do docente amazônico, uma vez que “alguns professores reproduzem um discurso colonizador, que perpetua e difunde a discriminação e o preconceito social” (Lopez, Nenevé, & Amaral, 2013, p. 208). Portanto, a proposta revela-se contributiva no intuito de promover “uma articulação entre o saber dessas disciplinas, o saber dos professores e a reflexão sobre suas práticas, no intento de (...) uma mobilização de saberes que pudesse resultar em transformações em seu fazer pedagógico” (Brasileiro & França, 2011, p. 51).

O trabalho realizado pelas autoras justifica-se no levantamento dos saberes tradicionais que os professores detêm e mobilizam, sendo que estes encontram-se inseridos na realidade amazônica brasileira, detentores de “um saber gerado em sua própria prática” (Brasileiro & França, 2011, p. 48). Assim, o aprimoramento de práticas indutoras em que o docente seja capaz de fortificar estes saberes locais e incorporá-los no campo prático de sua atuação torna-se de grande relevância, uma vez que a sala de aula tem como característica principal a diversidade dos sujeitos que a integram e, levando em conta a amplitude de culturas e povos existentes na região, implementar práticas inovadoras na rede escolar é fundamental para aguçar o desenvolvimento atitudinal do respeito às diferenças, de valorização regional e de afirmação étnico-cultural, contradizendo as políticas neoliberais excludentes, operacionalizadas no currículo formal de ensino.

Além disso, o estudo reforça a importância e o papel das universidades públicas para a região, destacando que “não basta apenas oferecer cursos (...) no interior da Amazônia, (...) mas apresentar uma proposta formativa diferenciada com o propósito de respeitar as culturais locais, preparando os indivíduos para atuarem competentemente nessas comunidades” (Colares, Ferreira, & Colares, 2017, p. 281) com a “implantação de ações precisas e articuladas (...) visando a um melhor atendimento” (Brasileiro & França, 2011, pp. 49-50). Faz-se necessária uma universidade múltipla, diversificada, humanizada, pública e identitária na Amazônia brasileira. Desse modo, o trabalho é inovador no sentido de valorização do local e na projeção de modelos de instituições e

processos acadêmicos propícios ao compromisso com a formação do docente amazônico, sendo este um agente formador de outros sujeitos.

Por fim, no quarto artigo, Pinheiro (2015), tendo como *locus* o município de Santarém-Pará, propõe a discussão em torno da produção e representação dos saberes tradicionais de indivíduos amazônicos líderes comunitários, na condição de Surdos, em análises das relações de representatividade, pertencimento, autoafirmação social e diversidade.

No enfoque das narrativas obtidas dos próprios sujeitos surdos, propõe uma reflexão sobre como ocorre a “circulação de significados sobre os surdos na região do Oeste do Pará” (Pinheiro, 2015, p. 184), reforçando o desvelar do processo histórico-cultural de afirmação dos saberes emanados por este grupo social e como isso vem refletindo na realidade socioeducacional, mediante um contexto excludente de afirmação neoliberal e inviabilização das diversidades. De acordo com Lopez, Nenevé e Amaral (2013, p. 214), “é necessário percebermos que os povos desta região não são invisíveis e encontram-se em um espaço e tempo determinado, sendo produto das condições históricas, como também narradores de suas histórias”. Assim, o trabalho apresenta uma proposta de compreender a cultura e os saberes da população surda na Amazônia, seguindo uma perspectiva inclusiva, diversificada e de valorização do sujeito social, ativo e, ao mesmo tempo, silenciado na região.

Em termos práticos a autora descreve uma experiência real em eventos acadêmicos realizados na UFOPA, onde “a participação de dois surdos (...) chama a atenção. Inseridos em um grupo de surdos, coordenados por um professor (...) ouvinte, apresentaram danças folclóricas da região (...) e interpretaram músicas populares” (Pinheiro, 2015, p. 189), revelando a importância de um trabalho que dê ênfase nos conhecimentos locais, ou seja, aquilo que estes indivíduos conhecem/dominam, precisando fazer sentido na formação. Por conseguinte, a autora lança um novo exemplo:

O Surdo C, ao contar uma piada em um evento sobre acessibilidade (...), coloca em circulação significados importantes sobre a inclusão. Em sua apresentação, ele descreve uma situação de ensino-aprendizagem em que o aluno surdo copia tudo o que o professor escreve no quadro e, posteriormente, imitando o professor ao apagar o quadro, faz o mesmo com os registros feitos no caderno. O humor irônico dessa piada surda denuncia um sério problema na inclusão de surdos da região, inferindo que tais alunos são meros instrumentos de cópia e imitação (Pinheiro, 2015, pp. 190-191).

A problemática expressa pela autora é válida, na Amazônia, pela inexistência de mecanismos que promovam a inclusão dos povos locais, independente de suas condições, a valorização destes e o seu reconhecimento enquanto agente de direitos. O que vemos hoje é um enfraquecimento das políticas públicas e a decadência de ações de desmontes em campos sociais importantes

para o desenvolvimento da vida e da região, uma espécie de “triste realidade amazônica reveladora das disparidades regionais” (Colares, Ferreira, & Colares, 2017, p. 283).

Contudo, o trabalho de Pinheiro (2015) é inovador no compromisso de estender os estudos sobre os povos amazônicos, ultrapassando a questão indígena e quilombola, tipicamente utilizados, e adentrando em outros grupos com condições desfavoráveis de acesso aos direitos, nesse caso, a comunidade surda, alargando a perspectiva da inclusão, democracia e na preservação da identidade destes indivíduos na Amazônia.

Desse modo, a similaridade entre as produções selecionadas justifica-se, inicialmente, pelo compromisso na eliminação de visões descontextualizadas e excludentes sobre os povos, culturas e saberes locais da região amazônica, buscando um lugar de emancipação destes conhecimentos e práticas, principalmente, na abertura de propostas direcionadas ao campo educacional pela incorporação de um saber singular com o universal. Estes estudos formam um contraponto com as legislações e políticas educacionais brasileiras, reforçando a incipiência destas no sentido da consolidação de direitos. Os artigos analisados constituem inúmeras possibilidades inovadoras que indicam a realização de outros estudos, uma colaboração positiva na Amazônia e no âmbito das universidades públicas regionais, enquanto instituições promotoras das pesquisas científicas contempladas neste trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos resultados obtidos, inicialmente, compreende-se que as produções selecionadas corroboram no sentido do fortalecimento de práticas educativas inovadoras com foco nos saberes tradicionais dos povos amazônicos, desconstruindo visões arraigadas e reducionistas. Estes revelam uma cultura singular, porém, não contemplada nos documentos educacionais oficiais no país, refletindo urgência na apropriação do saber local e sua integração com o universal.

Uma característica em comum dos estudos se dá na relação destes com a Educação, enquanto processo formativo humano, e a Educação Escolar, enquanto organização do saber sistematizado, indicando necessidade de articulação destas categorias, possibilitando à escola a formação técnica, social e humana, acoplada a realidade e aos saberes tradicionais amazônicos. Concomitantemente, as vivências, os aprendizados e a bagagem cultural precisam ser levados em consideração no processo.

De forma relevante, o estudo apresenta um panorama das realidades, desafios e perspectivas em torno da Educação voltada para a discussão dos Saberes Tradicionais e Inovação na Amazônia, servindo de base a novas pesquisas que possam dar continuidade ao trabalho e, conseqüentemente, contribuir na

visibilidade dos sujeitos amazônicos e na preservação de suas singularidades. Reforça-se ainda o papel das universidades públicas na produção de conhecimentos, bem como a importância da disseminação de artigos pela Revista Científica *Exitus*, base de dados que nos permitiu o desafiante exercício da análise. Todavia, continuaremos produzindo trabalhos nessa vertente, pautando-nos em um compromisso público, social, desenvolvimentista, democrático e diversificado. Avante!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, É. (2014). A literatura oral nas vertentes dos estudos dos contos populares na Amazônia. *Revista Exitus*, 4(1), 169-179.
- BRASILEIRO, T., & FRANÇA, R. (2011). Os desafios de um Programa de Pós-graduação em serviço no âmbito da alfabetização e da Educação Infantil na rede municipal de educação na Amazônia brasileira. *Revista Exitus*, 1(1), 45-52.
- COLARES, A. (2018). Prefácio (Amazônia: para além do território). In M. L. I. S. COLARES, J. R. R. PEREZ, & M. J. P. B. CARDOZO (Orgs.). *Educação e realidade amazônica* (pp. 1-16). Uberlândia: Navegando Publicações. Recuperado em 22 de março de 2021, de <https://rb.gy/c48vx>.
- COLARES, A., & COLARES, M. (2016). Apresentação (Amazônia: o universal e o singular). In A. A. COLARES, & M. L. I. S. Colares (Orgs.). *Educação e realidade amazônica* (pp. 11-23). Uberlândia: Navegando Publicações. Recuperado em 22 de março de 2021, de <https://rb.gy/m2a3i>.
- COLARES, A., FERREIRA, M. A. V., & COLARES, M. L. I. S. (2017). Ensino superior na Amazônia: cooperação interinstitucional e a formação de uma escola de pensamento. *Revista Práxis Educacional*, 13(25), 273-290.
- DIAS, C. (2019). Direitos dos povos indígenas e desenvolvimento na Amazônia. *Revista de Estudios Brasileños*, 6(11), 49-60.
- GARCIA, F., YASUDA, B., & BENE, L. (2020). Observações preliminares acerca das pesquisas em educação do Amazonas. *Revista Educação & Formação*, 5(14), 36-53.
- IMAZON. (2013). *A Amazônia em números*. Recuperado em 22 de março de 2021, de <https://imazon.org.br/imprensa/a-amazonia-em-numeros/>.
- IMAZON. (2015). *A floresta habitada: história da ocupação humana na Amazônia*. Recuperado em 22 de março de 2021, de <https://imazon.org.br/a-floresta-habitada-historia-da-ocupacao-humana-na-amazonia/>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2020). *Amazônia Legal*. Recuperado em 22 de março de 2021, de <https://rb.gy/lk1i4>.
- KLUSKA, C. (2016). A educação na Amazônia diante de suas singularidades. In A. A. COLARES, & M. L. I. S. (Orgs.). *Educação e realidade amazônica* (pp. 119-126). Uberlândia: Navegando Publicações. Recuperado em 22 de março de 2021, de <https://rb.gy/m2a3i>.
- LOPEZ, N., NENEVÉ, M., & AMARAL, N. (2013). Por um ensino multicultural na Amazônia. *Revista Igarapé*, nº 2, 203-218. Recuperado em 22 de março de 2021, de <http://www.periodicos.unir.br/index.php/igarape>.

- LOUREIRO, V. (2002). *Amazônia: história e análise de problemas* (do período da borracha aos dias atuais). Belém: Distribel.
- MOURA, A., DOMINGUES, B. R. C., NASCIMENTO, M. D. F., ARAÚJO, I. M., & BARROS, F. B. (2018). As experiências de uma ecologia de saberes nos quilombos de Bairro Alto e Pau Furado, Ilha do Marajó - Pará, Brasil. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 11(27), 113-128.
- NEPOMUCENO, E. (2007). *O Massacre: Eldorado do Carajás, uma história de impunidade*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil.
- PESCARIA, C., & COLARES, A. (2017). A educação escolar a partir da perspectiva das diversidades. In M. L. I. S. COLARES, J. R. R. PEREZ, & M. I. B. TAMBORIL (Orgs.). *Educação e realidade amazônica* (pp. 9-21). Uberlândia: Navegando Publicações. Recuperado em 22 de março de 2021, de <https://rb.gy/echjx>.
- PINHEIRO, D. (2015). Cultura surda em uma região amazônica: a diferença narrada pelos surdos. *Revista Exitus*, 5(2), 183-193.
- RODRIGUES, G. (2018). Quando a escola é uma flecha: educação escolar indígena e territorialização na Amazônia. *Revista Exitus*, 8(3), 396-422.
- SANFELICE, J. L. (2016). Prefácio. In A. A. COLARES, & M. L. I. S. COLARES (Orgs.). *Educação e realidade amazônica* (pp. 7-9). Uberlândia: Navegando Publicações. Recuperado em 22 de março de 2021, de <https://rb.gy/m2a3i>.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (2020). *Revista Exitus*. Recuperado em 22 março de 2021, de <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus>.

PARTE III
ECONOMIA E TERRITÓRIOS

INTEGRAÇÃO DA AGRICULTURA CAMPONESA
À AGROINDÚSTRIA DO DENDÊ
NO NORDESTE PARAENSE

*Integración de la agricultura campesina
a la agroindustria del dendê en el nordeste
paraense, en Brasil*

Integration of peasant agriculture into the palm
oil industry in the northeast of Pará, in Brazil

RAFAEL BENEVIDES DE SOUSA

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA, Brasil)

JACOB BINSZTOK

Universidade Federal Fluminense (UFF, Brasil)

RESUMO

Este artigo resulta de uma pesquisa realizada em comunidades rurais nos municípios de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará, no Nordeste paraense. O objetivo central foi compreender o processo de monopolização do território camponês pela agroindústria do dendê e da autonomia que o campesinato exerce em relação à cadeia produtiva da palma. Enquanto metodologia de pesquisa, utilizamos o trabalho de campo como principal ferramenta para o entendimento dos objetivos propostos. Durante a convivência com as unidades camponesas, coletamos dados qualitativos que contribuíram para a interpretação das mudanças e permanências dos núcleos

familiares os quais inseriram a palma de dendê em suas práticas agrícolas. Nesse sentido, pretendemos com esse artigo debater a imersão da agricultura camponesa no cultivo do dendê, destacando as particularidades do processo de monopolização do território e da autonomia da agricultura camponesa frente às articulações com os agentes da agroindústria capitalista no campo amazônico.

Palavras-chave: Agricultura camponesa; monopolização do território; autonomia camponesa; agroindústria do dendê; Amazônia.

RESUMEN

Este artículo es el resultado de una encuesta realizada en comunidades rurales en los municipios de Acará, Bujaru y Concórdia do Pará, en el nordeste de Pará. El objetivo central fue comprender el proceso de monopolización del territorio campesino por parte de la agroindustria del dendê y la autonomía que ejerce el campesinado en relación a la cadena de producción de la palma. Como metodología de investigación, utilizamos el trabajo de campo como principal herramienta para comprender los objetivos propuestos. Durante la convivencia con las unidades campesinas, recolectamos datos cualitativos que contribuyeron a la interpretación de los cambios y permanencias de los núcleos familiares que incluyeron la palma en sus prácticas agrícolas. En este sentido, pretendemos debatir la inmersión de la agricultura campesina en el cultivo del dendê, destacando las particularidades del proceso de monopolización del territorio y la autonomía de la agricultura campesina frente a las articulaciones con los agentes de la agroindustria capitalista en el campo amazónico.

Palabras claves: Agricultura campesina; monopolización del territorio; autonomía campesina; agroindustria del dendê; Amazonia.

ABSTRACT

This article is the result of a research carried out in rural communities in the municipalities of Acará, Bujaru and Concórdia do Pará, in the northeast of Pará. The central objective was to understand the process of monopolization of the peasant territory by the palm oil agribusiness and the autonomy that the peasantry exercises in relation to the palm oil production chain. As a research methodology, the fieldwork was the main tool used to accomplish the proposed objectives. The qualitative data collected during the coexistence with the peasant units contributed to the interpretation of the changes and continuities of the family nuclei which have incorporated the palm oil in their agricultural practices. In this sense, this article intends to debate the immersion of peasant agriculture in palm oil cultivation, highlighting the particularities of the territory monopolization process and the autonomy of peasant agriculture in face of the articulations with capitalist agribusiness agents in the Amazonian countryside.

Keywords: Peasant agriculture; monopolization of the territory; Peasant autonomy; Palm oil agroindustry; Amazon.

I. INTRODUÇÃO

A EXPANSÃO DAS FORMAS CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO no espaço agrário brasileiro revela a presença de dois contraditórios e desiguais movimentos camponeses. O primeiro direciona-se para a resistência às expropriações da terra e do território, engendrando mecanismos visando a sua reprodução social e a permanência no campo. O segundo é constatado pela contradição que articula camponeses e capitalistas, mediante relações comerciais com setores da agroindústria. Essa contradição pode ser observada quando se insere na cadeia produtiva do campesinato um novo componente que atende aos interesses da agroindústria representada, no caso, pelo cultivo do dendê no nordeste paraense.

O trabalho investiga o processo de integração da agricultura camponesa na cadeia produtiva do óleo de palma na Amazônia e, particularmente, no nordeste paraense, tendo como principal eixo a monopolização do território preconizada por Oliveira (2004), exercida como produto das relações entre agentes econômicos da agroindústria do dendê e da autonomia camponesa engendradas a partir de acordos comerciais. A integração da agricultura camponesa na cadeia produtiva da palma de dendê garante a não expropriação da terra, permanecendo a família como proprietária dos meios de produção. No entanto, reestruturam-se as relações produtivas, promovendo um reordenamento do trabalho familiar que passa a ser organizado não apenas pela autonomia sobre os meios de produção, mas a partir de uma relação subordinada às empresas capitalistas, efetuando a sujeição da renda da terra ao capital, conforme preconiza Martins (1995).

A expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital. Comprando a terra, para explorar ou vender, ou subordinando a produção de tipo camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é a condição para que ele possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra (Martins, 1995, p. 177).

Segundo Martins (1995), a expansão da agroindústria no Brasil também se realiza no interior de um processo de reprodução do capital gerado a partir da renda da terra. Logo, o empresário não precisa, necessariamente, da expropriação da terra para reproduzir seu capital, mas apenas da exploração da renda, daí a importância das relações não capitalistas de produção para a reprodução do capital, no caso as relações camponesas.

Nesta linha, Oliveira (2004) também ressalta que no capitalismo existe uma base contraditória e desigual no capitalismo, reproduzindo a ampliação do capital a partir de relações de produção não capitalistas. Assim, a agroindústria do óleo de palma, ao realizar a integração com a agricultura camponesa, apropria-se da matéria-prima cultivada na terra, ampliando a acumulação de capital pela renda e não pela exploração da força de trabalho do campesinato.

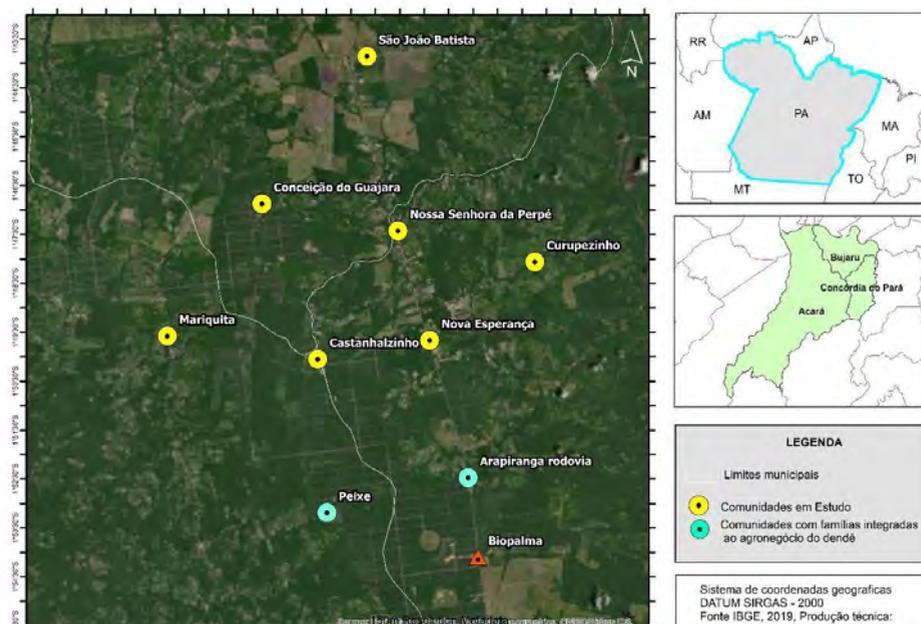
A investigação nas comunidades rurais do nordeste paraense revela que a sujeição da renda da terra pelo capital é reproduzida pela integração dos camponeses no cultivo da palma, em sua propriedade, com a empresa agroindustrial monopolizando o território camponês adquirindo matéria-prima para a produção do óleo de palma. Na região, a atuação da Biopalma monopolizou grandes extensões de terra para o plantio da palma de dendê.

No artigo, apresentamos resultados de uma pesquisa realizada nos municípios de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará, entre os anos de 2016 a 2018, em que tivemos a oportunidade de acompanhar dez famílias que introduziram o cultivo do dendê em suas propriedades. As comunidades pesquisadas foram: Arapiranga Rodovia, Castanhalzinho, Conceição do Guajará, Curuperezinho, Mariquita, Nossa Senhora do Perpétuo, Nova Esperança, Peixe e São João Batista. Apenas em duas comunidades observamos a integração familiar ao cultivo da palma, dentre elas, sete famílias na comunidade Arapiranga Rodovia e três na comunidade do Peixe (ver Mapa 1).

No trabalho de campo, acompanhamos o cotidiano das famílias e na convivência obtivemos informações qualitativas que orientaram nossa interpretação sobre as mudanças e permanências nas unidades familiares que inseriram a palma de dendê em suas práticas agrícolas.

Neste sentido, realizamos entrevistas abertas e selecionamos depoimentos mostrando a importância da comprovação empírica na análise das questões abordadas na pesquisa. Apesar de os camponeses terem permitido o uso dos depoimentos, optamos por citar somente as iniciais dos nomes dos entrevistados nas transcrições das falas, afim de preservar o anonimato das famílias camponesas. Na interpretação da oralidade, uma das mais expressivas tradições das comunidades, percebemos as particularidades construídas pelo cultivo do dendê no universo campesino. Assim, investigamos a imersão da agricultura camponesa no cultivo do dendê, destacando as características do processo de monopolização do território e das estratégias utilizadas pelo campesinato visando a manutenção de sua autonomia frente aos interesses da agroindústria na Amazônia.

MAPA 1. Localização das comunidades de pesquisa.



Fonte: Elaboração própria a partir de C. F. Oliveira, localização das comunidades de pesquisa, 2021.

2. A MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS À AGROINDÚSTRIA DO DENDÊ

No início do século XXI, o cultivo do dendê na Amazônia apresentou novos contornos diante dos incentivos à produção da oleaginosa, passando a se territorializar de forma mais significativa sobre grandes extensões de terra, embora esta produção tenha sido inserida na região desde a década de 1950. De acordo com os dados do Panorama Agrícola do Pará 2015/2019 (IBGE/PAM 2020), o estado produzia, até 2019, 98,47% do dendê (cacho de coco) do total produzido no país, expandido por uma área de 164.170 hectares de área colhida, demonstrando a significativa presença econômica que a oleaginosa possui no espaço agrário do paraense e as complexidades socioambientais que sua expansão tende a gerar sobre as famílias camponesas locais.

Junto à justificativa dos incentivos governamentais para a expansão do cultivo do dendê, encontra-se a narrativa de suposta recuperação de áreas degradadas, ampliação da geração de emprego e renda no campo e a inserção da agricultura camponesa na cadeia produtiva da oleaginosa, criando-se inclusive uma linha de crédito específica para a sua produção no âmbito familiar.

Em função do caráter social que o governo federal do Brasil implementa neste programa [o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel] foi criado o “Selo Combustível Social” a ser concedido às empresas que operarem com a compra da matéria-prima da agricultura familiar. Assim, o Selo Combustível Social, segundo a Instrução Normativa nº 01, de 05 de julho de 2005, derivou “um conjunto de medidas específicas visando estimular a inclusão social da agricultura, nessa importante cadeia produtiva”. Entre os benefícios que as empresas produtoras de biodiesel obtiveram estão: melhores condições de financiamento junto ao BNDS e outras instituições financeiras; direitos de concorrências em leilões de compra de biodiesel, direito à desoneração de alguns tributos, desde que garantam a compra da matéria-prima, através de preços pré-estabelecidos, oferecendo segurança e garantia aos agricultores familiares (Oliveira, 2011, p. 50).

Segundo Oliveira (2011), por meio do Selo Combustível Social, o Estado construiu mecanismos de união entre duas categorias que, historicamente, têm entrado em conflito no campo brasileiro: o campesinato e os setores capitalistas. Apesar de a agricultura camponesa estabelecer relações com agentes econômicos capitalistas, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) elaborou diretrizes específicas para a formalização dessa união, o que ainda não se tinha vislumbrado em termos de políticas públicas para o espaço agrário brasileiro.

Para alguns autores, a participação da agricultura camponesa e dos empresários agroindustriais no PNPB se apresenta de forma desigual, conforme destaca Bernardes (2011).

Enquanto as políticas do PNPB beneficiam os empresários com melhores condições de financiamento e favorecem a redução das alíquotas do PIS/PASEP e COFINS, o acesso da agricultura familiar se limita aos escassos recursos do PRONAF. Trata-se, neste caso, da articulação de grupos com distintos níveis de recursos, de acesso a técnica e produtividade, à escala de produção, ao crédito, ao armazenamento, ao conhecimento do funcionamento do mercado, significando diferentes níveis de rentabilidade e de poder, o que acentua e aprofunda as desigualdades (Bernardes, 2011, p. 69).

Nesta perspectiva, entendemos que a inclusão dos camponeses no Programa Nacional do Biodiesel torna-se um desafio para a agricultura familiar, à medida que, excluídos do processo de construção do projeto, contraíram um papel subordinado na cadeia produtiva do agrocombustível, em um processo típico da modernização conservadora que caracteriza o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro.

Em outro ponto de vista, Abramovay e Magalhães (2007) entendem como positiva a relação entre pequenos agricultores e os empresários agroindus-

triais, constituindo-se como algo inédita no campo brasileiro, a partir do PNPB. Para os autores, um marco que diferencia as relações forjadas a partir do mercado de biodiesel é o papel assumido pelo Estado, que regula as ações entre empresas e agricultores.

A responsabilidade social é concebida no centro estratégico da gestão da empresa e busca ampliar a competitividade através de mudanças no contexto social para explorar novas oportunidades de negócios e aumentar a eficiência produtiva. No caso das empresas de biodiesel, a importância da estabilização das fontes de abastecimento de matéria-prima, a necessidade de não ficarem dependentes de um só tipo de matéria prima e o menor custo de produção da agricultura familiar são os principais motivos que levam a tão forte adesão empresarial a um programa que tem um objetivo ao mesmo tempo econômico e social (Abramovay & Magalhães, 2007, p. 23).

Neste sentido, a inserção da agricultura familiar camponesa na cadeia produtiva do biodiesel é recomendada pelo seu baixo custo no processo produtivo em relação ao que seria produzido pelas empresas agroindustriais. Abramovay e Magalhães (2007) salientam ainda que, além da redução dos impostos e dos privilégios que as empresas produtoras do biodiesel adquirem com o Selo Social, também conseguem uma redução de custo com a aquisição de matéria-prima oriunda da agricultura camponesa. Os camponeses, além do baixo uso de mecanização e de insumos químicos, são atendidos por agências de fomento como, por exemplo, o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), que por sua vez, colocaria os pequenos agricultores em um cenário mais competitivo no mercado de biodiesel. Com isso, “a incorporação de produtores menos capitalizados ao mercado de biodiesel tem como objetivo exatamente essa possibilidade de ter grande oferta de matéria-prima de baixo custo” (Abramovay & Magalhães, 2007, p. 23).

Conceber a agricultura camponesa no plano político do PNPB apenas pelo viés econômico como, por exemplo, o baixo custo no processo produtivo, é não reconhecer a dimensão social e simbólica/cultural do campesinato, além de ser uma inclusão para promover as empresas agroindustriais e não a pequena agricultura, sendo, portanto, uma inclusão de caráter excludente. Para Fabrini (2010), a inclusão do pequeno produtor no Programa Nacional do Biodiesel passa, necessariamente, pela sua subordinação ao capital, não reconhecendo, portanto, que a articulação entre camponeses e empresas forje uma nova relação no campo, ao contrário, reformula velhas relações de subordinação da pequena agricultura ao capitalista.

Nessa linha de pensamento, Macedo e Sousa (2015) concebem a expansão do cultivo do dendê no espaço agrário amazônico como uma “nova” prática capitalista, mas que reprisa velhas práticas de exclusão e ou submissão do

campesinato em meio ao fortalecimento das redes do agronegócio. A pesquisa realizada pelos autores no campo paraense, demonstra que os territórios de produção dos agrocombustíveis se apresentam como novos territórios de exclusão e de reprodução das desigualdades sócio territoriais.

Becker (2010), por outro lado, ao analisar as vantagens da agroindústria do dendê na Amazônia no interior do mercado global da palma de óleo e do biodiesel, considera uma boa alternativa a integração da agricultura familiar camponesa na cadeia produtiva do dendê, contribuindo para a estabilidade financeira dos pequenos produtores e, conseqüentemente, avançando no processo de reforma agrária. Prosseguindo, a autora, influenciada pelos teóricos da modernização conservadora no campo, destaca como positivas, as condições biofísicas para o cultivo do dendê na Amazônia, ressaltando os interesses econômicos de corporações nacionais e internacionais, o desenvolvimento de pesquisas avançadas sobre a adaptação da palma na região e as políticas públicas voltadas para o setor do biodiesel.

Apesar das vantagens destacadas por Becker (2010), no campo em estudo, encontramos somente dez unidades integradas na cadeia produtiva do dendê no universo de 160 famílias pesquisadas. A pesquisa com essas famílias, mostrou que a integração da agricultura camponesa à cadeia produtiva da palma conforma uma transformação do território camponês em relação ao uso da terra, partindo de uma apropriação da natureza pautada na tríade mata-roça-capoeira para um processo de domínio permanente da oleaginosa, causando a perda do sistema de pousio do solo. A capoeira possui papel relevante no sítio camponês, pois é permeada por árvores frutíferas e com possibilidade de extração de madeira para a produção de carvão vegetal utilizado como lenha de uso doméstico, ou para a recuperação dos nutrientes do solo, constituindo-se em um típico pousio de características agroecológicas.

Nas comunidades visitadas, o uso da propriedade da terra pela família extensa tem sido muito comum. É o avô, o pai, os filhos e os netos que se organizam em núcleos familiares no interior de uma rotatividade de uso e de trabalho na terra.

Lá era um terreno grande, uma área grande lá. Foi dividida entre as famílias assim, entre o papai e os outros irmãos. Agora, cada um tem o seu lote, daí uma faixa de um lote e meio de terra. Mas era muito tranquilo pra todo mundo trabalhar, eram cinco famílias, fora os netos. Mas graças a Deus nunca teve problema nenhum, tirava a madeira que precisa e ainda tem muita mata. Ela pega mata aqui atrás e faz frente aqui com a Biovale [Biopalma]. A Biovale [Biopalma] quis até comprar, mas nesse tempo ninguém quis vender. Ninguém tinha projeto de sair, de ir pra outro canto (P. C., comunidade Mariquita, Acará, agosto de 2016).

Levando em consideração a fala de P. C., da comunidade da Mariquita, em Acará, compreendemos como o núcleo familiar extenso desenvolve atividades na mesma propriedade da terra, obedecendo a critérios de rotatividade familiar e de recuperação da fertilidade do solo. Assim, foi possível saber que grande parte das unidades domésticas compartilham a mesma propriedade, diminuindo o interesse pelo cultivo da oleaginosa, em função de ocupar longos trechos de solo agricultável, possuindo extensa longevidade e comprometendo o seu uso por outros membros da família.

Contudo, encontramos famílias que aderiram à integração, apesar de a terra pertencer a um núcleo familiar extenso, como o observado na comunidade de Arapiranga Rodovia.

Comecei em 2011 mexer com o dendê, daí eu diminuí um pouco com a roça, agora que tô fazendo uma de 20 tarefa. Quando eu fui plantar o dendê, eu fiz uma parceria com o papai, ele me deu meio lote pra eu mexer com o dendê. Dá uma faixa de 40 tarefas, 10 hectare, né? Eu tô colhendo entre mil e mil e quinhentos agora na entressafra, mas na safra mesmo a gente tira seis a sete tonelada. Só que eles pagam por tonelada e aí não tem um preço certo, sabe? A última que eu vendi tava trezentos e dezesseis a trezentos e dezenove reais, varia muito (W. A., comunidade Arapiranga Rodovia, Concórdia do Pará, julho de 2017).

Nós fomos lá e a empresa veio aqui depois, eles estavam oferecendo pra quem quisesse comprar, né? Aí a gente fomo lá e plantemo. Aí fomo no banco, fizemo o financiamento de 65 mil. Aí depois do plantio a gente começa a pagar com 7 anos. Aí a gente vai tá colhendo mais, que os cachos vão tá crescendo mais, né? Nós já começamo a colher bem de 2014 e 2015 pra cá, nessa faixa a produção vem aumentando. Aumentou no período da safra dele, por exemplo, agora ele tá por entre a safra, ele dá mais pouco. Agora, quando chega a safra, no mês de setembro, já é uma safra que ele dá mais. Agora na entressafra dá uma base de três toneladas, que dá por mês. Uma tonelada tá em base 280 reais. Já na safra, dá um pouco mais, uma faixa de cinco toneladas, porque ainda tá novo. No caso do meu compadre que plantou em 2010, né?, eles colhem até 20 toneladas né por mês, por mês não, por quinzena, então no mês 40 tonelada. Agora os nossos cachos tão crescendo. Tem cacho aí dando oito quilos, tem até de 15 quilos. Mas vai dá mais pesado, que o nosso tá novo ainda, tem quatro anos. Quando der 8 metros de altura as árvores, os cachos pode chegar a 50 quilos. Eu cheguei a trabalhar na empresa, cheguei a trabalhar três anos lá, de 2012 a 2015. Aí eu saí de lá que tive que vim pra cá, pra ajudar nesse daqui, né? (J. S., comunidade Arapiranga Rodovia, Concórdia do Pará, julho de 2017).

A integração camponesa à cadeia produtiva do dendê fica clara nos depoimentos. O interesse pelo cultivo da palma pode ser entendido pela possibili-

dade de ampliar o mercado e, conseqüentemente, a geração de renda. Outro aspecto importante está relacionado ao incentivo do Estado, por intermédio de políticas públicas, reforçando o entusiasmo das famílias pelo projeto da oleaginosa, que, atualmente, conseguem obter acesso aos financiamentos. A questão ambiental também é levada em consideração, principalmente pelo fato de algumas famílias atingirem baixa produtividade no sistema itinerante, mediante à intensa rotatividade do uso da terra, ocasionando diminuição do tempo de pousio, período fundamental para a recuperação do sistema de corte e queima. Assim, a integração camponesa à cadeia produtiva do óleo de palma tem como objetivo fazer com que a família atinja maior estabilidade para a reprodução social da unidade doméstica, conforme ressalta Becker (2010).

O contato com a agroindústria do dendê é estabelecido mediante a realização de oficinas nas comunidades, nas quais são explicadas as potencialidades do projeto, a possibilidade de aumento da renda e as vantagens que os agricultores familiares passam a obter no comércio do óleo de palma. Outras fontes de informação chegam por intermédio de notícias ou boatos dos vizinhos, parentes e conhecidos que estão tendo êxito com o cultivo da oleaginosa, ou mesmo pelos camponeses que trabalhavam como assalariados na empresa e que consideram vantajoso o ingresso da família na cadeia produtiva da palma.

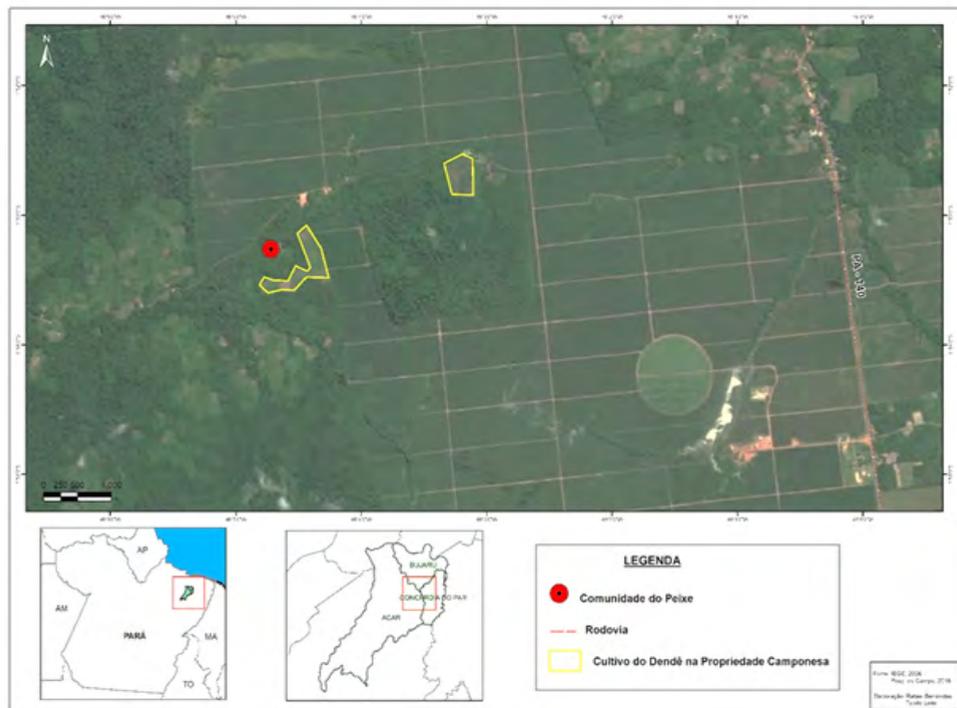
Com relação à Biopalma, notamos que a corporação tem interesse pela integração de famílias que fazem limite territorial com suas fazendas, possibilitando a continuidade das plantações junto às dos camponeses, facilitando o processo de plantio e, posteriormente, de colheita, pois a empresa pode utilizar suas vicinais que, em geral, são mais estruturadas que as estradas de acesso às comunidades.

No Mapa 2 é possível observar as famílias camponesas integradas e que possuem propriedades limitadas territorialmente com os campos de dendê da Biopalma, ou pelo menos muito próximas. Esta aproximação pode ocasionar também uma pressão sobre os territórios camponeses, fazendo os trabalhadores, ao se recusarem a vender a terra, correrem o risco de a empresa apropriar-se de seus sítios por outros mecanismos, como podemos observar no depoimento de L. S.: “o meu dendê faz bem divisa com o deles lá. O terreno deles faz vizinhança com o nosso terreno. Aí é dendê por todo canto”. Observamos o isolamento familiar entre a plantação de dendê da empresa, contudo, em função de seus vínculos com a terra, não abandonam ou vendem a propriedade, a família camponesa, contraditoriamente, integra-se à cadeia produtiva da oleaginosa.

Quando a empresa capitalista não se torna proprietária da terra, ela engendra mecanismos para capturar sua renda. No caso do dendê, a empresa estabelece um contrato com os camponeses, consumindo no processo a renda

gerada pelo trabalho familiar na unidade doméstica, abrangendo a venda de mudas até a compra dos cachos de coco da palma.

MAPA 2. Área de cultivo do dendê na comunidade do Peixe.



Fonte: Elaboração própria a partir de R. B. Sousa & T. Leite, área de cultivo do dendê na comunidade do Peixe, 2018.

Quando monopoliza o território, o capital cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar. Abre espaço para que a economia camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. No campo continua povoado, e a população rural pode até se expandir. Nesse caso, (...) o próprio capital cria as condições para que os camponeses forneçam matéria-prima para a indústria capitalista, ou mesmo viabilizem o consumo dos bens industrializados no campo (ração na avicultura ou para a suinocultura). Isso revela que o capital sujeitou a renda da terra gerada pelos camponeses à sua lógica, ou seja, se está diante da metamorfose da renda da terra em capital. Revela-se, portanto, que tem-se à frente o capital, que nunca deriva de relações especificamente capitalistas (Oliveira, 2004, p. 42).

Apesar de a agroindústria do dendê monopolizar o território, ampliando seus cultivos de palma sobre a agricultura camponesa, ela gera, ao mesmo tempo, possibilidades de fortalecimento da unidade familiar e mecanismos que reforçam a reprodução social do campesinato na economia capitalista. Embora cultivem o dendê em suas unidades, os camponeses não abandonaram a policultura, visto que ela garante parte do seu sustento por intermédio do trabalho familiar. Com isso, constata-se que o capital monopoliza o território camponês e, simultaneamente, os trabalhadores viabilizam estratégias e inovações visando manter parcelas de autonomia sobre suas vidas.

3. AUTONOMIA E A DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA EM MEIO AOS PLANTIOS DE DENDÊ

Uma das questões referentes à integração camponesa seria a transformação de uma agricultura produtora de alimentos para uma agricultura fornecedora de agrocombustível. Para Oliveira (2011, p. 57), “o principal dilema da transformação da agricultura camponesa tradicional produtora de alimentos para a população geral tem a ver com a produção e oferta de alimentos”. Contudo, na pesquisa observamos a manutenção da diversidade agrícola após o início do contrato com a Biopalma.

Ao adentrarmos nas unidades familiares, observamos uma diversidade produtiva que, além de garantir parte do consumo familiar, tem sido direcionada para a comercialização de excedentes. A produção da farinha de mandioca e o cultivo da pimenta-do-reino são atividades que acrescentam forte complemento na renda camponesa local. Além desses cultivos, verificamos nos sítios a existência de pomares contendo açaí, laranja, tangerina, acerola, cupuaçu, cacau, banana, manga, entre outros, que podem ser convertidos em geração de renda ou utilizados para o consumo da família.

A dendeicultura não muda a trajetória do tipo Perenes/Dendê, apesar de influenciar a organização produtiva em aspectos como uso de mão de obra e aumento do uso de insumos sintéticos e agrotóxicos. Nesse sentido, o projeto da família, baseado na consolidação dos estabelecimentos por meio de atividades permanentes, não é alterado, e a dendeicultura é vista pelos agricultores como uma atividade a mais, que pode contribuir com o processo de estabilização dos sistemas de produção em curso (Silva & Navegantes-Alves, 2017, p. 356).

Silva e Navegantes-Alves (2015) observaram que, ao inserir o cultivo do dendê na propriedade, mantém-se a base produtiva da família camponesa, para a qual a palma é mais uma produção no sítio. A diversidade agroextrativista demonstra que, mesmo cultivando dendê, a família camponesa continua

trabalhando no manejo das roças e dos pomares de árvores frutíferas. Essa relação produtiva é constatada em famílias que, apesar de integradas à empresa produtora da palma, mantiveram a policultura no sítio.

Ressaltamos, que essa diversidade produtiva é bastante peculiar na agricultura camponesa, principalmente como forma de a família não depender de um único cultivo, como exemplo do dendê, mantendo a autonomia alimentar e econômica em relação à agricultura da oleaginosa. Neste sentido, acreditamos que a roça e o sítio possuem um futuro mais promissor para o campesinato, pois são destinados, ao mesmo tempo, à produção para o consumo familiar e para a comercialização, diferentemente da produção de dendê, que surge na propriedade camponesa como uma característica estritamente comercial.

Não muda não. Como eles falaram lá, por exemplo, eles disseram que a gente podia continuar plantando [fazendo roça]. Nós planta a banana, nós planta açaí, né? Aqui temos a pimenta do reino. Então não impede da gente plantar, a gente pode plantar o que quiser. Olha a mandioca, a macaxeira. Daqui a gente vende a pimenta do reino, essa pimenta a gente vendi e farinha também. Aqui dentro cada um tem seu pedaço. Ali é meu, tem feijão, tem banana. A gente continua com essa agricultura porque o dendê tá dando pouco, mas a gente não deixa de plantar a pimenta, a mandioca, ninguém pensa em abandonar. A gente pensa é em plantar mais ainda, a gente pensa em plantar mais (J. S., comunidade Arapiranga Rodovia, Concórdia do Pará, julho de 2017).

Eu continuei com a roça porque as parcelas do dendê que sai pra gente não dá pra gente viver bem. É 1.600 [reais] que sai em três em três meses. Aí não tem como o cara viver com isso. Esse ano eu fiz duas roças de verão. Mas eu quero fazer bem umas 5 ou 10 tarefas agora de inverno. Fazer esse ano pro ano que vem (P. A., comunidade Arapiranga Rodovia, Concórdia do Pará, julho de 2017).

Nas narrativas, observamos a necessidade das famílias em manter a diversidade agrícola no sítio após o plantio do dendê, com o intuito de garantir a produção da roça e das culturas perenes como meio de sustento da família e, conseqüentemente, a segurança alimentar. Em alguns casos, notamos que nos primeiros anos de implantação da oleaginosa na propriedade, a renda oriunda da produção da farinha ou da pimenta-do-reino foi reinvestida no manejo do cultivo do dendê.

Nos depoimentos, percebemos que os camponeses alimentam o desejo de aumentar a produção da roça, principalmente o cultivo da mandioca para a produção da farinha. É o caso de M. A., que introduziu o cultivo de dendê em sua propriedade, e fez o seguinte comentário:

A minha família sempre trabalhou na roça, meu pai e minha mãe sempre trabalharam e até hoje é o sustento da família é a roça, né? A gente coisa de 14 tarefas de roça, sabe? porque papai, ele gosta de fazer assim, que sobre entendeu. Tem vez que ele até dá mandioca pros outros (M. A., comunidade Arapiranga Rodovia, Concórdia do Pará, julho de 2017).

Logo, entendemos que a produção da roça, principalmente o cultivo da mandioca, é importante na vida camponesa integrada ao dendê, pois garante à família outras rendas, além dos planos almejados com a palma de óleo. Isso demonstra que, apesar do contrato com a Biopalma, a família consegue, por intermédio de outros cultivos, manter parte da autonomia da unidade familiar. O estabelecimento de duas roças durante o ano, a de verão e a de inverno, de maneira criativa, garante para a família uma permanente quantidade de mandioca verde e outra parcela madura destinada à produção da farinha.

Essa articulação entre as estações amazônicas permite ao campesinato criar, a partir do cultivo da terra, uma reserva ou mesmo uma poupança, na qual a família recorre em momentos de crise. A produção da mandioca configura-se como um coringa na vida camponesa, refletindo-se nos momentos de dificuldades, nos quais, por meio da produção da farinha e de demais derivados, a família consegue recompor-se economicamente, surgindo a necessidade permanente de confeccionar roças de inverno e verão.

A manutenção da diversidade agrícola oferece ao campesinato maior segurança sobre a renda da terra, garantindo condições de se manter ao longo do ano por entre diferentes safras cultivadas e colhidas na propriedade.

A diversidade da produção é uma maneira de se proteger das formas predatórias de extração da renda, perpetradas por diferentes agentes do capital. Assim, quanto maior for a variedade de cultivos, criações e demais atividades feitas, menor a vulnerabilidade e maior a possibilidade de os camponeses se apropriarem da renda gerada internamente (Paulino, 2006, p. 112).

A diversidade pode desencadear uma diferenciação interna na unidade doméstica entre o que é para vender e o que é para consumo. Com isso, a família garante parte da alimentação e, com a comercialização, consegue produtos que não são obtidos na propriedade. S. M. nos esclarece essa diferenciação: “Aqui a gente tem macaxeira, mandioca braba, mas isso não é pra vender, é só pro consumo. O único produto pra vender que a gente tem aqui é o dendê e a pimenta” (Comunidade do Peixe, Acará, julho de 2017).

O dendê ingressa na propriedade camponesa com o objetivo destinado à comercialização, da mesma forma que a pimenta-do-reino. A diferença entre a produção que entra para o consumo e a que é destinada para comercializar está na eficiência dos cultivos para o consumo. Porém, o cultivo de mandioca

pode ser destinado para vários tipos de produção: da farinha, tucupi, goma de tapioca, beiju ou mesmo *in natura*, e pode servir tanto para alimentar a família quanto para a comercialização.

Eu não penso em larga a roça. Porque, olha, o dendê tô com ele três anos com ele e não tô colhendo, e se eu tivesse esperando pelo dendê, eu tava passando fome, né? E os caras ainda prenderam o dinheiro [o empréstimo]. E da roça não, a gente tem o milho pras galinhas, a gente tem o arroz, a mandioca com seis meses ou sete a gente já pode tirar. E tudo que a gente planta na roça dá pra vender e pra consumir também (P. A., comunidade Arapiranga, Concórdia do Pará, julho de 2017).

Nos depoimentos, constatamos a importância que a roça assume na vida camponesa, como uma atividade que se diversifica não apenas pelas variedades de cultivos possíveis, mas nos diferentes destinos plausíveis apontados pelas famílias. As criações do quintal (galinha, pato, peru, porco) são alimentadas com o milho que vem da roça, o mesmo milho pode entrar na dieta familiar, a partir do preparo de milho assado ou cozido, ou em forma de mingau, canjica e pamonha, ou mesmo pode ser vendido nos comércios locais ou para intermediários. O mesmo ocorre com a farinha de mandioca, com o arroz, com o feijão e as variedades de verduras e legumes cultivados em consórcio na roça. Daí a importância de, ao cultivar a palma de óleo, a agricultura camponesa continuar com a sua diversidade agrícola. Essa articulação permite às famílias que entram no processo de parceria com a agroindústria ter maior autonomia, não estando exclusivamente dependente da produção direcionada à comercialização, pois contam com outras possibilidades de consumo e venda.

Paulino (2006), ao compreender a monopolização do território pelo capital no norte do Paraná, esclarece algumas questões acerca da integração camponesa por meio da avicultura e da necessidade de combinar atividades comerciais com o autoconsumo.

Ao se considerar a integração na perspectiva das estratégias de reprodução camponesa, temos a avicultura como atividade de ciclo bimestral, que garante um suprimento monetário importante para o pagamento das despesas correntes. Contudo, ela não é suficiente para assegurar uma margem de ganho adequada à satisfação das necessidades da família. É nesse contexto que se coloca a necessidade de combiná-la com atividades voltadas ao autoconsumo e mesmo a atividades comerciais, prática comum entre os camponeses (Paulino, 2006, p. 140).

A citação de Paulino (2006) corrobora com o seguinte depoimento de um camponês integrado ao dendê:

Eu prefiro mexer com o dendê, porque o dendê tem pra quem vender. Já a farinha tu faz e aí tu fica dependente do preço. Aí tem lugares aí que produzem muito, aí quando chega aqui o preço tá muito barato. Muito melhor você vender pra uma pessoa certa do que ter que procurar comprador ainda. Mas não daria pra viver só com o dendê, porque o dendê tem a despesa dele, né? Tem o adubo, o banco. No começo tá sendo isso, né?, o adubo e banco, dinheiro é repartido bem no meio. O dendê tem que ficar adubando todo tempo. Além do dendê, eu já tentei mexer com pimenta, mas não deu certo. Já criei frango, gastei uns seis mil reais pra fazer um galpão pra criar frango e não deu certo, eles não cresceram. Esse dinheiro ainda era do dendê que deu pra investir, mas acabei me atrapalhando todinho, passei o ano todo na peia. Agora, quando folgar mais, eu quero mexer com gado, que eu já trabalhei em fazenda, sabe? Mas já tem muito tempo. Depois, eu cheguei a trabalhar na firma, na Biopalma, trabalhei um ano e três meses. Mas agora só trabalho pra mim mesmo. Agora pro futuro pretendo mexer com gado também, gado leiteiro. Eu também planto arroz, feijão, milho, só que esse é só por safra, dá por ano. Eu plantei uma tarefa de açaí, tô esperando a safra. Agora, nossa renda maior ainda é a roça, porque varia muito, sabe? A época do dendê é o dendê, aí depende muito da safra. Eu quando fiz dois ano com o dendê, eu me atrapalhei. Aí esse ano eu tô investindo na roça, porque é mais seguro. Eu já mexi com tudo, até padeiro eu fui. Fazia pão pra vender aqui na comunidade (W. A., comunidade Arapiranga Rodovia, Concórdia do Pará, julho de 2017).

A partir do depoimento, compreendemos como o entrevistado, mesmo percebendo na produção do dendê um mercado mais confortável, percebe na produção da mandioca maior segurança para o sustento da família. Portanto, é possível fazer um diálogo entre Paulino (2006) e o depoimento acima para entender que a combinação entre a agricultura comercial e a destinada ao consumo articula-se na perspectiva de manter o campesinato dentro dos seus objetivos de reprodução social, garantindo controle sobre os meios de produção, mesmo que por vezes esteja parcialmente subordinado.

No percurso entre as palmas do dendê nas unidades camponesas, foi possível observar que as relações produtivas familiares não mudaram totalmente, ocorrendo a permanência de antigos espaços de produção, como no caso do retiro, ou mesmo da carroça movida à tração animal, que também serve para o transporte da mandioca da roça para a casa de farinha, em um típico exemplo de utilização de tecnologias agroecológicas.

Assim, constatamos que os camponeses não constroem relações de trabalho pautadas pela mecanização em grande escala, ou mesmo formas consideradas modernizadoras de produção, atingindo técnicas de manejo e colheita muito próximas às realizadas no trato com a roça e com o sítio. Desta maneira, observamos que o dendê não homogeneizou os espaços cultivados pela

monocultura, mas proporcionou mudanças que coexistem de forma dialética com elementos que permanecem no núcleo familiar camponês, porém em outras circunstâncias.

4. DILEMAS E INCERTEZAS DA AGRICULTURA CAMPONESA NA CADEIA PRODUTIVA DO DENDÊ

A integração camponesa na cadeia produtiva do dendê tem sido marcada por uma forte dependência das famílias ao setor agroindustrial da palma, percebido desde a compra de mudas, a partir do suporte técnico e de insumos, e da verticalização da comercialização.

Trata-se de uma atividade estranha às habilidades de produção camponesa, a dependência tende a aumentar com maior dispêndio de trabalho, acarretando a necessidade de mais mão de obra e recursos financeiros para desempenhar as atividades agrícolas na unidade familiar. O convívio com as famílias que estão cultivando dendê apresentou algumas incertezas sobre a eficiência do cultivo da palma e sobre o futuro do retorno financeiro para os núcleos familiares. Na comunidade do Peixe, observamos que os plantios da palma de um sítio já estavam entrando no terceiro ano, com algumas palmeiras que não estavam se desenvolvendo conforme o esperado pela família camponesa.

Eles trouxeram muda velha, por isso que algumas árvores não estão crescendo. Trouxeram assim e assim tá até agora. Como tá muito descampado, eu tô plantando outras culturas, mandioca, feijão, tá tudo descampado mesmo, tem sol. Eles ficaram de trazer outras mudas pra substituir. E tô com quase 300 mudas que não cresce. Com três anos já era pra tá dando, às vezes eu acho que isso é só ilusão (L. S., comunidade do Peixe, Concórdia do Pará, julho de 2017).

O projeto do dendê dessa família preocupa pelo não crescimento da palma, gerando um futuro incerto para as colheitas, tendo como única certeza o pagamento do empréstimo no prazo de vencimento. Na área de produção, encontramos palmeiras em estágio avançado de desenvolvimento vegetal, ao passo que é possível ver outras que, segundo o entrevistado, encontram-se no mesmo estágio em que foram plantadas, acarretando fraco desempenho no período da safra. O problema atrasa o começo da colheita dos cachos da oleaginosa, além de exigir mais recursos da família, maior dispêndio de trabalho e mais adubação química, aumentando, assim, as despesas do núcleo familiar.

Uma questão importante é que o atraso da safra pode levar ao não acompanhamento entre a colheita e o pagamento do empréstimo firmado no

banco, o que exigirá da família a busca de outras fontes de renda para cumprir com as obrigações exigidas pelo financiamento. Observamos que essa família recorre ao cultivo da mandioca para assegurar seu sustento, mostrando as fragilidades que a integração com a agroindústria do dendê impõe ao núcleo doméstico. A lógica camponesa de produção evidencia-se quando a família vê na sua frente o crescimento dos vegetais plantados pelas mãos dos integrantes familiares. A concepção de progresso estaria na satisfação em observar os componentes agrícolas crescerem e darem frutos para o sustento da família.

IMAGEM 1. Palma do dendê em consórcio com a roça de mandioca.



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

IMAGEM 2. Palma do dendê em consórcio com a roça de mandioca.



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Nas fotografias, ilustramos o plantio de mandioca nos campos do dendê cultivado pela família camponesa. Para introduzir a mandioca nos plantios da palma, a família de L. S. burla as diretrizes impostas pela empresa, ateando fogo entre as palmeiras. No campo, visualizamos as árvores que queimaram no processo de limpeza da terra para o plantio da maniva da mandioca, em um processo de roça de toco em que as cinzas contribuem para a fertilidade natural do solo. A realização de uma espécie de coivara como tecnologia social, comumente empregada, tanto na terra-firme, quanto nas várzeas amazônicas, revela que nem sempre as relações entre o campesinato e a agroindústria se enquadram nos rígidos protocolos agronômicos ditados pelas corporações.

A agroindústria tenta impor aos agricultores integrados uma lógica que se contrapõe ao conhecimento tradicional da família transmitido geralmente pela oralidade e pela socialização do trabalho entre as gerações do grupo doméstico, contribuindo para a incorporação dos jovens nas atividades agrícolas. Ao ter controle dos meios de produção, a família camponesa gerencia as áreas agrícolas conforme a própria compreensão agronômica, seguindo, ao mesmo tempo, os conhecimentos adquiridos e os sugeridos pelas forças externas.

A reprodução camponesa não significa apenas a reprodução da produção, mas também da família camponesa. E a própria reprodução da produção não significa apenas a reposição dos fatores de produção, mas também a transmissão de um saber, e esta transmissão tem como agentes o pai de família (e o padrinho) como detentor do saber, e o filho como aprendiz (Woortman, 1983, p. 221).

Partindo da compreensão de Woortmann (1983), verificamos que mesmo integrado ao cultivo do dendê, o processo do trabalho na propriedade camponesa é organizado e liderado no interior de uma hierarquia do grupo doméstico. Nesse processo, quem domina o saber-fazer, domina a família, uma característica importante das sociedades camponesas e que não se perde nas articulações com o capital.

Observamos que a técnica produtiva da agroindústria nem sempre elimina a reprodução camponesa. A entrevista com L. S. nos relata que: “esse dendê aqui depois que eu rocei e botei fogo, eu botei fogo aí e queimei, aí depois o dendê ficou foi mais bonito”. Nesta fala, percebemos um sistema tradicional de cultivo colocado em prática nos campos de uma produção destinada ao mercado global, possibilitando o reconhecimento do êxito da técnica de corte e queima na adubação das palmeiras da oleaginosa. Assim, compreendemos que a inserção da agricultura camponesa na cadeia produtiva do dendê tem engendrado ao território campesino a formação de novas práticas de produção, fato que, entretanto, não anula velhas configurações de uso da terra.

Além dos problemas visualizados no plantio do dendê de L. S., encontramos na pesquisa famílias que apresentam dificuldades no cultivo da palma de óleo, repercutindo nas operações de financiamento realizadas com o Banco do Brasil.

Eu não moro aqui, mas venho todo o fim de semana. É meu irmão que toma conta do dendê pra mim, mas sou eu que administro, entendeu? Tá no meu nome, eu sou a laranja na verdade, né? Em Belém, eu sou auxiliar de cozinha, mas eu me considero como agricultora mesmo, porque meus pais me criaram assim né. Aí, na verdade, o meu irmão tinha vontade de ter [o dendê], só que aí ele teve problema lá no documento dele. Aí ele pediu pra eu ir fazer no meu nome pra ele, mas é uma coisa que eu achei interessante no começo. Eu não tinha ideia de como plantava o dendê. Aí quando foi, pra plantar mesmo, que veio as mudas, eu fui pro meio do plantio mesmo, cavava o buraco, pra eu ter noção mesmo de como se plantava o dendê. Tanto é que meu irmão se formou agora, ele é técnico agrícola, né? Pra ele pegar mais experiência. Mas eu não tinha vontade, até porque é uma responsabilidade muito grande, dor de cabeça, não por trabalhar no campo entendeu, mas pelo pessoal da empresa, porque eles falam uma coisa e na hora do contrato tá uma coisa e depois eles não cumprem na palavra, né? Aí eu tô com muita dor de cabeça. A dificuldade que no começo que foi pra empilhar o meu projeto houve um desvio de dinheiro muito grande dos recursos por parte deles, né? Tanto é que até hoje eu brigo com eles, tô até ameaçando jogar eles na justiça, porque o banco cancelaram o dinheiro, não tá saindo dinheiro pra limpar o projeto, né?, pra manter o projeto. O meu dendê tá novo, tá com dois anos, então eu ainda não tô colhendo que ele só dá com três anos. No período de limpar, adubar, pra manter o projeto é agora e o empréstimo foi cancelado. O pessoal da empresa me falaram, os engenheiros, que foram vários produtores, menos os que já estão colhendo e vendendo. Eu soube disso pela boca de um engenheiro da empresa. Eles deram as mudas, sendo que vamos ter que pagar com o tempo né, quando for colhendo, já vai vendendo pra empresa e ela vai descontando, da muda, o adubo. A máquina pra limpar a terra nós pagamos com uma parte do dinheiro que saiu uma parcela. Mas aí, o mais essencial que é pra manter o projeto eles não tão liberando. O meu logo no começo que eles cancelaram o dinheiro. Eu até tentei pagar, né?, diárias, mas não tem condições. Aí eu peguei e falei que não vou mais mandar limpar e se eles não tomarem uma decisão eu vou jogar o banco e a empresa na justiça, porque é uma falta de respeito. Eu vou até levar o contrato pra um advogado e caso ele venha me dizer algo que venha me beneficiar, eu vou levar eles na justiça, eu já falei isso e eles estão consciente disso. Agora o nosso dendê tá ficando abandonado porque não tem condição, na época que tava saindo dinheiro a gente pagava diarista pra limpar né, fazer coroa, adubar, tanto que adubar a gente mesmo faz que é rápido, é só jogar ao redor. Mas em compensação, ficar roçando, limpando, não tem condições (M. A., comunidade Arapiranga Rodovia, julho de 2017).

O projeto do dendê para a família camponesa configura-se em um empreendimento de maior envergadura econômica que o trabalho habitual nas lavouras de roça e das culturas perenes, realizado mediante a disponibilidade de recursos financeiros próprios. Já o cultivo do dendê exige capital para a família cumprir as exigências da agroindústria, como a limpeza da área de produção, a aplicação de adubos químicos e a colheita, situações em que a família sozinha, geralmente, não consegue realizar, precisando contratar diaristas para suprir a carência de mão de obra no núcleo doméstico. Por esse motivo, o empréstimo realizado ao banco é imprescindível para a família sanar as exigências determinadas pelo trato com a palma de óleo.

Sobre o sistema de crédito rural, Hespanhol (2007), em uma crítica ao processo de modernização conservadora no campo, chama a atenção para a seletividade existente no acesso a empréstimos subsidiados pelo Estado brasileiro, restringindo-se a grupos de médios e grandes produtores rurais. Com isso, a grande maioria dos agricultores familiares ficam de fora dos incentivos e fomentos agrícolas, que somadas às precárias condições de acesso à terra, possuem maiores dificuldades em inovar a sua base técnica e com isso alcançar a sua reprodução social no campo.

Os incentivos financeiros para a integração camponesa ao mercado da palma de óleo seriam um ponto importante da política dos agrocombustíveis, ao passo que daria instrumentos econômicos para os agricultores camponeses investirem no cultivo do dendê. Contudo, observamos que o acesso a esse sistema de crédito é acompanhado por caminhos burocráticos que têm dificultado a implementação de projetos da palma por agricultores camponeses.

Em campo, ouvimos de trabalhadores que, com a demora do repasse do empréstimo, o manejo nos canteiros do dendê tende a parar, pois as famílias não dispõem de recursos para complementar a receita destinada às despesas com a palma, comprometendo o início da colheita, resultando no retardamento do período frutífero da palmeira, penalizando a renda da unidade doméstica. Durante a pesquisa, as famílias não souberam explicar a causa que levou o banco a cancelar as parcelas do empréstimo, retendo o dinheiro que já teria sido aprovado e liberado para a realização do cultivo. Segundo os entrevistados, os funcionários da Biopalma não têm repassado informações seguras, não esclarecendo os reais motivos do cancelamento do financiamento.

A possibilidade que se abre, portanto, é de as famílias procurarem seus direitos jurídicos, como foi assinalado na entrevista. Ao entrar na justiça contra o banco e/ou a Biopalma, existe a possibilidade de os camponeses serem esclarecidos sobre os reais motivos que desencadearam o cancelamento das parcelas do empréstimo e reverterem o problema, assegurando o restante do financiamento.

Na pesquisa, observamos que algumas famílias chegam a tirar recursos da roça para investir no trato dos campos de dendê. O pagamento de diárias no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) é um procedimento necessário nesse processo de cultivo da palma devido as famílias não possuírem condições suficientes para realizar o trabalho estipulado para a área de produção.

No depoimento de M. A., um elemento importante é constatado quando a entrevistada, mesmo morando em Belém e trabalhando como auxiliar de cozinha, identifica-se enquanto agricultora. Além disso, observamos as manobras camponesas para conseguir projetos para a família. Nesse caso em especial, M. A. se vê como “laranja” no processo de integração camponesa à cadeia produtiva do dendê, denominação obtida quando da realização, formalmente, de um acordo comercial ou judiciário (ou de outra natureza) para outra pessoa. Essa situação decorreu devido a entrevistada possuir mais aptidão entre os familiares para realizar os acordos burocráticos com o banco e a empresa.

Apesar da integração ser destinada à agricultura realizada em família, notamos que as unidades domésticas utilizam trabalho de diaristas para o manejo com os canteiros de dendê, além de precisarem alugar máquinas para fazer a limpeza da terra na fase de plantio.

No começo deu muito trabalho, a gente pagou o trator da empresa pra fazer essa área pra gente, aí eles alugou e nós pagamos. Uma parte de quatro mil pra eles limpar a área, os dez hectare. Aí teve um período que tava saindo um dinheiro no período que ainda não tava produzindo. Aí no momento que a gente começou a produzir a gente não precisa mais daquele dinheiro, não sei quanto foi que saiu, mas saía do empréstimo. Aí depois que começa a produção, só sai o dinheiro da produção nossa. A tendência é melhorar (J. S., comunidade Arapiranga, Concórdia do Pará, julho de 2017).

A fala de J. S. sintetiza como é realizado o preparo da terra para o plantio das mudas do dendê. Nesse momento, observamos as táticas da empresa capitalista para assegurar o lucro dentro do processo de plantio, comercializando não apenas as mudas e os adubos, mas também alugando tratores para a limpeza da área e explorando a mão de obra dos operadores das máquinas. Dentre os valores pagos à empresa nesse primeiro estágio do cultivo, notamos os seguintes: Limpeza da área R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), mudas de dendê R\$ 14.300,00 (quatorze mil e trezentos reais), adubo fosfato R\$ 243,00 (trezentos e quarenta e três reais), fertilizantes NPK e Arad R\$ 25.000,00 (vinte cinco reais). A partir desses números, percebemos que grande parte do empréstimo liberado para os agricultores cultivarem o dendê em seus sítios, ficam automaticamente com as empresas produtoras do óleo de palma.

Com esse processo, tem início a sujeição da renda camponesa à agroindústria do dendê, visto que a família camponesa se encontra dependente das

empresas produtoras da oleaginosa. O dinheiro financiado pelo banco deveria ir para as mãos da família, para investir na produção da oleaginosa, sendo, portanto, da família a responsabilidade de transmitir as orientações a serem colocadas em prática nos dez hectares direcionados ao plantio da palma. Contudo, verificamos que as parcelas do empréstimo concedidos para o início da plantação ficam praticamente retidas na empresa, impossibilitando as famílias de procurarem no mercado as mudas, os adubos e os serviços mais baratos, pois estão vinculadas aos preços e acordos estabelecidos pela empresa.

Em campo, observamos casos de o chefe da família realizar, sozinho, o trabalho nos campos do dendê, o que pode comprometer a qualidade da oleaginosa, já que o coco do dendê é perecível para o processamento, além dos problemas de saúde decorrentes da exaustão física e mental do trabalho precarizado. Por outro lado, notamos a ocorrência de antigas práticas de mutirão e/ou ajuda mútua, em função da falta de recurso da família para pagar os diaristas. Essas relações tornam-se possíveis pelos laços de parentesco e vizinhança, simbolizando ações de reciprocidade nos territórios onde o dendê tenta impor seu modo de produção.

Vislumbra-se, desse modo, que a inovação no campo, apresentada por Abramovay e Magalhães (2007) sobre as políticas dos agrocombustíveis e as vantagens da integração da agricultura camponesa à agroindústria do dendê, discutida por Becker (2010), não se cumpriu na sua totalidade amazônica, principalmente no nordeste paraense. Com isso, de fato, ocorreu uma subordinação do campesinato pois, ao cultivarem o dendê, os camponeses tornam-se sujeitos ao mercado da palma. Por outro lado, eles engendram, por meio da sua parcial autonomia, instrumentos para garantir renda paralelamente ao dendê, tendo a cultura do sistema de roça como principal sustento do núcleo familiar.

Essas famílias camponesas vivem as incertezas da conquista da prosperidade propagada pelas políticas dos agrocombustíveis e da estabilidade financeira com o cultivo da palma do dendê. Enquanto isso, mantêm-se as práticas tradicionais dos roçados, garantindo o alimento necessário e excedentes para comercializar e adquirir utensílios, alimentos e ferramentas que permitam a continuidade camponesa no campo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou que as famílias integrantes da cadeia produtiva do dendê perderam parcialmente sua autonomia diante da monopolização do território pela empresa Biopalma da Amazônia S.A. Reflorestamento Indústria e Comércio. Consideramos parcialmente, pois as famílias camponesas de forma criativa e lançando mão de inovações conseguiram manter parte do con-

trole sobre os meios de produção. Nesse processo, a agroindústria apropria-se da produção – da renda da terra –, mas não organiza as relações produtivas.

Observamos que, mesmo integradas à cadeia produtiva do dendê, as famílias camponesas continuam a exercer o trabalho familiar na unidade doméstica, por mais que contratem trabalhadores diaristas para o trato com os canteiros da palma. Por outro lado, elas tornam-se dependentes da empresa, pois, por vezes, precisam recorrer à Biopalma para a aquisição de mudas, serviços técnicos, insumos e para a comercialização da oleaginosa.

Contudo, entendemos que as famílias integradas à cadeia produtiva do dendê não perdem a lógica camponesa de produção, e percebem no cultivo da palma de óleo uma oportunidade de manter a reprodução social da família. Com isso, experimentam uma dualidade, pois de um lado estão presos ao protocolo de trabalho estabelecido pelas empresas integradoras, que dificulta a diversificação agrícola, e, por outro, continuam com a produção das culturas tradicionais, articulando uma agricultura para o consumo e outra para a comercialização.

Com a pesquisa, foi possível compreender algumas questões pertinentes à integração da agricultura camponesa à cadeia produtiva do dendê no nordeste paraense. Notamos que o cultivo da palma se insere na propriedade camponesa, mas não deixa a família totalmente subordinada à agroindústria – via a monopolização do território –, na medida em que as relações de trabalho familiar e a busca pela diversidade agrícola garantem parte da autonomia na unidade doméstica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R., & MAGALHÃES, R. (2007). *O acesso dos agricultores familiares aos mercados de biodiesel: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais*. São Paulo: FIPE.
- BECKER, B. K. (2010). Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo (Dendê)? *Confins [Online]*, 10, 1-20.
- BERNARDES, J. A. (2011). Políticas públicas, selo combustível social e território usado. In J. A. BERNARDES, & L. A. S. ARACRI (Orgs.). *Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola* (pp. 11-22). Rio de Janeiro: Arquimedes.
- FABRINI, J. E. (2010). O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In M. A. Saquet, & R. A. Santos (Orgs.). *Geografia Agrária, território e desenvolvimento*. São Paulo: Expressão Popular.
- HESPANHOL, A. N. (2007). O desenvolvimento do campo no Brasil. In B. M. Fernandes, M. I. M. MARQUES, & J. C. SUZUKI (Orgs.). *Geografia agrária: teoria e poder* (pp. 271-311). São Paulo: Expressão Popular.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2020). *Panorama Agrícola do Pará 2015/2019*. Secretária de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca, Governo do Estado do Pará.
- MACEDO, C. O., & SOUSA, R. B. (2015). Novos projetos, velhas práticas: os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas. *Revista Tempos Históricos*, 19(1), 302-331.
- MARTINS, J. S. (1995). *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político* (5ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- OLIVEIRA, A. U. (2004). Perspectivas no início do século XXI. In A. U. OLIVEIRA, & M. I. M. MARQUES (Orgs.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social* (pp. 29-70). São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra.
- OLIVEIRA, A. U. (2011). Os agrocombustíveis e os dilemas da agricultura camponesa e familiar. In J. A. BERNARDES, & L. A. S. ARACRI (Orgs.). *Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola* (pp. 11-22). Rio de Janeiro: Arquimedes.
- PAULINO, E. T. (2006). *Por uma geografia dos camponeses*. São Paulo: UNESP.
- SILVA, E. M., & NAVEGANTES-ALVES, L. F. (2017). Transformações nos sistemas de produção familiar diante a implantação do cultivo de dendê na Amazônia Oriental. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 40, 345-364.
- WOORTMANN, K. A. (1983). Transformação da Subordinação. *Anuário Antropológico*, 81, 204-229.

NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: EXPERIÊNCIAS
SOCIOAMBIENTAIS DE UMA ESCOLA
AGROECOLÓGICA E DO PEQUI NAS FEIRAS
LIVRES NO CERRADO TOCANTINENSE

En la Amazonia brasileña: experiencias socioambientales de una escuela agroecológica y pequi en los mercadillos libres del cerrado de Tocantins

Inside the Brazilian Amazon: socio-environmental experiences of an agroecological school and the pequi in the open markets of Tocantins *Cerrado*

DAMIÃO ROCHA

Universidade Federal do Tocantins (UFT, Brasil)

GLEIVA GIUVANNUCCI

Universidade Federal do Tocantins (UFT, Brasil)

VALTUIR SOARES FILHO

Universidade Federal do Tocantins (UFT, Brasil)

RESUMO

No Brasil, na década de 1990, como política de indução ao desenvolvimento sustentável, foi implantada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), com vistas a promover a expansão da produção de alimentos orgânicos pelo

uso sustentável dos recursos naturais. Palmas, a capital do Tocantins, criada em 1990, com belezas naturais, cercada por serras, com praias fluviais, cachoeiras e parques urbanos, além do parque nacional do Jalapão com 34 mil km², é considerada uma cidade ecológica. Diante deste contexto abordamos no texto os resultados do estudo de caso de uma escola do povoado de Taquaruçu Grande, que é parte da pesquisa desenvolvida no programa de pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins (UFT, Brasil), além de uma amostra realizada com feirantes sobre o potencial comercial nas feiras livres, de um produto florestal não madeireiro, o pequi, considerado fruto-símbolo do cerrado tocantinense.

Palavras-chave: Escola agroecológica; potencial do pequi; autossustentabilidade na Amazônia.

RESUMEN

En Brasil, como política de inducción al desarrollo sostenible, se implementó en la década de 1990 la Política Nacional de Agroecología y Producción Orgánica (Pnapo), con miras a promover la expansión de la producción de alimentos orgánicos a través del uso sostenible de los recursos naturales. Palmas, la capital del estado de Tocantins, fundada en 1990, rodeada de bellezas naturales, montañas, playas fluviales, cascadas y parques urbanos, además del parque nacional de Jalapão con 34.000 km², es considerada una ciudad ecológica. En este contexto, abordamos en el texto los resultados del estudio de caso de una escuela de la localidad de Taquaruçu Grande, que forma parte de la investigación desarrollada por el Programa de Posgrado en Gestión de Políticas Públicas (Gespól / UFT), así como una muestra realizada con mercaderes ambulantes sobre el potencial comercial de un producto forestal no maderable, el pequi, considerado símbolo de la región del Cerrado de Tocantins.

Palabras clave: Escuela agroecológica; potencial del pequi; autosostenibilidad en la Amazonia.

ABSTRACT

In Brazil, in the 1990's, as a policy to induce sustainable development, the National Policy of Agroecology and Organic Production (Pnapo) was implemented, aiming to promote the expansion of organic food production through the sustainable use of natural resources. Palmas, the capital of Tocantins, created in 1990, with its natural beauty, surrounded by mountains, with river beaches, waterfalls and urban parks, besides the Jalapão National Park with 34,000 km², is considered an ecological city. In this context, we address in this text the results of a case study of a school in the town of Taquaruçu Grande, which is part of the research developed in the Post-graduate Programme in Public Policy Management (UFT, Brazil), as well as a sample carried out with stallholders on the commercial potential of a non-timber forest product, the pequi, considered to be a fruit symbol of the Cerrado region of Tocantins.

Keywords: Agroecological school; potential of pequi; self-sustainability in the Amazon.

I. O CONTEXTO DE NOSSA EXPERIÊNCIA COLORIDA DE VERDE E AMARELO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

A AMAZÔNIA LEGAL ESTÁ DIVIDIDA em Amazônia Ocidental e Amazônia Oriental. Essa divisão é comumente adotada nas discussões sobre a região. A Ocidental se localiza no centro geográfico da Amazônia continental, ocupando uma área de 2.194.599 quilômetros quadrados. Esta área corresponde a 25,7% do território brasileiro, tem 6.242.000 habitantes segundo censo de 2010, e foi criada pelo Decreto-Lei nº 356/68. E, segundo este, constitui-se dos estados de Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Já a Amazônia Oriental é definida por exclusão, formada pelo Tocantins, Pará e Amapá e as áreas amazônicas do Mato Grosso e do Maranhão (SUDAM, 2019).

O que se conceitua como Amazônia Legal, no Brasil, deriva de um conceito político e não geográfico, posto que impera no país a necessidade da promoção do desenvolvimento regionalizado. Coloca-se atualmente como um dos principais desafios para a formação dos sujeitos sociais, que são seus povos originários e pertencentes ao território amazônico. A educação na/da Amazônia, se faz necessária como realidade geográfica e histórica, no sentido de atividades sociais, econômicas, políticas, culturais e educacionais de seus povos.

No Brasil, a ameaça à biodiversidade está presente em todos os biomas, em decorrência, principalmente, do desenvolvimento desordenado de atividades produtivas. A degradação do solo, a poluição atmosférica e a contaminação dos recursos hídricos são alguns dos efeitos nocivos observados. Na maioria dos centros urbanos, os resíduos sólidos ainda são depositados em lixões, a céu aberto. Associa-se a isso um quadro de exclusão social e elevado nível de pobreza da população. Muitas pessoas vivem em áreas de risco, como encostas, margens de rios e periferias industriais. É preciso também considerar que uma significativa parcela dos brasileiros têm uma percepção “naturalizada” do meio ambiente, excluindo homens, mulheres, cidades e favelas desse conceito (Ministério da Educação, 2005, p. 17).

Diante dessa realidade, ao analisarmos os dados de monitoramento por satélite realizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) divulgados em agosto de 2020, que mostram que a taxa de desmatamento na Amazônia aumentou 34% nos últimos 12 meses, em comparação com o mesmo período do ano anterior, percebe-se a gravidade da questão ambiental na atualidade.

A unidade federativa do Tocantins é desprovida de industrialização, com índices de desenvolvimento bem abaixo das regiões populosas do Brasil. A economia estadual tem sua base no comércio, agricultura e pecuária. A capi-

tal, Palmas, está localizada entre a serra do Lajeado e o lago de Palmas. Ela foi implantada no final da década de 1990 por ordem constitucional. Sua localização geográfica pertencia ao estado vizinho de Goiás. O seu território era formado por grandes fazendas de criação de gado e mata nativa. Aos poucos, a cidade foi sendo povoada, após sua criação, chegando em épocas áureas, a ser confundida como um eldorado em razão de grandes fluxos migratórios. Em relação ao meio ambiente,

as estratégias de enfrentamento da problemática ambiental, para surtirem o efeito desejável na construção de sociedades sustentáveis, envolvem uma articulação coordenada entre todos os tipos de intervenção ambiental direta, incluindo neste contexto as ações em educação ambiental. Dessa forma, assim como as medidas políticas, jurídicas, técnico-científicas, institucionais e econômicas voltadas à proteção, recuperação e melhoria socioambiental despontam também as atividades no âmbito educativo (Ministério da Educação, 2005, pp. 17-18).

Nesta ambiência na qual Palmas se destaca como capital ecológica, evidenciamos um dos frutos nativos, depois do “coco babaçu”, mais comum e conhecido: o pequi. Pequi, piquiá ou pequiá (*Caryocar brasiliense*), é o fruto de uma árvore chamada pequizeiro, *caryocaracea*, e nativa do cerrado. De cor verde por fora e com amêndoas amarelas dentro, possui sabor marcante e peculiar.

Geralmente nos meses de janeiro a abril, as cozinhas das residências, os restaurantes, se enchem de um cheiro peculiar dessa fruta, pois é tempo da “apanha” do pequi. O pequi é facilmente encontrado embaixo de suas árvores no centro urbano de Palmas e em outras cidades, a exemplo de Brasília, Goiânia e Belo Horizonte.

Como na região as políticas indutoras de desenvolvimento local são insípidas, e frente a um cenário nacional economicamente instável, boa parcela da população em vulnerabilidade social e econômica tem buscado estratégias individuais para o enfrentamento da fome. O meio ambiente como provedor tem sido uma alternativa. Coletores de espécies do Cerrado e da Mata Amazônica têm se utilizado desses produtos como fonte de renda de famílias inteiras. Esse comércio informal é extraído dos produtos florestais não madeireiros (PFNM).

Apresentamos uma amostra sobre o pequi, que resulta da realização de uma entrevista de opinião realizada no mês de outubro de 2018, com sete feirantes, na feira livre da quadra 304 Sul, o que equivale a 100% dos comerciantes de pequi ou de algum subproduto dele derivado nesse comércio. Os dados parciais dessa amostra foram apresentados em congressos nacionais a

fim de mostrar que o pequi, uma das espécies de PFSM tem grande valor para o desenvolvimento local. Na pesquisa primária foi possível

identificar a cadeia produtiva do Pequi, nas feiras livres da cidade de Palmas. Para alcançar tal objetivo, procurou-se identificar o local de origem do pequi comercializado na feira livre da quadra 304 Sul na Cidade de Palmas – TO, seus subprodutos, bem como as potencialidades e limitações da comercialização do pequi e seus derivados a partir do levantamento “*in loco*” (Soares Filho, Miranda, & Silva, 2020, p. 2).

Nessa perspectiva Soares Filho, Miranda e Silva (2020) destacam que os feirantes até dão importância comercial ao pequi, “mas por ser uma venda de produto *in natura*, eles o comercializam apenas em determinado período do ano, fazendo com que a contribuição do pequi para a renda familiar, se aproxime do percentual de 10% do total”.

Dada a importância da ecologia na sociedade, Giuvannucci (2019) dedicou seu trabalho de mestrado a estudar a educação do campo e a de tempo integral em iniciativas singulares de práticas em prol da sustentabilidade ao dissertar sobre a experiências de uma escola de tempo integral localizada na área rural de Palmas, na região do Taquaruçu Grande. A experiência da Escola de Tempo Integral (ETI) Professor Fidêncio Bogo serviu de objeto de estudo por ter seu foco de trabalho em princípios sustentáveis. Nessa investigação realizada no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas (Gespol/UFT), foi utilizada a metodologia do estudo de caso, de abordagem qualitativa, que segundo Robert Yin (2001), pode ser assim conceituada:

O estudo de caso constitui-se como ferramenta de investigação científica sendo utilizado para compreender processos na complexidade social nas quais estes se manifestam: seja em situações problemáticas, para análise dos obstáculos, seja em situações bem-sucedidas, para avaliação de modelos exemplares (Yin, 2001, p. 21).

Retratar os estudos realizados na ETI Professor Fidêncio Bogo em consonância com os feirantes da feira em Palmas, capital do Tocantins, que comercializam o pequi ou algum subproduto dele derivado, são questões importantes no momento em que o Brasil busca implementar as metas da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), criada em 2012, que prevê: “integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica”, destacando aqui uma de suas diretrizes que é promover “o uso sustentável dos recursos naturais” (Decreto nº 7.794, art. 3º, inciso II, 2012).

2. ENTENDENDO CONCEITOS DE UMA ESCOLA DE “TEMPO INTEGRAL”, “DO CAMPO”, “AGRO-ECOLÓGICA”

Como anunciado no início do texto, com o caso da escola da região de Taquaruçu Grande, quer se trazer ao debate, parte da pesquisa de Mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas (Gespol/UFT), em 2019, intitulada: “A agroecologia como caminho para uma nova educação do campo”. A metodologia da pesquisa de dissertação se caracterizou, portanto,

como estudo de caso, pois visa à investigação de um caso bem delimitado (o projeto da ETI Professor Fidêncio Bogo); contextualizado em tempo e lugar, (no processo de planejamento, execução e implementação, ocorridos entre 2013 e 2019); para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações (destacar convergências com as metas da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Giuvanucci, 2019, pp. 18-19).

O objeto de estudo da dissertação aludida está situado numa grande área de preservação ambiental (APA) localizada na serra do Lajeado que permeia a cidade de Palmas. O projeto de uma escola de tempo integral é resultado de políticas de promoção da sustentabilidade e do desenvolvimento local, posto pela municipalidade em parceria com outras esferas de governo como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A escola foi instalada no ano de 2015 já com fundamentos pedagógicos baseados em práticas de base agroecológica.

A região onde a escola foi edificada, além de ser uma área de preservação ambiental foi escolhida por lá já existir uma comunidade tradicionalmente instalada. O projeto da escola, além de ser pensado de forma arquitetônica a privilegiar a peculiaridade da região, levou em consideração o empoderamento de lutas sociais, religiosas e de preservação do meio ambiente que muito antes era postulada pela população local. Em poucas palavras, um dos participantes do projeto, o padre Aderson Teixeira, explica sobre a autoria do nome da escola.

Fidêncio Bogo, catarinense de Rio do Oeste, Alto Vale do Itajaí, Santa Catarina, no sul do país, mudou-se para a cidade de Natividade, ainda norte goiano em 1976 e, antes mesmo de existir o estado do Tocantins, já lutava por uma melhor qualidade de vida de nossa gente. Era ambientalista, professor, entusiasta, poeta, morou aqui, defendeu as minorias, a regionalidade, a educação e também a igreja, de maneira que representasse tudo o que buscamos do início ao fim. Merece e traz conforto, a todos nós, nomear a escola assim, uma perfeita homenagem (Teixeira, 2019).

Por se tratar de uma escola de “educação do campo”, fizemos uma breve incursão desse conceito para demonstrar também suas controvérsias no Brasil, uma vez que, a expressão “educação do campo”, passou a ser usada nos meios acadêmicos e governamentais, a partir da década de 1990, com base na reivindicação dos movimentos e organizações sociais, apesar da expressão “educação rural” se manter corrente e ainda muito utilizada.

Se observarmos a legislação educacional, identificamos no parecer que trata da educação do campo aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) que o conceito de “educação do campo” passou por várias ressignificações, vejamos a citação:

No decorrer dos anos, têm sido utilizadas expressões diferenciadas quando se trata do enfoque da educação para o desenvolvimento integral das zonas rurais: educação para o meio rural, ruralização do ensino, educação rural, escola rural, Educação Básica nas escolas do campo. Ao longo do presente Parecer, será, sempre que possível, utilizada a expressão Educação do Campo, uma vez que já se tornou consagrada (Parecer, 2007, p. 2).

A educação do campo, a partir de Caldart (2000), entende o sujeito social como parte de um coletivo. Essa ideia tende a romper com o individualismo em contraposição ao coletivo. E ainda, a educação é mais do que uma escola, ela se fortalece pelas lutas sociais, de classe e nesse quesito a preservação do meio ambiente e a garantia pelo acesso ao trabalho são contrapontos discutidos e decididos pela comunidade com o apoio da ideologia da escola de base ecológica. No documento da política ambiental PRONEA, podemos observar essa questão sócio-política posta.

É preciso ainda garantir o efetivo controle e a participação social na formulação e execução de políticas públicas, de forma que a dimensão ambiental seja sempre considerada. E nesse contexto, em que os sistemas sociais atuam na promoção da mudança ambiental, a educação assume posição de destaque para construir os fundamentos da sociedade sustentável, apresentando uma dupla função a essa transição societária: propiciar os processos de mudanças culturais em direção à instauração de uma ética ecológica e de mudanças sociais em direção ao empoderamento dos indivíduos, grupos e sociedades que se encontram em condições de vulnerabilidade em face dos desafios da contemporaneidade (Ministério da Educação, 2005, p. 18).

A ETI Professor Fidêncio Bogo se fundamenta nestes princípios políticos da formação pedagógica trazendo nesse contexto “princípios sustentáveis”, para ser mais bem compreendido, enfatizando na elaboração do seu projeto político pedagógico a importância de se trazer à memória experiências das

escolas da “pedagogia da alternância”, uma discussão curricular importante na “educação do/no campo” no Brasil.

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (Arroyo, Caldart, & Molina, 2004, p. 176).

Nesta perspectiva, podemos dizer que a concepção de “educação do campo” na atualidade, teve sua origem no projeto “Escola Família Agrícola” que teve seu projeto baseado na “pedagogia da alternância” como menciona Rocha, Coelho e Bombarda (2020).

Geralmente as escolas de educação do campo se “organizam em diversos tipos de alternância: alternância justapositiva, alternância associativa, alternância integrativa” como explicam Rocha, Coelho e Bombarda (2020). Os autores afirmam que essas experiências surgiram na década de 1970 no Brasil, com contribuição do governo italiano, no estado do Espírito Santo. A iniciativa contou com a organização de base da juventude trabalhadora rural que privilegiou o trabalho sem desprezar o seu lugar de pertencimento, ou seja, a área rural.

A partir desse pressuposto, no Brasil, a pedagogia da alternância como projeto político-pedagógico vem despertando o interesse dos pesquisadores desde o final dos anos 1970. Na mesma época, no estado brasileiro do Espírito Santo, Paolo Nosella (1977) e Alda Luzia Pessotti (1978) realizaram uma pesquisa sobre Escola Família Agrícola EFA. Para essa autoria, a alternância

consiste em repartir o tempo de formação do jovem em períodos de vivência na escola e na família. Esse ritmo alternado rege toda a estrutura da escola e busca a conciliação entre a escola e a vida não permitindo ao jovem desligar-se de sua família e, por conseguinte, do meio rural (Pessotti, 1978, p. 37).

Para além da pedagogia da alternância, um outro aspecto importante da escola *case* em tela, é a questão da educação integral. A partir do ano de 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, entendida como LDB nº 9.394 de 1996, no Brasil passou-se a considerar a ampliação do tempo de permanência de alunos e professores na escola. Esse movimento foi evoluindo para se tornar em escola de tempo integral (ETI). A alteração da legislação e a ampliação

da permanência de alunos e professores na escola é resultado de compromissos assumidos pelo país a partir de iniciativas da sociedade civil organizada, como a Unesco.

Vejam os que a escola do nosso *case* se implanta com a perspectiva de todas essas frentes político-pedagógicas na educação básica. E nesse debate sobre tempo integral ou formação integral o autor Cavaliere (2002) considera que, sendo função da escola preparar os jovens para a vida social, a “escola de tempo integral” pode ser uma aliada, no entanto, na nossa percepção é um projeto bastante complexo.

Por isso, entendemos que para implementar uma escola nessa perspectiva há necessidade de condições de infraestrutura e organização do tempo e do espaço, precisa preparação de seus profissionais e ter definições curriculares e percursos articulados a essas concepções de escola. Contudo, a maior permanência dos agentes do processo educacional no interior da escola não é garantia de qualidade educacional, por isso compartilhar experiências e refletir continuamente o processo de inserção da comunidade em escolas de tempo integral é um mecanismo importante de se avaliar a qualidade e a efetividade de tais iniciativas.

Mais um aspecto do nosso *case* se refere à concepção de educação ecológica, pois a escola Fidêncio Bogo oferta educação do campo, é de tempo integral e com filosofia de ser considerada sustentável e agroecológica.

Vejam os que ao revisitarmos Altieri (2012) entenderemos a “agroecologia” com suas bases científicas na “agricultura alternativa”. A partir dessa concepção, a “agroecologia”, junto com a efervescência da Eco 92, passou a ser subsídio de debates sobre transgênicos, de cursos de agroecologia, dos intercâmbios de experiências na América Latina, que também culminaram na criação da Rede Projetos Alternativos (PTA) que fomentou o trabalho de várias organizações não-governamentais que atuam com agricultores em experiências participativas ligadas à agroecologia, como o CAATINGA-PE (1988), SASOP-BA (1989), REDE MG (1989) e a AS-PTA (1990), além da constituição da Rede PTA (Luzzi, 2007).

Por outro lado, se se busca as experiências da “educação profissional do campo” com enfoque na “agroecologia na Amazônia”, Sousa (2015) propõe uma “coreografia do saber-fazer da formação de jovens camponeses para a sustentabilidade agrária” (Sousa, 2015, p. 85). Na sequência, uma imagem do projeto arquitetônico da ETI.

IMAGEM 1. ETI Fidêncio Bogo.



Fonte: Redação Secom-Palmas (<https://www.palmas.to.gov.br/media/banner/api/9f-9f7692addoaec6ea2b1d8f786efaf6.jpg>). Edu Fortes, 2022.

O projeto arquitetônico de uma escola nessa perspectiva é importante para desenvolver seu projeto de escola agroecológica. Dessa forma, a cultura escolar contribui para os processos de aprendizagem, uma vez que é por meio dela que crenças, valores e conhecimentos se unem para viabilizar o uso eficiente e eficaz dos recursos naturais. A partir desse pressuposto a Política Nacional de Educação Ambiental assegura ações voltadas à proteção, recuperação e melhoria socioambiental, como veremos na citação a seguir:

Para que a atuação do poder público no campo da educação ambiental possa ocorrer de modo articulado tanto entre as iniciativas existentes no âmbito educativo como entre as ações voltadas à proteção, recuperação e melhoria socioambiental, e assim propiciar um efeito multiplicador com potencial de repercussão na sociedade, faz-se necessária a formulação e a implementação de políticas públicas de educação ambiental que integrem essa perspectiva. Nesse sentido, a criação do PRONEA se configura como um esforço do governo federal no estabelecimento das condições necessárias para a gestão da Política Nacional de Educação Ambiental, fortalecendo os

processos existentes nessa direção na sociedade brasileira (Ministério da Educação, 2005, p. 19).

Nesse debate, outro ponto importante no *case* da escola na Amazônia, é o que preconiza o Plano Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica (Planapo) de 2013, que teve como base “um conjunto de 125 iniciativas, distribuídas em 14 metas e organizadas a partir de quatro eixos estratégicos: 1) Produção; 2) Uso e Conservação de Recursos Naturais; 3) Conhecimento; e 4) Comercialização e Consumo” como explica Giuvannucci (2019, pp. 18-19). A autora ainda complementa que é meta dessas iniciativas a ampliação da participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica, uma política importante de sustentabilidade a se pesquisar sua efetividade no estado do Tocantins.

3. O *CASE* DA NOSSA EXPERIÊNCIA COM “PRINCÍPIOS SUSTENTÁVEIS” NO CERRADO TOCANTINENSE

De acordo com Giuvannucci (2019), o projeto arquitetônico da escola possui um diferencial ao considerar as atividades didáticas de ensino articuladas ao empreendedorismo e ao turismo rural. O espaço externo da escola é formado pelos laboratórios vivenciais com experiências de preservação ambiental e práticas agrícolas sustentáveis, baseadas na agroecologia, complementa a autora.

É possível que a escola não seja a resposta de problemas, mas ela reproduz os discursos da sociedade. Os espaços educadores sustentáveis desejam que a escola transcenda isso, sendo geradora de uma cultura pró-sustentabilidade. Esta postura, fomentada por um currículo apropriado, permite que as preocupações socioambientais no âmbito global sejam absorvidas pela consciência individual (Sato & Trajber, 2010, p. 77).

Giuvannucci (2019) explica que a escola do estudo de caso está inserida no contexto de tempo integral e que em seu cotidiano há laboratórios com aulas práticas que incentivam a produção agroecológica com técnicas derivadas da zootecnia, agroindústrias e gerenciamento agrícola. Essas abordagens contribuem para disseminar o empreendedorismo no alunado abordando, além de sistemas agroflorestais temas como compostagem, apicultura, dentre outros. Essas práticas estão de acordo com o que anseia a comunidade local onde a escola está situada.

A seguir uma imagem da estrutura da escola.

IMAGEM 2. ETI Fidêncio Bogo.



Fonte: Edu Fortes (2019, de <https://www.palmas.to.gov.br/media/banner/api/6305c-4d00af311d166628f7dfob8657c.jpg>).

A partir da imagem da escola, Giuvannucci (2019) esclarece que a logística da escola permite que os alunos tenham práticas que possibilitem a vivência de experimentos reais como o uso de compostagem e resíduos dos criatórios de galinhas na horta escolar que além de verduras, produz plantas medicinais e aromáticas. A autora complementa ao destacar experimentos com a criação de peixes utilizando inclusive aproveitamento da energia solar e pela prática de meliponicultura com manejo de espécies de abelhas nativas da região.

Essas práticas vão ao encontro do que preconiza o Plano Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica porque possibilita que os alunos vivenciem em atividades práticas os princípios da agroecologia. Essa vivência é um indutor de mudanças significativas no cotidiano das famílias inseridas na localidade que passam a ter no meio ambiente um aliado e não um incômodo. A harmonização de práticas agroecológicas com as culturas tradicionais e o manejo de cultura, há décadas praticadas com técnicas rudimentares que devastam o meio ambiente, podem ser revisitados com base em modelos ambientais aprendidos na escola. Esse movimento contribui para a efetividade do plano e das políticas públicas em prol da sustentabilidade numa ótica governamental e social.

É nesse sentido que articulamos a discussão sobre a educação do campo, de tempo integral com filosofia de ser considerada sustentável e agroecológica

de uma escola na Amazônia ao potencial do pequi nas feiras livres de Palmas, capital ecológica.

4. O POTENCIAL DO PEQUI NAS FEIRAS LIVRES COMO PRODUTO FLORESTAL NÃO MADEIREIRO

Apesar do Brasil constar no *rol* dos principais produtores e exportadores de grãos e ter nesse tipo de *commodities*, uma fatia significativa do Produto Interno Bruto (PIB), a agricultura familiar, não segue a mesma tendência, pois programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ainda têm pouca visibilidade nacional.

Ainda nesse mesmo entendimento, a valorização dos Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMS) se insere. Segundo Fiedler, Soares e Silva (2008) os PFNMS “tem se apresentado, a cada dia, como uma grande importância social, econômica e ambiental, já que atua prioritariamente em pequenas propriedades e preserva parte importante da biodiversidade das florestas nativas”, mas diferentemente do agronegócio, eles têm baixa valorização de valor agregado.

Corroborando com os autores, Shanley, Pierce e Laird (2005) defendem que os PFNMS “fazem parte de grandes mercados regionais e internacionais, e, durante séculos, produtos como especiarias, plantas medicinais, fragrâncias e resinas estimularam viagens de exploração e sustentaram rotas comerciais em todo o mundo”, os PFNM geram uma economia solidária.

O entendimento da economia solidária traduz o conceito de coletividade, da busca pelo associativismo/cooperativismo, de forma que essa cooperação gere mudanças sociais. Diferentemente da ideia de salário formal, as atividades são classificadas como não assalariadas, caracterizando um meio de produção econômica e distribuição coletiva dos bens e serviços produzidos (Soares Filho & Aguiar, 2018, p. 73).

A economia solidária possibilita que comunidades tradicionais, pequenos povoados, e pessoas em situação de vulnerabilidade tenham acesso ao mercado produtor. A comunidade de pesquisadores, ao ter acesso à produção do conhecimento que discute a inserção do PFNM como elemento do processo produtivo, pode conduzir a melhoria da cadeia produtiva que deixa de ser entendida como extrativismo primário com tendência a conquistar processos modernos de produção e extração, como se pode perceber no seguimento da produção agroflorestal, em que floresta e produção agrícola e pecuária convivem no mesmo espaço em harmonia, a partir da geração de receita com preservação do meio ambiente.

Tratando-se de PFNM é bom que se conceitue. Eles, conforme Calderón (2013), são produtos “extraídos da floresta e que não são madeira, tais como:

folhas, frutos, fibras, palhas, sementes, óleos, resinas, gomas, borrachas, plantas medicinais, cogumelos, entre outros”. Bentes-Gama (2006) insere nessa mesma categoria os “extratos, cipós, cortiças e taninos, todos eles existentes na região amazônica, e extraídos, eliminados ou substituídos no processo de desmatamento”. Na região de Palmas, em especial, na APA Lajeado o pequi, enquanto PFNM, é um dos frutos mais extraídos e consumidos que chamou nossa atenção pela falta de valor agregado unitário por cada unidade de produto vendido. Na imagem a seguir a fruta pequi para visualização.

IMAGEM 3. A fruta pequi.



Fonte: Acervo (ISPN) da ONG Cerratinga.

O pequi tem seu uso mais significativo na alimentação, a partir do consumo de sua polpa, aproveitada em muitos preparos culinários, de seu caroço é feito a extração de óleos, muito apreciado no preparo de cosméticos e licores. Ainda, em estudo, o óleo do pequi está sendo visto como uma alternativa em potencial na produção de biocombustível (Gonzalez, 2008).

A cadeia produtiva do pequi vai além da comercialização pois, para que a coleta do fruto seja possível é necessário que suas matrizes (árvores) estejam preservadas, seja na floresta nativa, ou em pastagens consorciadas com a pecuária. Já se tem algumas experiências regionais da agricultura familiar com a produção e comercialização informal do pequi, todavia há um potencial inexplorado em relação à sua importância social e cultural, uma vez que o pequi está presente nos principais pratos da culinária regional dando identidade e

tradição às comunidades rurais e quilombolas. Além do produto *in natura*, existe a comercialização dos seus subprodutos, o que requer o conhecimento da cadeia produtiva, além de financiamento para sua expansão.

Na feira livre da 304 Sul, na cidade de Palmas, o PFNM pequi tem importante parcela na renda dos feirantes. Nessa amostra, 85,7% do pequi comercializado “é oriundo do próprio estado do Tocantins, evidenciando assim a potencialidade de produção no próprio local” conforme Soares Filho, Miranda e Silva (2020) destacam. Assim como sobre o responsável pela coleta do pequi vendido na feira, o resultado apontou para o percentual 71,4%, o próprio vendedor. Procuramos identificar o percentual de contribuição do pequi na composição da renda mensal da família, e tivemos o seguinte resultado: 71,4% apontam que o pequi representa 10% da sua renda, outros 14,3% afirmam que é de 20% e 14,3%, disseram que o pequi contribui 30% na sua renda familiar mensal.

Sobre os produtos oriundos do pequi comercializados, apenas 14,3% comercializam o óleo, os demais 85,7% comercializam o produto *in natura*. Para que se entendesse as dificuldades e potencialidades da comercialização do pequi pelos feirantes, procurou-se saber como ou qual é a logística envolvida desde o processo de coleta do pequi até a sua venda, como no estudo de Soares Filho, Miranda e Silva (2020), e ainda o resultado obtido na pesquisa que 85,7% são os próprios feirantes que transportam do ponto de coleta até o local de comércio.

Ao se tratar de um fruto do cerrado brasileiro, o pequi é um PFNM encontrado no Tocantins e em outros estados. Soares Filho, Miranda e Silva (2020), identificaram que aqueles comercializados na feira de Palmas são coletados no estado do Tocantins, compondo 85,7% do que é vendido. A pesquisa que empreendemos na feira foi importante para ressaltar que a cadeia produtiva do pequi é incipiente, com pouca visibilidade do estado enquanto política pública e, conforme identificaram Soares Filho, Miranda e Silva (2020), presenciemos que o subproduto desse PFNS, como o óleo, não é processado aqui, mas em outros estados, a exemplo da Bahia.

É importante que digamos que a comercialização do pequi no Tocantins possui maior potencial em algumas regiões em detrimento da capital, como é o caso do município de Talismã, que realiza um festival do pequi que está em sua 16ª edição, tornando-o a principal atração da festividade.

Dessa forma, fica demonstrada a necessidade de uma ação, programa ou projeto governamental de incentivo à industrialização de produtos florestais não madeireiros em Palmas, e que não aparece na proposta da escola sustentável e agroecológica.

5. CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS EM PROL DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO AUTOSSUSTENTÁVEIS

A partir da consideração de que Palmas é uma capital ecológica, contexto no qual se desenvolveram nossas experiências, com a escola e com o pequi, destacamos que em 2015, foi lançado o Plano de Ação Palmas Sustentável: “um produto inovador de processo de planejamento compartilhado”, conforme a justificativa do plano, que tem como base a iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) do BID de 2011, mas que não investigamos nesse momento sua efetividade social.

A partir desse pressuposto, por outro lado, a Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do governo brasileiro, tem chamado à inovação social, parceiros micro e de pequeno porte no estado do Tocantins, ao se constatar que as inovações tecnológicas, por si só, não têm sido eficientes na redução das desigualdades sociais, por isso vem buscando a tecnologia social. Fato este que exemplifica ações de inovação na área social, ao mesmo tempo em que o governo federal de Bolsonaro (2019-2022) faz mobilizações contrárias à ciência brasileira e seus cientistas, no momento em que o mundo inteiro desenvolve ações e programas de combate à pandemia de covid-19.

Em 2020, no Tocantins, os agricultores familiares receberam as primeiras declarações com registro do Ministério da Agricultura para venda de seus produtos orgânicos, ou seja, aqueles produtos livres de agrotóxicos e demais produtos químicos sintéticos. Neste mesmo ano foi realizada a Feira Agrotecnológica (Agrotins 2020), trazendo como tema o Cerrado Sustentável: um evento das diversas áreas do agronegócio, e que visou apresentar ao produtor rural as principais novidades em serviços, produtos e tecnologias para o campo.

Pontuamos essas ações governamentais para dizer que o Tocantins e sua capital têm apresentado aspectos de uma agenda voltada para a autossustentabilidade, apesar de não termos analisado a efetividade destas ações, programas ou projetos neste texto. O que fizemos foi demonstrar nossa percepção no entorno da nossa experiência, ao tratarmos do caso da escola e dos feirantes em relação ao pequi.

Estas questões demonstram ainda a tentativa de cumprimento da pauta da Agenda 21, adotada a partir das discussões da conferência Rio-92 (ECO-92), que apontou para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) nos anos 2000, como forma de implementar ações para sociedades sustentáveis e para escolas sustentáveis como evidenciam Sato e Trajber (2010).

Em meio a esta conjuntura nossa experiência de pesquisa com uma escola de educação básica que se quer com princípios autossustentáveis e de um produto florestal não madeireiro, traz alguns aprendizados para o setor da agroecologia, da formação sustentável e para uma cidade em um estado que reúne condições socioambientais para uma condição de vida ambientalmente e socialmente sustentável.

No Tocantins, pesquisas e pesquisadores vêm defendendo a ideia de que uma boa escola não é aquela que está cheia de tecnologias digitais. Contudo, é fato que a escola é, por excelência, uma das melhores ambiências de formação cidadã, inclusive com tecnologias digitais e tecnologias sociais como reforça Rocha e Nogueira (2019). Todavia, vale ressaltar que uma boa escola com diversas atividades, sejam elas teórico-práticas em quaisquer áreas de formação, requer um currículo integrado: porque “um currículo interdisciplinar, pluridisciplinar, transdisciplinar etc. continua a ser, antes de tudo, um currículo disciplinar” como ensinam Magalhães, Rocha e Damas (2009).

São importantes as atividades socioeducativas nas áreas de ambiente, ecologia, as práticas autossustentáveis e agroecológicas, mas estas ações precisam se tornar conteúdo da parte de diversidade do currículo ou articuladas à sua base comum. A ETI Professor Fidêncio Bogo, de tempo integral, de educação do campo, poderá se tornar uma referência em tecnologia social, pois tem boas condições arquitetônicas e de infraestrutura com seus laboratórios de vivências, além dos seus espaços de estudos convencionais, com potencial de formação integrada à vida de sua comunidade, além da perspectiva de ser uma “escola sustentável com currículo sustentável, “gestão participativa”, “interação escola-comunidade”, “espaço físico e de infraestrutura sustentáveis”, pois a “formação docente e a prática pedagógica são atividades convergentes, intercomunicativas” segundo Rocha e Nogueira (2019). A escola tem pouco tempo de implantação, e se constitui na nossa abordagem, num vir a ser, pois a concebemos na pesquisa como um *case* em sua condição perceptível, jamais desconsiderando seu potencial político-pedagógico.

Se a escola continuar nessa tendência, as “experiências vivenciais” pautadas nas dimensões da sustentabilidade: ecológica, social, econômica, cultural, política, ética, e agroecológica e se embasar numa teoria pedagógica que a sustente, poderemos ter uma experiência de excelência na formação de crianças e adolescentes no cerrado tocantinense: uma experiência amazônica para o mundo. Pensamos que “leituras freirianas”, uma “pedagogia freiriana” como confirma Oliveira (2003) que se pauta pela horizontalidade nas falas, nos diálogos, em que o trabalho pedagógico é perpassado por uma “pedagogia das relações”, “pedagogia da problematização”, “pedagogia da autonomia”, seria uma base epistêmica importante para uma boa escola inclusiva e democrática.

Por outro lado, nossa experiência com os feirantes e o pequi, como produto florestal não madeireiro, quer sinalizar o quanto ainda se requer de ações empreendedoras e governamentais para tornar este fruto nativo do cerrado num produto com potencial econômico, ambiental e socialmente sustentável. Faz-se necessário incentivar atividades econômicas, que utilizem bens e serviços da biodiversidade gerando benefícios e impactos ambientais e sociais positivos, sem comprometer o meio ambiente.

Desta forma, considerando-se ambos os casos apresentados neste texto (da escola e do pequi), vislumbramos uma perspectiva de reorganização curricular, de reforma de pensamento, para as escolas do campo e não somente para estas; que poderão ser propulsoras de valorização “de saberes humanos tradicionais e de práticas de trabalho cooperativo e solidário de alto valor social, além de uma consciência coletiva sobre a importância da preservação da vida pessoal, coletiva e planetária integrada ao ambiente” como cita Giuvannucci (2019), nos parece ser uma possibilidade de mudança social. Posto isto, reiteramos a relevância de uma agenda ambiental, social e econômica como elemento importante para se avançar rumo às sociedades sustentáveis, escolas sustentáveis na perspectiva dos territórios locais também autossustentáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTIERI, M. (2012). *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. [Cidade]: Agropecuária; AS-PTA.
- ARROYO, M. G., CALDART, R. M., & MOLINA, M. C. (2004). *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes.
- BENTES-GAMA, M. de M. (2006). Recursos florestais não madeireiros – experiência e novos rumos em Rondônia. Porto Velho: Embrapa Rondônia.
- CALDART, R. S. (2000). *Pedagogia do Movimento Sem-Terra: escola é mais que escola*. Petrópolis: Vozes.
- CALDERÓN, R. A. (2013). *Mercado de produtos florestais não madeireiros na Amazônia brasileira*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- CAVALIERE, A. M. (2002). Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira. *Educação e Sociedade*, 23(81), 247-270.
- CERRATINGA. (2021). *Pequi. Foto ilustrativa do pequi*. Recuperado em 20 de julho de 2021, de <https://www.cerratinga.org.br/especies/pequi/>.
- DECRETO Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. (2012). Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília. 2012.
- FIEDLER, N. C., SOARES, T. S., & SILVA, G. F. DA. (2008). Produtos florestais não madeireiros: importância e manejo sustentável da floresta. *RECEN-Revista Ciências Exatas e Naturais*, 10(2), 263-278.

- GIUVANNUCCI, G. A. (2019). *A agroecologia como caminho para uma nova educação do campo: ETI Professor Fidêncio Bogo, Taquaruçu Grande - Palmas - TO*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, Brasil.
- GONZALEZ, W. A. *et al.* (2008). Biodiesel e óleo vegetal in natura. Ministério de Minas e Energia.
- LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996). Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. 1996.
- LUZZI, N. (2007). *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferenças atores sociais*. Tese de doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- MAGALHÃES, H. G. D., Rocha, J. D. T., & Damas, L. A. H. O. (2009). O currículo como vivência da complexidade no espaço escolar. *ETD - Educação Temática Digital*, 11(1), 35-51, jul./dez.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2005). *PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental* (3ª Ed.). Distrito Federal: MMA
- NOSELLA, P. (1977). *Uma nova educação para o meio rural: sistematização e problematização da experiência educacional das Escolas da Família Agrícola do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- OLIVEIRA, I. A. (2003). *Leituras freirianas sobre educação*. São Paulo: Unesp.
- PARECER Nº 23 DE, 12 DE SETEMBRO DE 2007. (2007). Dispõe sobre as orientações para o atendimento da Educação do Campo. Brasília. 2007.
- PESSOTTI, A. L. (1978). *Escola da Família Agrícola: uma alternativa para o ensino rural*. Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Brasil.
- ROCHA, J. D. T., & NOGUEIRA, C. R. M. (2019). Formação docente: uso das tecnologias como ferramentas de interatividade no processo de ensino. *Revista Observatório*, 5(6), 578-596.
- ROCHA, J. D. T., COELHO, M. I., & BOMBARDA, F. (2020). A escola do pé de manga: unicodência e classe (multi)seriada de uma escola rural mato-grossense. *Pedagogia da alternância: formações, saberes e experiências da educação do/no campo. Revista Humanidades & Inovação*, 7(12), 138-148.
- SATO, R., & TRAJBER, R. (2010). Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, volume especial. Recuperado em 2 de julho de 2021, de <https://furg.emnuvens.com.br/remea/article/view/3396>.
- SHANLEY, P., PIERCE, A., & LAIRD, S. (2005). *Além da madeira: a certificação de produtos florestais não-madeireiros*. Lima: Center for International Forestry Research (CIFOR).
- SOARES FILHO, V., & AGUIAR, J. L. C. (2018). Políticas públicas de economia solidária: um estudo de caso na Prefeitura Municipal de Palmas-TO. *Revista Humanidades & Inovação*, 5(2), 70-79.
- SOARES FILHO, V., MIRANDA, J. F. B., & SILVA, L. S. (2020). *Saberes e sabores do Pequi: um estudo de caso na Amazônia Legal Brasileira*. Recuperado em 20 de junho de 2021, de https://convibra.org/congresso/res/uploads/pdf/artigo21882_20201342.pdf.

- SOUSA, R. P. (2015). *Educación profesional y sabidurías de los jóvenes campesinos en la Amazonía: una reflexión desde la agroecología política*. Tese de doutorado, Universidad Pablo de Olavide, Sevilha, Espanha.
- SUDAM. (2019). Legislação da Amazônia. Recuperado de <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/institucional/legislacao-da-amazonia>.
- TEIXEIRA, A. (2019). Depoimento em Grupo Focal do Padre da comunidade local sobre a escolha do nome da escola. In G. A. Giuvannucci. *A agroecologia como caminho para uma nova educação do campo: ETI Professor Fidêncio Bogo, Taquaruçu Grande – Palmas – TO*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins, TO, Brasil.
- TI NOTÍCIAS (2021). *Cíntia entrega à comunidade a Escola de Tempo Integral Agroecológica Fidêncio Bogo*. Recuperado em 20 de julho de 2021, de <https://rb.gy/3dxfi>.
- YIN, R. K. (2001). *Estudo de caso, planejamento e métodos*. São Paulo: Bookman.

RIBEIRINHOS E USINAS HIDRELÉTRICAS DO RIO
MADEIRA: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS,
RECONHECIMENTO E EXPULSÕES¹

*Ribeirinhos y centrales hidroeléctricas
del río Madeira: impactos socioambientales,
reconocimientos y expulsiones*

Ribeirinhos and Hydroelectric Power Plants
of the Madeira river: socio-environmental impacts,
recognition and expulsions

CLEVERTON REIKDAL

Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI, Brasil)

ÚRSULA GONÇALVES THEODORO DE FARIA SOUZA

Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (EMERON, Brasil)

RESUMO

A lógica sistêmica das decisões e atos dos atores governamentais para administrar a economia energética e desenvolvimentista da região de Rondônia, localizada na Amazônia Sul Ocidental, produziu efeitos sistêmicos perversos que redundaram em um resultado aniquilador e invisibilizador das comunidades ribeirinhas. O rio Madei-

¹ Versão do trabalho apresentado em CONPEDI (Reikdal & Souza, 2021).

ra, de importância à cultura ribeirinha, foi tratado como um espaço vazio, apto a ser objeto da implantação das usinas hidrelétricas, pautado nas riquezas naturais e materiais, gerando um paradoxo que cria ambiguidade e contradição com as comunidades influenciadas pela complexidade sistêmica na implantação destes grandes projetos energéticos. O amazônida se concebe a partir das relações materiais e simbólicas com a comunidade e seu território. A desterritorialização de um espaço cultural construído e habitado gerou a necessidade de se estabelecer um novo paradigma de justiça social, a partir do reconhecimento da identidade própria das comunidades tradicionais ribeirinhas e sua conexão com o território e rede de comunidades.

Palavras-chave: Comunidade tradicional; reconhecimento; usinas hidrelétricas; desterritorialização.

RESUMEN

La lógica sistémica de las decisiones y actos de los actores gubernamentales para gestionar la economía energética y del desarrollo de la región de Rondônia, ubicada en el suroeste de la Amazonia, produjo efectos sistémicos perversos que dieron lugar a un resultado aniquilador e invisibilizador de las comunidades *ribeirinhas*. El río Madeira, de innegable importancia para la cultura *ribeirinha*, fue tratado como un espacio vacío, apto para ser objeto de la implementación de centrales hidroeléctricas, basadas en la riqueza natural y material, generando una paradoja que crea ambigüedad y contradicción con las comunidades influidas por la complejidad sistémica de la implementación de estos grandes proyectos energéticos. El amazônida se concibe a sí mismo a partir de relaciones materiales y simbólicas con la comunidad y su territorio. La desterritorialización de un espacio cultural construido y habitado genera la necesidad de establecer un nuevo paradigma de justicia social, basado en el reconocimiento de la identidad de las comunidades tradicionales *ribeirinhas* y su conexión con el entorno y la red de comunidades.

Palabras clave: Comunidad tradicional; reconocimiento; centrales hidroeléctricas; desterritorialización.

ABSTRACT

The systemic logic of the decisions and acts of government actors to manage the energy and developmental economy of the Rondônia region, located in the South-Western Amazon, produced perverse systemic effects, which resulted in the annihilation and invisibility of riverside communities. The Madeira River, of undeniable historical importance, was treated as an empty space, ready to be the object of the implementation of hydroelectric power plants, based on natural and material wealth, generating a paradox that creates ambiguity and contradiction with the communities influenced by the systemic complexity in the implementation of these large energy

projects. The Amazonian is conceived based on material and symbolic relations with the community and its territory. The deterritorialization of a constructed and inhabited cultural space generates the need to establish a new paradigm of social justice, based on the recognition of the identity of traditional riverside communities and their connection with the territory and the network of communities.

Keywords: Traditional community; recognition; Hydroelectric Power Plants; deterritorialization.

1. INTRODUÇÃO

O PRESENTE ARTIGO TEM COMO OBJETO a análise dos impactos da implantação das usinas hidrelétricas do rio Madeira, a partir daqueles que possuem estreita ligação com o rio, as comunidades ribeirinhas. O seu objetivo é evidenciar os impactos socioambientais do processo de desterritorialização e expulsão provocado pela implantação das usinas hidrelétricas no rio Madeira, para as comunidades tradicionais ribeirinhas, ante o não reconhecimento das peculiaridades destas comunidades.

Para tanto, o artigo está dividido em 4 itens. No primeiro, sintetiza os processos de colonização histórica, geográfica e territorial de Rondônia, a partir do rio Madeira, culminando com a implantação do Complexo Rio Madeira. No segundo descreve os impactos relatados e percebidos pelas comunidades tradicionais e população urbana. No terceiro desenvolve o conceito e identificação dos elementos intrínsecos à comunidade tradicional, como território, identidade e relações fronteiriças. No quarto analisa como a dinâmica entre a produção exploratória e os territórios ribeirinhos leva à busca por uma justiça redistributiva e de reconhecimento.

No plano metodológico, buscou-se na fase investigativa a utilização do método indutivo, com aporte de teóricos que aprofundaram estudos em antropologia social, geopolítica, desenvolvimento sustentável, teoria do reconhecimento e da redistribuição. Autores como Barth, Almeida, no âmbito da antropologia social, Boaventura de Sousa Santos em sociologia, Beck em sustentabilidade e sociedade de risco, Silva e Milton Santos em geopolítica, Fraser na justiça redistributiva, foram essenciais na instrumentalização desta pesquisa bibliográfica para a confecção da revisão de literatura.

2. O RIO MADEIRA E AS DINÂMICAS ECONÔMICAS E TERRITORIAIS DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

O rio Madeira, afluente da margem direita do Amazonas, é formado pela junção dos rios Mamoré e Beni, originários da cordilheira dos Andes, percorrendo o estado de Rondônia, no sentido sudoeste/norte, e parte do estado do

Amazonas, desaguardo no rio Amazonas na região da ilha de Tupinambarana. Possui um curso total de cerca de 3.240 km, desde seus formadores andinos até sua desembocadura, e uma extensão de 1.459 km medidos da confluência entre o Beni e o Mamoré, até sua foz. Apresenta uma sequência de quedas, cachoeiras e corredeiras desde o Mamoré até Porto Velho (Teixeira, 2008), e, a partir daí, é plenamente navegável.

A bacia hidrográfica é formada pelo rio Madeira e seus afluentes num total superior a 90 rios, contando aqueles situados em terras do Amazonas, ocupando uma área total de cerca de 1.244.500 km², que, além de Rondônia, estende-se pelos estados do Amazonas, Acre, Mato Grosso e a República da Bolívia. Seu regime é pluvial, em que os meses de cheia ocorrem de novembro a abril, quando o débito atinge uma descarga de 40.000 m³ de água por segundo (Teixeira, 2008).

De inegável importância histórica, foi a partir do rio Madeira que se desencadearam todos os processos de colonização e ocupação dos espaços territoriais que formam o estado de Rondônia.

Na década de 1970 a 1980, ainda como território de Rondônia, o governo federal criou uma política com o slogan “integrar para não entregar”, como estímulo à migração para a Amazônia, estabelecendo estradas, criando colônias (Projetos Integrados de Colonização – PIC) e interiorizando a fixação da população e da produção², por meio de licitação de áreas públicas (Projeto de Assentamento Dirigido – PAD), assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra (Projeto de Assentamento – PA) e criação de municípios (Zuin & Miguel, 2017). Isso atraiu grande leva de migrantes de outros estados brasileiros, como Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Paraná etc., estimulados pela oferta de terras agricultáveis, consolidando a interiorização do estado e o crescimento da agropecuária e indústria madeireira (Silva, 2014).

Como exposto por Ricardo Gilson da Costa Silva (2010, p. 16) “as dinâmicas territoriais em Rondônia são o resultado de dois processos de produção e organização do território”, ainda em construção de “funcionalidades territoriais díspares: uma capitulada pelo Estado (expansão e integração do sistema territorial) e outra com o protagonismo do Capital (fragmentação do território)”.

A partir da criação do estado de Rondônia (1983), houve grande estímulo a uma economia fortemente baseada na agropecuária e no extrativismo mi-

² Transforma-se a organização espacial amazônica, deixando de prevalecer o sistema espaço rio-várzea-floresta para o espaço estrada-terra firme-subsolo (Porto-Gonçalves, 2008), em que os projetos de colonização, mineração e a construção de novos sistemas rodoviários vão refuncionalizar a rede urbana e o povoamento regional, cujo impacto territorial em Rondônia foi estrutural (Silva, 2012).

neral, quando, em 2007, por outro Programa do Governo Federal, a unidade federativa passa a ser novamente objeto de interesses nacionais, ante a necessidade de tornar o Brasil autossuficiente em geração de energia elétrica, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, visando a implantação de projetos de infraestrutura para o crescimento da economia (Decreto nº 6.025, de 27 de janeiro de 2007). Dentre as medidas, a implantação de diversas usinas hidrelétricas para ampliação da geração de energia, inclusive duas usinas hidrelétricas no rio Madeira, em Rondônia (Cavalcante, Nunes, Silva, & Lobato, 2011).

Estes projetos de infraestrutura integram o Plano de Ação Estratégico – PAE – para o período 2012-2022, formulado pelos Presidentes Sul-Americanos na Sexta Reunião Ordinária do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e Governo da UNASUR (União de Nações Sul-Americanas), nos eixos de integração propostos como parte da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura da América do Sul (IIRSA), iniciado em 2000, durante a Cúpula Presidencial Sul-Americana, em Brasília.

O objetivo do IIRSA, como projeto multissetorial, é desenvolver e integrar o transporte, a energia e a infraestrutura de telecomunicações dos 12 países sul-americanos, criando áreas estratégicas em regiões interioranas com baixo índice populacional, mas que se constituiriam em importantes reservas de matéria-prima e biodiversidade.

O Complexo Rio Madeira, com a construção das duas usinas hidrelétricas, integra o eixo Brasil-Peru-Bolívia, para além da suficiência energética brasileira, se constituir também em futura hidrovia e implantação de rodovias que possibilitaria a rota para o Pacífico.

A partir da decisão política para implementação do PAC, no eixo Brasil, passou-se à realização das audiências públicas, momento em que ocorreram intensas manifestações pró e contra a implantação das usinas hidrelétricas no rio Madeira, em que se observou uma concepção de Amazônia como espaço vazio (Gondim, 2007), como se os afetados ficariam abastados e a região se desenvolveria plenamente.

Na narrativa apropriada por estes movimentos e pelos meios de comunicação se revelam as transformações ou reestruturações espaciais ocorridas no território da região Amazônica, mormente se relacionando a “incorporação da natureza ao processo produtivo ou, de modo simbólico, aos movimentos sociais” (Silva, 2010, p. 50).

A incorporação social da natureza ou matéria física, como mencionado por Silva (2010), não está dissociada das ações políticas e econômicas contemporâneas e, igualmente, da capacidade científico-tecnológica de transformar a matéria física em recurso social (Raffestin, 1993; Florit, 2004; Sebastian, 2006).

Estes “conflitos sócio territoriais são importantes indicadores da valorização histórica da natureza e do território, e as críticas e manifestações sociais em função da construção das hidrelétricas do rio Madeira, em Rondônia, atestam essas mudanças na região” (Silva, 2010, p. 50).

A política pública de organização econômica regional de Rondônia mantém uma perspectiva de reconhecer o meio ambiente natural como “recurso” produtivo, uma riqueza a ser explorada dentro do paradigma de visão apropriativa (Reikdal & Siena, 2020). Com consequências negativas à organização social daqueles que obtêm do espaço regional uma riqueza distinta, a partir da própria existência da floresta e da comunidade local.

Nessa direção, operou-se, no mesmo espaço e território, uma ética de valores conflitantes, fronteira de sistemas desenvolvimentistas coexistentes e contemporâneos em um mesmo território. De um lado, uma sociedade baseada na pecuária e agricultura, em que houve o estímulo governamental de fixação à terra por meio de desmatamento e cultivo, uma visão desenvolvimentista antropocêntrica de que a floresta é terra a ser tornada produtiva, objetificando-a. De outro lado, a visão de que as florestas são raridades que devem ser protegidas e preservadas para as futuras gerações.

Nesse viés, Nobre *et al.* (2016) anunciam a necessidade de se buscar um novo paradigma de desenvolvimento sustentável, aquele que estará pautado no reconhecimento de novas riquezas e na existência do meio ambiente natural equilibrado.

Singer e Camargo (2006) descrevem as consequências negativas da interrupção que ocorre com a derrubada ou inundação de florestas virgens, que gerariam vantagens provisórias como empregos, lucros, exportação, energia, contudo tal não perderia mais do que uma ou duas gerações, superadas por novas tecnologias que tornariam os métodos de geração de energia obsoletos.

A contemporaneidade é marcada por crises simultâneas e sucessivas (Tortosa, 2011), numa sociedade complexa e plural, cuja sociedade não se estabelece como comunidade, com unidade de propósitos, estabelecendo uma crise de paradigma (Krenak, 2019) insustentável.

Retornando à realidade regional e nacional, com esta dificuldade de visão a longo prazo da sociedade moderna e da política nacional, deliberou-se técnica e politicamente pela implantação das usinas hidrelétricas. Ressalte-se que além de não observar o preconizado pelo CONAMA, estabeleceu-se uma guerra de lugares³ (Santos, 1999), criando-se uma situação de urgência e imediata-

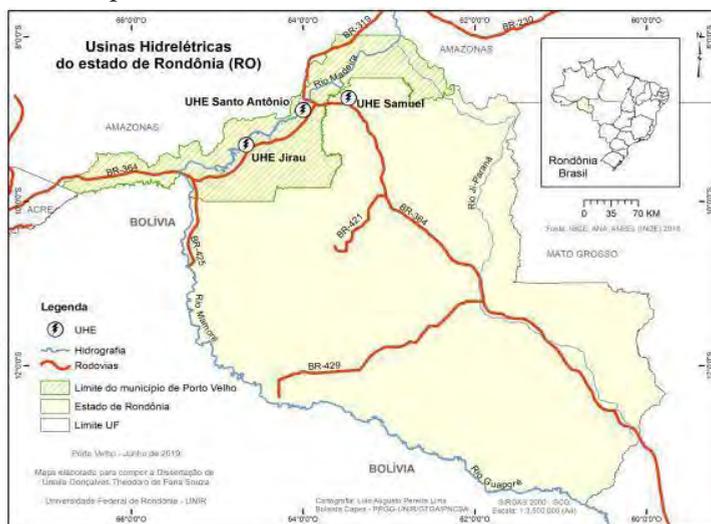
³ Milton Santos (1999), sobre a denominação de guerras dos lugares, pontua bem estas forças conflitantes, exógenas quanto à discussão de território, globalização e influência, considerando o território como o conjunto de sistemas naturais, acrescidos

dade, que resultou na realização de estudos prévios e elaboração de EIA-RIMA superficial, iniciados e concluídos entre 2005 a 2008 os estudos⁴, a licitação e aprovação dos projetos de implantação.

As justificativas desta implementação encontram um respaldo paradoxal de desenvolvimento competitivo enquanto sustentável entre os diversos “concorrentes” regionais e internacionais. As políticas públicas estaduais argumentam a necessidade de um “novo” desenvolvimento sustentável, porém, mantêm ações práticas de fortalecimento da produção e distribuição energética e agricultura de commodities como base de cultura desenvolvimentista.

Como se observa no mapa abaixo, Rondônia já possuía uma usina hidrelétrica (Samuel, no rio Jamari, afluente do rio Madeira), e foram construídas as usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, diretamente no rio Madeira.

MAPA I. Mapa das Usinas Hidrelétricas do estado de Rondônia.



Fonte: Elaboração por Luís Augusto Pereira Lima
(informações coletadas no IBGE, ANA, ANEEL, publicadas em Souza, 2019).

das alterações concretizadas pelo homem, numa indissociabilidade do substrato físico, natural ou artificial, e mais o seu uso, ou seja, a técnica e as práticas sociais, em que a produtividade e a competitividade das corporações agregara ou não valor aos territórios, impondo crises simultâneas nos mais diversos setores.

⁴ O EIA-RIMA está sendo reelaborado por decisão judicial da Justiça Federal no Processo sob nº 2427-33.2014.4.01.4100.

3. IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS COM A IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO RIO MADEIRA

Fundadas num progresso industrial e utilitarista, pequenas comunidades sofreram as consequências isoladas da implementação destas usinas na região e as necessidades de exclusão desta cultura localizada geograficamente ao redor do rio e a assunção dos riscos previstos nos projetos de instalação se confirmaram numa verdadeira cadeia sistêmica negativa para o desenvolvimento regional.

Os efeitos negativos do risco não se encerraram a partir do momento que houve a instalação ou o início das atividades produtivas energéticas, há uma extensão futura deles que vem sendo observada e que se tornam as verdadeiras ameaças (Beck, 2011), como as consequências da perda da pluralidade cultural e produtiva das comunidades ribeirinhas decorrentes do deslocamento compulsório a partir da desintegração territorial (Stolerman, Santos, Silva, & Floriani, 2014).

Com a necessidade de indenizar os diretamente atingidos pela construção e pela implantação dos lagos, foram realizados pelos empreendimentos os primeiros levantamentos nas unidades familiares e comunidades a serem atingidas, identificando e quantificando lavouras, número de membros e eventual realocação dos atingidos em outros locais. Foram estabelecidos valores indenizatórios, baseados em tamanho da área, lavouras e sua produção atual e futura, dimensão e material empregado nas construções.

Importante aqui referenciar a complexidade sistêmica na implantação de grandes projetos, que causam expulsões em diversas escalas, em cujo processo o que está em jogo é a questão do pertencimento e da participação constitutiva identificados por Sassen (2016, p. 263), cujos espaços e violações devem ser conceitualmente reconhecidos, as dinâmicas visibilizadas com indicadores de um sistema orientado à massificação e equalização que expulsam o multicultural que não se encaixa na lógica do mercado em evolução.

As populações locais foram expulsas de seu ambiente de vida e necessitam de uma nova forma de tratar o desenvolvimento sustentável. Há que se questionar o paradigma desenvolvimentista e buscar um novo meio, capaz de evitar que as descompensações geográficas continuem como externalidades lucrativas para o mercado regional (Stolerman & Castro, 2013, pp. 387-388).

O território amazônico é concebido nesta estrutura a partir das suas relações materiais e simbólicas com a comunidade e sua destruição provoca a desterritorialização de um espaço construído culturalmente pela comunidade para uma reterritorialização a um novo, sem relações históricas com a comunidade.

Cita-se o caso do remanejamento territorial ocorrido para Nova Mutum em decorrência do alagamento provocado pela barragem de Jirau, onde a comunidade local fora transferida a um outro espaço territorial (Nova Mutum), construído a partir da lógica mercadológica e visando atender os funcionários do Consórcio ESBR (Stolerman *et al.*, 2014).

Esta relação simbólica e material com o ambiente é apresentada por Fraxe, Witkoski, & Miguez (2009) ao questionar o que é “ser da Amazônia”, na busca pelo reconhecimento da diversidade de práticas e manifestações culturais não homogêneas das identidades amazônicas: caboclos, ribeirinhos, caboclo-ribeirinhos, seringueiros.

O amazônida é fruto da confluência de sujeitos sociais distintos: ameríndios da várzea e/ou terra firme, negros, nordestinos e europeus de diversas nacionalidades (portugueses, espanhóis, holandeses, franceses etc.), os quais estabeleceram novas e singulares formas de organização social nos trópicos amazônicos, permeadas por matrizes geracionais, marcadas por dinamismos e sincretismos singulares, numa formação social e histórica em tipos variados de escravismo e servidão, o que define a grande diversidade ambiental e social da região, tendo como ponto de partida o desenvolvimento histórico regional (Fraxe, Witkoski, & Miguez, 2009).

Dentre os aspectos mais relevantes quanto aos impactos sociais, foram identificados no estudo da Nova Cartografia o mapeamento social como instrumento de gestão territorial, por Nova Garzon (2014). Este relatou: os deslocamentos compulsórios de cerca de cinco mil famílias entre 2008 e 2012, com diversos estudos de inadaptação e inadequação aos novos assentamentos; o aumento populacional dos distritos de Jaci-Paraná e Abunã pelos trabalhadores temporários, com o aumento da vulnerabilidade social destas comunidades; a greve geral dos trabalhadores na construção da usina de Jirau, que atearam fogo em ônibus e nos alojamentos da empresa; o inchaço populacional de Porto Velho de cerca de 300 mil habitantes em 2008 no início das obras, para 490 mil habitantes em 2014, além do impacto no trânsito e no número de acidentes, e a ineficiência dos equipamentos sociais e urbanos; a alagação de Mutum-Paraná e criação de Nova Mutum, com muitos outros impactos quanto à inadequação do modelo habitacional e inadaptação de realojados à nova localidade, ante a ausência dos elementos identitários simbólicos e transgeracionais (acesso ao rio, áreas de pesca ou banho, extrativismo, criação ou agricultura); a atração dos deslocados para outras comunidades, como Vila Jirau, ampliando o número da população, mas sem os equipamentos públicos necessários; o reassentamento rural Vida Nova entregue sem a infraestrutura básica e sem a entrega da reserva legal ou sua demarcação; comunidades ribeirinhas, como o Distrito de São Carlos, sofrem reconfiguração de sua ocupação e seu território, principalmente a partir da cheia de 2014, que alagou

estas comunidades de forma abrupta, chegando até aos telhados das casas, causando muitos danos a todos os moradores e ruptura nas relações sociais, sendo que parte desta população não retornara a sua comunidade de origem; as comunidades menores mais atingidas com seus remanescentes se deslocaram e formaram novas comunidades ocupando terras altas às margens do rio Madeira ou próximas ao rio, de forma bastante precária e sem estrutura básica.

Com referência aos impactos ambientais, estes teriam sido sentidos diretamente pelas comunidades tradicionais ocupantes das margens do rio Madeira, gerando drásticas mudanças no perfil de subsistência e relação com o território (Garzon, 2014). As principais causas destas alterações decorreram das inundações promovidas pelo acúmulo de sedimentos e assoreamento nos reservatórios, o encharcamento dos solos e contaminação da água potável, a produção de extensos desbarrancamentos e desestabilização das margens do rio em dezenas de quilômetros abaixo, o intenso desmatamento de vegetação nativa, com consequentes reduções de habitats para a fauna e flora e interrupção das rotas migratórias dos peixes com a instalação de sistema de transposição de peixes inefetivos (Garzon, 2014).

Estes impactos afetam profundamente o modo de ser, de conviver e de se reconhecer das comunidades ribeirinhas, em desconformidade com o preconizado pela Convenção nº 169 da OIT, promulgada por meio do Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Mais especificamente das comunidades transladadas e reassentadas, para as quais deveriam ter sido observados os parâmetros do artigo 16 da Convenção, quanto à prévia oitiva e livre consentimento das comunidades. Ainda no caso da remoção necessária, a entrega de terras que sejam pelo menos iguais àquelas que ocupavam anteriormente, e que lhes permitam cobrir suas necessidades e garantir seu desenvolvimento futuro, além da indenização plena por qualquer perda ou dano sofrido com o deslocamento.

4. COMUNIDADE TRADICIONAL E PERDA IDENTITÁRIA

Para compreensão da comunidade tradicional, com base na etnicidade com caráter relacional, Barth (1998) desenvolve uma abordagem em termos de fronteiras, em que a etnicidade é muito mais uma rede de interações cambiantes do que o componente nuclear da organização social como também estudado por Armstrong (1982, p. 6).

A fronteira, segundo Handelman (1977), demonstra o caráter interdependente do conteúdo cultural, isto é, o conteúdo cultural do grupo que define e contrasta as fronteiras étnicas. Poutignat (2011), em seus estudos compara-

tivos sobre etnicidade, expõe a necessidade de identificação dos traços culturais que estabelecem o sentido de um grupo, de manutenção das fronteiras, para organização social do grupo étnico.

Estes valores culturais balizadores da organização social servem como diferenciador para avaliar ou negar a pertença para que as identidades étnicas sejam significadas e aceitas, baseada na esfera de interação do círculo social no qual a comunidade se encontra inserida e estabelece suas fronteiras.

Nesse sentido, a fragmentação ou perda identitária ocorre, para Barth (1998, p. 132), quando as condições sociais não possibilitam mais aos membros de um grupo manifestar e se deixar avaliar pelos outros pela excelência de suas competências étnicas, propiciando que as pessoas sejam levadas a mudar de identidade étnica ou até se desvincular dela.

A partir dos estudos de Barth, etnicidade é caracterizada como uma forma de organização social, atribuição categorial, em que as pessoas são caracterizadas em função de sua origem suposta, a partir da validação da interação social baseada em signos culturais socialmente diferenciadores (Poutignat, 2011).

O campo de pesquisa da etnicidade são os

os processos variáveis e nunca terminados pelos quais os atores identificam-se e são identificados pelos outros na base de dicotomizações Nós/Eles, estabelecidas a partir de traços culturais que se supõe derivados de uma origem comum e realçados nas interações raciais (Poutignat, 2011, pp. 141-142).

A identidade étnica nunca é definida exclusivamente, de maneira puramente endógena, pela transmissão da essência e das qualidades étnicas por meio dos seus membros, mas também por meio de atos significativos de outros grupos (Drummond, 1981). Ela é construída na autoidentificação de um grupo étnico particular e na categorização pelos não membros.

O pertencer a um grupo étnico, identifica Wallerstein (1960), é questão tanto de definição social quanto de interação entre a autodefinição dos membros e a definição dos outros grupos. Nesta relação dialética entre a autodefinição e reconhecimento dos membros da comunidade, e da categorização dos grupos externos que estabelece a pertença étnica que se transforma a etnicidade em um processo dinâmico sempre sujeito à redefinição e à recomposição.

Identidade étnica é forma de atribuição cultural, maneira de organizar e de dar sentido à vida, a partir da construção, do processo relacional reflexivamente constituído como uma categoria do encontro interétnico, a partir dos elementos de contato e de situações de contraste (Cunha, 2009).

Muito embora a Constituição da República do Brasil de 1988 (artigos 215, § 1º, 231, § 2º e artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) reconheceu a identidade étnica e promoveu, inclusive, o reconhecimento de território das comunidades tradicionais, poucas áreas foram efetivamente demarcadas e a dominialidade reconhecida institucionalmente pelos órgãos federais e estaduais.

A identidade coletiva, a partir da comunidade tradicional, se estabelece no “simbólico (que) deixa de ser um patrimônio” (Almeida, 2005, p. 3). Essa identidade coletiva estabelece um novo padrão de relação política que surge na sociedade brasileira, que envolve os povos indígenas, os camponeses, os extrativistas, chegando à dimensão da autoatribuição de novos agentes sociais.

O surgimento da autoatribuição na sociedade brasileira em 1985, fortaleceu-se na Constituinte de 1988, para Almeida (2005), e se ampliaria com o surgimento de novos movimentos sociais “que têm raízes sociais profundas, raízes locais profundas, têm uma consciência ecológica, têm um critério político organizativo, repousam num fator étnico” (Almeida, 2005, p. 3).

Uma identidade coletiva que se objetiva em movimentos e traz uma nova dimensão para o conceito de tradicional, o qual não se encontra mais vinculado ao biologismo, ao quadro natural, mas figuras típicas, regionais, que se tornam jurídicas (Almeida, 2005).

Cabe aos operadores do direito, apregoa Almeida (2005), o trabalho de encampar o reconhecimento desta dimensão de existência coletiva que, até então, ignorada e mantida sob invisibilidade social, cuja identidade coletiva deve demonstrar que estes novos movimentos, estas comunidades tradicionais não se separam do território em que vivem e de seu modo de vida.

Importante ressaltar o papel da auto atribuição ou autodenominação da identidade coletiva. A antropóloga Lima (1999), ao analisar a correção de se utilizar o termo “caboclo” para se falar de identidades rurais na Amazônia contemporânea, relaciona a palavra ao primeiro meio da consciência individual, resultante, portanto, como qualquer signo, do consenso entre indivíduos, constituindo a palavra caboclo uma representação, que não se constitui necessariamente como identidade.

Apresenta Lima que a identidade é forma de representação dirigida a si mesmo, que, em determinado contexto social, o grupo informa seus membros sobre o significado da pertença, cuja particularidade se constrói a partir da comunicação entre os indivíduos formadores do grupo, constituindo uma identidade comum. Esta identidade de um grupo é uma “produção coletiva da somatória das contribuições individuais, no contexto de uma formação social particular” (Lima, 1999, p. 29), em que atribuir uma identidade cabocla é desconhecer a forma como eles próprios se apresentam/representam.

Muito embora o Estado brasileiro reconheça a categoria de grupos étnicos, identidades coletivas, como ribeirinhos, caboclos, faxinais etc. não obtiveram êxito, ainda, na proteção territorial, cultural e socioambiental de sua diversidade.

Para explicitar a invisibilidade da população tradicional ribeirinha, resalte-se que não há categoria específica para autodeclaração ou declaração da condição de comunidade tradicional, na pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Não se trata, portanto, de categoria pesquisada no censo demográfico nacional.

Para mapeamento das comunidades tradicionais ribeirinhas, seus respectivos territórios e população, se fez necessário pesquisar a população dos distritos ribeirinhos, cientes que tal pesquisa exclui as comunidades que não obtiveram reconhecimento como distrito do município de Porto Velho.

O Tabela 1 demonstra a população ribeirinha afetada direta e indiretamente pela implantação do Complexo Rio Madeira, com base no censo demográfico de 2010, quanto ao número de pessoas domiciliadas nesses distritos ribeirinhos. Convém ressaltar que neste total de 25.409 pessoas residentes nos distritos ribeirinhos, não se encontram incluídos os ribeirinhos das comunidades que não atingiram a condição de Distrito, como São Sebastião, Maravilha, Cavalcante, Papagaios e outras.

TABELA 1. População residente nos distritos ribeirinhos de Porto Velho.

DISTRITOS RIBEIRINHOS DE PORTO VELHO	POPULAÇÃO
Abunã	1.563
Mutum-Paraná	6.097
Jaci-Paraná	13.119
São Carlos	1.405
Nazaré	440
Calama	2.271
Demarcação	514
TOTAL	25.409

Fonte: Elaboração própria da coautora, a partir dos dados pesquisados no IBGE (2010).

Para melhor compreensão das comunidades ribeirinhas atingidas pelo Complexo Rio Madeira, apresenta-se abaixo as comunidades mapeadas pelo estudo protagonizado pela Universidade Federal do Estado de Rondônia (UNIR), indicando o complexo inter-relacionamento de uma comunidade com a outra.

A falta de reconhecimento das comunidades tradicionais do rio Madeira, caboclos e ribeirinhos⁵, nos estudos prévios e no próprio EIA-RIMA dos empreendimentos hidrelétricos atribuiu a estas comunidades a categoria de ‘meros ocupantes’ de áreas públicas ou privadas, não proporcionando a manutenção dos vínculos territoriais materiais, com seus objetos simbólicos, no assentamento em novas localidades para os que foram diretamente atingidos pela formação do reservatório, e não identificando os indiretamente atingidos por toda a concepção econômica e de objetificação do rio e das florestas no entorno.

5. AS DINÂMICAS ECONÔMICAS E O NÃO RECONHECIMENTO CULTURAL

O direito ao reconhecimento da proteção cultural e socioambiental (Lima, 1999) reflete a busca de uma justiça de reconhecimento de existência, concebida por Honneth e Repa (2015) como autoconfiança, autorrespeito e autoestima - em substituição a um sistema indenizatório, distributivo, econômico - para então colocar em ação remédios transformativos desconstruindo uma unidade de identidade cultural para valorizar a diferença existente nestes comportamentos sociais (Fraser, 2006). Para isso, torna-se necessário reconhecer o sistema cultural ribeirinho e a forma com que as dinâmicas econômicas violaram essa existência.

⁵ Criada a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, por meio do Decreto nº 6.040, de 13 de julho de 2006, para coordenar a implementação da Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituindo-se pelo Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016, o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, órgão colegiado de caráter consultivo, que passara a integrar a estrutura do Ministério dos Direitos Humanos, por meio do Decreto nº 9.465/2008, em que se reconhecera a participação da sociedade civil, por meio de um titular e dois suplentes, serão eleitos por meio de edital público, assegurando vaga para cada um dos seguintes segmentos: I - povos indígenas; II - comunidades quilombolas; III - povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana; IV - povos ciganos; V - pescadores artesanais; VI - extrativistas; VII - extrativistas costeiros e marinhos; VIII - caiçaras; IX - faxinalenses; X - benzedeiros; XI - ilhéus; XII - raizeiros; XIII - geraizeiros; XIV - catingueiros; XV - vazanteiros; XVI - veredeiros; XVII - apanhadores de flores sempre vivas; XVIII - pantaneiros; XIX - morroquianos; XX - povo pomerano; XXI - catadores de mangaba; XXII - quebradeiras de coco babaçu; XXIII - retireiros do Araguaia; XXIV - comunidades de fundos e fechos de pasto; XXV - ribeirinhos; XXVI - cipozeiros; XXVII - andirobeiros; XXVIII - caboclos; e XXIX - juventude de povos e comunidades tradicionais (artigo 4º, § 2º, do Decreto nº 8.750/2016).

tradicionalmente ocupadas, que deveriam ser objeto de proteção especial, e passível de reconhecimento do domínio pelas comunidades tradicionais.

As comunidades ribeirinhas possuem essa relação especial com a terra, na produção alimentar, relações sociais, econômicas, saberes medicinais, comunicação, tudo isso a partir do sistema cultural produzido por uma lógica e coerência da relação identitária do espaço com a construção cultural (Lira & Chaves, 2016).

Sua organização difere das categorias e definições institucionais jurídicas e, assim, precisam de um reconhecimento prévio deste território comunitário associado à própria categoria de comunidade tradicional às comunidades ribeirinhas do rio Madeira (Garzon & Silva, 2020).

Ao confrontar as formações predatórias de exploração econômica regidas pela economia capitalista e a omissão jurídica-política de proteção integral da cultura ribeirinha, verifica-se uma operação de visão utilitarista econômica com a perda deste espaço territorial que pouco representa frente à felicidade que o desenvolvimento econômico promoverá para esta região. Os atos e resultados destas políticas apresentam efeitos antagônicos propostos pelas formas de solução das injustiças econômicas (redistributivas) (Fraser, 2006) e injustiças culturais (reconhecimento) (Honneth, 2018), com a invisibilização e, conseqüentemente, a aniquilação territorial desta comunidade.

A justiça redistributiva, visando sanar as injustiças sociais a esta comunidade, seria feita a partir das conseqüências econômicas positivas do desenvolvimento moderno, de tecnologia e melhores condições de vida, proporcionados pela chegada do desenvolvimento industrial e energético.

Para sanar as externalidades da perda da identidade cultural caberia a manutenção destas comunidades em novos locais agrupados por famílias e redes de interação.

Tanto na concretização de uma proposta como para a outra, falácias e ilusões foram demonstradas pelos impactos socioambientais narrados no item 3 que se comprovam ao analisar a situação real dessas pessoas hodiernamente.

Nenhuma delas fora agraciada pela riqueza incalculável do desenvolvimento energético, nem houve a compensação territorial capaz de evitar o processo de perda identitária coletiva. A mudança é nada transformativa, apenas reforça a concentração de riqueza no desenvolvimento industrial e energético a partir do modelo de desenvolvimento capitalista.

Nesta forma de desterritorialização material está presente o discurso prático de uma “redistribuição afirmativa” da riqueza econômica para a região. “Os remédios afirmativos para essas injustiças estão associados historicamente ao Estado de bem-estar liberal” (Fraser, 2006, p. 237), no qual as comunidades

atingidas teriam suas perdas patrimoniais “avaliadas” e indenizadas pelos recursos financeiros decorrentes das atividades das usinas.

Aplicar esta política afirmativa como remédio, visando sanar as injustiças econômicas, acabou por afastar propostas inovadoras e transformadoras que buscam um novo paradigma de desenvolvimento sustentável, como é o caso analisado em Nobre *et al.* (2016). A procura por este novo paradigma na mudança do reconhecimento do que é riqueza poderia ser compreendido como remédio transformador ao qual Nancy Fraser remete à capacidade de modificação das estruturas geradoras da injustiça cultural.

Os atos jurídicos decorrentes de algumas ações judiciais e políticas públicas de reassentamento e indenização não observaram a coerência da relação cultural com o espaço e comunidade. Criaram soluções de reassentamento e indenização de forma individualizada aos núcleos familiares tão somente, não viabilizando que mantivessem sua identidade coletiva, seus espaços coletivos de convívio, seus símbolos, significação, base de valores, modo de vida e território para que se reproduzissem e se mantivessem no futuro (Souza, 2019).

Ainda que juridicamente se tenha alcançado uma justiça de valoração econômica do território⁶, compreende-se que não houve uma justiça cultural, pois a diferenciação cultural foi neutralizada pela ênfase do crescimento econômico tratando todas as culturas como se tivessem necessidades iguais e pudessem ser compreendidas na sua individualidade.

Os comportamentos sustentáveis pautados no novo paradigma se sustentam numa teoria e prática capazes de renovar as formas de se compreender as riquezas naturais e sociais, contribuir para a mitigação dialética entre ser humano e natureza, e apresentar novas ferramentas tecnológicas disruptivas que visem promover tanto alterações positivas na distribuição das riquezas econômicas quanto no reconhecimento da existência da pluralidade e diferença cultural.

Associar estas novas práticas aos argumentos jurídicos e críticos propostos pela associação da justiça redistributiva e de reconhecimento pode alcançar a busca proposta de “reconhecimento cultural e igualdade social de forma a que sustentem um ao outro” (Fraser, 2006, p. 231) combatendo as formações predatórias que expulsam pessoas da economia e da sociedade (Sassen, 2016).

⁶ Desapropriações indenizatórias, direta e indireta, ajuizadas pelos empreendimentos hidrelétricos ou pelos afetados, estes, de forma individual.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo federal, como ator institucional, na implantação das usinas hidrelétricas, reforçou uma forma apropriada de administrar a economia (Sassen, 2016, p. 90), em uma espécie de lógica sistêmica em ação, que distorce um programa apresentado como de sustentabilidade e autonomia energética.

Comparando-se com o período dos estados de bem-estar em ascensão em muitas economias de mercado, assim como em muitos países comunistas, foram verificados efeitos sistêmicos perversos que produziram um resultado aniquilador e invisibilizador das comunidades ribeirinhas por parte da política pública de desenvolvimento, apresentada e executada pelas grandes corporações e governos (locais, regionais e federais), os quais não se submetem facilmente a mecanismos de governança existentes.

Estas dinâmicas de expulsão, profundas e sistêmicas, inviabilizam o multiculturalismo e formas mais antigas de diferenciação e, por isso, sua capacidade geradora de expulsões nos mais diferentes mundos, em larga escala e sem capacidade de retorno, afasta a possibilidade de se pensar em uma justiça *a posteriori* que seja suficiente para equalizar as perdas ocorridas.

As perdas patrimoniais, os bens materiais, são apenas um dos reflexos decorrentes destas expulsões, normalmente compensados por remédios econômicos que visam redistribuir parte do lucro decorrente das atividades exploratórias às comunidades atingidas, porém, as perdas de identidade cultural não foram consideradas relevantes o suficiente para impedir o movimento pró-desenvolvimento.

A estes atos de expulsão lhes configuramos uma injustiça social, uma injustiça que existe quando não há reconhecimento da existência do outro, ou quando há o reconhecimento, não estabelece mecanismos que modifiquem a estratégia de extermínio da sua cultura. Uma injustiça que somente pode ser compensada por um remédio transformador, de não subalternidade de culturas a um modelo assimilacionista, baseado na narrativa do desenvolvimento.

O território ocupado por estas comunidades ribeirinhas está associado tanto com o espaço material quanto com o espaço simbólico, e é na perda deste segundo significado que as políticas tradicionais pautadas no desenvolvimento hegemônico industrial não conseguem compensar.

A cultura é um processo em construção, ela não é completa em si e nem pode ser apresentada por elementos individualmente considerados. É no todo que se tem a existência de uma cultura, nas suas relações de como as partes tendem a se distribuir num determinado tempo e espaço para construir o todo, numa dinâmica que nunca está completa, está sempre em construção (Santos, 2003).

Encontramos na associação da justiça redistributiva e da teoria do reconhecimento um caminho que possibilita a busca por novos paradigmas de desenvolvimento, a partir de uma análise crítica do processo de implantação de uma política pública nacional que se mostrou devastadora para uma determinada cultura.

Há que se reconhecer o desenvolvimento econômico na região e o aumento da sua “relevância” perante o cenário energético nacional e internacional. Contudo, tal desenvolvimento se mostra em sua face mais negativa, para os que não obtiveram o reconhecimento anterior de seu território e de sua cultura, antes da implantação dos grandes empreendimentos.

Necessário se faz apresentar a visão daqueles que não obtiveram ou perderam sua identidade cultural e territorial. Questionar a sensação de satisfação invisível estrutural que a população (de um modo geral) afirma ter com o desenvolvimento econômico.

Apresentar este lado é avaliar, de maneira crítica, a forma como é concebido um programa apregoado como de desenvolvimento sustentável pelo sistema governamental e pelas grandes corporações, o qual não oportunizou o multiculturalismo e o respeito às diversas formas de ser e de se conceber das comunidades tradicionais.

Verifica-se, portanto, que estamos diante de um cenário que não se promove sustentabilidade, de um cenário que, em contrassenso às políticas escritas e descritas como uma política desenvolvimentista, não oportuniza a sustentabilidade em suas múltiplas dimensões, ou seja, ambiental, econômica, ética e social, não oportunizando o cumprimento do princípio 22 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e desenvolvimento.

Organizar ações governamentais voltadas a superar os desafios e erros dos atos anteriores é um compromisso à justiça (Rawls, 2005) e, para isso, torna-se necessário ampliar o reconhecimento das narrativas de realidades.

Ouvir, ver e reconhecer o outro, a partir da identidade étnica, cria uma barreira para vetar muitos processos que constituem como premissa o desenvolvimento de uma ‘maioria’, o utilitarismo e a felicidade programada pela narrativa institucional, pelas corporações e pelo mercado.

Transformações fundantes precisam ser executadas nos estudos de impactos ambientais de grandes projetos. A primeira delas está no reconhecimento do multiculturalismo, da validade das identidades culturais tradicionais, do modo de ser, de se conceber e de se relacionar com seus respectivos territórios e com as demais comunidades, como requisito à implantação de programas e projetos na Amazônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. W. B. (2008). *Terras de quilombos, terra indígenas, “babaçuais livres”, “castanbais do povo”, faxinais e fundos de pastos. Terras tradicionalmente ocupadas* (Coleção Tradição & ordenamento jurídico, Vol. 2, 2ª ed.). Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.
- ALMEIDA, A. W. B. (2005). Conceito de terras tradicionalmente ocupadas. Seminário sobre questões indígenas. *Revista da AGU*, 4(8).
- ARMSTRONG, J. A. (1982). *Nations before Nationalism*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- BARTH, F. (1998). *Ethnic Groups and Boundaries: the Social Organization of Culture Difference*. Long Grove/Illinois: Waveland Press.
- BECK, U. (2011). *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34.
- CAVALCANTE, M. M. A., NUNES, D. D., SILVA, R. G. C., & LOBATO, L. C. H. (2011). Políticas territoriais e mobilidade populacional na Amazônia: contribuições sobre a área de influência das hidrelétricas no rio Madeira (Rondônia/Brasil). *Confins*, nº 11, 1-18.
- CUNHA, M. C. (2009). Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify.
- DECRETO Nº 6.025, de 27 de janeiro de 2007. (2007). Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. Brasília. 2007. Recuperado em 1º de julho de 2023, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6025.htm.
- DECRETO Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. (2007). Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília. 2007. Recuperado em 2 de maio de 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm.
- DRUMMOND, L. (1981). *Ethnicity*, “Ethnicity” and Culture Theory. *Man* (Correspondance), 16(4), 693-696.
- FLORIT, L. (2004). A reinvenção social do natural: natureza e agricultura no mundo moderno. Blumenau: Edifurb.
- FRASER, N. (2006). Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era ‘pós-socialista’. *Cadernos de campo*, 15(14/15), 231-239.
- FRAXE, T. DE J. P., WITKOSKI, A. C., & MIGUEZ, S. F. (2009). O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. *Ciência e Cultura*, 61(3), 30-32.
- GARZON, L. F. N. (Coord.) (2014). *Desastres socioambientais das hidrelétricas no rio Madeira e a grande cheia de 2014*. Caderno Nova Cartografia Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais (nº 6). Manaus: UEA Edições.
- GARZON, L. F. N., & SILVA, D. S. da. (2020). Comunidades ribeirinhas na Amazônia: perdidas no espaço e no tempo dos grandes projetos hidrelétricos. *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, (48). Recuperado de <https://doi.org/10.22409/antropolitica2020.0i48.a42025>.

- GONDIM, N. (2007). *A invenção da Amazônia* (Série: Memórias da Amazônia, 2ª ed.). Manaus: Editora Valer.
- HANDELMAN, D. (1977). *The organization of ethnicity*. *Ethnic Groups Journal*, 1, 187-200
- HONNETH, A., & REPA L. (2015). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* (L. Repa, Trad., 2ª ed.). São Paulo: Editora 34.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. (2010). *Sinopse por setores*. Recuperado em 4 fevereiro de 2019, de <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>.
- KRENAK, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LIMA, D. M. (1999). A construção histórica do termo caboclo: Sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA*, 2(2), 5-32.
- LIRA, T. M., & Chaves, M. P. S. R. (2016). Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. *Interações*, 17(1), 66-76.
- NOBRE, C. A., SAMPAIO, G., BORMA, L. S., CASTILLA-RUBIO, J. C., SILVA, J. S., & CARDOSO, M. (2016). Land use and climate change risks in the Amazon and the need for a novel sustainable development paradigm. *Proc. Natl Acad. Sci.*, 113(39), 10759-10768.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2008). *Desenvolvimento e meio ambiente* (nº 17, pp. 21-31). Curitiba: Editora UFPR
- POUTIGNAT, P. (2011). *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth* (É. Fernandes, Trad., 2ª ed.). São Paulo: Ed. Unesp.
- RAFFESTIN, C. (1993). *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática.
- RAWLS, J. (2005). *A theory of justice*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.
- REIKDAL, C., & SIENA, O. (2020). Plano de desenvolvimento estadual sustentável e o novo paradigma de desenvolvimento para a Amazônia. *Organizações e Sustentabilidade*, 8(1), 124-140.
- REIKDAL, C., & SOUZA, Ú. G. T. de F. (2021). O custo da infraestrutura energética em Porto Velho como um marco da Teoria da Justiça e do reconhecimento nas políticas socioambientais: a visão dos perdedores. III *Encontro Virtual do CONPEDI. Direito ambiental, agrário e socioambientalismo I* (pp. 235-252). Florianópolis: CONPEDI.
- SANTOS, M. (1999, 08 de agosto). *Guerra dos lugares*. Recuperado em 16 de abril de 2019, de https://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_3_5.htm.
- SANTOS, B. de S. (Org.) (2003). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SASSEN, S. (2016). *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global* (A. Freitas, Trad.). Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.
- SEBASTIAN, G. L. (2006). Sistemas de objetos y sistemas de acciones: producción del espacio y construcción social de la naturaleza. *Revista Geográfica Venezolana*, vol. 47, 225-256.
- SILVA, R. G. (2010). *Dinâmicas territoriais em Rondônia: conflitos na produção e uso do território no período de 1970/2010*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- SILVA, R. G. C. (2012). Das margens do Madeira ao interior da floresta: percursos da formação socioespacial de Rondônia (1970-1995). In A. A. Silva, M. G. N. Silva, &

- R. G. C. Silva (Orgs.). Colonização, território e meio ambiente em Rondônia: reflexões geográficas (pp. 58-82). Curitiba: Editora SK/PPGG.
- SILVA, R. G. S. (2014). Espaço sociedade e natureza em Rondônia. *Revista Geoamazonia*, 1, nº 2, 144-165. Recuperado em 30 de junho de 2023, de <https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12405>.
- SINGER, P., & Camargo, J. L. (2006). *Ética prática* (3ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- SOUZA, Ú. G. T. F. (2019). *Ribeirinhos e Usinas Hidrelétricas no rio Madeira: comunidade tradicional e judicialização*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, Brasil.
- STOLERMAN P., & Castro, S. (2013). Alterações no espaço ribeirinho: as consequências da implantação da UHE Santo Antônio para a comunidade Engenho Velho em Porto Velho-Rondônia/Brasil. *Revista Geonorte*, 4(12), 374-390.
- STOLERMAN, P., SANTOS, S. C., SILVA, A. A., & FLORIANI, N. (2014). A implantação da usina hidrelétrica de Jirau no rio Madeira e os processos de desterritorialização em Rondônia. *Terr@Plural*, 8(2), 371-387.
- TEIXEIRA, M. A. D. (2008). O Rio e os tempos: reflexões sobre a colonização e as questões ambientais do Vale do Madeira entre os séculos XVII e XXI. *Saber Científico*, Porto Velho, 1(2), 223-295.
- WALLERSTEIN, I. (1960). Ethnicity and nacional integration in West Africa. *Cahiers d'Études Africaines*, nº 3, 129-39.
- TORTOSA, J. M. (2011). *Maldesarrollo y mal vivir: pobreza y violencia a escala mundial*. Quito: Ediciones Abya-Yala.
- ZUIN, A. L. A., & MIGUEL, V. V. R. (2017). *A Amazônia e os povos indígenas. Conflitos socioambientais e culturais*. Curitiba: Appris Editora.

A DEMOCRATIZAÇÃO DO SANEAMENTO EM MANAUS

La democratización del alcantarillado en Manaus

The democratisation of sanitation in Manaus

SANDOVAL ALVES ROCHA

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS, Brasil)

RESUMO

O artigo descreve como a sociedade civil se insurge contra a privatização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na cidade de Manaus, o maior centro urbano da Amazônia. O referencial teórico aborda a luta pelo controle da água entre vertentes, que lhe atribuem usos e significados diversos. Utilizando-se de entrevistas, análise documental e observação participante, descreve-se a forma como esses serviços são apropriados pelas empresas do setor de saneamento para beneficiar os investidores às custas dos consumidores, que usufruem de uma cidadania precária. A resistência à privatização destes serviços essenciais é justificada pela insatisfação da população diante da precariedade dos serviços prestados por empresas que realizam a gestão em um regime de concessão privada. Essa resistência também é fundamentada pela concepção de que os recursos naturais, como a água, não devem ser apropriados pela iniciativa privada por serem bens comuns. Ao contrário, eles devem ser protegidos e distribuídos adequadamente, visando beneficiar o conjunto da sociedade. Assim, diante da agressividade da lógica capitalista em Manaus, a emergência de tais resistências, ainda que fragmentada, indica que há esperança de se construir uma cidade melhor.

Palavras-chaves: Amazônia; água; privatização; resistência; movimentos sociais.

RESUMEN

El artículo describe cómo la sociedad civil se rebela en contra de la privatización del suministro de agua y de los servicios de alcantarillado en la ciudad de Manaus, el centro urbano más grande de la Amazonia. El marco teórico aborda la lucha por el control del agua entre vertientes, que le atribuyen diferentes usos y significados. Mediante entrevistas, análisis de documentos y observación participante, se describe cómo las empresas del sector de saneamiento se apropian de estos servicios para beneficiar a los inversores a costa de los consumidores, que gozan de una ciudadanía precaria. La resistencia contra la privatización de estos servicios esenciales se justifica por la insatisfacción de la población con la precariedad de los servicios prestados por las empresas que las gestionan, bajo un régimen de concesión privada. Esa resistencia también se basa en la convicción de que el sector privado no debe apropiarse de los recursos naturales, como el agua, ya que son bienes comunes. Por el contrario, éstos deben ser protegidos y distribuidos adecuadamente para beneficiar a la sociedad en su conjunto. Por lo tanto, frente a la agresividad de la lógica capitalista en Manaus, el surgimiento de tales resistencias, aunque fragmentadas, indica que todavía hay esperanza de construir una ciudad mejor.

Palabras clave: Amazonia; agua; privatización; resistencia; movimientos sociales.

ABSTRACT

This article describes how civil society rises up against the privatization of water supply and sewerage services in the city of Manaus, the largest urban centre in the Amazon. The theoretical framework addresses the struggle for the control of water through approaches that attribute different uses and meanings to it. Using interviews, document analysis and participant observation, it describes how these services are appropriated by companies in the sanitation sector to benefit investors at the expense of consumers, who experience a precarious citizenship. Resistance to the privatization of these essential services is justified by the dissatisfaction of the population with the precarious nature of the services provided by companies which have been responsible for this service through a contract of concession. This resistance is also based on the conviction that natural resources, such as water, should not be taken over by the private sector, since they are common goods. On the contrary, they should be protected and adequately distributed to benefit society as a whole. Thus, faced with the aggressiveness of the capitalist logic in Manaus, the emergence of such resistance, albeit fragmented, indicates that there is still hope for building a better city.

Keywords: Amazon; water; privatization; resistance; social movements.

I. INTRODUÇÃO

O CAPITALISMO ENCONTROU NA MERCANTILIZAÇÃO da natureza mais uma forma de evoluir, obtendo fôlego para continuar o seu processo de expansão. A apropriação privada da natureza tornou-se estratégia de acumulação para as grandes empresas e agências financeiras, inaugurando uma nova relação com a água e com outros recursos naturais, como o ar e a vida. O lucro é o eixo organizador de tal relação. Neste contexto, a região amazônica, onde se encontra o maior reservatório hídrico do planeta, atrai a atenção do mercado da água e a cobiça das empresas especializadas em abastecimento de água se volta para os grandes centros urbanos desta região, uma vez que são portadores de grandes contingentes de consumidores.

Obedecendo a outra lógica, as comunidades das periferias, as populações rurais e os coletivos quilombolas e ribeirinhos lutam pelo seu direito de existir, se insurgindo contra a apropriação capitalista da água. Tal insurgência pode ser vista no município de Manaus, onde os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário foram privatizados há duas décadas. Frustrada, a população manauense percebe que a eficiência prometida pela privatização não se concretizou. Ano após ano, a concessionária é líder no ranking de reclamações do Instituto de Defesa do Consumidor (PROCON-AM).

Para os coletivos organizados da sociedade civil a resistência à privatização é expressão da luta pela vida, pois significativos setores da população são trabalhadores ou desempregados marcados pela vulnerabilidade econômica, sem condições de pagar as elevadas tarifas impostas pela concessionária. Esta realidade é confirmada por pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), ao mostrar que 53,3% dos domicílios manauenses estão em aglomerados subnormais, mais conhecidos como favelas, invasões, palafitas e loteamentos. Nestas áreas, onde vivem as populações mais pobres, a precariedade ou ausência dos serviços de água e esgoto é inelutável.

A resistência à privatização dos serviços de água e esgoto também é expressão da luta pela democracia. Não há democracia plena sem o exercício do poder por parte da população. A privatização da água e do esgoto aliena os cidadãos em relação ao seu poder de decidir sobre a gestão de serviços essenciais, entregando-a à empresa privada sedenta de lucros. A universalização dos serviços de água e esgoto torna-se mais viável à medida que os consumidores possam controlar e exercer democraticamente o seu poder de decisão sobre a sua gestão.

Este trabalho é resultado de uma pesquisa de doutorado, que foi motivada pela experiência de moradia na cidade de Manaus, onde se percebeu os impactos da gestão privada dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Para chegarmos às conclusões desta investigação, lançou-

-se mão de técnicas de pesquisas, como entrevistas qualitativas, análises de documentos e observação participante. Foi de essencial importância para a pesquisa a interação com instituições, como a Câmara Municipal de Manaus, o Ministério Público do Estado do Amazonas e o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Através destas instituições foi possível acessar uma documentação relevante sobre a atuação da iniciativa privada nos mencionados serviços.

Este artigo objetiva apresentar as tensões e as contradições da concessão privada em Manaus, abordando como a iniciativa privada tem atuado na cidade. Essa atuação justifica a postura de rejeição por parte de coletivos que defendem o direito à água e ao saneamento. No trabalho, serão descritas as formas coletivas de resistência à privatização da água e do esgoto, que têm ganhado respaldo pelo baixo nível de desempenho da empresa na cidade. Estas resistências ensejam uma gestão mais democrática dos serviços de água e esgoto, visando alcançar a sua universalização. Finalmente, algumas considerações finais serão realizadas, sem pretender exaurir o assunto em questão.

2. A LUTA PELO CONTROLE DA ÁGUA

A partir da década de 1970, o modo de produção capitalista adquiriu um novo impulso, apoiando-se nas inovações tecnológicas, na criação de novos produtos, na reconfiguração da divisão internacional do trabalho, assim como na mundialização dos mercados. Para Vieira (2013) essa nova fase levou os processos econômicos empresariais e os mercados financeiros ao primeiro plano, universalizando as utopias ocidentais em detrimento de estruturas sociais, processos e movimentos sociais particulares.

Para melhor caracterizar tal processo, este autor destaca que houve ampla adesão às políticas de privatização das empresas públicas, uma forte desregulamentação e flexibilização dos mercados, agudizou-se a concorrência internacional entre capitais privados e capitalismo nacionais, compondo um quadro que acelerou a internacionalização do sistema capitalismo.

Harvey (2014) acompanha tais elaborações destacando a importância do Estado. Para ele, além de criar mercados onde não existe (em áreas como a terra, a água e a instrução), o Estado é essencial para estabelecer as estruturas e funções militares de defesa, assim como polícia e aparatos legais para garantir direitos de propriedades individuais a fim de viabilizar o funcionamento do mercado.

Embora possa parecer evidente que a água é um direito humano, por anos muitas forças poderosas uniram-se para evitar que ele fosse oficialmente reconhecido. Bulto (2015) salienta que o surgimento do direito humano à água foi tão lento quanto controverso. Para este autor, nenhum outro direito no

catálogo internacional de direitos socioeconômicos teve seu *status* e sua base normativa tão contestada como o direito humano à água.

Segundo Petrella (2002), especialmente a partir de meados da década de 1980, organismos internacionais multilaterais tais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), começaram a falar com frequência da água como um bem econômico e construir instituições que propagassem essa ideia por todo o mundo.

Domínguez, Achkar e Fernández (2015) também percebem a predominância de uma visão fortemente orientada pelo paradigma dos negócios, através da qual se tem tentado converter a água em um bem econômico mercantil e, portanto, limitar seu acesso às pessoas que não estão em condições de enfrentar os custos dos serviços de água potável, da rede de esgoto e do tratamento de águas servidas. Esta concepção foi consolidada em nível político a partir da Conferência de Dublin sobre a Água e Meio Ambiente de 1992 (Irlanda), que recomendou a implementação de políticas de recuperação de custo dos serviços para melhorar a eficiência do serviço e gerar recursos para o reinvestimento.

Barlow (2015) salienta que o Conselho Mundial da Água (wwc) constitui um dos mais poderosos oponentes do direito à água. Trata-se de um grupo internacional de estudos sobre políticas relativas à água, cuja maioria dos membros é composta por corporações de engenharia e água, associações da indústria da água e bancos de investimentos. Fundado em 1996, a partir de uma parceria entre o Banco Mundial, diversas agências das Nações Unidas, alguns países (Suécia e os Países Baixos) e corporações privadas, o Conselho Mundial da Água busca desenvolver e propor uma visão global a respeito de questões relacionadas com a água.

De acordo com Petrella (2002), a visão propagada pelo Conselho Mundial da Água pode ser sintetizada nos seguintes termos: 1) a água é um recurso escasso, um bem vital econômico e social; 2) o gerenciamento racional e eficiente dos recursos hídricos requer cultura e prática econômica rigorosa; 3) uma política racional e eficiente para a água deve ter como objetivo conseguir manter a melhor qualidade possível e para esse fim, cada vez mais investimentos com infraestrutura e manutenção serão necessários no mundo todo. Tais quantias só poderão ser asseguradas pelo mercado de capitais de acordo com o objetivo da lucratividade.

Para o autor, essa visão sobre a água é reflexo do predomínio de uma cultura técnico-economista. Esta racionalidade leva a maioria dos seres humanos e a maior parte dos recursos da terra serem consideradas como produtos/objetos plenamente traduzíveis em valores econômicos (Petrella, 2002). Se-

guindo essa racionalidade, o Conselho Mundial da Água, através do Fórum Mundial da Água, estabelece direções para o financiamento e políticas de águas globais.

Como instituições dominantes do capitalismo global, as corporações transnacionais abrem agressivamente mercados e espalham suas operações nos quatro cantos do planeta. Dessa forma, o mundo no qual a crise da água está explodindo vive sob o domínio de uma corrida econômica global das corporações transnacionais. Para Barlow e Clarke (2003), a mercantilização, não somente da água, mas de outras áreas da natureza e da própria vida, constitui uma característica distintiva da atual globalização conduzida por essas corporações. Assim, o que foi considerado “suprimento comum” da humanidade se tornou a última fronteira da expansão do capitalismo global.

Apenas nas últimas décadas, pessoas e organizações se uniram de forma mais programática para que a água fosse reconhecida pelas Nações Unidas como direito humano. A necessidade de se garantir o acesso à água potável para todos foi reconhecida pelas Nações Unidas a partir da década de 1970. A Declaração de Estocolmo, no ano de 1972, reuniu conclusões e aspirações, afirmando pela primeira vez que a água deveria ser preservada em benefício das gerações presentes e futuras.

Nesta mesma direção, Riva (2016) ressalta a importância do “Relatório Brundtland”, de 1987, que estabeleceu o conceito de “desenvolvimento sustentável”, segundo o qual as necessidades das gerações contemporâneas devem ser atendidas sem que se comprometa a capacidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. No entanto, a mesma autora salienta que a política de precificação e valorização econômica da água não obteve resultados positivos, especialmente porque, ao invés de conservar o recurso, aqueles que podiam pagar os altos preços cobrados pelos serviços ligados à água continuaram a desperdiçá-la. Ademais, ela complementa destacando que com tais medidas os mais necessitados enfrentaram entraves econômicos ainda maiores para o acesso à água.

As incoerências da gestão do saneamento quando submetida à égide do setor privado são identificadas também nos últimos documentos emitidos pelo Relator Especial da ONU sobre os direitos humanos à água potável e ao esgotamento sanitário. De acordo com o Relatório (ONU, 2020), a privatização, independentemente da modalidade adotada, conduz a um determinado conjunto de riscos aos direitos humanos, baseados na combinação de três fatores: maximização do lucro, monopólio natural que caracteriza a prestação dos serviços de água e esgotamento sanitário e o desequilíbrio de poder.

Baseado em consultas públicas e entrevistas realizadas em vários países, o Relatório adverte que a interação dos fatores acima mencionados pode gerar

situações que põem em risco os direitos humanos à água e ao esgotamento sanitário. Entre estas situações é possível destacar algumas, tais como a falta de uso máximo de recursos disponíveis, a deterioração dos serviços, a inacessibilidade econômica, a negligência com a sustentabilidade, a falta de responsabilização e a desigualdade (ONU, 2020). Experiências vividas em várias partes do mundo indicam que essas situações produzidas pela privatização potencializam a violação dos direitos humanos à água e ao saneamento, deixando à margem desses serviços expressivos segmentos populacionais.

Fatos largamente reconhecidos expõem os conflitos da gestão privada da água e do esgotamento sanitário, indicando as fragilidades inerentes à política de privatização do saneamento. Insatisfeitas com o desempenho empresarial, entre os anos 2000 e 2019, um total de 330 cidades de todos os continentes remunicipalizaram os serviços de água e esgoto, recobrando o seu poder de gestão sobre o saneamento. Motivadas por diferentes fatores, estas iniciativas sugerem que a política de privatização não deve ser incorporada de forma acrítica, sem levar em consideração questões relevantes que interferem na promoção do bem-estar social. Diante de tal onda de remunicipalização, pesquisadores da Fiocruz indicam que o modelo de privatização está mostrando suas fissuras e apresentando incompatibilidades com o ideal dos direitos humanos (Bardanachvili, 2021).

A percepção do reduzido volume de água disponível no planeta e a consciência de sua injusta distribuição, pautada cada vez mais pela lógica do mercado, gerou a formação de um movimento internacional de justiça pela água apoiado por uma série de países no hemisfério sul, e por vários países no hemisfério norte. Segundo Barlow (2015), o apelo vem das lutas de pessoas em milhares de comunidades mundo afora que buscam a simples dignidade de poderem desfrutar de água limpa para o seu dia a dia e serviços de saneamento básico. Para este movimento, a água é um direito básico, independentemente da capacidade de pagamento das pessoas, reforçando que ela deve ser fornecida como um serviço público.

Seguindo esta dinâmica, Barlow (2015) identifica o surgimento de campanhas contra a privatização da água em todo o mundo. Estas campanhas são compostas por uma grande variedade de grupos: sindicatos, ecologistas, consumidores, associações empresariais, organizações femininas, partidos políticos e entidades religiosas. Este movimento compareceu a todos os Fóruns Mundiais da Água, criticando a influência corporativa por trás dos encontros e ganhando força dentro dos próprios fóruns até que ele teve a capacidade de criar fóruns populares alternativos, pleiteando que a água fosse definida como patrimônio comum, um fundo público e um direito humano.

Apesar da intervenção de forças poderosas contra o direito à água, pouco a pouco, ele passou a ser reconhecido em diversas resoluções e declarações internacionais. Essa batalha entre atores e interesses divergentes foi parcialmente definida em 28 de julho de 2010, quando a Organização das Nações Unidas reconheceu o direito humano à água e ao saneamento. Riva (2016) relata que nesta ocasião, naquilo que foi considerada a maior vitória para o movimento pelo acesso à água, a Assembleia Geral da ONU elaborou a Resolução 64/292, denominada “o direito humano à água e ao saneamento”.

A luta pelo direito à água e ao saneamento é travada em níveis nacionais e na escala internacional, sendo relacionada com a reivindicação pelo controle deste bem essencial, em uma época em que se torna cada vez mais visível a sua desigual distribuição diante das crescentes demandas. Portanto, sobre este cenário, também repercute a busca de uma maior democratização dos serviços públicos, expressa no crescimento do debate em torno da participação social na gestão dos serviços coletivos de uma sociedade.

Este pensamento é corroborado por Castro (2016) na sua percepção de que o conceito de participação passou a formar parte do vocabulário padrão da gestão dos serviços públicos em geral e dos serviços de saneamento básico em particular, trazendo à tona a necessidade da reflexão sobre alguns conceitos centrais da tradição democrática ocidental moderna, tais como, cidadania, esfera pública e sociedade civil.

Sobre esta questão, este autor identifica duas diferentes tendências políticas nas sociedades contemporâneas. Enquanto as tradições políticas predominantes, fundadas nos princípios da democracia liberal representativa, tendem a evitar a participação popular na gestão dos assuntos públicos ou restringi-la aos políticos profissionais e aos especialistas, as tradições que defendem a efetivação e a ampliação do processo democrático propõem uma ruptura do monopólio elitista da gestão e a incorporação de setores cada vez mais amplos da população no processo (Castro, 2016).

Acompanhando esta confrontação entre modelos de gestão, percebe-se a emergência de um forte movimento global de reestatização dos serviços de água e esgoto. Lobina, Kishimoto e Petitjean (2015) assinalam que entre as principais causas deste movimento são: desempenho medíocre das empresas privadas, subinvestimento, disputas sobre custos operacionais e aumento de preços, aumento brutal de tarifas, dificuldade em monitorar os operadores privados, falta de transparência financeira, despedimento de mão-de-obra e deficiente qualidade do serviço.

Castro (2016) aponta que em muitos países da América Latina tem ocorrido uma multiplicação de conflitos sociais em torno da democratização da gestão dos serviços públicos. Buscando identificar estas mobilizações sociais, ele se

depara com diversas formas de denúncias e demonstrações pacíficas e até confrontações violentas. Como um dos casos de referência por sua grande capacidade de ação, articulação e consolidação de poder na gestão dos serviços públicos, pode-se destacar as mobilizações conhecidas como “as guerras da água”, ocorrida na Bolívia, primeiramente na cidade de Cochabamba (1999-2000) e posteriormente, em La Paz-El Alto (2005-2006).

Segundo Castro (2016), estes casos se converteram em um emblema global da luta popular contra a privatização dos serviços públicos essenciais. No caso particular de Cochabamba, houve amplas repercussões a nível nacional, onde o gabinete inteiro do governo renunciou, em março de 2000, como consequência da confrontação, e, no âmbito internacional, onde o evento se tornou um símbolo da participação popular que busca aperfeiçoar a democratização da gestão dos serviços essenciais. A vitória da guerra da água abriu caminho para uma administração mais democrática, dirigida pelas organizações civis.

No Brasil, a Lei nº 11.445/2007 é resultado de histórica mobilização da sociedade civil para garantir o direito à água e ao saneamento. Entre as exigências dessa lei estão a elaboração e implantação do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), que introduziu uma cultura de planejamento na política de saneamento, dando maior transparência e racionalidade à alocação dos investimentos federais e fortalecendo, através de linhas de financiamento específicas, os gestores e prestadores públicos, a regulação e o controle social (Britto & Rezende, 2017).

A Lei nº 11.445/2007 associada às pressões realizadas pela sociedade civil engendrou um aumento significativo do investimento público no setor de saneamento, materializado nos Programas de Aceleração do Crescimento 1 e 2, que foram implantados no período entre 2007 e 2014. Britto e Rezende (2017) ainda citam como aspectos positivos do PAC a previsibilidade e a regularidade na oferta de recursos, o que possibilitou o estabelecimento de condições favoráveis para o planejamento setorial, fator de extrema relevância em função das características institucionais de gestão descentralizada dos serviços públicos de saneamento no Brasil.

As autoras também percebem na política do saneamento básico o conflito de interesses entre uma vertente democratizante do saneamento e outra mercantilizadora. Segundo as pesquisadoras, se de um lado houve avanços no sentido de construir uma política universalista e democrática, também há um movimento do qual a participação privada e a lógica da mercantilização no saneamento saíram fortalecidas. Assim, é possível identificar como aspecto favorável à lógica privatizante a aprovação da portaria nº 280 (25 de junho de 2013), pela qual o Ministério das Cidades possibilitou o acesso de recursos

públicos do Orçamento Geral da União (OGU) ao setor privado para empreendimentos de saneamento básico.

A vertente mercantilizadora também é contemplada pela Lei de Concessões de Serviços Públicos (nº 8.987), de 13 de fevereiro de 1995. Desde esta época já se permite a delegação de serviços públicos, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstrassem capacidade para o seu desempenho, por sua conta e risco, e por prazo determinado. Note-se que a primeira experiência nacional de concessão privada ocorreu na cidade de Limeira/SP, em 1995.

Atualmente, o avanço do mercado sobre as águas tem sido reforçado no Brasil com a aprovação do PL 4.162/2019. Este Projeto, que foi consubstanciado na Lei nº 14.026/2020, sancionada pelo Presidente Jair Bolsonaro, amplia a participação privada no setor de saneamento básico, mas tem sido criticada por especialistas, ambientalistas e movimentos sociais. Entre as críticas destaca-se: a proibição dos contratos de programas (parcerias entre os entes públicos) para a realização dos serviços e a abolição dos subsídios cruzados, que permitem às áreas mais ricas financiarem os serviços de água e esgoto das áreas mais pobres. Outro ponto controverso diz respeito à obrigação de se realizar licitações dos serviços de saneamento com a participação da iniciativa privada.

Como mencionado anteriormente, estudos sugerem que tais alterações potencializam riscos à cidadania em geral e aos direitos humanos à água e ao saneamento, em particular. Obedecendo ao paradigma de gestão neoliberal, a privatização dos serviços de água e esgoto não tem como motivação principal a garantia e universalização de direitos, mas visa reduzir o papel do Estado para que o setor privado possa prosperar e entregar benefícios sociais. Esse processo impacta a efetividade da cidadania, à medida que a torna cada vez mais submetida a um modelo de gestão técnico-economista, ignorando fatores sociais que determinam a fruição dos direitos à água e ao saneamento.

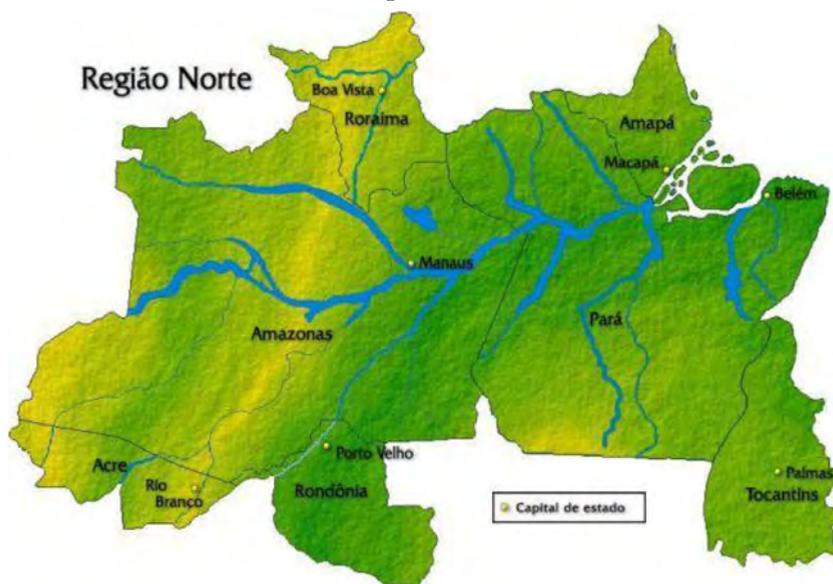
3. TENSÕES E CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA DE SANEAMENTO EM MANAUS

Num cenário em que se verifica uma globalização crescente dos problemas ligados ao meio ambiente, a questão ambiental ganha relevância, estabelecendo a Amazônia como um dos elos estratégicos na disputa entre as nações pelo controle dos estoques de natureza. Deste modo, o processo de mercantilização avança sobre a Amazônia, incorporando o seu patrimônio territorial e atribuindo valor de troca ao ar, à vida e à água (Becker, 2009). Com a instituição generalizada da propriedade privada, possibilitando a apropriação da

natureza, o processo de mercantilização transforma a Amazônia em fronteira do capital natural.

Becker (2009) vislumbra o fortalecimento do “mercado da água” como resposta à limitada disponibilidade de água doce no planeta para responder ao crescimento do consumo a tal ponto de ser considerada como o “ouro azul” no século XXI. A bacia amazônica contém a mais extensa rede hidrológica do planeta, com um total de 6.925.000 quilômetros quadrados desde suas nascentes nos Andes até sua foz no Atlântico. Tendo em vista essa abundância hídrica, de um lado, e a escassez em outras áreas do planeta, a autora entrevê o grande potencial da Amazônia para a exportação comercial da água.

MAPA 1. As capitais da Amazônia.



Fonte: Instituto Federalista (2021).

A cidade de Manaus é o maior centro urbano da região amazônica, possuindo uma população de 2.255.903 habitantes (IBGE, 2021). O mapa acima mostra que Manaus/AM está situada no centro geográfico da região norte do Brasil, sendo margeada por uma caudalosa rede hidrográfica, formada pelo encontro das águas do rio Negro com o rio Solimões. Estas características têm alimentado atualmente a cobiça das empresas de saneamento que constituem o mercado internacional da água. Grande número de consumidores e abundância de recursos hídricos são fatores imprescindíveis para o sucesso do mercado da água.

No ano 2000, a decisão sobre a privatização dos serviços de água e esgoto da cidade de Manaus/AM foi pautada por fortes pressões em prol de políticas de incentivo à venda de empresas públicas. Biondi (2003) relata que havia em nível nacional intensas campanhas contra as empresas estatais nos meios de comunicação para facilitar as privatizações. Segundo o autor, o principal argumento usado para convencer o povo brasileiro foi o de que as privatizações trariam preços mais baixos ao consumidor, graças à maior eficiência das empresas privadas. Através de dados cuidadosamente apresentados, o autor conclui que “a promessa foi pura enganação”.

No Estado do Amazonas, a falta de investimento por parte do governo levou a uma maior precarização dos serviços de água e esgoto, contribuindo para a construção do consenso em torno da entrada da iniciativa privada no setor de saneamento básico. Entre os outros argumentos usados em prol da privatização pode-se citar ainda a concepção de que a iniciativa privada seria a única capaz de resolver o problema da falta de água e do esgotamento sanitário na capital amazonense.

Inicialmente marcado para o dia 14 de março de 2000, o leilão da Manaus Saneamento teve como objetivo a venda de 486.583.022 milhões de ações ordinárias e nominativas do capital da subsidiária. No entanto, somente depois de cinco suspensões por liminares judiciais, o leilão foi realizado na antiga Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, com a participação de apenas duas empresas: a francesa *Lyonnaise des Eaux - Seuz* e a brasileira Andrade Gutierrez. O grupo francês ofereceu o maior lance, ou seja, R\$ 193 milhões de reais, adquirindo a concessão dos serviços de água e esgotamento sanitário de Manaus por um período de 30 anos (posteriormente ampliado para 45 anos).

O contrato de concessão foi assinado em 04 de julho de 2000, dia em que a empresa francesa começou a operar oficialmente no território, através da concessionária Águas do Amazonas (Governo do Estado do Amazonas, 2000). A direção da empresa assegurou que resolveria os problemas da água e do esgoto da cidade, dando especial atenção para a expansão da rede de esgoto. As metas do contrato de concessão previam uma cobertura de abastecimento de água equivalente a 95% no final do ano de 2006 e sua ampliação para 98% no ano de 2016. Para os serviços de esgoto, as metas estabeleciam uma cobertura de 31% da cidade em 2006, ampliando para 71% no ano de 2016 e expandindo para 90% no ano de 2021.

A história desta concessão é marcada por inúmeras tensões e contradições largamente divulgadas nos meios de comunicação locais. Trata-se de ocorrências que envolvem a gestão dos serviços de água e esgoto em Manaus, resultando em um baixo nível de desempenho da política de saneamento na cidade, o que tem gerado a constante insatisfação da população manauense.

Tal desempenho da concessão foi registrado por órgãos vinculados, tanto ao Estado quanto à sociedade civil.

Como ilustração deste desempenho, é possível citar a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara Municipal, em 11 de abril de 2005, visando analisar o contrato de concessão dos serviços de água e esgoto, tendo como foco principal investigar o desabastecimento da cidade de Manaus. A “CPI das Águas do Amazonas”, baseando-se em evidências, constatou a inviabilidade da manutenção do contrato de concessão, uma vez que a concessionária não cumpria suas obrigações, os clientes não possuíam renda suficiente para o pagamento das faturas e a Prefeitura Municipal não conseguia promover o equilíbrio contratual.

Entre as recomendações técnicas feitas pela CPI ao poder público, destaca-se: a imediata quebra do contrato de concessão; a realização de auditoria contábil na concessionária; a criação de uma Agência Reguladora Municipal e independente para fiscalizar todos os contratos de concessão; e a necessidade de rediscutir o modelo de saneamento para a cidade de Manaus¹. Estas advertências e recomendações, no entanto, não mobilizaram os órgãos públicos, projetando uma sensação de impunidade e aprofundando o sentimento de revolta da população (Souza, 2006).

Mesmo diante do descumprimento das metas e ignorando as recomendações da CPI da Câmara dos Vereadores, a Prefeitura Municipal firmou uma repactuação do contrato de concessão, mantendo os serviços de água e esgotos sob a responsabilidade da multinacional francesa. Com a repactuação, foi criado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, em 10 de janeiro de 2007, estabelecendo significativas alterações no contrato original. A partir de então, inicia-se uma sequência de Termos Aditivos para modificar o contrato de concessão, chamando atenção as frequentes reduções de metas e indicadores a serem cumpridos pela empresa².

No ano de 2007, a permanência da multinacional se tornou insustentável perante a sociedade. A *Lyonnaise des Eaux - Seuz* não foi capaz de cumprir as metas contratuais e retirou-se da cidade, deixando grande parte da popula-

¹ Em fevereiro de 2015, o Tribunal de Justiça do Amazonas sentenciou a irregularidade, e, portanto, a anulação da 3ª cláusula do contrato de concessão, que facultava o investimento público na realização de obras nas redes de água e esgoto (TJ-AM, 2015).

² Alterações do Contrato de Concessão (4 jul. 2000) foram realizadas pelo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (10 jan. 2000), o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (21 ago. 2008), o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (29 out. 2008), o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (17 mai. 2012) e o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (3 abr. 2014).

ção sem os serviços de água e esgoto. O contrato de concessão foi assumido pelo grupo empresarial brasileiro Soluções para a Vida (SOLVI), que também foi obrigado a deixar a cidade no ano de 2012, em um ambiente de protestos e reclamações.

Tendo em vista o baixo desempenho da concessão privada, o Ministério Público do Estado do Amazonas criou, em 27 de junho de 2012, um Grupo de Trabalho, aglutinando as Promotorias de Justiça Especializadas na Proteção e Defesa do Consumidor, dos Direitos Constitucionais do Cidadão e do Patrimônio Público, visando adotar providências relativas aos serviços de água e esgoto na cidade de Manaus (MP-AM, 2012).

Em seu relatório final, o Grupo de Trabalho do MP-AM resgatou a história da privatização dos serviços de água e esgoto em Manaus, destacando o descumprimento das metas contratuais a partir dos primeiros anos da gestão privada e verificando ao longo dos anos um descaso estrutural e sistemático com os objetivos traçados. Ademais, o MP-AM constatou a anuência do poder municipal em relação ao descumprimento das metas contratuais quando se celebrou numerosos acordos para ampliar os prazos de conclusão de obras, eximindo a concessionária da sua responsabilidade.

De acordo com a instituição, os múltiplos acordos entre a prefeitura municipal e a empresa representaram uma “gentileza” para com a morosidade da concessionária privada, que mesmo inadimplente em suas obrigações, foi favorecida através de dilatações de prazos, protelando o cumprimento dos objetivos planejados³.

As tensões e contradições da política de saneamento também podem ser visualizadas nas reiteradas trocas dos gestores responsáveis pelo abastecimento de água e esgotamento sanitário em Manaus. Assim, é possível perceber que a privatização transformou esses direitos essenciais em moeda de troca entre as grandes empresas do setor de saneamento, configurando um processo de mercantilização da cidadania. Ao longo das últimas duas décadas, a concessão privada já foi assumida por quatro grandes grupos empresariais, sem nenhum deles resolver o problema do saneamento na cidade: Seuz (2000-2006); Soluções para a Vida (2007-2012); Águas do Brasil (2012-2018); e Aegea Saneamento e Participações (a partir de 2018).

Atualmente, os serviços de água e esgoto da cidade são realizados pelo grupo Aegea Saneamento e Participações, controlador da concessionária

³ Em fevereiro de 2015, o Tribunal de Justiça do Amazonas sentenciou a irregularidade, e, portanto, a anulação da 3ª cláusula do contrato de concessão, que facultava o investimento público na realização de obras nas redes de água e esgoto (TJ-AM, 2015).

Águas de Manaus, que começou a operar em julho de 2018. Essa negociação foi realizada em sigilo, surpreendendo toda a cidade, inclusive os órgãos públicos ligados ao setor de saneamento (Agência Reguladora dos Serviços Concedidos e Câmara Municipal dos Vereadores). Esta iniciativa também tomou de surpresa o Ministério Público do Amazonas (MP-AM), que entrou com ação judicial para investigar a transição.

O grupo empresarial possui 38% do mercado privado do saneamento brasileiro, sendo que um dos trunfos da companhia está na composição acionária, formada por instituições de peso. A Aegea é controlada pela Equipav, grupo que detém participação em vários setores, como açúcar e álcool, mineração, engenharia e concessões de infraestrutura. A holding Itaúsa possui 10,2% das ações da Aegea, no entanto, o diferencial está na participação do Fundo Soberano de Cingapura GIC, que possui 19% do capital acionário da empresa.

Seguindo a inércia das empresas anteriores, o grupo tem obtido um baixo nível de desempenho. Os últimos dados fornecidos pelo Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS, 2019) mostram que a rede de abastecimento de água alcança 97,50% da cidade, mas tais informações não parecem ser corretas, pois segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), 53,3% dos domicílios manauenses, ou seja, 348.684 unidades domiciliares integram os aglomerados subnormais – mais conhecidos como favelas, invasões, palafitas e loteamentos. Em Manaus, estas áreas não possuem redes de abastecimento de água, mas quando possuem, os serviços são precários e de má qualidade.

O predomínio das favelas em Manaus e a falta de saneamento nestas áreas constituem características estruturais da cidade e colocam em risco a proteção da vida em um contexto de pandemia. Com a maior proporção de favelas entre todas as capitais do país, Manaus vive fortes tensões sociais e sanitárias. O número preocupa, já que essas moradias dificultam o isolamento social, possuem condições precárias de saneamento e favorecem a disseminação do vírus causador da covid-19 (Mendonça, 2020). A impossibilidade do isolamento social e a inexistência de água limpa para a realização de práticas básicas de higiene podem explicar o avanço descontrolado da doença na cidade⁴.

Esses dados apontam para a grande desigualdade social existente na cidade. Um dos indicadores desta desigualdade de Manaus refere-se à injusta distribuição da riqueza produzida. O Polo Industrial e o setor de serviços ele-

⁴ Manaus já obteve 9.929 óbitos causados pela covid-19, sendo a quinta cidade com mais mortes no Brasil. O número de mortes em relação aos afetados chega a 3,12%, sendo visivelmente superior ao índice nacional que é 1,70% (G1 Bem-estar, 30/06/2023).

vam Manaus a sexta posição entre os PIBs mais altos do Brasil (IBGE, 2018), no entanto, o Índice de Gini, que mede a desigualdade, revela um agravamento do ano de 2018 para 2019, projetando 0,523 e 0,562, respectivamente. Este cenário é confirmado pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que mede 0,74, configurando a terceira pior colocação entre as capitais do país (Gama, 2021).

Com isso a cidade está longe de alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), no que refere à erradicação da pobreza e a construção de comunidades e cidades sustentáveis no século XXI. Tais dados também indicam a inviabilidade da gestão privatizada do saneamento, uma vez que esta é motivada pelo retorno econômico dos serviços. A adoção deste modelo em uma cidade de tamanha desigualdade não promoverá a universalização dos serviços, mas deixará expressivo contingente da população fora do sistema oficial de abastecimento de água potável, por dificuldades de pagamento.

A tabela acima mostra o ranking dos 15 piores municípios brasileiros de grande porte, indicando a colocação do município de Manaus. Desde o início da elaboração do ranking, em 2003, Manaus sempre esteve entre os piores, expondo a precariedade dos serviços de água e esgoto. O desempenho da iniciativa privada ao longo de vinte anos de privatização não foi o suficiente para elevar a qualidade dos serviços do município e tirá-lo da lista dos piores. Essa performance é distinta daquela prometida por ocasião da privatização, indicando que os argumentos que a justificaram não passaram de sofismas para convencer a população de entregar a operação dos serviços ao mercado financeiro.

O desempenho da concessão privada tem sido decepcionante, principalmente nos serviços de esgotamento sanitário, uma vez que a melhoria destes serviços foi a principal justificativa da privatização. Segundo o SNIS 2019, a empresa cobre somente 19,90% da cidade, deixando a maioria dos manauenses sem coleta e tratamento de esgoto. Expostos a céu aberto, os dejetos prejudicam, não somente a saúde da população, mas também os rios e igarapés locais, promovendo um desastre ambiental de grande impacto.

Pesquisadores da Fiocruz têm constatado dificuldades no combate à pandemia em meio às populações mais vulneráveis: são pessoas pobres, indígenas, pessoas que moram em favelas ou que estão em situação de rua. Para os estudiosos, essas situações trazem riscos diferentes à aquisição da covid-19, uma vez que há dificuldade de acesso à água necessária para a higiene (como lavar as mãos), além da exposição inadequada do esgoto, que pode ser um vetor de transmissão do coronavírus (Batista, 2020). Hipóteses sobre a transmissão do vírus através dos esgotos colocaram os estudiosos em alerta, re-

forçando a necessidade de se implantar o acesso à água e ao esgotamento sanitário com igualdade e sem discriminação de qualquer natureza. O cenário vivenciado em Manaus indica a defasagem da cidade em relação às condições apropriadas para o combate à covid-19.

TABELA 1. Os 15 piores grandes municípios do Brasil.

Município	Ranking	Água	Esgoto	Tarifa R\$/m ³
J. dos Guararapes - PE	86º	79,47%	18,94%	2,72
Cariacica - ES	87º	84,17%	34,77%	4,01
Gravataí - RS	88º	95,24%	33,57%	7,42
Manaus - AM	89º	97,50%	19,90%	5,52
Várzea Grande - MT	90º	97,58%	30,15%	1,82
Belford Roxo - RJ	91º	73,61%	27,92%	6,67
Rio Branco - AC	92º	54,26%	21,65%	2,67
Duque de Caxias - RJ	93º	81,39%	23,47%	5,89
São Gonçalo - RJ	94º	89,10%	35,12%	3,12
Santarém - PA	95º	51,09%	4,17%	2,27
Belém - PA	96º	71,50%	15,77%	3,31
S. J. do Meriti - RJ	97º	89,96%	0,00%	5,75
Ananindeua - PA	98º	32,42%	2,08%	3,21
Porto Velho - RO	99º	33,76%	4,67%	5,22
Macapá - AP	100º	38,36%	10,98%	3,21

Fonte: SNIS, 2019⁵.

Outro aspecto que chama a atenção é o desinteresse da iniciativa privada em implantar a tarifa social em favor das populações mais pobres. O Decreto

⁵ O ranking do Saneamento é produzido pelo Instituto Trata Brasil, baseando-se nas informações fornecidas pelas empresas públicas e privadas ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). O ranking abrange os 100 maiores municípios brasileiros, considerando dados sobre cobertura de abastecimento de água, cobertura de esgotamento sanitário, investimentos da empresa, novas ligações de água, novas ligações de esgoto, perdas no faturamento, perdas na distribuição, tarifa cobrada e outros.

nº 2.748/2014 determina que os beneficiários do Programa Bolsa Família paguem somente 50% do valor da água, na medida em que utilizem até 15m³/mês. Esta determinação visa beneficiar 131.469 famílias na capital amazonense (MDS, 2021), mas favorecendo somente 69.555 clientes, a empresa de plantão favorece apenas 53% das famílias que têm direito.

Considerando o conjunto das famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único, a defasagem é significativamente ampliada, pois o Ministério da Cidadania aponta que, em Manaus, o total de inscritos no CadÚnico, em junho de 2021, era de 262.568 famílias. Esta violação de direitos por parte da concessionária tem mobilizado órgãos públicos a atuarem junto ao poder judiciário, exigindo o cumprimento da lei e a responsabilização da empresa (GI Amazonas, 2021).

Este desempenho produz insatisfação e não passa ao largo dos órgãos fiscalizadores, pois o Instituto de Defesa do Consumidor (PROCON-AM) tem divulgado anualmente o ranking das empresas com mais reclamações, destacando que a companhia de água e esgoto comumente se encontra entre as mais mencionadas. A frustração com a concessão privada é reforçada, ganhando ares de revolta, à medida que os dados do SNIS 2019 também informam que a tarifa cobrada pela empresa representa a mais cara da Amazônia (R\$ 5,52/m³) e se encontra entre as mais elevadas do Brasil.

Se de um lado a concessão privada tem obtido baixo desempenho nos serviços de água e esgoto, do outro lado, ela tem logrado bons resultados na captação de recursos públicos. Diante da precariedade dos serviços ao longo do período da concessão, as instâncias federal, estadual e municipal têm mobilizado elevadas somas econômicas visando melhorar a infraestrutura de saneamento da cidade. Como exemplo ilustrativo é possível frisar a construção da Estação de Tratamento da Ponta das Lajes - PROAMA, que custou aos cofres públicos o montante de R\$ 365 milhões de reais (Matos, 2011). Esta prática constitui uma flagrante incoerência, visto que os investimentos saem dos cofres públicos, mas os lucros são apropriados pela empresa privada (Campinas, 2021).

O PROAMA foi inaugurado em 2010 e transferido para a empresa privada de saneamento, sem nenhuma contrapartida até o momento atual. Assim, a concessionária encontrou duas formas de lucrar com o saneamento de Manaus: através das tarifas cobradas diretamente ao consumidor e mediante o investimento do poder público em grandes obras para a melhoria do saneamento. Essa política impõe uma elevada sobrecarga ao consumidor, uma vez que ele paga duas vezes pelo saneamento da cidade (Amazonas Atual, 2021), mas recebe serviços precários.

Chama atenção a defasagem entre a má qualidade dos serviços prestados e o ótimo desempenho econômico da empresa. Dados do balanço patrimonial da empresa publicados oficialmente pelo grupo Aegea Saneamento, revelam que a concessionária Águas de Manaus registrou, nos últimos dois anos, uma receita bruta de mais de R\$ 1,55 bilhão de reais, alcançando um crescimento de 93% no lucro líquido, somente entre os anos 2019 e 2020 (AGEMAN, 2021).

Em Manaus, a experiência da privatização dos serviços de água e esgoto tem reforçado as reações contrárias à mercantilização e apropriação privada dos bens comuns. A oposição contra a política mercantilizadora se materializa na luta pela democratização do saneamento. Tal luta exige um empenho maior do Estado e da sociedade na garantia desses direitos, promovendo uma gestão integrada e participativa. A próxima seção descreverá algumas destas iniciativas, que visam implementar o direito humano à água e ao saneamento na cidade.

4. PELA DEMOCRATIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO EM MANAUS

Na cidade de Manaus, a frustrante experiência da gestão privada dos serviços de água e esgoto tem mobilizado lideranças sociais e coletivos da sociedade civil, revelando a existência de um movimento contra a privatização do setor de saneamento básico. Esta resistência nasce da percepção de que para a viabilização do acesso universal à água potável é necessário democratizar a gestão do sistema de abastecimento, permitindo um maior controle e protagonismo da população no seu funcionamento. Vale dizer que esta postura é sustentada por Castro (2016), quando ele defende a noção de democracia como sistema político baseado no exercício substantivo da cidadania, ou seja, no exercício direto do poder de decisão dos consumidores sobre a gestão da água.

4.1. *A União Nacional por Moradia Popular em Manaus*

A União Nacional por Moradia Popular (UNMP) nasceu em resposta ao déficit de moradia ocasionado pela rápida urbanização do Brasil nas décadas de 1970 e 1980. Espelhando-se nas experiências do Uruguai, Chile e Argentina, um grupo de lideranças urbanas, junto à população sem teto, estabeleceu parceria com o Estado visando à construção de moradias populares para equacionar o problema do déficit habitacional brasileiro, começando nos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Apoiada pela Igreja Católica e pela Prefeitura de São Paulo, a UNMP não se contentava em construir casas, mas visava construir cidadania. Nesta pers-

pectiva, os indivíduos se retratavam como sujeitos de direitos, que implicava concretamente ter acesso à moradia, ao saneamento básico, à escola, enfim, o direito à cidade. Entrevista realizada com a coordenadora estadual do coletivo, no Amazonas, revela que a UNMP estabeleceu interface com as estruturas estaduais desde a sua origem. Se por um lado, esta relação com o Estado implica confronto à medida que se luta contra um modelo político, econômico e social injusto e excludente, por outro lado, esta relação se processa mediante pressões e diálogos visando obter os elementos básicos para a sobrevivência na cidade.

Sediada na cidade de São Paulo (bairro Barra Funda), a atuação da UNMP tem como princípio ser uma organização popular autônoma, democrática, apartidária, dedicada à busca de alternativas para política habitacional popular junto ao setor público ou privado, sempre lutando pelos interesses da população de baixa renda. O movimento tem a autogestão como uma das principais orientações de sua atuação. A experiência da autogestão foi assumida pelo movimento, no final da década de 1980, com o apoio do governo de Luiza Erundina (Partido dos Trabalhadores). Nesta época, a prefeitura doou terras para os movimentos populares construírem suas casas.

A produção social da moradia (autogestão) é a experiência em que a produção ou a urbanização de uma área ocorre sob o controle da gestão dos recursos públicos pelos movimentos populares, associações e cooperativas. É a própria comunidade gerindo o processo da produção de sua habitação. Trata-se do controle em todas as etapas, desde a definição do terreno, do projeto, da equipe técnica que os acompanhará, da forma de construção, compra de materiais, contratação de mão de obra, organização do mutirão, prestação de contas e organização da vida comunitária. Essa forma de atuação consiste não apenas na construção de moradias ou urbanização, mas na construção de comunidades atuantes que lutam por seus direitos e promovem a melhoria da qualidade de vida para todos (Jornal da União, 2009).

Segundo entrevista concedida pela coordenadora do movimento, a UNMP se institucionalizou no Amazonas em 2011, tendo como organização embrionária um coletivo feminista que lutava contra a violência às mulheres da cidade de Manaus. O coletivo local de mulheres, ao constatar a violência feminina e a falta de moradia para as vítimas, busca se articular com outros grupos sociais e associações visando à conquista da moradia junto aos poderes públicos. Dessa forma, a articulação entre os coletivos constituiu o primeiro passo para a homologação do movimento no Estado, começando em Manaus, mas posteriormente estendendo-se para Boa Vista dos Ramos, Santo Antônio do Iça, Manacapuru e Presidente Figueiredo.

Em Manaus, a primeira intervenção bem-sucedida da UNMP chama-se “Bom Jardim”, realizada em parceria com a Cáritas Arquidiocesana. Trata-se do processo de ocupação e negociação de um prédio urbano, localizado no bairro de Santa Etelvina. A segunda intervenção diz respeito ao primeiro projeto do FHNIS (Fundo de Habitação Nacional de Interesse Social), na cidade. Realizada, também com o apoio da Cáritas Diocesana, a intervenção consistiu na ocupação e negociação de um conjunto de sobrados, chamado “Deus é Fiel”, situado no mesmo bairro da ação anterior.

As intervenções da UNMP têm como principal suporte os artigos 182 e 183 da Constituição Federal Brasileira de 1988, regulamentado sob a forma da Lei Federal nº 10.257/2001, o Estatuto da Cidade. Trata-se de fazer valer a função social da propriedade urbana em Manaus, em uma cidade com alto índice de especulação imobiliária e apresenta um déficit habitacional de 128 mil moradias. Nesse sentido, a UNMP entende as necessidades sociais como direitos de cidadãos, utilizando argumentos jurídicos para justificar suas exigências. Usando argumentos baseados em direitos, procura-se consolidar a concepção de que os moradores das periferias são portadores de direitos tanto quanto qualquer outra classe de cidadãos.

Ao focar sua principal demanda na conquista da moradia digna e na função social da propriedade urbana, a UNMP sugere a realização de uma gestão participativa e mais integrada entre os diversos setores do sistema público (planejamento urbano, mobilidade urbana, saúde, educação, saneamento e meio ambiente), tendo como parâmetro o direito de todos os moradores usufruírem adequadamente dos serviços urbanos. Esta postura leva o movimento a se opor à privatização do saneamento, uma vez que ela não permite a participação da população na gestão da água, tornando-a monopólio de uma empresa privada, que é indiferente à realidade urbana da região.

A resistência à privatização dos serviços de água e esgoto é facilmente compreensível em um movimento social orientado pelo princípio da autogestão. Para este coletivo, a gestão privada da água em Manaus estabelece uma grande distância em relação à população e, conseqüentemente, uma forte restrição à participação social nas decisões sobre os serviços. Isso contribui para uma maior alienação da população em relação às riquezas da terra e gera uma atitude de subalternidade inaceitável.

4.2. *Fórum das Águas de Manaus*

O Fórum das Águas de Manaus constitui uma iniciativa da sociedade civil dedicada a promover uma gestão mais democrática do saneamento básico, lutando pela reestatização dos serviços de água e esgoto na cidade de Manaus.

Aglutinando diversos movimentos sociais e coletivos, o Fórum nasceu em meio a uma forte crise do abastecimento de água e esgotamento sanitário na cidade, gerada pela ineficiência da concessionária em realizar os serviços previstos no contrato de concessão. Empenhando-se na luta pela universalização do acesso à água potável em Manaus, o coletivo propõe a quebra do contrato de concessão e o retorno dos serviços para a gestão pública, permitindo uma maior participação da sociedade na implantação eficiente destes serviços essenciais para o conjunto da população.

O evento que marcou a fundação do Fórum das Águas foi a “Caminhada pela Água”, em 22 de março de 2012, em comemoração ao dia mundial da água, que tinha como objetivo mobilizar a sociedade manauense em torno das causas ambientais, em especial, pela importância dos recursos hídricos e o direito fundamental ao acesso à água. Iniciada em frente ao Shopping Grande Circular (Bairro São José) e percorrendo a Avenida Grande Circular, a caminhada movimentou aproximadamente cem pessoas e teve como ponto de chegada a Feira do Produtor (Bairro Jorge Teixeira), onde era possível perceber representantes de diversos movimentos sociais e organizações⁶.

Nos seus primeiros anos de existência, o Fórum atuou fortemente pressionando os poderes públicos de Manaus (poder municipal, poder judiciário e poder legislativo) no sentido de resgatar a concepção da água como um bem público e direito social, indo de encontro à política privatizante dos serviços de água e esgoto adotada na cidade. Para isso, o coletivo buscava mobilizar a população dos bairros, acionar o Ministério Público e o Tribunal de Justiça do Estado, assim como cobrar uma fiscalização mais rigorosa sobre a gestão dos serviços realizados pela concessionária.

O Fórum das Águas representa uma força de resistência às políticas neoliberais, que preconizam a privatização como a única saída possível para resolver o problema da falta de abastecimento de água, buscando evidenciar as deficiências da política de saneamento em Manaus e lutando pela implantação de uma gestão pública democrática, transparente e mais atenta às necessidades das populações mais pobres da cidade. Enfim, trata-se de opor-se

⁶ Sindicatos dos Urbanitários, Instituto Amazônico da Cidadania (IACI), Fórum Permanente de Mulheres, União Nacional por Moradia Popular/AM (UNMP), Movimento Nacional de Luta pela Moradia/AM (MNLAM), Serviço de Ação e Reflexão e Educação Socioambiental (SARES), Movimento SOS Encontro das Águas, Movimento de Mulheres Solidárias do Amazonas (MUSAS), Movimento Comunitário Vida e Esperança (MCVE), Rede de Educação Cidadã (RECID), Cáritas Arquidiocesana de Manaus, COASTEPS da Amazônia, Área Missionária Santos Mártires, Área Missionária João de Deus, Comunidade do Grande Vitória, Comunidade Cidade do Leste e Bairro Zumbi.

à mercantilização da natureza, resgatando a cultura amazônica, que concebe a água como um bem sagrado, destacando a sua essencialidade como fator de união e solidariedade entre os seres humanos, sem deixar de contemplar o seu valor mítico para os povos da Amazônia.

4.3. *A gestão comunitária do bairro Colônia Antônio Aleixo*

A privatização dos serviços de água e esgoto como política pública encontrou mais uma oposição no bairro Colônia Antônio Aleixo, situado na zona leste, uma das áreas mais populosas da cidade. Ao recusar a atuação da concessionária na gestão da água, o bairro pode ser visto como mais um núcleo de resistência contra a onda privatizadora que avança sobre os recursos naturais e serviços públicos. Neste bairro é possível perceber como a gestão comunitária da água, mesmo sem o apoio do Estado, pode ser adotada, proporcionando autonomia e satisfação aos usuários.

O bairro Colônia Antônio Aleixo está situado a 35 km do centro da cidade, às margens do Lago do Aleixo, próximo ao encontro das águas dos rios Negro e Solimões. A origem do bairro remonta à década de 1930, quando o presidente Getúlio Vargas ordenou a construção de 16 pavilhões, que serviriam para abrigar os chamados “soldados da borracha”, que ficavam alojados no local aguardando a transferência até os seringais, no interior do Estado. Após a partida dos seringueiros, o local ficou abandonado, uma vez que a região era distante da cidade. No começo da década de 1940, o dermatologista Antônio Aleixo iniciou nos galpões um trabalho com os leprosos, fundando a Colônia Antônio Aleixo, que funcionou entre os anos 1942 e 1979.

Com a abertura da Avenida André Araújo, no ano de 1967, fazendo a ligação com Manaus, e a desativação do leprosário, a antiga Colônia é transformada em comunidade aberta. A partir daí o processo de ocupação do solo urbano foi sendo realizado, primeiramente, pelos parentes dos doentes. Posteriormente, os que chegaram após a desativação do hospital-colônia, ali fixaram residência, e o espaço foi sendo ocupado por outras pessoas provenientes de outros municípios do Estado do Amazonas.

Em 2010, a população do bairro atingiu 16.602 habitantes, obtendo uma variação de 33,08% em relação à contagem do ano 2000 (Bentes, 2014). Na área territorial e florestal, margeada pelo Lago do Aleixo, inúmeras famílias se instalaram dentro e ao redor do bairro, gerando a expansão da localidade e o surgimento de 10 comunidades: Planalto, Conjunto Guilherme Alexandre, Conjunto Amine Lindoso, Fé I, Fé II, Onde de Maio, Nova Esperança, Colônia Antônio Aleixo, Burity e Assentamento Sumaúma.

Hoje, com cerca de 30 mil habitantes, o bairro raramente recebe intervenções por parte do governo, para o atendimento de demandas de serviços urbanos básicos. Analisando a reprodução social do bairro, Ribeiro e Suzuki (2013) afirmam que as relações de solidariedade e as redes de apoio social estiveram sempre presentes, desde o período do leprosário, e continuam sendo um contraponto à atomização dos indivíduos e à desintegração social. Para estes autores, essas redes de solidariedade (por exemplo, o MOHAM⁷, o Movimento sos Encontro das Águas, as Pastorais Sociais da Igreja Católica), presentes neste tecido social, contrariam a tese de que a sociedade civil estaria totalmente desativada e apática.

Entrevistas realizadas com moradores assinalam que entre as razões que justificam a recusa da entrada da concessionária no bairro estão: 1) a comunidade, por ser pobre, não poderia arcar com os altos preços tarifários cobrados pela empresa; 2) a constante falta de água em várias áreas da cidade onde a empresa atua; e, 3) a forte desconfiança sobre a qualidade da água fornecida pela concessionária.

A água utilizada no bairro é proveniente de poços tubulares gerenciados pelos próprios comunitários. Cinco comissões de moradores administram o abastecimento nos diversos setores do bairro. São elas as comissões do Centro Social e Educacional do Lago do Aleixo (CSELA), da Associação de Moradores do Complexo Colônia Antônio Aleixo (AMACCAA), da Fundação Beneficente Nova Esperança (FUBENE), da Comunidade FE I e da Comunidade FÉ II. Por meio de projetos e mobilizações, a comunidade tem logrado manter os 17 poços artesianos, reformando os reservatórios de água e ampliando a rede de distribuição.

Cada comissão, dentro do seu setor, paga o salário dos bombeiros hidráulicos, realiza a manutenção do sistema de captação e distribuição de água, se encarrega de fazer os testes periódicos de qualidade da água, além de encaminhar a limpeza dos poços de três em três meses e promover a capacitação técnica do pessoal envolvido no serviço. Atualmente, os moradores pagam uma tarifa de R\$ 35,00 reais por mês para cobrir as despesas dos serviços. Promovendo a transparência do sistema, as comissões também realizam anualmente celebrações comunitárias, onde é feita a prestação de contas dos recursos captados e dos serviços realizados no bairro. O abastecimento é realizado sob a modalidade de rodízio (cada setor recebe, aproximadamente, um fornecimento de cinco horas de duração por dia), chegando a proporcionar um bom nível de satisfação entre os moradores.

⁷ O MOHAM (Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase) iniciou suas atividades no Amazonas, em 1983.

Com a gestão comunitária do abastecimento de água, é possível identificar diversas vantagens sentidas pelos moradores. Entre elas destacam-se: a agilidade na substituição das bombas, quando necessário; os preços tarifários acessíveis às condições econômicas da comunidade; diante de possíveis atrasos no pagamento das taxas, não há a preocupação de obter “nome sujo”; a possibilidade de negociação dos pagamentos, inclusive convertendo-os em prestação de serviços à comunidade; um maior envolvimento dos moradores em torno da proteção das fontes de água potável.

Entre os moradores há uma clara compreensão de que todas essas vantagens não seriam obtidas, se a gestão do abastecimento de água fosse realizada por uma empresa privada. A gestão comunitária do abastecimento de água no bairro concebe a água sob a lógica do valor de uso, em detrimento da racionalidade economicista que a toma como valor de troca. No bairro, a água não é vista como um meio de acumulação de lucro e riqueza, mas considerada um elemento essencial da vida cotidiana, tendo em vista a satisfação das necessidades básicas da população. De fato, se de um lado, a história do bairro está atrelada às cenas de sofrimento e morte, de outro lado, ela demonstra que o bairro é um espaço de produção de vida e regozijo, que chega a orgulhar os moradores pelas conquistas alcançadas.

Impedir a entrada da concessionária significa garantir o acesso à água potável para todos os habitantes do bairro. Porém, o fato de a gestão comunitária proporcionar muitas vantagens não significa a ausência de dificuldades. A modalidade de rodízio no fornecimento de água demonstra que o serviço precisa ser melhorado, mas indica também que o poder municipal adota de forma obsessiva a ideologia da privatização em detrimento dos serviços à população, pois abandona deliberadamente o bairro às suas próprias forças, privando-o das melhorias necessárias para uma vida digna.

Para que a democracia seja efetiva, favorecendo a universalização dos serviços de água e esgoto, é necessário que estes serviços sejam considerados como bens comuns e direitos sociais, abrindo espaço para a sua desmercantilização e permitindo a participação social na sua gestão. No entanto, isso ocorrerá somente à medida que os movimentos sociais e coletivos da sociedade civil se empenharem na formação de uma coalização de forças sociais e políticas capaz de implementar políticas públicas que tenham como parâmetro o cuidado com o bem-comum.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou as iniciativas organizadas da sociedade civil manauara, ensejando mostrar as resistências à política de privatização dos servi-

ços de água e esgoto adotada na cidade, desde o ano 2000. Tais resistências são fundamentadas na consciência de que a privatização dos serviços públicos visa principalmente estimular a economia de mercado, que busca a maximização do lucro. Assim, operar serviços essenciais como o abastecimento de água e o esgotamento sanitário sob o viés mercadológico implica prejudicar as populações que não correspondem às expectativas do maior retorno econômico, principalmente nas regiões em que a pobreza e a desigualdade social são características estruturais.

Em Manaus, esta consciência é fortalecida pela experiência de duas décadas de privatização daqueles serviços, pois as empresas que assumiram tal gestão (Suez Ambiental, Solvi, Águas do Brasil e Aegea Saneamento e Participações) obtiveram sucessivamente desempenhos medíocres, gerando a insatisfação da população local. Os manauaras são obrigados a conviver com o sistemático descumprimento das metas contratuais, largamente diagnosticado pelos órgãos de fiscalização: Agência Reguladora, Câmara dos Vereadores, Ministério Público e Instituto de Proteção ao Consumidor.

Os argumentos que justificaram a privatização dos serviços de água e esgoto se revelam como sofismas. As condições de saneamento estão entre os principais desafios enfrentados pela cidade, colocando em risco a saúde pública e dificultando o combate à pandemia. Os índices oficiais divulgados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) colocam reiteradamente Manaus entre as piores cidades brasileiras de grande porte. Esta situação é visivelmente distinta das promessas feitas na ocasião em que se privatizou a subsidiária Manaus Saneamento, quando a gestão do bem-comum foi colocada sob a égide do mercado.

Na contramão das experiências mundiais, no Brasil há uma crescente tendência à privatização dos serviços, mas a sociedade civil tem apresentado, ainda que de forma fragmentada, a sua rejeição à mercantilização da natureza, mais especificamente da água, que beneficia um reduzido grupo de empresários e financistas dominadores do mercado do saneamento básico. Neste sentido, este trabalho destacou a atuação dos movimentos sociais de moradia, especialmente a União Nacional de Luta pela Moradia Popular (UNMP), o coletivo do Fórum das Águas de Manaus e a gestão comunitária do bairro Colônia Antônia Aleixo.

Estas iniciativas representam o anseio de se construir uma sociedade mais democrática, onde os serviços públicos essenciais sejam usufruídos pelo conjunto da população. Trata-se de perceber que a luta pela água e o saneamento representa a luta pela democracia, pois a universalização de tais serviços demonstra que o bem-comum é valorizado e os direitos de cidadania são constitutivos da formação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DE MANAUS. (2021). *Prefeitura solicita estudo de viabilidade para declaração de caducidade do contrato de concessão do saneamento básico*. Recuperado em 15 de outubro de 2021, de <https://shorturl.at/fhslw>.
- AMAZONAS ATUAL (2021). *Consumidor paga duas vezes pelos serviços de água e esgoto em Manaus*. Recuperado em 25 de junho de 2021, de <https://shorturl.at/HNSV3>.
- BARDANACHVILI, E. (2021). *Leo Heller: “o modelo de privatização da água e do saneamento está mostrando suas fissuras”*. Recuperado em 12 de outubro de 2021, de <https://rb.gy/l2jgk>.
- BARLOW, M. (2015). *Água - futuro azul. Como proteger a água potável para o futuro das pessoas e do planeta para sempre*. São Paulo: M.Book do Brasil Editora Ltda.
- BARLOW, M., & CLARKE, T. (2003). *Ouro azul. Como as grandes corporações estão se apoderando da água doce do nosso planeta*. São Paulo: M.Book do Brasil Editora Ltda.
- BATISTA, D. (2020). *Acesso à água e saneamento: direito humano na contenção da pandemia*. Recuperado em 12 de outubro de 2021, de <https://shorturl.at/lzZ78>.
- BECKER, B. K. (2009). *Amazônia. Geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond.
- BENTES, N. (2014). *Manaus. Realidade e contradições sociais* (2ª Ed.). Manaus: Editora Valer.
- BIONDI, A. (2003). *O Brasil privatizado. Um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abram.
- BRITTO, A. L., & REZENDE, S. C. (2017). A política pública para os serviços urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil: financeirização, mercantilização e perspectivas de resistência. *Cadernos Metrópole*, 19(39), 557-581.
- BULTO, T. S. (2015). Muito familiar para ignorar, muito novo para reconhecer: a situação do direito humano à água em nível global. In J. E. Castro, L. Heller, & M. P. Moraes (Eds.). *O direito à água como política pública na América Latina. Uma exploração teórica e empírica* (pp. 25-26). Brasília: IPEA.
- CAMPINAS, F. (2021). *Saneamento em Manaus é operado por empresa privada, mas depende de investimento público*. Recuperado em 12 de outubro de 2021, de <https://shorturl.at/hipkp>.
- CASTRO, J. E. (2016). *Água e Democracia na América Latina*. Campina Grande: EDUEPB (Editora da Universidade Estadual da Paraíba).
- DOMÍNGUEZ, A., ACHKAR, M., & FERNÁNDEZ, G. (2015). As estratégias da sociedade frente aos processos de privatização da água: conquistas e desafios no Uruguai. In J. E. Castro, L. Heller, & M. P. Moraes (Eds.). *O direito à água como política pública na América Latina. Uma exploração teórica e empírica* (pp. 193-208). Brasília: IPEA.
- GI AMAZONAS. (2021, setembro 23). *Justiça manda incluir 60 mil famílias de Manaus em tarifa social de água*. Recuperado em 10 de outubro de 2021, de <https://shorturl.at/ipcfi>.
- GI BEM-ESTAR CORONAVIRUS. (2023, junho 30). *Mortes e casos de coronavírus nos municípios brasileiros*. Recuperado em 30 de junho de 2023, de <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/2021/mapa-cidades-brasil-mortes-covid/>.

- GAMA, A. (2021). *Estudo revela grave social, étnica, racial e de gênero ligadas aos efeitos das mudanças climáticas em Manaus*. Recuperado em 30 de junho de 2021, de <https://shorturl.at/rdjmp>.
- GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. (2000, junho 4). *Contrato de Concessão de Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgoto de Manaus*. Gabinete do Governador.
- HARVEY, D. (2014). *O neoliberalismo. História e implicações* (5ª ed.). São Paulo: Edições Loyola.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2018). *Produto Interno Bruto dos Municípios*. Recuperado em 10 de outubro de 2021, de rb.gy/u7xih.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2020). *Quase dois terços das favelas estão a menos de dois quilômetros de hospitais*. Recuperado em 10 de outubro de 2021, de rb.gy/f8joi.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2021). *População*. Recuperado em 10 de outubro de 2021, de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama>.
- INSTITUTO FEDERALISTA (2021). *Amazônia: território, região e federalismo*. Recuperado em 24 de julho de 2023, de <https://if.org.br/amazonia-territorio-regiao-e-federalismo/>.
- JORNAL DA UNIÃO. (2009). *Edição Especial, IX Fórum Social Mundial*.
- LOBINA, E., KISHIMOTO, S., & PETITJEAN, O. (2015). *Veio para ficar: a remunicipalização da água como uma tendência global*. Recuperado de em 20 de junho de 2021, <https://rb.gy/wed32>.
- MATOS, C. E. (2011). *Programa “Águas para Manaus” inicia testes em estação de tratamento*. *G1 Amazonas*. Recuperado em 01 de julho de 2021, de <https://rb.gy/an25f>.
- MENDONÇA, H. (2020). *A difícil tarefa de combater o coronavírus em Manaus, onde metade da população vive em favelas*. Recuperado em 12 de outubro de 2021, de <https://rb.gy/1qeb8>.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. (2021). *Relatório de Informações Sociais*. Recuperado em 10 de outubro de 2021, de <https://rb.gy/c53u9>.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS. (2012, 27 de junho). *Portaria nº 0987/2012/PGJ*.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (2020). *Relatório do Relator Especial sobre os direitos humanos à água potável e ao esgotamento sanitário*. Doc. A/75/208.
- PETRELLA, R. (2002). *O manifesto da água. Argumento para um contrato mundial*. Petrópolis: Editora Vozes.
- RIBEIRO, M. N. S., & SUZUKI, J. C. (2013). *Análise da reprodução social pela relação trabalho-vida de moradores de uma ex-colônia de hansenianos em Manaus/AM*. In J. A. OLIVEIRA (Org.). *Espaço, saúde e ambiente na Amazônia: ensaios de geografia da saúde*. São Paulo: Outras Expressões.
- RIVA, G. R. S. (2016). *Água, um direito humano*. São Paulo: Paulinas.
- SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO SOBRE SANEAMENTO. (2019). *Diagnóstico dos serviços de água e esgotos*. Recuperado em 12 de outubro de 2021, de <https://rb.gy/j876m>.
- SOUZA, M. F. (2006). *Falta d'água: Revolta com arte*. *Acrítica* (p. C1). Manaus. Cidades. TJ-AM, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS. (2015, 06 de fevereiro). *Sentença Judicial, Processo nº 0026120-13.2010.8.04.0012*.
- VIEIRA, L. (2013). *Cidadania e globalização* (12ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Record.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO CUIDADO EM ZONAS LIBERTÁRIAS NA AMAZÔNIA

*Economía solidaria y del cuidado
en Zonas Libertarias de la Amazonia*

Solidarity Economy and Care Economy
in Libertarian Zones in the Amazon

MARCO ANTONIO CHAGAS

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP, Brasil)

ANTONIO SÉRGIO MONTEIRO FILOCREÃO

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP, Brasil)

LÚCIA TEREZA RIBEIRO DO ROSÁRIO

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP, Brasil)

RESUMO

A economia solidária e a economia do cuidado apresentam princípios que se complementam para ressignificar a proteção da natureza e da vida em comunidades na Amazônia que vivem da extração/beneficiamento de produtos da floresta. Este artigo apresenta, como exemplos, dois desses produtos, a castanha-da-Amazônia e o açaí, como alternativas ao consenso das *commodities*. Faz-se, nesse sentido, uma revisão da literatura e apropria-se de categorias teóricas das epistemologias do Sul, de Boaventura de Sousa Santos, como suporte metodológico. Conclui-se que as comunidades preservam princípios solidários e do cuidado e movimentam uma economia com potencial

de contribuir para a soberania e a segurança alimentar em escala comunitária, mas em constante processo de cooptação pelo mercado.

Palavras-chave: Amazônia; economia solidária; economia do cuidado; produtos da floresta; Amapá.

RESUMEN

La economía solidaria y la economía del cuidado presentan principios que se complementan para proponer un nuevo significado a la protección de la naturaleza y la vida en las comunidades de la Amazonia, que viven de la extracción/procesamiento de productos forestales. Este artículo presenta, como ejemplo, dos de estos productos, la nuez (o castaña) amazónica y el açai, como alternativas al consenso de las *commodities*. En este sentido, se realiza una revisión de la literatura y se utiliza como soporte metodológico las categorías teóricas de las epistemologías del Sur, de Boaventura de Sousa Santos. Se concluye que las comunidades preservan los principios de solidaridad y cuidado y mueven una economía con potencial para contribuir a la soberanía y seguridad alimentaria a escala comunitaria, pero en un constante proceso de cooptación por parte del mercado.

Palabras-clave: Amazonia; economía solidaria; economía del cuidado; productos forestales; Amapá.

ABSTRACT

Both the solidarity economy and the care economy contain principles that complement each other and give meaning to the protection of nature and life in Amazonian communities that live off the extraction/beneficiation of forest products. This article presents two of these products, the Brazilian nut, and the Açai, as alternatives to the commodities consensus. In this regard, a review of the literature and theoretical categories of the South Epistemologies, by Boaventura de Sousa Santos, is carried out as methodological support. The conclusion is that the communities preserve principles of solidarity and care, and operate an economy with the potential to contribute to food sovereignty and security on a community scale, but which is constantly being co-opted by the market.

Keywords: Amazon; solidarity economy; care economy; forest products; Amapá.

I. INTRODUÇÃO

UM DOS MEDOS DA PANDEMIA do covid-19 foi o desabastecimento dos mercados. O mundo parou e se fortaleceu a hipótese de que a produção industrial de alimentos não se manteria por muito tempo. As prateleiri-

ras dos supermercados ficariam vazias e a disputa por alimentos e gêneros de primeira necessidade se dariam em níveis canibais.

A questão foi colocada em março de 2020 na aula inaugural do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (MDR/UNIFAP) e a ficção deu lugar a uma profunda reflexão sobre alternativas econômicas ao mercado ou às ausências ignoradas pelo tempo da modernidade e dos imperativos do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado.

O Brasil se tornou um país urbano e não soube lidar com as ruralidades em transformação, com implicações negativas para a qualidade de vida dos povos da floresta. A face mais perversa desse fenômeno é a conversão de florestas em monoculturas. Esse processo se dá nos rastros das queimadas, do desmatamento e da expulsão de populações do campo.

Os territórios protegidos na Amazônia se tornam, dessa forma, refúgios das populações da floresta. Essas zonas libertárias estão presentes em territórios indígenas e unidades de conservação, como no caso das Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável¹, além de outras ocupações humanas tradicionais que mantêm a sua soberania (comunitária, alimentar, cultural, espiritual, dentre outras), colhem da natureza o seu sustento e/ou praticam formas de produção agroextrativista de baixo impacto ambiental, com excedente comercializado para aquisição de bens de necessidade básica e para trocas solidárias.

Zonas libertárias integram o conjunto de categorias inspiradas nas epistemologias do Sul, universo teórico, metodológico e pedagógico proposto por Boaventura de Sousa Santos (2019). Essas são zonas que emergem em decorrência de impaciências históricas a exclusões, desigualdades e injustiças.

Podem surgir no contexto de processos de luta mais amplos ou ser resultados de iniciativas isoladas concebidas para testar formas alternativas de construção de comunidades. Essas alternativas podem ser vividas ou

¹ Existem diferentes aplicações na literatura para o termo “extrativismo”, com certa hegemonia quanto ao entendimento relacionado a apropriação de recursos naturais pelo sistema capitalista (Svampa, 2019). Entretanto, se faz necessários esclarecer que as Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável são categorias de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, conforme estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Inspirados nas Reservas Indígenas, esses espaços territoriais especialmente protegidos têm como principal objetivo o uso coletivo da terra e dos recursos da floresta, com endogenia associada a luta de extrativistas da Amazônia pelo direito de viver liberto num seringal sem patrão (Allegretti, 2002).

segundo uma lógica de confrontação ou segundo uma lógica de existência paralela (Santos, 2019, p. 57).

Neste artigo, o termo “zonas libertárias” se aproxima da categoria desenvolvida por Santos (2019), com adequação às subjetividades culturais amazônicas, que se caracterizam pela condição ancestral e adaptativa à natureza. São zonas ainda preservadas que se mantêm distante do controle do Estado desenvolvimentista e mais próxima de princípios comunitários, o que se faz perceber em manifestações de solidariedade e de acolhimento, mas também de conflitualidade pelas utopias credíveis.

A hipótese proposta neste trabalho é que no período de regeneração econômica da pandemia do covid-19 é possível e necessário reconstruir outras economias, mais solidárias e preocupadas com o cuidado. Essas economias são verdadeiramente capazes de garantir soberania e segurança alimentar em zonas libertárias, podendo situar-se em complementação ou coexistência com o Estado/mercado, mas nunca sob a sua tutela.

No Brasil, existe uma intelectualidade política centrada na região Sul, que aponta avanços da economia solidária e do cuidado, mas isso não significa a inexistência em outros espaços regionais, como no caso da Amazônia. Pelo contrário, o “Nosso Futuro Comum” é de aprendizado e, apesar do momento político de luta contra o não retrocesso a direitos, o cenário otimista mais provável é que o retorno à normalidade da economia se dê em busca de maior reflexividade diante do aprofundamento das assimetrias sociais e da destruição da natureza.

Busca-se, dessa forma, exemplificar zonas libertárias na Amazônia que mantêm artesanias das práticas em economia solidária e do cuidado. De acordo com as epistemologias do Sul, “artesanias das práticas” se referem à validação das práticas de lutas e de resistência que são levadas a cabo como um trabalho artesanal coletivo em processo de aperfeiçoamento contínuo e com uma margem significativa de liberdade (Santos, 2019, pp. 61-62).

O caso do Amapá, estado brasileiro situado na confluência da foz do rio Amazonas com o oceano Atlântico, no qual a natureza ainda preservada apresenta muitas possibilidades em prover o funcionamento de uma economia política solidária e do cuidado, acolhe utopicamente a proposta de rompimento com o consenso das *commodities*, que historicamente têm lhe impactado por sucessivos empreendimentos de mineração e, mais recentemente, de hidrelétricas e do agronegócio da soja.

Na década de 1990, o estado do Amapá adotou a sustentabilidade como princípio de políticas públicas. A elite conservadora ou as elites do atraso, parafraseando Souza (2019), passaram a ridicularizar as iniciativas do governo do Amapá voltadas para a sustentabilidade, incluindo a valorização econômi-

ca de produtos da sociobiodiversidade local. Assim posto, a sustentabilidade dos produtos da floresta é aqui entendida como contraponto as diferentes formas de expressão da ignorância pós-colonial, que mesmo tendo passado pelo sofrimento da exploração capitalista, como no caso da exploração do manganês no Amapá, mantém-se com as suas mentes colonizadas pelo negacionismo de alternativas.

Os produtos da floresta são exemplificados pelo açaí (*Euterpe oleracea*), camarão (*Macrobrachium amazonicum*), pirarucu (*Arapaima gigas*), castanha-da-Amazônia (*Bertholletia excelsa*), além de frutas tropicais, ervas medicinais, artesanatos, rituais, saberes e todas as formas de expressão da sociobiodiversidade, transformados ou não em processos culturais de trabalho solidário e do cuidado, que apresentam potencial para garantir a soberania e a segurança alimentar em zonas libertárias.

O espaço político da economia dos produtos da floresta não é excludente, mas precisa ser percebido diante do fato de que o mercado pós covid-19 não será o mesmo e terá, necessariamente, que conviver com uma economia mista, na qual coexistam outras modalidades organizacionais, como as cooperativas, as associações, as iniciativas individuais e todos tipos de trabalho e produção solidária que cuidam da natureza e das pessoas, tal como observa Singer (2005, p. 83): “Mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa”.

As categorias teóricas das epistemologias do Sul oferecem o suporte metodológico de argumentação deste artigo, com escorregões no limo do conhecimento das escritas híbridas à procura de alternativas econômicas amazônicas, como esforço de desestabilização da hegemonia do capitalismo neoliberal, mas também de outros sistemas econômicos, que se alinham ao descuido com a natureza e com as pessoas.

2. A ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO CUIDADO

A economia solidária e a economia do cuidado apresentam percursos históricos-conceituais distintos, mas princípios que as aproximam em subjetividades. Ambas se encontram na afirmação da cooperação, da solidariedade e da reciprocidade como valores que contam nos fundamentos das relações econômicas comunitárias e de gênero praticadas em zonas libertárias.

A trajetória da economia solidária, em diferentes escalas e contextos, pode ser encontrada em trabalhos que permitem refletir sobre a diversidade de artesanias das práticas centradas em comunidades de trabalhadores do sul do Brasil, mas pouco representativas da ecologia de saberes da Amazônia (Gai-

ger, 2009; Laille, 2009; Borinelli, Santos & Pitaguari, 2010; Lianza & Henriques, 2012; Pitaguari, Lanza, & Cordeiro, 2012).

Paul Singer é o grande nome da economia solidária no Brasil. Na sua vasta produção intelectual que possibilitaram maior segurança conceitual ao tema, encontra-se a afirmação da economia solidária como resposta ao desemprego, à exclusão social e às crises, com efetivas artesanias para a institucionalização de políticas públicas para o setor no Brasil (Singer, 2000, 2002, 2005).

A economia solidária se tornou um campo político, mas também de reflexão epistemológica. Com base na obra de Paul Singer, autores filiados argumentam que a economia solidária é um sistema alternativo aos sistemas econômicos que não protegem a vida. Esses autores compartilham a seguinte definição de economia solidária:

Um sistema socioeconômico aberto, amparado nos valores da cooperação e da solidariedade, no intuito de atender às necessidades e desejos materiais e de convivência, mediante mecanismos de democracia participativa e de autogestão, visando à emancipação e o bem-estar individual, comunitário, social e ambiental (Pitaguari, Santos, & Câmara, 2012, p. 35).

Significativos avanços na institucionalização da economia solidária ocorreram no Governo Lula, como a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). O FBES se mantém ativo e se mobilizando para aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 137/2017, que institui a Política Nacional da Economia Solidária (PNES) e o Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES), mas reconhecidamente perdeu força política pelo atual descaminho da democracia no Brasil.

Na sua concepção política, a economia solidária pode ser percebida como a germinação de uma perspectiva pós-capitalista no reconhecimento de que a desigualdade e a exclusão social são vírus produzidos no laboratório da desumanidade dos sistemas econômicos dominantes, que matam pela falta de cuidados com a natureza e com as pessoas.

A partir de experiências de iniciativas de economia solidária e popular lideradas por mulheres no Brasil, em Moçambique e na África do Sul, Cunha e Lauris (2016) defendem um outro constitucionalismo que possa acolher essas economias fora da vertente neoliberal. Os autores evidenciam que encontraram elementos que permitem ampliar o cânone do constitucionalismo econômico dominante, sendo eles: o poder como autoridade coletiva partilhada, a autodeterminação como experiência coletiva e a dignidade como copresença.

A economia do cuidado, por sua vez, tem genética no movimento ecofeminista, que luta contra o patriarcado, o racismo e a desvalorização do trabalho das mulheres. Parte-se do pressuposto que o capitalismo neoliberal não se

importa e discrimina aqueles que ressignificam o trabalho, com ou sem remuneração, incluindo o voluntariado e a própria condição de subvalorização do trabalho da mulher e de outros grupos sociais oprimidos e discriminados pela dominação patriarcal (Folbre, 2012).

Ainda em estágio de incipiente categorização, a economia do cuidado apresenta subjetividades que dificultam a construção de marcos teóricos. Entre essas subjetividades, o trabalho de cuidar aparece como um elo fundamental entre cuidar das pessoas e cuidar da natureza, aspectos impossíveis de dissociação – um não tem significado sem o outro –, pois fazem parte do conceito mais amplo de “cuidado” (Carrasco, Borderías, & Torns, 2011).

Um contributo sobre o marco teórico-conceitual da economia do cuidado pode ser encontrado em documento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016), com encaminhamentos que apontam para a exigência de políticas públicas arquitetadas fora do modelo tradicional da família heterossexual, cada vez mais representativa na sociedade brasileira, além de mudanças no significado do trabalho doméstico, que se traduz em alto grau de precariedade, baixa remuneração, longas jornadas de trabalho e elevado nível de informalidade.

A economia do cuidado se aproxima das questões de gênero, nas suas variadas representações, interpretações, organização social e identidades (Scott, 1995). Tal economia é caracterizada pelo trabalho autônomo ou em organizações de partilha solidária, mas também os que estão sem emprego, na rua, nos asilos, abandonados, desassistidos e todos que necessitam da assistência do Estado e da comunidade.

Também são variantes dessa categoria grupos sociais para os quais são delegadas atividades comunitárias relacionadas à reprodução e manutenção da vida e da cultura, usualmente nominadas “trabalho de cuidados”, como as representações amazônicas de indígenas, quilombolas, seringueiros, castanheiros, pescadores, ribeirinhos e outras categorias invisíveis ao mercado, pelo baixo consumo e pelo modo de vida muito próximo ao que Leff (2021) denomina de “comunitarismo ecológico”.

A sistematização sobre a economia solidária e do cuidado na Amazônia ainda está aberta a investigações, apesar de um bom acervo de estudos de casos correlatos à articulação dos fóruns estaduais, principalmente nas áreas da agricultura familiar, da produção cooperada de mulheres e de comunidades rurais agroextrativistas, incluindo todas e todos que reivindicam por justiça cognitiva diante do sofrimento imposto pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado (Ianni, 1986; Santos, 2019).

No Amapá, um quadro mais geral das artesanias das práticas em economia solidária e do cuidado pode ser encontrado em relatos de Santos, Gonçalves

e Sequeira (2019), com conhecimentos e saberes ampliados em estudos junto às comunidades agroextrativistas tradicionais desenvolvidos por Filocreão (2014), Sousa (2018), Ribeiro, Chagas e Nascimento (2019), Euler *et al.* (2019), entre um universo de outras experiências que se empoeiram pela ausência de extensão e políticas públicas de acolhimento do Estado.

A economia solidária e do cuidado se aproximam do “Bem Viver”, com inspiração na ecologia profunda e na ecologia de saberes, que têm ressignificado o sentido de consumo, de qualidade de vida e de felicidade (Acosta, 2016; Santos, 2019). Entretanto, no interregno entre economias regulatórias e economias emancipatórias, existem desvios políticos antidemocráticos e extremistas que se manifestam em favor de continuidades capitalistas, colonialistas e patriarcais. No Brasil, referido retrocesso é identificado pelo aumento do desmatamento das florestas e da violência contra indígenas, populações tradicionais e todos aqueles que lutam pelo direito de ser e de viver em zonas libertárias.

A economia solidária e a economia do cuidado se complementam como alternativa ao capitalismo neoliberal. Essas economias não se movimentam pelo tempo dos negócios, mas por princípios e valores que foram perdidos pelo descuido do Estado com a comunidade. As epistemologias do Sul ofertam um conjunto de possibilidades para refletir sobre essas ausências, interpretá-las e transformá-las (Santos, 2018, 2020).

3. O AMAPÁ E O ROMPIMENTO COM O NOVO CONSENSO DAS *COMMODITIES*

O Amapá é um estado da Amazônia brasileira que se mantém historicamente alinhado ao novo “Consenso das *Commodities*”:

Do ponto de vista da lógica da acumulação, o novo ‘Consenso das *Commodities*’ implica o aprofundamento da dinâmica da desapropriação ou espoliação de terras, recursos e territórios e produz novas e perigosas formas de dependência e dominação. Entre os elementos comuns dessa dinâmica, podemos destacar a grande escala dos empreendimentos, a tendência à monoprodução ou baixa diversificação econômica e uma lógica claramente destrutiva da ocupação dos territórios. De fato, com base em uma visão produtivista e eficiente do desenvolvimento, é incentivada a desqualificação de outras lógicas de valorização dos territórios, consideradas socialmente inviáveis ou simplesmente como ‘áreas de sacrifício’ para o progresso (Svampa, 2013, pp. 32-34, tradução da autoria).

De fato, ao considerar a ausência de planejamento público ascendente, de alta intensidade democrática, o Amapá, apesar da natureza ainda preservada, mantém-se na retaguarda de um colonialismo federativo que desconsidera

alternativas econômicas pelo imaginário do desenvolvimento limitado apenas aos indicadores do Produto Interno Bruto (PIB). Prevalece a retórica do discurso político atrativos à mineração, às hidrelétricas e ao agronegócio da soja (Chagas & Filocreão, 2019).

Conforme indaga Santos (2010, p. 53): “É possível o trânsito entre a economia das *commodities* para outras economias alternativas sem sofrimento? Teríamos que sentir a dor do capitalismo neoliberal para pensar em outras possibilidades econômicas?”. O Amapá foi o primeiro estado da Amazônia a receber um empreendimento mineral de grande porte, intensivo de capital, iniciando a exploração em 1953 e findando-a em 1997, quando se deu a exaustão das minas de manganês da região de Serra do Navio. Quais lições foram, nesse caso, apreendidas?

3.1. *Mineração*

De 1953 a 1997, o Amapá exportou as suas reservas de minério de manganês para o mercado internacional, principalmente para os Estados Unidos da América (EUA), país que passou a controlar a exploração e comercialização do minério pela condição de sediar o *Export-Import Bank of the United States*, agência de crédito oficial do governo federal estado-unidense, que financiou a empresa nacional Indústria e Comércio de Minérios (ICOMI) para a exploração do manganês do Amapá.

Exauridas as jazidas de manganês, a região explorada foi abandonada pela ICOMI sem cumprir o Plano de Recuperação das Áreas Degradadas (PRAD) e sem planejar um processo de transição que permitisse ao Amapá trilhar alternativas econômicas, confirmando a tese do sociólogo Stephan Bunker, de que todo empreendimento extrativo moderno, após o encerramento, causa disrupção social e ambiental para a região na qual está instalado (Bunker, 1985). Estudos de diferentes matrizes epistemológicas sobre a exploração do manganês do Amapá, desenvolvidos por Brito (1994), Monteiro (2003) e Chagas (2013) confirmaram a tese de Bunker, com registro de discordância parcial em Drummond e Pereira (2007).

No período de pós-exploração do manganês, outras experiências de mineração foram vivenciadas no Amapá, com as mesmas consequências: destruição da natureza, oferta de empregos temporários e de categorias inferiores, ausência de beneficiamento local ou mesmo de algum processo de pré-beneficiamento que agregue valor ao minério bruto, interferência política na governabilidade, atrasos e retrocessos na democracia.

3.2. *Hidrelétricas*

Os inventários hidrelétricos realizados pelo Governo Federal apontam os potenciais aproveitamentos de cursos d’água para geração de energia, condi-

cionando a liberação para o leilão a partir dos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE). Referidos estudos são guiados por metodologias estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Também se faz necessário ao leilão a emissão da licença ambiental prévia.

A concessão pelo Governo Federal de um bem público natural para uso privado segue a lógica do interesse nacional e do desenvolvimentismo, subentendendo-se que essas decisões são amparadas por critérios técnicos, mas que, muitas vezes, negligenciam critérios sociais e ambientais ou os manipulam pelos interesses dos negócios (Chagas, Lima, & Oliveira, 2019).

Entre 2008 e 2013 foram construídas duas hidrelétricas no rio Araguari, no Amapá: a hidrelétrica Ferreira Gomes e a hidrelétrica Cachoeira Caldeirão. Os inventários disponíveis para o Amapá indicam outros potenciais aproveitamentos, tanto no rio Araguari quanto no rio Jari, na divisa do Amapá com o Pará. Entretanto, esses aproveitamentos são ambientalmente inviáveis, considerando a existência de um mosaico de áreas protegidas na região.

Pelo manual da ortodoxia neoliberal, o desenvolvimento de regiões que recebem empreendimento para a exploração da natureza, encontra vínculo argumentativo no discurso da geração de emprego e nos royalties pagos pelos concessionários. No período de construção, o Amapá teve pleno emprego para, em seguida, pós-construção das hidrelétricas, despencar para o estado com a maior taxa de desemprego entre os entes federados.

Os royalties das hidrelétricas são a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), de mesma natureza legal da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), pagos pela mineração. Alguns autores defendem que esses royalties podem contribuir com o desenvolvimento, a partir do destino das suas aplicações, quando adentra as receitas municipais (Enríquez, 2008; Oliveira, 2010).

Com base nos estudos de caso no Amapá, Chagas (2013) comenta que mais importante do que os royalties são as iniciativas voluntárias acordadas entre governo-empresa-sociedade. O referido autor destaca os fundos voluntários celebrados entre o governo do Amapá, as Prefeituras de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapá e as mineradoras que operaram na região nos anos 2000. Esses recursos possibilitaram o fomento de projetos voltados para a proteção das florestas, fortalecimento da agricultura familiar, apoio a bolsas de estudos para estudantes carentes e outras ações que poderiam fortalecer elos rumo a uma transição econômica. *A priori*, referida experiência se deu tão somente no contexto do discurso da sustentabilidade da mineração e se resente de maiores investigações acadêmicas.

3.3. *Agronegócio da soja*

O agronegócio da soja chegou ao Amapá no começo da década de 2010, atraído pelo discurso governamental de disponibilidade e baixo custo da terra, mão de obra barata, produtividade (duas safras de grãos/ano) e maiores vantagens competitivas quanto ao preço do frete em relação aos portos exportadores em operação no país. Tais condições inseriram o Amapá como parte integrante da estratégia de governos em implantar uma logística de transporte intermodal na Região Norte para escoar a produção agrícola nacional/regional e, com isso, reduzir o custo do frete para exportação de grãos.

Em 2020, a área plantada com grãos de soja no Amapá atingiu 20 mil hectares, com projeções de expansão para os próximos anos a uma taxa de 20%/ano, diante de 400 mil hectares de potencial de plantio, conforme dados da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA, 2017). Estudo do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA, 2016, p. 34) estima que do total de 1.000.000 de hectares do cerrado (savana) amapaense, 200 mil hectares se enquadram como “zona de expansão produtiva em áreas com potencial para atividades agrícolas em diferentes níveis de mecanização”.

Então, em que condições o agronegócio da soja pode se aproximar dos princípios da economia solidária e do cuidado? Infere-se possibilidades utópicas vinculadas à regularização fundiária com justiça social, atendimento a boas práticas de gestão ambiental pública e privada e repactuação do modelo cooperado da cadeia produtiva mais voltado para o associativismo, em diferentes escalas.

Considerando o aumento dos números de conflitos no campo no Amapá mapeados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2021), a ausência de estudos ambientais prévios declarados em ação do Ministério Público Federal (MPF, 2020) e a adoção de um sistema de produção de grãos voltado exclusivamente para o mercado exportador, sem agregação de valor local e sem incentivos a linkagens econômicas que poderiam incluir/beneficiar pequenos produtores, tudo indica que o agronegócio da soja no Amapá se manterá alinhado ao colonialismo da natureza e ao consenso das *commodities* (Alimonda, 2011; Svampa, 2013).

4. PEDAGOGIAS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO CUIDADO NO AMAPÁ

São apresentados, aqui, ensaios em economia solidária e do cuidado no Amapá. Tais ensaios, colhidos a partir de revisão da literatura e pesquisas em desenvolvimento pelos autores, com suporte teórico das epistemologias do

Sul, sustentam que comunidades que vivem em territórios rurais e em Unidades de Conservação no Amapá se aproximam do entendimento de zonas libertárias. Essas são zonas identificadas pelo protagonismo comunitário em lutas por alternativas econômicas fora do sistema capitalista e contrários à precarização do trabalho, à destruição da natureza e dos modos tradicionais de ser e viver.

A seguir são apresentados dois ensaios em relação aos produtos da sociobiodiversidade amazônicas em zonas libertárias no Amapá como exercício pedagógico, no sentido freiriano profundo de “educar para a liberdade” e que, diante das ameaças da *comoditização* da natureza, mantém-se no interregno entre as economias (solidária/cuidado e do mercado) que os disputam. A “*comoditização*” é aqui entendida como o processo de cooptação dos produtos da sociobiodiversidade pelo mercado, tendo recebido diferentes rótulos de sustentabilidade, como no caso da economia verde e da bioeconomia.

4.1. *Sul do Amapá - Castanha-da-Amazônia (Bertholletia excelsa)*

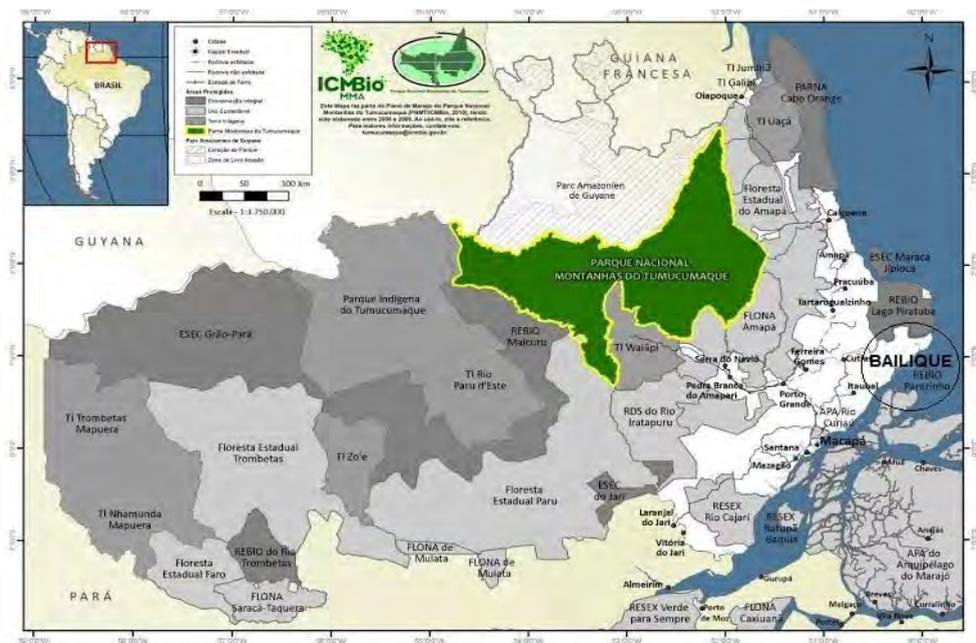
A castanha-da-Amazônia, também conhecida como castanha-do-Pará e castanha-do-Brasil, é a semente da castanheira, árvore conhecida como “Rainha da Floresta Amazônica”. A castanha é muito saborosa e de alto valor nutritivo, com um mercado bastante valorizado no Brasil e em outros países. Além de proporcionar energia, proteínas, vitaminas e minerais ao organismo, a castanha possui uma impressionante presença de selênio, um potente antioxidante que protege as células contra os radicais livres.

A castanheira ocorre em terras altas da Amazônia, com expressiva área concentrada entre os estados do Amapá e o Pará. Essa região integra a maior zona libertária do planeta e com extensas áreas de castanhais nativos. Trata-se de um polígono de quase 30 milhões de hectares de terras indígenas e unidades de conservação que traduzem a história de ocupação de povos ancestrais e de populações tradicionais, além da extrema importância para a preservação da biodiversidade (Mapa 1, Tabela 1).

Parte das lutas de grupos sociais que vivem na região se deu contra o latifúndio escravocrata do coronel José Júlio de Andrade, que controlou o extrativismo da castanha-da-Amazônia na região do vale do Jari (uma área de três milhões de hectares situada entre o Amapá e o Pará) desde o final do século XIX, até por volta de 1950 (Lins, 1991). Posteriormente, os conflitos se voltaram pelas disputas de terras entre extrativistas e o Projeto Jari, megaempreendimento agropecuário e mineral, implantado pelo empresário norte-americano Daniel Ludwig. Atualmente, os conflitos pela terra se arrefeceram, mas man-

tiveram as ameaças inerentes à homogeneização do território pelo discurso estatal do desenvolvimento sustentável.

MAPA 1. Territórios Indígenas e Unidade de Conservação
 Amapá-Pará-Guiana Francesa (Zonas Libertárias).



Fonte: ICMBio (2009), modificado pelos autores.

TABELA 1. Territórios Indígenas e Unidades de Conservação
 Amapá-Pará-Guiana Francesa (Zonas Libertárias).

Região	Área Protegida	Hectares
Amapá	Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque	3.846.400
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru	806.184
	Reserva Extrativista do Rio Cajari	501.771
	Terra Indígena Wajãpi	607.000
Amapá/Pará	Estação Ecológica do Jari	227.126
	Terra Indígena Parque do Tumucumaque	3.071.067

Região	Área Protegida	Hectares
Pará	Estação Ecológica do Grão Pará	4.245.800
	Floresta Estadual do Paru	3.612.900
	Floresta Estadual do Trombetas	3.172.900
	Reserva Biológica Maicuru	1.151.700
	Floresta Estadual do Faro	613.800
	Terra Indígena Rio Paru d'Este	1.195.785
	Terra Indígena Zo'e	669.000
Guiana Francesa	Parque Natural Regional da Guiana	3.390.000
Total		27.111.433

Fonte: Organizado pelos autores, 2020.

Entre os principais produtos coletados na floresta que dão sustentação à economia da região, a castanha-da-Amazônia sempre se manteve na liderança da pauta dos interesses em disputas, com imperativos de uma lógica colonialista de produção caracterizada pela reprodução do trabalho escravizado pelo sistema de aviamento². Os empates³ que se deram na região foram basicamente contra esse sistema e estão alinhados às lutas contra a dominação, categorizada por Santos (2019, p. 106) como “aquelas que transformam qualquer margem de liberdade, por pequena que seja, numa oportunidade de libertação, aceitando os riscos inerentes a uma tal transformação”.

A criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá nos anos de 1980, sob a liderança dos ativistas Pedro Ramos de Sousa e Tomé de Sousa Belo, tem forte vínculo com o movimento de Chico Mendes, no Acre, pela organização dos trabalhadores da floresta (seringueiros e castanheiros da Amazônia). Foram transformações ou artesanias das práticas que culminaram na

² Aviamento: sistema de relação social de produção estabelecido nas áreas de seringais nativos da Amazônia, na qual os patrões antecipam serviços e/ou produtos industrializados em troca da produção extraída da floresta, como o látex da seringueira (borracha), a castanha-da-Amazônia, os óleos essenciais, dentre outros produtos. Referido sistema mantém o trabalhador “preso” ao patrão devido ao ciclo de endividamento (Allegretti, 2002; Filocreão, 2007).

³ Empates são ações coletivas adotadas pelos povos da floresta para impedir o desmatamento. Os empates têm referência ao movimento dos seringueiros do Acre, sob a liderança de Chico Mendes.

criação de zonas libertárias em Reservas Extrativistas (Anderson *et al.*, 1994; Allegretti, 2002; Filocreão, 2007, 2014; Sousa *et al.*, 2016, Chagas, 2021).

No Amapá, essas zonas libertárias foram impulsionadas por políticas públicas, quando em 1995 se elegeu um governo de esquerda alinhado à sustentabilidade. Na época não se tinha muita clareza das ações de governo necessárias para desarticular o secular aviamento, nem a regulação social que se fizesse possível para uma maior aproximação entre o Estado e as comunidades extrativistas de castanha do Sul do Amapá, sem perder de vista os princípios que os diferenciam. Essas incertezas são traduções das dificuldades em enfrentar vicissitudes históricas do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado.

Desde então, o governo do Amapá deu início a uma série de iniciativas voltadas para apoiar as comunidades que vivem da extração dos produtos da floresta, com suporte econômico para organização de cooperativas e modernização do manejo da castanha-da-Amazônia, desde a coleta nos castanhais nativos até o beneficiamento da amêndoa em padrões sanitários aceitáveis e justa repartição dos ganhos econômicos.

Os resultados foram notáveis, com estruturação de duas cooperativas que desestabilizaram o secular sistema do aviamento que imperava no processo de negociação da castanha-da-Amazônia na região e passaram a comercializar o produto beneficiado de forma direta com o mercado e com outras formas de valorização do trabalho extrativista. Entretanto, algumas questões foram negligenciadas pelo Estado, principalmente os princípios que regem uma transição de uma economia de exploração/escravidão (aviamento) para uma economia libertária, como a solidariedade, a reciprocidade, a cooperação e a igualdade de gênero.

Entre as questões negligenciadas, o trabalho das mulheres e o protagonismo nas ações estruturantes das cooperativas se mantiveram secundarizados pelo sistema patriarcal da região. As cooperativas passaram a se comportar como empresas capitalistas, com hierarquias, decisões descendentes – de cima para baixo – e relações clientelistas, como evidenciaram Ribeiro, Chagas e Nascimento (2019), em estudos sobre capital social em comunidades extrativistas de castanha em áreas de reservas no Sul do Amapá. Nesse caso, o governo do Amapá afrouxou na regulação social, abandonando muito cedo o pilar comunitário e os princípios que poderiam fortalecer a economia solidária e do cuidado na região.

A experiência das comunidades extrativistas de castanha no Sul do Amapá permanece inacabada. Sousa (2018) se alimenta do conceito de neoextrativismo para propor um novo modelo institucional para a castanha-da-Amazônia, modelo esse seguido por outros autores institucionalistas:

A busca pelo desenvolvimento vigoroso e com sustentabilidade do extrativismo da castanha-do-Brasil requer mudanças no paradigma tecnológico e alterações estruturais, buscando tornar a atividade mais lucrativa, recriando o local e aumentando a competitividade regional, de forma a gerar novos bens e serviços, promovendo-se um novo desafio para o desenvolvimento de regiões extrativistas (Segóvia, Gonçalves & Carvalho, 2010).

Os autores defendem um maior apoio institucional aos produtos da floresta, semelhante ao que o Estado concede ao agronegócio. Entretanto, o maior desafio continua sendo o tempo adequado da regulação social entre Estado e comunidade, de modo a reduzir a insegurança da transição colonialismo/libertação. Cabe ao Estado se manter na retaguarda, de modo a apoiar processos democráticos de alta intensidade, com as comunidades na vanguarda das lutas pelo cuidado com as zonas libertárias no Sul do Amapá.

4.2. *Bailique - Açaí (Euterpe oleracea)*

O modo de vida de muitos grupos sociais da Amazônia está diretamente ligado à floresta e aos rios, de maneira que não é possível compreender essas categorias desvinculadas de suas relações com a natureza e a cultura regional: “o rio aparece nas relações cotidianas como espelho do movimento, da troca, cujo ritmo em muito nos faz lembrar o tempo da natureza (...) constituído pelo ciclo das águas dos rios, das cheias e das secas” (Silva & Malheiros, 2005, p. 155).

“Os rios da minha aldeia são maiores do que os de Fernando Pessoa”, canta Nilson Chaves em letra de Celso Viáfara (Chaves, 1999), para transbordar em poesia o significado da natureza amazônica, em que os rios manifestam distintas culturas, como as relações de uso e troca de produtos do extrativismo praticado por populações que vivem nas margens dos rios. Nesses ambientes, destaca-se a ocorrência do açaí, fruto de grande importância para a economia regional e para a alimentação das populações da Amazônia (Queiroz *et al.*, 2005; Queiroz & Mochiutti, 2012).

O açaizeiro é a palmeira com um fruto arroxeadado chamado “açaí”. A espécie ocorre naturalmente nos estados do Amapá, Pará, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins. Acontece, ainda, em países como Guiana, Guiana Francesa, Suriname e Venezuela. Do fruto do açaizeiro se obtém a polpa do fruto, produzida pelo processo de maceração e conhecido na Amazônia como “vinho do açaí”, “suco de açaí” ou somente “açaí”. Também na extremidade superior do tronco do açaizeiro se extrai o palmito, matéria-prima utilizada pela indústria de conservas, comercializado no Brasil e no exterior. O açaí tem ampla diversidade de usos que se expande para o mercado global, principal-

mente na condição de sucos, sorvetes, cosméticos e outros produtos comercializados como energéticos. Ele é rico em fibras, proteínas e em nutrientes, como o ferro, potássio, cálcio e vitaminas E e B₁, o que faz desse produto um alimento completo.

A espécie tem preferência por áreas úmidas, como as ilhas do Bailique, localizadas na zona estuarina do rio Amazonas, na costa do estado do Amapá, numa região de alta vulnerabilidade ambiental. No Bailique vivem cerca de 10 mil habitantes organizados em 51 comunidades, marcadas fortemente por redes de parentesco e adaptados aos ciclos da natureza. Essas são comunidades que vivem basicamente do extrativismo do açaí e da pesca (Euler *et al.*, 2019).

As comunidades do Bailique já acolheram vários projetos governamentais voltados a apoiar a educação, a economia e a preservação ambiental, alguns com êxito, outros nem tanto, mas sempre em busca do direito de viver com dignidade em uma zona libertária. Entre esses, pode-se lembrar: 1) Escola Bosque do Bailique; 2) Escola Família Agroextrativista do Bailique; 3) Criação da Unidade de Conservação da Foz do Amazonas; 4) Criação da Universidade da Foz do Amazonas; 5) Projeto Semear; 6) Centros de Vocação Tecnológica - Agrobiodiversidades do Bailique, entre outros projetos.

O Bailique se tornou um grande laboratório de experiências protagonizadas pelo Estado e tem permanecido na pauta dos desafios do conhecimento acadêmico das instituições governamentais e não governamentais em apoio às artesanias das práticas de alto potencial transformador, como a produção do açaí, a pesca e muitas outras variedades extraídas da natureza e cultivadas para alimentação, tratamento de doenças e trocas solidárias comunitárias.

O açaí é aclamado como a nova *commodity* da Amazônia. A sua importância na economia regional se encontra devidamente aferida em Carvalho (2010), com proposições de programas voltados para a melhoria da eficiência produtiva, adoção de boas práticas de manejo/gestão e certificação internacional. Entretanto, ações transicionais de regulação social junto às comunidades são sempre marcadas por incompletudes.

A produção crescente de açaí está diretamente vinculada à demanda externa do mercado, o que tem afetado diretamente os hábitos alimentares das comunidades. A elevação do preço, principalmente no período da entressafra, quando a produção diminui, dificulta o acesso de famílias de menor poder aquisitivo que consomem o produto quase que diariamente como alimento básico.

No caso do Bailique, existem lições pendentes a serem colhidas de projetos anteriores que se unem na desunião. Elas se unem pela ilusão do discurso descendente do desenvolvimento e desunem-se pelo desdobramento do mo-

delo capitalista de ascensão social pelo mercado da nova *commodity*. Monteiro (2018) alerta para os possíveis “cercamentos” do capitalismo no Bailique:

Percebo que, no Bailique, os cercamentos possuem duas dimensões. A física, operada por pequenos e grandes proprietários de terras no movimento de privatizar as áreas de uso comum e acesso a recursos naturais; e a política, por se encontrarem em um projeto manipulador dos processos decisórios, que centraliza o poder de decisão em pessoas de fora do território e submete a racionalidade neoliberal do modelo de desenvolvimento em implantação (Monteiro, 2018, p. 123).

Princípios como a cooperação, a solidariedade e a reciprocidade, que se conflitam com o mundo dos negócios em escala de mercado, mantêm a imunidade e a resistência da comunidade que se renovam em pedagogias da esperança. A mais recente dessas iniciativas é o Protocolo Comunitário do Bailique, que se trata de regras internas de proteção, criadas pela própria comunidade. Ele pode ser entendido como um instrumento de retaguarda a inconstância do Estado e aos cercamentos do capitalismo neoliberal.

O açaí nativo do Bailique, como nova *commodity*, distancia-se dos princípios da economia solidária e do cuidado, não significando que não possa conviver de forma complementar com diferentes estratégias econômicas sob o controle da comunidade. O desafio, nesse caso, é não descuidar das bases comunitárias de soberania e segurança alimentar que ainda mantêm o Bailique como uma zona libertária, mas em constante intermitência comunidade-mercado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os produtos da floresta amazônica possibilitam uma diversidade de narrativas em economia solidária e do cuidado que são inviabilizadas pela economia centrada unicamente na expectativa do mercado. São artesanias das práticas que se caracterizam pela cooperação, solidariedade e reciprocidade presente em comunidades que vivem na floresta (indígenas, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, entre outras).

As epistemologias do Sul oferecem um universo de teorias e pedagogia que acolhem a crítica ao novo consenso das *commodities*, mas ainda se ressentem de uma economia política de resistência à cooptação do mercado que se alia ao Estado para impor a retórica da única opção possível, mesmo em regiões sofridas pelo capitalismo, como o Amapá, localizado ao Norte da Amazônia brasileira.

A história do Amapá é sempre narrada pela exploração mineral de larga escala, com sequelas sociais e ambientais que transcendem aos registros acadêmicos pelo tempo das cicatrizes, algumas camufladas ou mesmo apagadas: destruição da natureza, contaminação de rios, desrespeito às culturas locais, exploração do trabalho e ausência de compensação em relação aos ganhos auferidos pelo uso de bens comuns.

Contudo, a história se repete como se não houvesse aprendizados. O Amapá se tornou, recentemente, produtor de energia, barrando o seu principal rio para a instalação de hidrelétricas, mesmo a população não dispondo de energia de qualidade, além do elevado faturamento no consumo. O Estado agora é considerado a nova fronteira agrícola que se expande em áreas ocupadas por populações tradicionais. Mantém-se alinhado à hipótese do desenvolvimento pelo sacrifício da natureza e das culturas.

Entretanto, princípios de economia solidária e do cuidado se fazem presentes em zonas libertárias no Amapá. Essas são caracterizadas pela presença de comunidades e populações ancestrais/tradicionais que vivem em territórios indígenas e em Unidades de Conservação e que mantêm artesanias das práticas voltadas para o extrativismo de produtos da floresta, como a castanha-da-Amazônia e o açaí.

A natureza disponibiliza esses produtos em ciclos que garantem a soberania e segurança alimentar de muitas comunidades no Amapá e em toda a Amazônia. A castanha e o açaí são exemplos de alimentos que ainda estão na mesa das famílias que vivem na floresta, mas também passaram a ser rotulados pelo mercado como “novas *commodities*”. Esses são dois exemplos da tensão entre Estado, comunidade e mercado, que invariavelmente encontra nesse último pilar da regulação social a única alternativa pela rogativa desenvolvimentista, aumentando ainda mais a insegurança e o medo das pandemias que ainda estão por vir.

A resposta à indagação inicial é afirmativa. Sim, a economia de produtos da floresta, como a castanha-da-Amazônia e o açaí, são alternativas comunitárias para o enfrentamento de um possível cenário de caos do mercado diante da pandemia do covid-19. A condição de natureza preservada e a afirmação de princípios de solidariedade e do cuidado são determinantes para se pensar políticas em zonas libertárias na Amazônia. Entretanto, alerta-se para a linha tênue que separa as zonas libertárias das zonas do sacrifício.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, A. (2016). *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos* (T. Breda, Trad.). São Paulo: Autonomia Literária/Elefante.

- ALIMONDA, H. (2011). La Colonialidad de la Naturaleza: una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In H. Alimonda (Coord.). *La Natureza Colonizada: Ecología política y minería en América Latina* (pp. 21-58). Buenos Aires: CLACSO. Recuperado em 29 de janeiro de 2020, de <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20120319035504/natura.pdf>.
- ALLEGRETTI, M. H. (2002). *A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e os movimentos seringueiros*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- ANDERSON, A. et al. (1994). *O destino da floresta*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Curitiba: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, Fundação Konrad Adenauer.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE SOJA (2017). *O Agronegócio no Amapá*. Amapá: Material de apresentação em PowerPoint, APROSOJA-AP.
- BORINELLI, B., SANTOS, L. M. L., & PITAGUARI, S. O. (Orgs.). (2010). *Economia Solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina. Recuperado em 10 de março de 2020, de <https://rb.gy/e7if8>.
- BRITO, D. C. (1994). *Extração mineral na Amazônia: a experiência da exploração de manganês da Serra do Navio no Amapá*. Dissertação de mestrado, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.
- BUNKER, S. (1985). *Underdeveloping the Amazon: extraction, unequal exchange, and failure of the modern State*. Champaign: University of Illinois Press.
- CARRASCO, C., BORDERÍAS, C., & TORNS, T. (Eds.). (2011). *El trabajo de cuidados: historia, teoría y políticas*. Madrid: Catarata. Recuperado em 15 de abril de 2020, de <https://rb.gy/dmswe>.
- CARVALHO, A. C. A. (2010). *Economia dos produtos florestais não-madeireiros no estado do Amapá: Sustentabilidade e Desenvolvimento Endógeno*. Tese de doutorado, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.
- CHAGAS, M. A. (2013). *Amapá: a mineração e o discurso da sustentabilidade – de Augusto Antunes a Eike Batista*. Rio de Janeiro: Garamond.
- CHAGAS, M. A. (2021). *Mano Pedro: socioambientalismo, ecologia de saberes e artesanias das práticas na Amazônia*. Manaus: CNS.
- CHAGAS, M. A., & FILOCREÃO, A. S. M. (2019). Cenários de desenvolvimento para o Amapá 2020-2050. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, 7(3), 53-86.
- CHAGAS, M. A., LIMA, R. A. P., & OLIVEIRA, M. J. (2019). Pós-licenciamento ambiental: onde foram aplicados os R\$ 100 milhões dos planos básicos ambientais das hidrelétricas instaladas no estado do Amapá? *Revista PRACS*, 12(2), 21-41.
- CHAVES, N. (1999). Olhando Belém. Música de Celso Viáfóra. *Tempo Destino – 25 anos ao vivo*, CD, Gravadora Outros Brasis, Catálogo CD OBR 011.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (2021). *Conflitos no campo: Brasil 2020*. Goiânia: CPT Nacional. Recuperado em 25 de maio de 2021, de <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>.

- CUNHA, T., & LAURIS, É. (2016). À procura de um outro constitucionalismo econômico: construindo a cidadania a partir de iniciativas de economia solidária e popular lideradas por mulheres do Sul. *Sociologia*, 18(43), 150-175.
- DRUMMOND, J. A., & PEREIRA, M. A. P. (2007). *O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico (1943-2000)*. Rio de Janeiro: Garamond.
- ENRÍQUEZ, M. A. (2008). *Mineração: Maldição ou Dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira*. São Paulo: Signus Editora.
- EULER, A. M. C. et al. (2019). Açai - do roçado à floresta: a história do sistema agroflorestal da Comunidade do Arraiol do Bailique, AP. *Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil* (pp. 239-258). Recuperado em 03 de março de 2020, de <https://rb.gy/1b833>.
- FILOCREÃO, A. S. M. (2007). *Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia: as transformações recentes no agroextrativismo do Sul do Amapá*. Tese de doutorado, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.
- FILOCREÃO, A. S. M. (2014). *A história do agroextrativismo na Amazônia Amapaense*. Macapá: UNIFAP.
- FOLBRE, N. (2012). *The rise and decline of patriarchal capitalism*. Recuperado em 5 de abril de 2020, de <https://rb.gy/eqkh7>.
- GAIGER, L. I. (2009). Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, 81-99.
- IANNI, O. (1986). A utopia camponesa. *Revista da USP*, nº 2, 103-118.
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. (2009). *Plano de Manejo do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque*. Brasília: ICMBio; Ministério do Meio Ambiente.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (2016). *Economia dos cuidados: marco teórico-conceitual*. Rio de Janeiro: IPEA. Recuperado em 12 de abril de 2020, de http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7412/1/RP_Economia_2016.pdf.
- INSTITUTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DO ESTADO DO AMAPÁ. (2016). *Zoneamento Socioambiental do Cerrado do Estado do Amapá*. Macapá: IEPA; EMBRAPA.
- LAVILLE, J. L. (2009). A economia solidária: um movimento internacional. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, 7-47.
- LEFF, E. (2021). *Veredas do futuro - Enrique Leff*. Recuperado em 15 de junho de 2020, de <https://www.youtube.com/watch?v=rXTdBZVWN-g>.
- LIANZA, S., & Henriques, F. C. (Orgs.). (2012). *A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ. Recuperado em 15 de março de 2020, de https://base.socioeco.org/docs/livro_vers_o_digital.pdf.
- LINS, C. (1991). *Jari: 70 anos de história*. Rio de Janeiro: Dataforma/Prefeitura Municipal de Almerim.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (2020). STF *declara inconstitucional lei do AP que prevê licença ambiental única, sem estudo prévio de impacto, para agronegócio*. Recuperado em 22 de abril de 2020, de <https://rb.gy/fs6aw>.

- MONTEIRO, I. A. P. (2018). *Comuns em cercamento: uma análise do Protocolo Comunitário do Bailique, Amapá, Brasil*. Dissertação de mestrado, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.
- MONTEIRO, M. (2003). A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. *Novos Cadernos NAEA*, 6(3), 113-168.
- OLIVEIRA, M. J. (2010). *Mineração e Desenvolvimento Local: Benefícios e Desafios aos Municípios Amapaenses*. Tese de doutorado, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.
- PITAGUARI, S. O., LANZA, L. M. B., & CORDEIRO, S. M. A. (Orgs.). (2012). *A sustentabilidade da economia solidária: contribuições multidisciplinares*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina. Recuperado em 15 de março de 2012, de www.uel.br/projetos/intes/img/biblioteca/96b3B2w66Z.pdf.
- PITAGUARI, S. O., SANTOS, L. M. C., & CÂMARA, M. R. G. (2012). Panorama da economia solidária no Brasil. In S. O. PITAGUARI, L. M. B. LANZA, & S. M. A. CORDEIRO (Orgs.). *A sustentabilidade da economia solidária: contribuições multidisciplinares*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina. Recuperado em 15 de março de 2012, de www.uel.br/projetos/intes/img/biblioteca/96b3B2w66Z.pdf.
- QUEIROZ, J. A. L. *et al.* (2005). Composição florística e estrutura de floresta em várzea alta estuarina amazônica. *Revista Floresta*, 35(1), 41-56.
- QUEIROZ, J. A. L., & Mochiutti, S. (2012). *Guia prático de manejo de açaiçais para produção de frutos*. (2a ed.). Macapá: Embrapa Amapá.
- RIBEIRO, A. C., CHAGAS, M. A., & NASCIMENTO, E. (2019). Capital social e clientelismo em comunidades extrativistas no Sul do Amapá - Amazônia brasileira. *Revista Novos Cadernos do NAEA*, 22(3), 45-67.
- SANTOS, B. S. (2010). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In B. S. SANTOS, & M. P. MENESES (Orgs.). *Epistemologias do Sul* (pp. 31-83). São Paulo: Cortez.
- SANTOS, B. S. (2018). *A nova tese onze*. Recuperado em 19 de março de 2020, de www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Política/A-nova-tese-onze-/4/39082.
- SANTOS, B. S. (2019). *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- SANTOS, B. S. (2020). *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina.
- SANTOS, K. P., GONÇALVES, H. J. C. F., & SEQUEIRA, T. (2019). Economia solidária no estado do Amapá - Brasil: uma análise das estratégias de gestão e do mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários. *Revista Gestão em Análise*, 8(1), 11-26.
- SANTOS, L. M. L., & BORINELLI, B. (2010). Economia solidária: proposta e perspectivas. In B. BORINELLI, L. M. L. SANTOS, & S. O. PITAGUARI (Orgs.). *Economia Solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina. Recuperado em 10 de março de 2020, de <https://t.ly/f9AvA>.
- SCOTT, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.

- SEGÓVIA, J. F. O., GONÇALVES, M. C. A., & CARVALHO, A. C. A. (2010). *A demanda de inovações e estratégias competitivas no extrativismo de castanha-do-Brasil no estado do Amapá*. Recuperado em 20 de abril de 2020, de <https://rb.gy/lxm3u>.
- SILVA, M. A. P., & MALHEIROS, B. C. P. (2005). A Face Ribeirinha da Orla Fluvial de Belém: espaços de (sobre)vivência na diferença. In S. C. Trindade Jr & M. A. P. Silva (Org.). Belém: A cidade e o rio na Amazônia. Belém: Edufpa.
- SINGER, P. (2000). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.
- SINGER, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- SINGER, P. (2005). A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In B. S. Santos (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. (2ª ed., pp. 81-129.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SOUSA, R. et al. (2016). *Educação do campo na Amazônia: a experiência histórica das Escolas Famílias do estado do Amapá*. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil.
- SOUSA, W. P. (2018). *A castanha-da-Amazônia (Bertholletia excelsa Bonpl.) no contexto dos novos padrões internacionais de qualidade e segurança dos alimentos*. Tese de doutorado, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.
- SOUZA, J. (2019). *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: Estação Brasil.
- SVAMPA, M. (2013). “Consensus de los Commodities” y lenguajes de valoración en América Latina. *Revista Nueva Sociedad*, (244), 30-46.
- SVAMPA, M. (2019). *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante.

O “VALE-TUDO” CONTRA OS POVOS INDÍGENAS
NO BRASIL: DA SUSPENSÃO DAS DEMARCAÇÕES
À GRILAGEM EM TERRAS INDÍGENAS

*El “todo vale” contra los pueblos indígenas
en Brasil: de la suspensión de las demarcaciones
a la ocupación ilegal de tierras indígenas*

The “all-out war” against indigenous peoples
in Brazil: from suspension of demarcations
to illegal occupation in indigenous lands

ALESSANDRA MARCHIONI

Universidade Federal de Alagoas (UFAL, Brasil)

MATHEUS BARBOSA DE MELO

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Brasil)

RESUMO

No Brasil, as terras indígenas são comumente alvo de invasões para fins de exploração e desmatamento. Tais ocorrências levam a sucessivos episódios de violência contra os povos originários, que sofrem com a ausência do Poder Público perante a obrigação constitucional de demarcar e proteger seus territórios. Diante desse cenário, o presente artigo visa abrir espaço a uma “ecologia dos saberes” indígena, dialogando com teóricos do pensamento descolonial, para, em seguida, apresentar categorias sociojurídicas que amparam o direito dos povos indígenas à demarcação de seus

territórios. Então, serão analisados os principais óbices à efetividade da demarcação de terras no contexto atual, assim como o fenômeno da “grilagem”, meio ilícito de ocupação e apropriação de terras públicas, que avança sobre terras indígenas em fase de demarcação ou já demarcadas. A pesquisa utilizou como técnicas a revisão bibliográfica e documental, explicando o problema a partir das referências teóricas e reunindo argumentos normativos, doutrinários e jurisprudenciais a respeito do tema, com o intuito de desvelar o atual estágio da demarcação das terras indígenas e do fenômeno da “grilagem” no Brasil.

Palavras-chave: Povos indígenas; demarcação de terras indígenas; “grilagem”.

RESUMEN

En Brasil, las tierras indígenas son comúnmente blanco de invasiones con fines de explotación y deforestación. Tales hechos conducen a sucesivos episodios de violencia contra los pueblos originarios, los cuales sufren con la ausencia del Poder Público ante la obligación constitucional de demarcar y proteger sus territorios. En vista de este marco circunstancial, este artículo tiene como objetivo sentar las bases para una “ecología del conocimiento” indígena, dialogando con teóricos del pensamiento descolonial para, a continuación, presentar categorías socio-legales que amparan el derecho de los pueblos indígenas a la demarcación de sus territorios. En ese sentido, se analizarán los principales obstáculos para la efectividad de la demarcación de la tierra en el contexto actual, así como el fenómeno del “grilagem”, un medio ilegal de ocupación y apropiación de tierras públicas que avanza sobre tierras indígenas en la fase de demarcación o ya demarcadas. La investigación se fundamenta en la revisión bibliográfica y documental, explicando el problema a partir de referencias teóricas y recogiendo argumentos normativos, doctrinales y jurisprudenciales sobre el tema, con el fin de desvelar la situación actual de la demarcación de las tierras indígenas y el fenómeno del “grilagem” en Brasil.

Palabras clave: Pueblos indígenas; demarcación de tierras indígenas; “grilagem”.

ABSTRACT

In Brazil, indigenous lands are commonly the target of invasions for the purpose of exploitation and deforestation. Such occurrences often lead to successive episodes of violence against native people, who suffer from the absence of the Public Power and their lack of action under their constitutional obligation to demarcate and protect their territories. In this scenario, this article aims to open space for an indigenous “ecology of knowledge”, dialoguing with theoreticians of decolonial thought, and then presenting socio-legal categories that support the right of indigenous peoples to the demarcation of their territories. Subsequently, the main obstacles to the effectiveness of land demarcation in the current context will be analysed, as well as the phenomenon of “grilagem”, an illicit means of occupying and appropriating public lands, which advances over indigenous lands in the demarcation phase or already demarcated. The research used a bibliographical and documental review as a technique,

explaining the problem from theoretical references and gathering normative, doctrinal and jurisprudential arguments on the subject, in order to unveil the current stage of the demarcation of indigenous lands and the phenomenon of “grilagem” in Brazil.

Keywords: Indigenous peoples; demarcation of indigenous lands; “grilagem”.

I. INTRODUÇÃO

O CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI) divulgou em 2022 o Relatório “Violência contra os povos indígenas no Brasil”, com números sobre o ano de 2021. Ao longo do Relatório, dados explicitam o histórico de desrespeitos praticados contra os povos indígenas e o caráter sistemático das violações aos direitos das populações originárias, tanto por particulares, como pelo próprio Estado brasileiro.

Trata-se da institucionalização da violência, diretamente relacionada ao alinhamento do Poder Público com os interesses de grupos que pretendem explorar indiscriminadamente a terra e seus bens naturais. Esses interesses econômicos privados se encontram representados em todas as esferas de poder e estão relacionados à exploração da madeira, à mineração, à garimpagem e ao esbulho de terras indígenas para fins de divisão e loteamento.

As terras indígenas, em sua quase totalidade, encontram-se invadidas, depredadas e em processo de profunda devastação. Além disso, muitas comunidades indígenas encontram-se sem previsão de demarcação de suas terras. Em relação aos três tipos de “violência contra o patrimônio” foram registrados os seguintes dados: omissão e morosidade na regularização de terras (871 casos); conflitos relativos a direitos territoriais (118 casos); e invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio (305 casos registrados); totalizando 1.294 casos de violências contra os territórios de usufruto exclusivo dos povos indígenas, o que significa um aumento de 103 casos em relação ao ano anterior (Cimi, 2022, p. 8).

Diante desse cenário, o presente artigo tem como principais objetivos: apresentar os elementos basilares da “ecologia dos saberes” indígena, em contraposição à prática capitalista de exploração e espoliação dos territórios, levados à exaustão; descrever as categorias sociojurídicas da “territorialidade” e da “tradicionalidade” indígenas, que fundamentam a declaração demarcatória de seus territórios, não obstante os impedimentos atuais para a sua efetividade, como a tese do “marco temporal de ocupação”; e, por último, discorrer sobre o fenômeno da “grilagem”, meio ilícito de ocupação e apropriação de terras públicas, que vem se consolidando por meio do processo de regularização fundiária e avançando sobre terras indígenas em fase de demarcação ou já demarcadas.

Trata-se de uma pesquisa de tipo descritiva, utilizando a observação, a análise e a correlação de fatos e fenômenos que envolvem os objetos de pesquisa

(Mezzaroba & Monteiro, 2017). O estudo descritivo registra as categorias socio-jurídicas inerentes à compreensão das estruturas, formas, funções e conteúdos, os quais compõem o “estado da arte” da demarcação das terras indígenas no Brasil, e, também, do fenômeno da “grilagem” e seus efeitos práticos sobre esses territórios (Cervo & Bervian, 2002). Serão utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, explicando o problema a partir das referências teóricas, reunindo argumentos normativos, doutrinários e jurisprudenciais.

2. O PENSAR E O AGIR DOS POVOS E POPULAÇÕES ORIGINÁRIAS

Já não há dúvidas sobre a atual emergência ambiental planetária e suas raízes no sistema econômico capitalista. Dito de outra forma, a chamada “crise ecológica” é resultado de um fenômeno que transforma “tudo” e “todos” em mercadoria, com fim a responder à expansão dos negócios e à acumulação dos lucros (Lowy, 2013, p. 79). Para alcançar esse “sistema mundo” como resultado, foi necessária uma estratégia epistêmica estruturada, a começar da modernidade e da colonialidade eurocêntricas, baseadas numa “verdade única” e numa “universalidade ímpar” que justificassem a expansão e a dominação hegemônicas (Grosfoguel, 2006, p. 21).

Nesse sentido, de acordo com Grosfoguel (2006, p. 25), a “colonialidade” seria essa matriz de poder que se fez conhecer por/pelos povos e populações socialmente localizados nas Américas, e que instaurou, no tempo e no espaço, de modo simultâneo, várias hierarquias globais imbricadas, como a diferenciação entre conhecimento superior e inferior e a distinção racial entre europeus e não europeus¹.

Em contrapartida, a descolonialidade não consiste em um “novo universal verdadeiro”, mas situa-se num “modo alternativo de pensar, ao mesmo tempo em que promove um fazer comunal na diversidade histórica dos tempos locais” (Mignolo, 2017, p. 14). De acordo com Mignolo (2017, p. 17), a descolonialidade e o pensamento/sensibilidade/fazer fronteiriço estão estritamente interconectados, buscando transformar os “termos do discurso” a partir do “outro” que se enuncia²:

¹ Para Grosfoguel (2006, p. 23) “passamos da caracterização de ‘gente analfabeta’, do século XVI, a ‘gente sem história’ dos séculos XVIII e XIX, a ‘gente sem desenvolvimento’ no século XX e mais recentemente, no século XXI a ‘gente sem democracia’”.

² Segundo Mignolo (2017, p. 18), o “outro” não existe ontologicamente, mas é uma invenção discursiva, a invenção é o resultado de um enunciado. Um enunciado necessita de um agente enunciativo e uma instituição que gerenciem o discurso, inventem e imponham um *anthropos* ao imaginário coletivo.

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, (...) que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (Krenak, 2019, p. 8).

Assim é que, nessa epistemologia fronteira, o enunciado da liderança do povo Krenak se ajusta com o “saber” da narrativa do líder indígena Yanomami sobre si e sobre os “outros”:

Os Yanomami são gente diferente de nós e, no entanto, suas palavras são retas de claras. Agora entendemos o que eles pensam. (...) O pensamento deles segue caminhos outros que o da mercadoria. Eles querem viver como lhes apraz. Seu costume é diferente. (...) Querem defender sua terra porque desejam continuar vivendo nela como antigamente (Kopenawa & Albert, 2015, p. 64).

Para Ailton Krenak, a “ecologia dos saberes” deve integrar a experiência cotidiana, inspirando as escolhas diárias. Nesse sentido, denuncia o fracasso da estratégia epistêmica moderna/colonial: “Precisamos ser críticos a essa ideia plasmada de humanidade homogênea na qual o consumo tomou o lugar daquilo que antes era cidadania” (Krenak, 2019, p. 24). Noutro giro, conforme a cosmovisão Yanomami, as palavras de *Omama* reverberam nas lideranças ancestrais: “não abandonem a floresta e nem entreguem-na aos brancos para que a desmatem, escavem seu solo e sujem seus rios!” (Kopenawa & Albert, 2015, p. 76).

Assim, os únicos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra, são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta: “a organicidade dessa gente é uma coisa que incomoda” (Krenak, 2019, p. 22). Do outro lado, as corporações devoram florestas, rios e montanhas, enquanto os “donos da grana” espalham shopping centers pelo mundo³, como fórmulas de bem-estar (Krenak, 2019, p. 20). Nessa “parte bacana da humanidade”, os poderes públicos assumiram o papel da fabricação da ordem das “ausências”: falta sentido para tudo, inclusive para viver em sociedade.

³ Nas palavras de Kopenawa e Albert (2010, p. 75): “os brancos acham que deveríamos imitá-los em tudo. Mas não é o que queremos. (...) sei também que se formos viver nas cidades, seremos infelizes. Então eles acabarão com as florestas e nunca mais deixarão nenhum lugar onde possamos viver longe deles”.

3. DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL: OMISSÃO, MOROSIDADE E A DENEGAÇÃO DE DIREITOS

O art. 231, *caput*, da Constituição Federal de 1988 trouxe um conjunto de proteções às populações indígenas, dentre as quais se destacam: a) o reconhecimento aos índios, sua organização social, costumes, línguas crenças e tradições; e b) a garantia dos direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas, para fins de usufruto exclusivo de seus elementos naturais⁴. Em contrapartida, à União cabe demarcar, proteger e fazer respeitar todos os seus bens⁵.

Tal redação, que contemplou demandas indígenas seculares, foi resultado de uma intensa mobilização social e participação política desses povos e populações na Assembleia Nacional Constituinte em 1987. No entanto, mesmo cercados de legitimidade e legalidade, flagrantes são as tentativas, e alcances, de limitação à efetividade dos chamados direitos originários, a começar pela própria omissão da União que, mesmo diante de previsão constitucional do art. 67 do Ato das Disposições Transitórias da CF/88, sobre o prazo de cinco anos para a conclusão da demarcação de todas as terras indígenas no Brasil, insiste no descumprimento dessa responsabilidade.

Nesse contexto, dados do Relatório da Violência contra os Povos Indígenas (2022)⁶ evidenciam uma quase total omissão do Poder Público no cumprimento

⁴ De acordo com o art. 231, § 2º, “as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes”. Sendo assim, diferencia-se seu regime jurídico daquele conferido, por exemplo, aos territórios quilombolas, os quais são titulados em favor das comunidades. O regime jurídico aplicado às terras indígenas é, na verdade, de caráter especialíssimo: é destinado aos indígenas a “posse permanente” e o “usufruto exclusivo”, mas a propriedade do território permanece com a União (Santilli, 2018), permanecendo os indígenas sob o marco da tutela. Aos quilombolas, por outro lado, é-lhes assegurada a propriedade definitiva sobre seus territórios (art. 68, ADCT, CF/88).

⁵ *In verbis*: “Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

⁶ A pesquisa toma como referência os dados do Relatório da Violência contra os Povos Indígenas (dados de 2021), produzido pelo Cimi, órgão vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que atua há mais de 48 anos em defesa dos direitos dos povos indígenas do Brasil. Não obstante, os dados disponíveis na página oficial da Fundação Nacional do Índio (Funai) informam o seguinte: 42 terras delimitadas; 59 terras declaradas; 19 terras homologadas; 423 terras regularizadas. O órgão identifica, ainda, outras 101 terras em estudo e mais 47 como reserva indígena, totalizando 691 terras indígenas (Sistema Indigenista de Informações, s. d.).

das obrigações pertinentes, já que das 1.393 terras indígenas, 964 (69,2%) apresentam alguma pendência burocrática para a finalização do processo demarcatório e para o registro como território indígena na Secretaria do Patrimônio da União (SPU) (Tabela 1).

TABELA 1. Situação geral das terras indígenas no Brasil.

SITUAÇÃO GERAL DAS TERRAS INDÍGENAS	QUANTIDADE	%
Registradas: demarcação concluída e registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca e/ou no Serviço de Patrimônio da União (SPU).	429	30,8
HOMOLOGADAS: com Decreto da Presidência da República. Aguardando registro.	8	0,6
DECLARADAS: com Portaria Declaratória do Ministro da Justiça. Aguardando homologação.	73	5,2
IDENTIFICADAS: reconhecidas como território tradicional por Grupo de Trabalho da FUNAI. Aguardando Portaria Declaratória do Ministro da Justiça.	44	3,2
A IDENTIFICAR: incluídas na programação da FUNAI para futura identificação com Grupos de Trabalho técnicos já constituídos.	143	10,3
SEM PROVIDÊNCIAS: terras reivindicadas pelas comunidades sem nenhuma providência administrativa para sua regularização.	598	42,9
RESERVADAS: demarcadas como “reservas indígenas” à época do SPI.	67	4,8
COM PORTARIA DE RESTRIÇÃO: terras que receberam portaria da Presidência da FUNAI restringindo o uso da área ao direito de ingresso, locomoção ou permanência de pessoas estranhas aos quadros da FUNAI.	5	0,4
DOMINIAL: de propriedade de comunidades indígenas.	26	1,9
TOTAL	1393	100

Fonte: Relatório Violência Contra os Povos Indígenas. Dados de 2021 (Cimi, 2022).

Tendo isso em vista, este tópico tem como objetivo apresentar o fundamento da proteção dos direitos dos povos indígenas desde as categorias da “territorialidade”, da “tradicionalidade”, e, ainda, a abordagem do Estado brasileiro. Para além do lugar de enunciador, que lhe é inerente, será constatada a mudança nos termos do discurso e no conteúdo enunciado pelo Poder

Público nas últimas administrações federais, quando se verificará uma verdadeira ofensiva contra aqueles direitos.

3.1. *Territorialidade, tradicionalidade e os direitos constitucionais dos povos indígenas*

Após reconhecer aos índios sua organização social e os direitos originários sobre suas terras, a Constituição Federal de 1988 tratou de especificar o que se deve entender por: “terras tradicionalmente ocupadas”, fazendo-o nos seguintes termos:

Art. 231 § 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

No mesmo curso, coube à interpretação doutrinária e, em certa medida, jurisprudencial, fortalecer o conceito de “tradicionalidade”, abraçado pela Constituição. Nesse sentido, verifica-se que o termo “tradicionalmente ocupadas” está relacionado à existência de um regime de propriedade comum, dotado de sentido de pertencimento a um lugar, e pela busca da autonomia cultural e da conservação de práticas adaptativas e sustentáveis: todos aspectos da chamada “cosmografia” dos povos tradicionais (Little, 2002, pp. 283-284).

É importante observar que, de modo diverso à relação estabelecida pelo sistema mundo da modernidade/colonialidade, marcado pela lógica liberal da propriedade privada, os territórios indígenas adquirem o caráter de “territórios de pertencimento” coletivo, os quais “ganha[m] a dimensão de verdadeiro[s] ente[s] ou ser[es] que resume[m] em si toda ancestralidade, toda coetaneidade e toda posteridade de uma etnia” (STF, 2009, p. 236). Ali, compartilha-se um modo de fazer a vida comunitariamente, onde os diferentes elementos presentes naquela localidade – tais como o clima, a vegetação, a fauna e a localização geográfica – constroem o pertencimento e a apropriação do espaço por aqueles que o habitam (Sá, 2010, p. 91).

A ideia de “territorialidade” aparece, portanto, como complementação à abordagem dada à “tradicionalidade”, em que o território é o substrato da cultura de um povo, ou seja, é o resultado histórico de processos sociais e políticos, em que os saberes ambientais, ideologias e identidades, coletivamente

criadas e historicamente situadas, são utilizados por um grupo social para estabelecer e manter seu território⁷ (Little, 2002, p. 254).

Nesse contexto, a demarcação de terras indígenas se apresenta como uma reivindicação uníssona dos diversos povos do país. Embora o processo demarcatório configure um conjunto de atos que podem vir a restringir as vivências dos membros das comunidades indígenas como efetivamente são, constitui, sem dúvida, um procedimento essencial à proteção da vida, da cultura e da memória ancestral dos povos originários, posto que assegura a tais povos o usufruto exclusivo de suas terras.

Disposto no Decreto nº 1.775/96, o processo demarcatório desdobra-se em diversas etapas e distribui-se pelas competências dos diferentes órgãos. Essas fases variam desde os estudos de identificação e delimitação preparados pela FUNAI, passando pela declaração de limites do Ministério da Justiça, até chegar à homologação demarcatória pelo Presidente da República (STF, 2009)⁸. Desse modo, cumpre salientar que “a demarcação não é título de posse, nem de ocupação de terras. (...) É uma atividade da União, não em prejuízo dos índios, mas para proteger os seus direitos e interesses” (Silva, 2009, p. 862). Trata-se de uma obrigação do Estado, que se sobreleva às políticas dos governos instituídos.

De acordo com as referências do Relatório Violência Contra os Povos Indígenas (2020), é possível comprovar que o ritmo dos procedimentos demarcatórios se reduziu drasticamente a partir da gestão de Michel Temer (jun. 2016 – dez. 2018), constatando-se, para fins de exemplo, a homologação de apenas uma terra indígena em seu governo. Tal fator tem ampliado a tensão política

⁷ Nesse sentido, o conceito avança em relação à clássica concepção atribuída ao termo “terra indígena”, estritamente vinculado ao processo político-jurídico (Gallois, 2004, p. 41), e estabelecido pelo Estado brasileiro para lidar com povos indígenas dentro do marco da tutela (Little, 2002, p. 268).

⁸ São fases do Processo Demarcatório: I) realização de Estudos de identificação e delimitação, a cargo da FUNAI, que organiza o Grupo Técnico responsável pela elaboração do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena (RCID) conforme regras estabelecidas pela Portaria do Ministério da Justiça nº 14/99; II) contraditório administrativo, conferindo àqueles que se considerarem interessados no território a oportunidade de se manifestar, no que cabe ao Ministro da Justiça julgar as reivindicações; III) declaração dos limites por parte do Ministro da Justiça (Portaria Declaratória); IV) demarcação física e levantamento fundiário de avaliação de benfeitorias implementadas pelos ocupantes não-índios, a cargo da FUNAI; V) homologação da demarcação, que é atribuição da Presidência da República; VI) retirada de ocupantes não-índios, com o pagamento das benfeitorias consideradas de boa-fé, VII) e, por fim, registro das terras indígenas na Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

já existente entre o Estado brasileiro e as populações indígenas, as quais, nas últimas décadas, “vêm insistindo para que o governo cumpra seu dever constitucional de assegurar os direitos desses grupos nos seus locais de origem” (Krenak, 2019, p. 38).

Nesse cenário, vem colaborando para a ofensiva institucionalizada e sistematizada contra os direitos e garantias dos povos indígenas, o resultado do julgamento do Caso Terra Indígena Raposa/Serra do Sol pelo Supremo Tribunal Federal (STF, 2009), pelo qual se estabeleceu 19 “condicionantes” ou “salvaguardas” para a definição da demarcação de terras indígenas⁹, além de aplicar para o caso concreto o “marco temporal de ocupação indígena”¹⁰. Segundo essa tese, consignada no voto do Ministro Relator, Carlos Ayres Britto, o direito ao usufruto de uma terra indígena só deve ser reconhecido em relação à área ocupada no momento da promulgação da Constituição (05/10/1988)¹¹. Nesses termos, a Suprema Corte brasileira interpretou a expressão do artigo 231 da Constituição Federal: “terra que tradicionalmente ocupam”, como “terras que tradicionalmente ocupam na data de 5 de outubro de 1988”¹².

⁹ As condicionantes foram propostas pelo Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, todas acolhidas pelo plenário da Corte. Versam, por exemplo, sobre a prevalência da segurança nacional em relação ao usufruto das terras pelos indígenas; a vedação à cobrança de tarifas por parte das comunidades indígenas; a imunidade tributária de terras indígenas, e a vedação da ampliação de terras indígenas já demarcadas (STF, 2009).

¹⁰ Para a Procuradoria Geral da República, a “tese do marco temporal” se aplica somente ao Caso Raposa/Serra do Sol, e não pode ser automaticamente adotado em todos os processos de demarcação de terras indígenas.

¹¹ Nas palavras do Relator: “8o. Passemos, então, e conforme anunciado, a extrair do próprio corpo normativo da nossa Lei Maior o conteúdo positivo de cada processo demarcatório em concreto. Fazemo-lo, sob os seguintes marcos regulatórios: 1 – o marco temporal da ocupação. Aqui, é preciso ver que a nossa Lei Maior trabalhou com data certa: a data da promulgação dela própria (5 de outubro de 1988) como insubstituível referencial para o reconhecimento, aos índios, ‘dos direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam’. Terras que tradicionalmente ocupam, atente-se, e não aquelas que venham a ocupar. Tampouco as terras já ocupadas em outras épocas, mas sem continuidade suficiente para alcançar o marco objetivo do dia 5 de outubro de 1988. Marco objetivo que reflete o decidido propósito constitucional de colocar uma pá de cal nas intermináveis discussões sobre qualquer outra referência temporal de ocupação de área indígena. Mesmo que essa referência estivesse grafada em Constituição anterior. É exprimir: a data de verificação do fato em si da ocupação fundiária é o dia 5 de outubro de 1988, e nenhum outro” (STF, 2008).

¹² No julgamento que anulou a demarcação da TI Limão Verde, ao aplicar a “tese do marco temporal”, a Segunda Turma do STF instituiu concepção altamente restritiva sobre como deveria ocorrer a prova do “renitente esbulho”.

Tal interpretação constitucional contradiz, ainda, a Convenção nº 169 da OIT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 143/2002 e ratificada no mesmo ano pelo Governo brasileiro¹³, que estabelece expressamente: “sempre que for possível, esses povos deverão ter o direito de voltar a suas terras tradicionais assim que deixarem de existir as causas que motivaram seu traslado e reassentamento”. Além disso, seguindo os passos do Constituinte nacional, a Carta Magna teria adotado a “teoria do indigenato”, disposta no art. 231, *caput*, a qual reconhece o “direito originário” dos índios sobre as terras que “tradicionalmente ocupam”, ou seja, o “direito congênito” e imemorial, antecedente à própria criação do Estado brasileiro (Silva, 2010, p. 859).

Ainda assim, a tese do “marco temporal” tem ganhado força perante os órgãos oficiais, culminando na emissão do parecer nº 001/2017 pela Advocacia Geral da União (AGU), que pretendeu estendê-la a todas as demarcações em tramitação¹⁴. Atualmente, o Parecer encontra-se com efeitos suspensos, em decorrência da decisão do Ministro Relator, Edson Fachin, no caso da Terra Indígena Ibirama/Laklaño, ocupada pelos povos Xokleng, Kaingang e Guarani (recurso extraordinário nº 1.017.365). O caso teve a repercussão geral reconhecida por tratar da definição do estatuto jurídico-constitucional das relações de posse das áreas de tradicional ocupação indígena. Considerando as disposições do art. 231 do texto constitucional, o tribunal pronunciar-se-á a respeito da referida tese, estendendo-a, ou não, aos demais casos de demarcação em curso¹⁵.

¹³ A presente Convenção havia sido recepcionada pelo Decreto nº 5.051/2004, que foi revogado pelo Decreto nº 10.088/2019, que consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Portanto, a Convenção segue vigente, sob a disciplina do referido Decreto nº 10.088/2019.

¹⁴ Segundo o Parecer nº 001/2017 AGU, “a Administração Pública Federal deve observar, respeitar e dar efetivo cumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal que, no julgamento da Petição nº 3.388/RR, fixou o conjunto de ‘salvaguardas institucionais às terras indígenas’”.

¹⁵ O julgamento do caso foi iniciado em junho de 2021; retomado logo em seguida, em agosto do mesmo ano e suspenso novamente em 15 de setembro de 2021, após um pedido de vista do Ministro Alexandre de Moraes. Até então, apresentaram seus votos o Ministro Relator, Edson Fachin, que votou contra a tese do marco temporal, e o Ministro Kássio Nunes, que votou a favor da fixação de data certa para o reconhecimento e demarcação de terras indígenas - a data da promulgação da Constituição Federal de 1988. A manifestação do Procurador Geral da República foi pela manutenção da posse dos indígenas na área, mesmo antes da conclusão da regularização da terra indígena,

Todas essas discordâncias e incertezas quanto à aplicação da “tese do marco temporal”, impulsionaram os debates em sede de Poder Legislativo Federal quanto à possível inclusão de dispositivo no Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973), objeto da matéria do projeto de Lei (PL) nº 490/2007, que foi aprovado na Câmara dos Deputados no dia 30 de maio de 2023, com 324 votos a favor, 134 votos contrários e uma abstenção, e agora aguarda deliberação do Senado Federal.

Por todos esses exemplos, constata-se a persistente incapacidade do Estado brasileiro em acolher os habitantes originários, desconsiderando o violento processo histórico de extinção e exploração ao qual foram submetidos ao longo do tempo¹⁶. Assim, parece que “o dilema político que ficou para as comunidades que sobreviveram ao século xx é ainda hoje precisar disputar os últimos redutos onde a natureza é próspera” (Krenak, 2019, p. 40), uma vez que a máquina estatal atua a todo o instante para desfazer as formas “outras” de organização social, numa incessante atualização do paradigma da colonialidade.

3.2. *Violações aos direitos indígenas e o Governo Bolsonaro (jan. 2019-2022)*

O avanço de políticas contrárias aos direitos dos povos indígenas, que já vinha adquirindo preocupantes contornos no governo de Michel Temer, agravou-se com a eleição do ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (jan. 2019-2022), cujos discursos iam desde a “integração do índio à sociedade” até a “exploração privada das terras indígenas”, ambas as teses inconstitucionais. De acordo com o Cimi (2020, p. 53), a paralisação dos procedimentos demarcatórios determinada pelo governo Bolsonaro inviabilizou quaisquer mudanças no quadro demarcatório das terras indígenas, verificando-se um retrocesso sem precedentes.

e a favor da validade da demarcação, sem a aplicação de nenhum marco temporal. Os autos foram devolvidos pelo Ministro Alexandre de Moraes em 11/10/2021. Por fim, o julgamento foi retomado em 07 de junho de 2023, quando o Ministro Alexandre de Moraes votou contra a tese do marco temporal. No entanto, um novo pedido de vistas, do Ministro André Mendonça, levou à suspensão do julgamento.

¹⁶ Para a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), “dizer que nossos direitos nascem em 5 de outubro de 1988 é compactuar com a ideia colonialista, que chegou ao Brasil em 1500, exterminando, matando, roubando terra, ouro, filhos e filhas para escravizar. A tese do marco temporal é isto, por isso não serve para nós Povos Indígenas” (APIB, 2020).

Desde o início de sua gestão, o governo Bolsonaro promoveu uma “política estruturada” de obstrução dos procedimentos de demarcação, estimulando a prática da “reanálise” nas diferentes fases do processo demarcatório¹⁷. Assim, uma série de adiamentos, entraves e novas solicitações passaram a ocorrer em diversos processos de demarcação de terras indígenas, tanto na FUNAI, quanto no Ministério da Justiça.

As primeiras medidas adotadas pelo governo Bolsonaro, a respeito da demarcação de terras, já denotavam a grave ameaça que se estruturava contra os direitos territoriais indígenas. Com a publicação da Medida Provisória nº 870/2019¹⁸ (01/01/2019), que reorganizava e redistribuía as atribuições ministeriais, transferia-se a competência da demarcação de terras indígenas e quilombolas da FUNAI para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), historicamente ligado aos interesses de ruralistas e de setores do agonegocio. Ainda no sentido de rearranjar as competências do procedimento demarcatório, publicou-se o Decreto nº 9.667 (02/01/2019)¹⁹, que corroborava com a atribuição do MAPA para demarcações de terras indígenas (art. 1º § 2., I do Anexo I), e, em sentido semelhante, o Decreto nº 9.673 (02/01/2019), que, assim como a Medida Provisória nº 870/2019, propunha a transferência da FUNAI do Ministério da Justiça (MJ) para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH)²⁰.

Além dessas, outra medida adotada pelo Governo vigente à época foi a nomeação, em fevereiro de 2020, de um missionário evangelista²¹ da Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB) para a Coordenação Geral de Índios Isolados e

¹⁷ Segundo informações, somente até janeiro de 2020, pelo menos 27 processos administrativos de identificação e demarcação foram devolvidos à FUNAI para “reanálise” (Cimi, 2020, p. 37).

¹⁸ Artigos 21, XIV, § 2º, I e 43, I, “i”.

¹⁹ Art. 11, I, “f” e “g” e art. 66, Anexo I.

²⁰ A MP nº 870/2019 foi convertida na Lei nº 13.844 (18/06/2019), momento em que foi vetado o art. 21, inciso XIV da Seção II, que conferia ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) as atribuições de demarcação de terras indígenas, e o art. 43, no tópico em que a Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) assumiria a tutela da FUNAI, no lugar do Ministério da Justiça (MJ).

²¹ No Brasil, existem atualmente 116 registros de grupos em situação de isolamento voluntário (Cimi, 2020). Uma vez constatado o risco de contato e genocídio, sobretudo diante da pandemia de covid-19, o Ministério Público Federal (MPF) solicitou à 6ª Vara da Justiça Federal em Brasília (08/04/2020) a suspensão imediata da nomeação do missionário Ricardo Lopes Dias para o cargo de coordenador-geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIRC). No final de 2020, ele foi exonerado do cargo (Leitão, 2020).

de Recente Contato (CGIIRC), da FUNAI, desconsiderando o histórico fracassado das inúmeras missões evangelizadoras, que, na década de oitenta, dizimaram milhares de indígenas na região Norte do país. Tais ocorrências levaram o Estado a elaborar a política do “não-contato” e do respeito à autonomia e à autodeterminação dos povos, que têm como marco legal as Portarias da FUNAI nº 1900 e nº 1901, de 06 de julho de 1987, e nº 1047, de 29 de agosto de 1988, bem como pela Portaria Conjunta, entre a FUNAI e o Ministério da Saúde nº 4.094, de 20 de dezembro de 2018, todas estabelecendo diretrizes e ações de proteção territorial e ambiental aos territórios indígenas ocupados.

Nesse sentido, apontava o Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Cimi (2020, p. 194), que destacou o esvaziamento e o desmantelamento da política de proteção dos “povos livres ou em situação de isolamento voluntário”, ocorrido ao longo do ano de 2019, quando foram registradas 24 invasões a terras indígenas ocupadas por 48 povos isolados. Nas palavras de Rangel e Liebgott (2020, p. 16):

Não se trata tão somente de uma omissão do governo Bolsonaro, mas de ação deliberada no sentido de possibilitar a invasão dos territórios, o que, historicamente, significou a violência e o massacre desses povos. Faz parte desse plano depredador e genocida, a desconstrução de todo o sistema de proteção da Funai, ao mesmo tempo que, ora de forma velada, ora de forma explícita, respalda os invasores de seus territórios.

Diante de tais fatos, em abril de 2020, no Documento Final do Acampamento Terra Livre (ATL), a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), junto a organizações e lideranças indígenas de todas as regiões do país, denunciaram, perante a opinião pública nacional e internacional, o “projeto genocida” do atual governo de Jair Messias Bolsonaro. O Documento descreve a destruição de políticas públicas e de órgãos federais de assistência aos indígenas, com o “aparelhamento” do sistema de proteção, principalmente através da “nomeação de pessoas assumidamente anti-indígenas” para os cargos de liderança. Ademais, protesta contra o incentivo governamental às práticas ilegais de ocupação em território indígena, tais como: o garimpo, o desmatamento, a exploração madeireira, a pecuária, a monocultura e a grilagem, assim como a grande mineração e a realização de obras de infraestrutura ou agroindustriais, “numa clara tentativa de transformar as terras públicas em mercadoria” (ATL, 2020).

Como bem observa Krenak, “parece que a ideia de concentração de riqueza chegou a um clímax. O poder, o capital entraram em um grau de acúmulo que não há mais separação entre gestão política e financeira do mundo” (2020, p. 15). Verifica-se, na verdade, não só no Brasil, mas em todo o mundo, um predomínio dos interesses das grandes corporações sobre o interesse pú-

blico; um desvirtuamento dos princípios fundamentais que regulam a atuação da Administração Pública. Para Krenak, “isso [ocorre] porque os governos deixaram de existir, somos governados por grandes corporações” (2020, p. 15).

Nesse contexto, o próximo item se debruçará sobre o estudo da “grilagem” em terras públicas e nas terras indígenas, bem como sobre o avanço da regularização fundiária e da mercantilização das terras.

4. DA GRILAGEM À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM TERRAS INDÍGENAS

Segundo o “Livro Branco da Grilagem de Terras do Brasil” (Brasil, s. d., p. 12), o termo grilagem define-se como “toda a ação ilegal, ato ilegal ou irregular, que objetiva a transferência de terras públicas para o patrimônio de terceiros”. Se bem que toda a grilagem de terra devesse ser reconhecida como ato ilegal, tendo como consequência obrigatória a recuperação da área ao patrimônio público, ao longo dos anos, uma série de critérios foram estipulados pelo Estado com a finalidade de garantir a possibilidade de regularização fundiária desses espaços.

Assim, empurrados pelo processo de expansão da fronteira agrícola e pela tolerância dos poderes públicos, somente nos primeiros nove meses de 2019, haviam sido contabilizados 160 casos de ocupações ilegais em terras da União, afetando um total de 153 terras indígenas, em 19 estados do Brasil (Cimi, 2019).

Esse item tem como objetivo descrever as principais características da “grilagem” em terras públicas na Amazônia, fenômeno que, associado ao desmatamento e à exploração madeireira ilegal, atinge os territórios indígenas. Aqui, seguem-se as pistas da perspectiva histórica e normativa que, uma vez decididas e aprovadas pelos poderes públicos, põem em foco a possibilidade de convalidação da grilagem e da regularização fundiária (leis nº 11.952/2009 e 13.465/2017 e medida provisória 910/2019), muito embora haja a condição de garantia constitucional do “usufruto exclusivo” pelos índios das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nela existentes²², que impede qualquer outra sobreposição de apropriação.

Nesse caso, como no outro, será constatada a obsessão predatória do “povo da Mercadoria” e a ameaça que ela representa para a permanência da floresta e a sobrevivência de seu povo (Kopenawa & Albert, 2015, p. 46).

²² Sobre a morosidade histórica das demarcações de territórios indígenas, Jucá (2020).

4.1. *O fenômeno da “grilagem” e a grilagem em terras indígenas*

Segundo o IPAM (2006, p. 16), a grilagem de terras não é um fenômeno exclusivo da região amazônica, mas uma prática generalizada de apropriação privada irregular ou ilegal de terras públicas em todo o país, que, em 2006, se aproximava a 100 milhões de hectares. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no fim dos anos de 1990, a grilagem já era o principal problema fundiário da Amazônia.

No chamado “Livro Branco da Grilagem de Terras do Brasil” (Brasil, s. d.) foram encontradas descrições dos principais tipos de fraudes fundiárias cometidas em favor da grilagem, entre elas: a falsificação de títulos de propriedade nos cartórios de registros de imóveis e no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do órgão federal. Em 2001, a Comissão Parlamentar de Inquérito – “CPI da Grilagem de Terra na Região Amazônica” – concluiu que: para além daqueles atos de falsificação de documentos quanto ao tempo, também havia fraude em relação à localização ou à duplicidade de registros. Além disso, entendeu que a grilagem compreendia a inevitável expulsão de posseiros, então ocupantes das terras, e de indígenas, em terras demarcadas, ou em vias de demarcação, pela União.

A CPI também verificou que os principais objetivos da grilagem eram: a) a exploração de madeira ou outra atividade, como a mineral ou a agrícola, e b) a obtenção e/ou garantia de financiamento privados, ou ainda, para o recebimento de indenização pelas terras para fins de reforma agrária ou de criação de áreas protegidas (IPAM, 2006, p. 17).

De fato, ao longo da história da formação econômica brasileira, diversos mecanismos político-jurídicos foram utilizados para assegurar o acesso à terra e demais recursos naturais em benefício dos grandes proprietários e “empreendedores”²³, e, por outro lado, em desfavor dos povos indígenas, populações tradicionais e pequenos agricultores.

Desde os séculos XVI e XVII, as Ordenações do Reino, primeiros marcos regulatórios fundiários da Colônia, definiram que as Sesmarias deveriam desti-

²³ Os principais articuladores da expansão do desmatamento são os “empreendedores”, indivíduos estabelecidos há muitos anos nas zonas de colonização e cuja fortuna está vinculada à exploração de madeira, pecuária e comércio na região. Eles se utilizam de “encarregados” que impedem o acesso às terras pretendidas, recruta mão de obra nos arredores e expulsa populações estabelecidas nas áreas. O último elo da cadeia da grilagem é formado por “cartorários”, funcionários dos cartórios e de órgãos de regularização fundiária que intermediam ou registram títulos fraudulentos (IPAM, 2006, p. 28).

nar-se a quem tivesse maior potencial de aproveitamento das terras, incluindo capital aplicável ao comércio e à escravização. A partir de então, da Lei de Terras, de 1850, até o Estatuto da Terra, Lei 4.504, de 1964, a estrutura fundiária no Brasil manteve-se marcada pela concentração da propriedade rural (Torres, Doblas, & Alarcon, 2017, p. 15).

No que diz respeito ao domínio das terras públicas, pelo menos até a década de 1950, apenas normas esparsas sobre a compra e venda de terras devolutas e sobre o “aforamento perpétuo” de terras públicas regulavam as relações econômicas entre Estado e iniciativa privada. Foi apenas com a instituição da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, em 1953 – depois substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUSAM) – SUDAM – que o Executivo Federal articulou projetos de assentamento rural, bem como mecanismos de incentivo e crédito para garantia e satisfação dos interesses privados na região (IPAM, 2006, p. 30). Ao final de algumas décadas, essas políticas públicas transformaram-se em estratégias institucionais de especulação de terras, exploração de recursos florestais e de migração desordenada, enquanto a “grande propriedade” passou a estruturar economicamente o mercado nacional de terras.

Além da apropriação dos fundos públicos, a “economia da grilagem” está vinculada a outras formas de espoliação dos recursos, como a extração ilegal de madeira. O esgotamento da madeira consolida o loteamento rural e a venda de terras não tituladas, ou, mais gravemente, de territórios indígenas em processo demarcatório. Esses lucros acabam por financiar os custos das atividades econômicas intensivas, como a criação de gado e a plantação de soja²⁴ (Carvalho, 1999, p. 24).

Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o desmatamento ilegal já não ocorre apenas em terras indígenas em processo de demarcação, mas também atinge os territórios já demarcados. Somente no período compreendido entre os anos de 2018 e 2019, estima-se que a grilagem nas terras indígenas tenha sido responsável pelo desmatamento de 42,6 mil hectares, o que significa um aumento de 174% em relação à média dos anos

²⁴ A transferência de gado para novas áreas de território, que podem estar servindo de base à apropriação fundiária, e cujos custos venham a ser parcialmente cobertos com a venda dessas novas terras em processo de aquisição. Por último, a soja vem produzindo um extraordinário impulso ao processo de ocupação de terras públicas, gerando fontes de crédito e financiamento, mobilizando desde incentivos fiscais para a produção, escoamento e comercialização com impactos multiplicadores no habitat amazônico (Carvalho, 1999, p. 24).

entre 2008 e 2018²⁵. Esse aumento está relacionado principalmente ao “mercado” das indenizações para fins de desapropriação e demarcação de territórios, assim como também para a finalidade de exploração de glebas sobrepostas.

Todas essas descrições recuperam os termos da “colonialidade do poder” descritos por Grosfoguel (2006, p. 24). Trata-se de materializar a *performance* do sistema mundo moderno e colonial, assentada na racionalidade eurocêntrica que continua a forjar estruturas de dominação e conservação de hierarquias (Grosfoguel, 2006, p. 25). No caso concreto, a “grilagem e seus expedientes ilícitos” trabalham para garantir o funcionamento das engrenagens do padrão hegemônico capitalista, tanto por meio dos “ganhos da venda da terra” no mercado mundial, como através de sua exploração intensiva no lugar periférico da divisão internacional do trabalho, com benefício exclusivo “dos donos da grana”.

A seguir, será apresentada a versão liberal do “direito de propriedade”, atualizada ao ambiente de crise capitalista mundial e adaptada à sociedade brasileira.

4.2. Da “grilagem” à regularização fundiária

O reconhecimento do direito de propriedade privada sobre terras públicas deveria estar associado à compatibilidade entre a apropriação individual ou coletiva e a função socioambiental da propriedade, segundo a Constituição Federal²⁶. Salvo tais hipóteses, qualquer instrumento jurídico que viabilizasse a “regulamentação fundiária” serviria, na verdade, para revestir de legitimidade e legalidade o crime de invasão à terra pública.

Todavia, ao que tudo indica, a crise econômica capitalista parece ter assumido valor maior, justificando, já há algumas décadas, uma série de tomadas de decisão do Poder Público, em relação à sua própria “desapropriação/desposseção” territorial na Amazônia. No universo dessas estruturas privilegiadas que acumulam capital financeiro, muito pouco subsiste da proteção constitucional dos “bens públicos” e dos “direitos coletivos e das minorias” localizados e fixados naquela região.

²⁵ O ano de 2019 inicia com uma intensificação das denúncias de invasão a terras indígenas no Brasil. Ao menos cinco terras demarcadas registraram roubo de madeira, derrubada de floresta para pastagens e, ainda mais grave, a abertura de picadas e estabelecimento de lotes para ocupação ilegal dos territórios tradicionais (Miotto, 2019).

²⁶ Define-se como grande posseiro para fins de regularização fundiária, a faixa de ocupação com base na Lei Agrária e na Constituição Federal, ou seja, acima de 15 módulos fiscais e abaixo de 2.500 hectares.

Pelo menos desde a década de 1970, a quase totalidade das terras ainda disponíveis no país foram “federalizadas”, o que se deu em função da construção de grandes obras, como as rodovias Transamazônica e Belém-Brasília. Nessa época, houve a interposição de ações discriminatórias, arrecadação e registro de terras para a União, tudo conforme a Lei nº 6.383/1976. Nessas áreas, o sujeito possuidor que, com seu trabalho e o de sua família, lá viesse a residir de forma permanente e ali cultivasse de modo efetivo, exercia a “posse legítima”, assegurando a preferência da aquisição de áreas de até 100 hectares. No entanto, mesmo havendo previsão de destinação de áreas para a reforma agrária e para a regularização fundiária de posse de pequenos agricultores, esses dispositivos legais não foram capazes de impedir o avanço da grilagem, na forma de grandes ocupações de terra contígua (Torres *et al.*, 2017, pp. 16-18).

Tão antigo quanto o processo de grilagem, é o “cerco” que se faz à prática desses atos ilícitos. Desde a publicação pelo INCRA do “Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil” (Brasil, s. d.), um conjunto de medidas administrativas e legislativas passou a ser proposto no intuito de inibir a “grilagem de terras públicas”²⁷. Contudo, quase todas elas acabaram perdendo o fôlego, a exemplo das iniciativas de cadastramento, obstando o principal efeito pretendido, qual fosse: a retomada das terras públicas pela União.

Recentemente, a medida provisória nº 225, aprovada como Lei nº 11.195/2005, a “MP do Bem”, possibilitou o reconhecimento e concessão de terras da União até o limite de 500 hectares com dispensa de processo licitatório. Além disso, o INCRA passou a instruir suas normativas nº 31 e nº 32/2005, a fim de diferenciar a “legitimação de posse” – posse até 100 hectares²⁸ – da “regularização fundiária” nos novos limites da Amazônia Legal. Já em 2008, a MP nº 422, aprovada como Lei nº 11.763/2008, permitiu a regularização fundiária de imóveis até 1,5 mil hectares (15 módulos fiscais) na Amazônia Legal, enquanto o INCRA substituiu as regulamentações anteriores pelas de nº 45 e nº 46/2008. Apesar

²⁷ Desde então, várias Comissões Parlamentares de Inquérito na Câmara Federal foram instaladas: CPI do Sistema Fundiário, em 1977, a CPI da Ocupação das Terras Públicas na Amazônia, em 2001, e a CPI para investigar a situação fundiária e o uso irregular de terras na Amazônia, em 2010. Leis federais, portarias e instruções normativas foram aprovadas, a exemplo da Lei nº 1.0267/2001 e da portaria nº 10/2004, com o objetivo de suspender cadastramento de uns imóveis e realizar recadastramento de outros. Também algumas operações da Polícia Federal foram deflagradas, com a operação Faroeste em 2004, que revelou o *modus operandi* da grilagem de terras públicas no oeste do Pará.

²⁸ Além do art. 191 da Constituição, ver também requisitos do art. 29 da Lei nº 6.383/1976.

da enorme flexibilização normativa, a maior parte da terra pública continuou ocupada ilegalmente, sem qualquer progresso nas ações de retomada.

Em 2009, a MP nº 458, convertida em Lei nº 11.952/2009, criou um marco regulatório para a alienação e concessão individual de terras públicas na Amazônia Legal, marcado pela possibilidade de regularização, sem licitação, de todos os imóveis com até 15 módulos fiscais com ocupações anteriores a 01/12/2004. Além disso, também dispensou vistorias para áreas declaradas com até 4 módulos fiscais. Com isso, o Programa Terra Legal – que deveria ter acabado em 2014, mas que foi prorrogado até 2017 (Decreto nº 8.273/2014) – tinha o compromisso de promover a regularização fundiária e imputar responsabilidade aos desmatadores e à grilagem

Embora o Programa anunciasse como seu principal objetivo a “legitimação da posse” de terras públicas ocupadas pelos pequenos agricultores na Amazônia Legal²⁹, como se viu, desde o Decreto-Lei nº 9.769/1946 e do Estatuto da Terra, já havia a previsão dessa garantia a quem cumprisse certos requisitos, não havendo como negar o direito do posseiro. Daí se concluir que a equiparação entre o posseiro (art. 191 da Constituição) e o “grileiro” ou “ocupante indireto” (art. 2º da Lei nº 11.952/2009) buscava, de fato, a “legalização da grilagem”.

Ademais, não obstante a desapropriação territorial sentida em anos, desde a década de 1990 grandes proprietários de terra vêm pleiteando perante a Justiça indenizações contra a União, com fundamento na anterioridade da posse em relação às demarcações de terras indígenas (Oliveira, 1997). Dessa iniciativa decorreu a Proposta de Emenda Constitucional nº 71/2011, que buscou alterar os efeitos jurídicos do § 6º do art. 231, no que se refere à expressão: “não gerando a nulidade e a extinção do direito à indenização ou a ações contra a União”. A proposta trouxe como solução a introdução do “direito à indenização”, encartado no art. 67-A do Ato das Disposições Transitórias, assim aprovado: “A União responderá (...) pelos danos causados aos detentores de boa-fé de títulos de domínio” (*caput*) (...) “Serão indenizados (...) os danos decorrentes da responsabilidade a que se refere” (§ único).

No mesmo sentido, a intenção da PEC 71/2011 (PEC 135/2015), aprovada como EC nº 06/2015 do ADCT, foi dar em pagamento a renda da terra e do capital fixo,

²⁹ Embora os minifúndios e as pequenas posses, com até quatro módulos fiscais (400 hectares), sejam apresentados como justificativa para as demandas de regularização (85%), na prática, sempre ocuparam não mais que 15% da área a ser regularizada. Por sua vez, as médias e as grandes detenções de terras, que representam apenas 19% do total dos imóveis com intenção de regularização, ocupam 81% da área total requerida (Torres *et al.*, 2017, p. 30).

estabelecidos sobre as terras supostamente regularizadas (Prieto, 2016, p. 662). No mesmo ano de aprovação da Emenda, uma auditoria do TCU acusou a União de não fiscalizar suficientemente as fraudes e de agir em prol da reconcentração fundiária e da “grilagem” na Amazônia Legal, tendo, sobretudo, mobilizado a conversão de milhares de hectares de terra em ativos de mercado (Cunha, 2015).

Na mesma esteira, a MP nº 759/2016, aprovada como Lei nº 13.465/2017, alterou os dispositivos da Lei nº 11.952/2009 e instituiu novos mecanismos com a razão de “aprimorar” a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União, afastando definitivamente a desapropriação. Conforme Teixeira (2016, p. 2), o texto aprovado possibilitava que a União, ao adquirir ou arrematar judicialmente imóveis rurais para fins de reforma agrária, pudesse pagar, em moeda corrente, pela “terra nua”, o que transformou as grandes propriedades em ativos financeiros. Por meio de seu art. 18-A, ampliou a possibilidade de regularização de 2 para 4 módulos fiscais, alteração que permitiu a regularização em massa, inclusive de vários lotes por uma mesma pessoa, sem fiscalização quanto ao preenchimento de requisitos aos programas de reforma agrária. Assim, as mudanças trazidas pela MP nº 759/2016 reduziram as condicionantes e facilitaram a apropriação ilegal através da grilagem (Sauer & Leite, 2017, p. 27).

Apenas dois anos depois da aprovação da Lei nº 13.465/2017, a medida provisória nº 910/2019 já visava uma nova modificação das regras de regularização fundiária, estimulando a continuidade do ciclo de ocupação ilegal de terras públicas e do desmatamento. Segundo Nota Técnica do Imazon 30 de 31/03/2020, havia indícios de que tal aprovação pudesse conduzir ao desmatamento adicional entre 11 mil km² e 16 mil km² até 2027 e à perda de arrecadação entre 62 e 88 milhões pela venda das terras públicas abaixo do valor de mercado. Em síntese, os aspectos negativos da MP nº 910/2020 seriam: a) a anistia ao crime de invasão à terra pública entre 2011 e 2014; b) o incentivo à continuidade de ocupação de terra pública e ao desmatamento, criando o direito de preferência na venda por licitação a quem não preencher os requisitos legais para regularização; c) a eliminação de vistoria prévia à regularização; d) a permissão à titulação de área desmatada ilegalmente sem contrapartida de regularização do passivo ambiental; e d) a concessão de nova titulação de terra pública, mesmo quando já beneficiado há 10 anos.

Nessas circunstâncias, vários setores da sociedade civil, do agronegócio às entidades de defesa do meio ambiente, manifestaram-se conjuntamente contra a proposta da medida governamental que, ao invés de modernizar e melhorar a gestão dos órgãos fundiários para coibir fraudes e assegurar a legitimidade da posse, preferiu garantir a “regularização fundiária das ocu-

pações incidentes” fonte maior dos conflitos na Amazônia Legal³⁰ (Coalizão Brasil, 2020).

De outro lado, em 16/04/2020, a Fundação Nacional do Índio emitiu Instrução Normativa nº 09, disciplinando a chamada Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados em situação de confronto fronteiro com terras indígenas tradicionais³¹. Seguindo os arts. 1º e 4º da normativa, ficariam excluídas de qualquer declaração por esse órgão todos os processos de demarcação de terras indígenas em tramitação e dependentes de homologação pelo Presidente da República. Em decorrência, a IN nº 09/2020 também orientava para a exclusão do cadastro do Sistema de Gestão Fundiária todas as terras indígenas em procedimento de demarcação.

Ora, caso não houvesse informação pública a respeito de onde se localizam as 237 terras indígenas em processo de tramitação, o próprio INCRA poderia conceder títulos fundiários para detentores de terras, em sobreposição aos territórios indígenas e em flagrante descumprimento constitucional do art. 231 da Constituição, referente aos “direitos originários sobre terras que tradicionalmente ocupam”.

Essa medida, que já vem sendo questionada judicialmente pelo Ministério Público Federal³², alia-se aos mandamentos da caduca MP nº 910/2020, cuja intenção era fortalecer o regime de cadastro autodeclaratório para posseiros e grileiros. Na prática, ambas as soluções estimulam o desmatamento, a grilagem, a insegurança jurídica, invasões e conflitos por terra.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário atual, vê-se uma predominância de uma razão capitalista no imaginário e na prática social brasileira, a qual se intensifica, cada vez mais, a

³⁰ A MP nº 910/2020 perdeu a validade em 12/05/2020, quando não foi submetida à aprovação na Câmara Federal. O tema voltará ao Congresso Nacional através da submissão de um projeto de lei (Góes, 2020).

³¹ Em tramitação projeto de decreto legislativo (PDL nº 183/2020) com o objetivo de sustar os efeitos da instrução normativa nº 09/2020 (Batista, 2020).

³² O MPF apresentou a recomendação nº 13/2020, instrumento previsto no art. 6º, xx, da Lei Complementar nº 75/193, advertindo para que a instrução normativa nº 09 fosse anulada imediatamente. Como a recomendação não foi acatada pela FUNAI, o MPF ajuizou as ações judiciais pertinentes. Em decisão liminar, a 2ª Vara de Passo Fundo suspendeu os efeitos da IN nº 09/2020, decisão que foi confirmada em sede de recurso junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região no âmbito do processo nº 5008878-39.2021.4.04.0000. Sem embargo, há decisões divergentes, sobretudo no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

partir das expressões dos “donos da grana”. Propagando a ideia de que tudo é “mercadoria”, comercializam rios, lagos, terras, pessoas, comportamentos etc., põem à venda tudo aquilo que pode ser convertido em recurso. Nesse cenário, levanta-se suspeita sobre qualquer forma diversa de experiência social, política e/ou econômica: marcas da chamada “colonialidade”, que fragmenta a sociedade em “raças” e impõe a superioridade étnica de uns em detrimento de outros, notadamente daqueles que optam por conservar seus hábitos ancestrais e compartilhar a vida comunitariamente, em sintonia com a natureza. Nesse bojo, os pensamentos dos líderes indígenas Krenak e Yanomami surgem como “vozes de resistência” ao “vale-tudo” instituído, propagando um saber alternativo, onde a terra e todos os seus bens têm valor simbólico.

Nesse contexto, a demarcação de terras indígenas se apresenta como o principal instrumento jurídico de proteção e preservação dos modos de ser, de viver e de se expressar daquelas populações. Na redação da Constituição Cidadã, o constituinte fez questão de reconhecer os direitos originários dos índios sobre as terras que ocupam tradicionalmente, estabelecendo o prazo máximo de cinco anos para que todos os territórios indígenas fossem reconhecidos como de “usufruto exclusivo”. Ocorre que, a despeito do que prevê o ordenamento, vê-se na prática uma ofensiva institucionalizada contra os direitos e interesses dos povos originários, a qual somente se intensifica com o passar dos anos, diante da omissão deliberada do Estado em cumprir com suas obrigações. Aliás, o que se viu, na verdade, é uma anuência do Poder Público para com a violência perpetrada contra os povos originários, muitas vezes atuando em conjunto com as corporações no objetivo comum de transformar as terras públicas em mercadoria.

Segundo o “Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil” (Brasil, s. d.), o termo “grilagem” foi qualificado como sendo “toda a ação ilegal, ato ilegal ou irregular, que objetiva a transferência de terras públicas para o patrimônio de terceiros”. Se bem que toda a “grilagem” de terra devesse ser reconhecida como ato ilegal, com consequência obrigatória à recuperação da área ao patrimônio público, ao longo dos últimos anos, várias normativas vêm sendo aprovadas (leis nº 11.952/2009 e 13.465/2017 e medida provisória 910/2019 com a intenção de garantir alguma “regularização fundiária” para os posseiros de boa-fé. Nesse contexto, estão excluídas as “terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e destinadas à sua posse permanente e ao seu usufruto exclusivo” (art. 231, § 2º, da Constituição).

Todavia, observou-se que as tentativas de “regularização fundiária” deixaram de responder aos interesses originais e passaram a orientar-se à (re) concentração fundiária e de renda dos “donos da grana”. Segundo o estudo, a chamada “economia da grilagem” vincula-se tradicionalmente às atividades de espoliação de recursos naturais, como a extração ilegal de madeira, inclusive

em terras indígenas em processo de demarcação, ou já demarcadas. Nos últimos anos, a “grilagem” na Amazônia Legal mobilizou a conversão de milhares de hectares de terra em ativos de mercado, mobilizando fabulosas quantias em pagamento de indenização e gestão de fundos públicos.

Assim, restou explicitado o histórico de crescentes e sistemáticas violações contra os direitos das populações originárias, praticadas inclusive pelos poderes públicos do Estado, que, decidindo ou julgando, colaboraram de algum modo para a prática de espoliação das terras pertencentes aos povos indígenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACAMPAMENTO TERRA LIVRE (ATL). (2020). Documento Final (XVI Acampamento Terra Livre 2020). Recuperado em 13 de maio de 2020, de <http://apib.info/2020/05/01/acampamento-terra-livre-2020-documento-final/>.
- ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. (2020, 21 de outubro). *Carta dos povos indígenas aos ministros do STF*. Recuperado em 17 de outubro de 2021, de <https://apiboficial.org/2020/10/21/carta-dos-povos-indigenas-aos-ministros-do-stf/>.
- ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. (2020). *Documento Final (XVI Acampamento Terra Livre 2020)*. Recuperado em 13 de maio de 2020, de <http://apib.info/2020/05/01/acampamento-terra-livre-2020-documento-final/>.
- BATISTA, J. (2020, 24 de abril). *Funai edita medida que permite ocupação e até venda de áreas em Terras Indígenas*. Recuperado em 15 maio, 2020, de <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-ppds/funai-edita-medida-que-permite-ocupacao-e-ate-venda-de-areas-em-237-terras-indigenas>.
- BRASIL. *Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020*. (2020). Brasília. Diário Oficial da União (ed. 76, seção 1), p. 32.
- BRASIL. (s. d.). *O Livro Branco da Grilagem*. Brasília: MDA/INCRA.
- CARVALHO, R. (1999). A Amazônia rumo ao “ciclo da soja”. *Amazônia Papers*, (2). Recuperado em 12 de maio de 2020, de <http://www.amazonia.org.br>.
- CERVO, A., & BERVIAN, P. (2002). *Metodologia científica*. São Paulo: Prentice Hall.
- COALIZÃO BRASIL CLIMA, FLORESTAS E AGRICULTURA. (2020). *Medida Provisória 910 pode agravar crise fundiária e estimular mais desmatamento ilegal*. Recuperado em 12 de maio de 2020, de <https://rb.gy/mnz6w>.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. (2019, 24 de novembro). *A maior violência contra os povos indígenas é a destruição de seus territórios, aponta relatório do Cimi*. Recuperado em 15 de maio de 2020, de <https://rb.gy/d42z1>.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. (2022). *Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil (dados de 2021)*. Recuperado em 04 de julho de 2023, de <https://shorturl.at/euQXo>.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. (1988). Brasília: Centro Gráfico.

- CUNHA, C. da. (2015). 46 *falecidos beneficiados: auditoria do TCU revela graves problemas no programa Terra Legal*. Recuperado em 14 de maio de 2020, de <https://rb.gy/8koya>.
- GROSFOGUEL, R. (2006). La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. *Revista Tabula Rasa* (4), 17-48.
- GÓES, B. (2020, 12 de maio). *Câmara deixa medida do governo de regularização fundiária na Amazônia perder validade*. Recuperado em 15 de maio de 2020, de <https://rb.gy/09r67>.
- INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. (2006). *A grilagem de terras públicas na Amazônia Brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- JUCÁ, B. (2020, 04 de fevereiro). *Governo Bolsonaro manobra para travar a demarcação de terras indígenas no Brasil*. Recuperado em 15 de maio de 2020, de <https://rb.gy/2qnpw>.
- KRENAK, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- KOPENAWA, D., & ALBERT, B. (2015). *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LEITÃO, M. (2020, 27 de novemb). *Missionário é exonerado da coordenação de índios isolados da FUNAI*. Recuperado em 17 de outubro de 2021, de <https://rb.gy/c32ko>.
- LITTLE, P. E. (2002). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, 322, 1-32.
- LOWY, M. (2013). Crise ecológica, crise capitalista e crise de civilização: a alternativa ecossocialista. *Caderno CRH*, 26(67), 79-86.
- MIGNOLO, W. (2017). Desafios decoloniais hoje. *Revista Epistemologias do Sul*, 1(1), 12-32.
- MIOOTTO, T. (2019, 23 de janeiro). *Pelo menos seis terras indígenas sofrem com invasões e ameaças de invasões e ameaças de invasão no início de 2019*. Recuperado em 15 de maio de 2020, de <https://rb.gy/wqmfy>.
- MEZZAROBA, O., & Monteiro, C. (2017). *Manual de Metodologia da Pesquisa em Direito*. São Paulo: Saraiva.
- OLIVEIRA, A. U. de. (1997). *A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- PRIETO, G. F. T. (2016). *Rentismo à brasileira, uma via de desenvolvimento capitalista: grilagem, produção do capital e formação da propriedade privada*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- RANGEL, L. H., & LIEBGOTT, R. A. (2020). Bolsonaro estruturou um governo de depreadores e destruidores de vidas. In Conselho Indigenista Missionário. *Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil (dados de 2019)*. Recuperado em 11 de dezembro de 2020, de <https://rb.gy/i4mhc>.
- SÁ, A. A. de (2010). *Território de uso comum das comunidades tradicionais: uma visão jus socioambiental do criar, fazer e viver dos fundos de pasto da Babia/Brasil*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, PR, Brasil.

- SANTILLI, M. (2018). *Terras indígenas: bens da União*. Recuperado em 10 de dezembro de 2020, de <https://shorturl.at/dBJPQ>.
- SAUER, S., & LEITE, A. (2017). Medida Provisória 759: descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil. *Revista Retratos de Assentamentos*, 20(1), 14-40.
- SILVA, J. A. da. (2009). *Curso de direito constitucional positivo*. São Paulo: Malheiros.
- SISTEMA INDIGENISTA DE INFORMAÇÕES. (s. d.). *Terras indígenas*. Recuperado em 17 de outubro de 2021, de <https://rb.gy/kmftq>.
- SOUZA FILHO, C. F. M. de. (2010). O direito de ser povo. In D. Sarmiento, D. Ikawa, & F. Piovesan. *Igualdade, diferença e Direitos Humanos* (pp. 619-634). Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. (2008). *Relatório, Ministro Carlos Ayres Britto*. Recuperado em 17 de outubro de 2021, em https://www.conjur.com.br/dl/Voto_Britto_Pet3388.pdf.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. (2009). *Pet. n° 3.388*, Tribunal Pleno, julgado em 19/03/2009, publicado em 25.09.2009, Rel. Min. Carlos Ayres Britto. Brasília: Diário da Justiça Eletrônico n° 181, pp. 229-881.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Segunda Turma. (2015). ARE n° 803.462-AgR/MS. Relator: Ministro Teori Zavascki. Dje: 12/02/2015.
- TEIXEIRA, G. (2016). *Medida Provisória n° 759, de 2016 - Dispositivos sobre as Políticas Agrária e Fundiária: Parecer*. Brasília: Câmara dos Deputados.
- TORRES, M., Doblaz, J., & Alarcon, D. (2017). *Dono é quem desmata: conexões entre a grilagem e o desmatamento no sudoeste paraense*. Altamira: Instituto Agrônomo da Amazônia.

Esta obra reúne trabalhos acadêmicos de pesquisadoras e pesquisadores dos estados da Amazônia brasileira e de outras instituições do Brasil. Os temas abordados na presente obra são de relevância para a compreensão das questões contemporâneas, que afetam a sociedade e a natureza na região amazônica brasileira, bem como iniciativas promissoras na gestão de recursos naturais e de estratégias e meios de vida. Os treze capítulos trazem ricas fontes de inspiração para o entendimento e novas hipóteses na elucidação dos problemas e fortalecimento da diversidade de pensamentos sobre os múltiplos desafios na região. Mas, trazem também valiosos exemplos de respostas, vivências e concepções afirmativas capazes de iluminar novas possibilidades para a Amazônia brasileira e diversas outras partes do planeta.



VNiVERSiDAD
D SALAMANCA



CENTRO DE
ESTUDIOS
BRASILEÑOS

ISBN: 978-84-1311-925-0



9 788413 119250